Centro de Estudos Africanos - UEM

# O MINEIRO MOÇAMBICANO

## Um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane

Digitized by the Internet Archive
in 2023

https://archive.org/details/omineiromocam00firs

V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais
Maputo, 1-5 de Setembro de 1998

# O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane

Centro de Estudos Africanos

Directora de Investigação
Ruth First

Fotografia
Moira Forjaz

Canções e entrevistas
Alpheus Manghezi

LIVRARIA UNIVERSITÁRIA

Centro de Estudos Africanos
Universidade Eduardo Mondlane, Maputo
1998

Título: O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane.
Autor: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane
Grupo de revisão: Luís Covane, Colin Darch, David Hedges, Alpheus Manghezi
Editor: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane
Capa, maquete e impressão: Imprensa Universitária, UEM
Copyright © 1977, 1979, 1998 Centro de Estudos Africanos, UEM

É permitida a reprodução parcial do livro para fins de estudo privado. É proibida a reprodução total ou a reprodução de cópias múltiplas de extractos. Para estes casos deve ser solicitada, por escrito, ao editor.

Tiragem: 1000 exemplares
Registo: 01540/INLD/98
Maputo, Moçambique, 1998

# GRUPO DE INVESTIGAÇÃO

| | |
|---|---|
| Director do Projecto: | Ruth First |
| | |
| Membros e Associados do Centro de Estudos Africanos | António Pacheco (director-adjunto)<br>Eulália de Brito<br>Luís de Brito<br>António Nogueira da Costa<br>Miguel da Cruz<br>Ana Maria Loforte<br>Kurt Madörin<br>Marta Madörin<br>Alpheus Manghezi<br>Barry Munslow<br>David Wield<br>Marc Wuyts |
| Outros membros das Brigadas que realizaram Trabalho de Campo | Ricardo Bambo<br>José Capão<br>Ernesto Cossa<br>Jacqueline de Vries<br>Valente Jamine<br>Azarias Mandevo<br>Armando Machava<br>Eurélia Mascarenhas<br>Samuel Salomão Matunjuane<br>Arlindo Moisés<br>Abraão Muhai<br>Conceição Quadros<br>Emídio Ricardo<br>June Stephen<br>Salomão Zandamela |
| Província de Inhambane—participantes nas Brigadas | Mário Chambale<br>Venâncio Cuambe<br>Rafael Mussanhane<br>Júlio Thai<br>Pascoal Watch |
| Outros colaboradores | Helena Dolny<br>Diana Jelley<br>Sri Nimpuno<br>Adorindo Santos<br>Rosalie Clough |

Este projecto não poderia ser levado a cabo sem o apoio das seguintes estruturas e serviços:

- Ministro do Trabalho
- Governador da Província de Inhambane
- Reitor da Universidade Eduardo Mondlane
- Director do Instituto de Investigação Científica
- Director do Centro de Estudos Africanos
- Governador do Banco de Moçambique
- Ministério do Trabalho—Gabinete do Exmº. Ministro. Delegação do Instituto do Trabalho em Joânesburgo
- Ministério da Agricultura
- DINECA
- Autoridades Provinciais de Inhambane. Queremos referir particularmente o chefe de Gabinete do Exmº. Governador; o responsável Provincial de Mobilização do Partido; o responsável pelo Sector Provincial do Instituto do Trabalho: serviços provinciais de Agricultura; e Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro.

O trabalho de campo foi-nos extremamente facilitado pela colaboração e apoio fornecidos pelas estruturas políticas e administrativas dos distritos, círculos e células.

Queremos ainda agradecer aos elementos que foram destacados pelos serviços de Agricultura, Direcção Nacional de Estradas e Instituto do Trabalho para nos apoiarem na Província de Inhambane.

Finalmente agradecemos a todas as pessoas que possibilitaram a publicação da versão portuguesa deste trabalho, especialmente no que diz respeito à sua tradução e revisão.

# SUMÁRIO

Autoria: O grupo de investigação iii
Agradecimentos iv
Sumário v
Prefácio vii

**INTRODUÇÃO: OS OBJECTIVOS DO ESTUDO 1**
Canção de trabalho: *N'wa marosa xi n'wi kumile—N'wamarosa está lixado* 11

**I. A EXPLORAÇÃO DE MÃO DE OBRA 15**
Capitalismo atrasado e colonialismo atrasado 15
Um sistema de cooperação bilateral 18
Canção de trabalho: *Nyankwavane* (p.24)
Porquê o trabalho migratório? 25
Porquê a mão de obra estrangeira 28
A organização do fluxo de mão de obra moçambicana 31
Canção de Trabalho: *Ka Vulukwani—Em Vulukwani* (p.33)
Alterações na indústria mineira nos anos 1970 35
Entrevista: José Thonela Kumbe 41

**II. A FORÇA DE TRABALHO MINEIRA 51**
A força de trabalho moçambicana nas minas da África do Sul depois de 1974 51
Canção de trabalho: *Xiphukuphuku xa m'lungwana — O rapaz branco tolo* (p.59)
Caracterização da força de trabalho 65
Algumas características sociais de mão de obra mineira moçambicana 66
Frequência e duração dos contratos 67
Canção de trabalho: *Chocha va mulanja—Puxa! Puxa!* (p.70)
Os salarios dos mineiros moçambicanos 72
Experiência de trabalho e qualificações 75
Canção de trabalho: *Chocholoza—Puxa!* (p.76)
Algumas conclusões e recomendações 82
Canção de trabalho: *Xikwembu xa Muhliwa—Espírito de Muhliwa* 84
Entrevista: Maurício Nkome Júnior 85

**III. A BASE CAMPONESA EM INHAMBANE** **97**
A agricultura na província de Inhambane 98
O impacto social da penetração da economia monetária 108
Canção de trabalho: *Ntsendzeleni—No deserto* (p.110)
Diferenciação social no campo 116
Canção de trabalho: *Namuntlha ndzo tsaka!—Hoje estou satisfeito!* (p.118)
Pequena produção mercantil e comércio no campo 121
Entrevistas
Filomena Mathayi 124
Angelina Fulawa 131

**IV. QUATRO ESTUDOS DE CASO** **137**
Pembe 137
Maimela 142
Homoíne 148
Sitila 151
Canção de trabalho: *Miyela—Está quieto* (p.152)
Dezasseis agregados familiares rurais 155
Canções de trabalho:
*Ndzi rila wa mina nuna anga fela Joni—Choro pelo meu marido que morreu.* 170
*Ntamu wa mina—Desperdiço a minha força* 172
Entrevistas
Emereciana Alfredo Mazive 173
Luísa Agosto Mbatini 181

**V. CONCLUSÕES E COMENTÁRIOS** **189**

**ANEXOS** **201**
Lista de Quadros 201

**BIBLIOGRAFIA** **227**

# Prefácio

A Comissão Organizadora do V Congresso Luso-Afro-Brasileiro achou oportuno apresentar por ocasião deste evento, a decorrer em Maputo entre os dias 1 e 5 de Setembro de 1998, um dos primeiros trabalhos realizados por cientistas sociais nacionais e estrangeiros em serviço na Universidade Eduardo Mondlane na década de 70. Os autores de *O Mineiro Moçambicano*,[1] considerando o tipo de publicações sobre o trabalho migratório feito em Moçambique no tempo colonial, foram verdadeiros pioneiros no tipo de abordagem que propuseram para o estudo da economia política de Moçambique.

A equipa que recebeu a difícil tarefa de rever o trabalho, constituída pelos Drs. David Hedges, Colin Darch, Alpheus Manghezi e Luís Covane, todos com experiência de docência e investigação na Universidade Eduardo Mondlane, sentem com orgulho o peso da responsabilidade que a missão representa.

Reeditar *O Mineiro* em 1998 não é mais do que um sinal inequívoco de reconhecimento do trabalho da equipa da Universidade Eduardo Mondlane que, logo após a proclamação da Independência Nacional, se engajou na pesquisa para a actualização e aprofundamento do conhecimento das dinâmicas da integração económica de Moçambique na África Austral. Esse esforço, obviamente, não podia, se considerarmos a exiguidade de quadros nacionais capazes de conduzir o processo, mesmo com o apoio de especialistas estrangeiros, procurar cobrir todas as grandes temáticas dessa área de estudo.

O esforço empreendido teve a sua expressão inicial no estudo da questão rodesiana, do qual resultou uma das primeiras publicações do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane.[2] O rigor de análise deste estudo estimulou o CEA a investigar uma das formas mais marcantes da integração moçambicana na economia regional. O trabalho migratório do Sul de Moçambique para as minas da África do Sul foi considerado prioridade em relação ao estudo das outras formas, tais como os sistemas

---

[1] Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos Africanos, 1977 (dactilografado)

[2] Veja-se Centro de Estudos Africanos, *Zimbabwe: alguns dados e reflexões sobre a questão rodesiana*, Maputo, 1976; Idem. *A Questão Rodesiana*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978; Idem. *Zimbabwe: a Questão Rodesiana*, Maputo: INLD, 1979.

ferro-portuários e o comércio. Interessava não só estudar o fenómeno do trabalho migratório nas suas vertentes de recrutamento, emprego, condições de trabalho e salários, mas, principalmente e de forma quase pioneira em Moçambique, fazer a análise do seu impacto na economia rural do Sul de Moçambique, com principal enfoque em alguns distritos da província de Inhambane.

Nestas linhas introdutórias torna-se importante referir que, na altura da independência de Moçambique, a África do Sul era ainda dominada por uma minoria branca sob o regime de *Apartheid* e Moçambique estava apostada em construir o socialismo, com uma componente de política externa que advogava a luta intransigente contra todos os sistemas de dominação colonial e racial. Neste contexto, a África do Sul era indubitavelmente uma frente de luta na qual o Governo da Frelimo iria, ao lado do ANC e de outras forças anti-Apartheid, contribuir para a erradicação da discriminação racial e instauração de uma ordem democrática.

As motivações económicas e políticas do estudo são expressas na introdução original do texto que, com o devido respeito, preservamos nesta edição. Estudos posteriores fornecem dados mais actualizados de análise mais completa e integrada do fenómeno. Pensamos que a bibliografia revista inserida neste trabalho ajudará bastante no aprofundamento desta questão porque inclui alguns dos mais recentes estudos sobre a matéria. A sua vastidão sugere a necessidade de integração do estudo do caso moçambicano num contexto mais vasto para fins comparativos, principalmente ao nível da África Austral.

A transformação da economia de Moçambique, caracterizada pela dependência de países como a África do Sul, podia ter suscitado, em alguns círculos, a ideia de que o trabalho migratório só servia os interesses dos regimes coloniais de Moçambique e do *Apartheid* da África do Sul. É, no entanto, importante notar que mesmo na década de 1970, altura em que se registaram aumentos de salários na indústria mineira, o trabalho migratório não tinha concorrência em Moçambique. Os salários praticados nas empresas agrícolas e industriais portuguesas não ofereciam incentivos susceptíveis de levar o homem a abandonar o trabalho das minas.

Neste trabalho, deliberadamente, decidimos seleccionar algumas entrevistas, todas elas recolhidas por Alpheus Manghezi, para publicação integral. As razões para esta opção prendem-se ao facto de já existirem algumas sínteses históricas sobre as condições de vida a que as famílias dos mineiros eram sujeitas, desde o seu enquadramento nas esferas sócio-

económicas e políticas. Especial atenção é reservada à compreensão da complexidade da inserção social da mulher casada com um mineiro durante longos meses de incerteza sobre se o marido voltará ou não, são e salvo, após o contrato. Trata-se de um retrato cujo registo vai certamente potenciar futuras pesquisas, numa realidade nova, mas onde o trabalho migratório continua a ser prática contínua e de extrema importância para a manutenção e reprodução de muitas comunidades rurais do Sul de Moçambique. A relação entre o trabalho migratório e a economia rural é muito bem expressa pelas entrevistas com as mulheres.

As entrevistas relatam experiências de maus tratos e de salários magros nas minas. No entanto, a estrutura económica do Sul de Moçambique leva a concluir que pior mal que a emigração seria a sua proibição. A segunda dimensão a considerar nesta relação reveste-se igualmente de grande importância como complemento à vasta literatura sobre o trabalho migratório. Ao trazermos vozes vivas para este estudo, fazêmo-lo com o objectivo de documentar a visão e avaliação dos trabalhadores e seus familiares.

A localização das entrevistas na publicação foi organizada de modo a consubstanciar os relatos, o que na literatura histórica e sociológica tem sido objecto de generalizações, votando frequentemente ao esquecimento os actores reais.

Os aumentos salariais registados nos meados da década de 70 na indústria mineira encontram-se sobejamente documentados mas, para os mineiros e seus familiares, os aumentos são directamente relacionados com a vitória da Frelimo. O mundo dos trabalhadores é diferente do dos economistas e historiadores que têm acesso a informações sobre as oscilações do preço do ouro no mercado mundial bem como do papel de instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional, que influíram sobre o abandono, em 1978, da facilidade de pagamento em ouro ao Estado moçambicano dos salários diferidos dos mineiros. As oscilações do preço do ouro nos mercados não fazem parte do mundo mineiro, mas as entrevistas mostram que as implicações dessas mudanças no salário tiveram uma interpretação, neste caso directamente relacionada com o papel da defesa dos interesses dos trabalhadores pelo governo moçambicano.

O texto original é grandemente preservado no que diz respeito a sumários de entrevistas a famílias camponesas. Aqui existe a facilidade de captação de dados estatísticos de forma mais sistematizada sobre as culturas agrícolas, criação de gado e infraestruturas económicas e sociais. No entanto, a nossa opção em reproduzir algumas entrevistas na íntegra é

válida por permitir ao leitor a captação de todo o complexo social que envolve os agentes e os processos de diferenciação social no campo, resultante, em grande medida, da aplicação dos salários ganhos nas minas.

Para além das entrevistas, inserimos um número considerável de canções, igualmente recolhidas pelo Dr. Manghezi, que reflectem uma forma muito particular de interpretar os vários impactos do trabalho migratório. A selecção obedeceu ao mesmo critério adoptado para as entrevistas. As cantadas pelas mulheres, tal como referimos em relação às entrevistas, fornecem, no geral, elementos de análise da realidade sócio-económica das mulheres cujos maridos se encontram longe delas. O mesmo se verifica em relação às cantadas pelos homens. As canções são, no nosso entender, uma forma de documentar uma prática cujos efeitos não tiveram limites. Elas versam todos os aspectos inerentes à emigração, tal como foi mencionado em relação às entrevistas.

A equipa de revisão expressa a sua gratidão a Simão Jaime do Arquivo Histórico de Moçambique, a Félix Khossa da Faculdade de Letras da UEM, e a Almiro Lobo da Livraria Universitária pela ajuda na preparação final desta edição, e à Fundação Ford pelo prestimoso apoio financeiro, sem o qual não seria possível a publicação deste livro.

# INTRODUÇÃO: OS OBJECTIVOS DO ESTUDO

O estudo sobre a exportação de mão de obra de Moçambique para as minas sul-africanas e o seu impacto no país é importante por dois motivos. Trata-se, em primeiro lugar, de um aspecto fundamental da história da opressão e exploração durante o período colonial. A exportação da mão de obra, na última fase da economia colonial, foi um dos processos que gerou, em mais alto grau, a exploração do trabalhador moçambicano e a distorção e subdesenvolvimento da economia nacional. Embora o recrutamento para as minas tenha sido desde cedo limitado às três províncias actuais a sul do Save—Inhambane, Gaza e Maputo—os efeitos da exportação da mão de obra fizeram-se sentir em todo o país.

Outra razão da importância do estudo do trabalho migratório relaciona-se, também, com o primeiro motivo apresentado, embora abstraindo-se-lhe o factor histórico, e é de longe o motivo de maior gravidade e urgência: a questão da destruição da economia colonial e da formação de uma sociedade socialista. O sistema do trabalho migratório que se consolidou ao longo de décadas, põe questões imediatas e fundamentais quanto à destruição da economia colonial e à construção de uma sociedade socialista. Por outras palavras, o sistema de trabalho migratório é um problema central do período de transição para o socialismo.

Outras razões justificariam também uma profunda investigação do problema. As razões históricas deveriam ser objecto de um projecto de investigação a longo prazo. Poderiam ser estudados muitos e diferentes aspectos: a evolução do sistema de recrutamento de trabalhadores, organizado pelas minas sul-africanas com a conivência do aparelho de Estado colonial português e que envolveria não só os actuais processos de recrutamento, que este relatório refere, mas ainda o processo de penetração e controle das sociedades camponesas que possibilitou que o trabalho migratório, inicialmente introduzido pela força, se auto-reproduzisse. Isto envolveria o estudo das formações sociais de Moçambique e do impacto da administração colonial, em diferentes períodos. Teria que se analisar, particularmente, os diversos tipos de impacto da penetração colonial em sociedades específicas e em diferentes regiões do sul do Save.

A exportação da mão de obra para as minas é parte da história da classe operária deste país, da sua formação e crescimento e da própria especificidade desta classe de trabalhadores-camponeses, assunto a que nos referiremos mais tarde. Este aspecto justificaria só por si, um estudo. Seria, também, importante efectuar um estudo sobre o efeito do trabalho das minas na saúde dos migrantes moçambicanos. Existem registos desde há muito tempo sobre as doenças e ferimentos dos mineiros e o sistema de compensação irrisório posto em prática pela indústria mineira. Um outro estudo premente a realizar abarcaria os aspectos financeiros e técnicos: os salários provenientes do trabalho migratório desempenharam um grande papel no equilíbrio da balança de pagamentos e contribuíram para o montante das reservas em divisas estrangeiras. Abordámos alguns destes aspectos num memorandum separado, mas o estudo não ficou esgotado, necessitando de análises mais profundas.

A ideologia do trabalho migratório, que desempenhou um papel importante na reprodução do sistema de exportação de mão de obra, necessita de ser estudada. A propaganda disseminada pelos recrutadores de que o alistamento de jovens para o trabalho nas minas era prova da virilidade destes foi aceite pelas sociedades exportadoras de mão de obra do sul de Moçambique a tal ponto que, ainda hoje, o trabalho migratório é frequentemente descrito como uma 'tradição' residual.

Este estudo aborda superficialmente alguns dos aspectos acima referidos. Isto não significa a subestimação do papel da história. Pelo contrário, a pesquisa histórica sobre o trabalho migratório deverá fazer parte das investigações a longo prazo a efectuar pelo Centro de Estudos Africanos. No entanto considerámos urgente centrar a nossa atenção, prioritariamente nos aspectos da exportação da força de trabalho masculina, que têm implicações imediatas para o povo e Governo de Moçambique.

## O PERÍODO DE TRANSIÇÃO

A Frelimo está empenhada na reconstrução da economia e sociedade moçambicana de maneira a lançar as bases da organização social da produção, o que inclui a necessidade de terminar com o sistema do trabalho migratório. Deste modo os imperativos e objectivos políticos são claros. A Frelimo tem repetidamente afirmado a sua intenção de acabar com o trabalho migratório. Mas a verdade é que um tal processo económico, tão antigo e tão profundamente enraizado na população como é o do trabalho migratório para as minas, só pode ser desmantelado quando devidamente

analisado e assumido em todas as suas implicações. O trabalho migratório, embora seja um vestígio colonial, não poderá ser combatido apenas no plano ideológico, por um apelo ao engajamento político do trabalhador migrante. É necessário pôr de parte, definitivamente, a interpretação do sistema migratório como resultante de uma escolha voluntária de um grupo de homens em busca de melhores condições. Terá de se sublinhar a essência do fenómeno: o trabalho migratório integrado num esquema de penetração da economia monetária no período em que as formações sociais moçambicanas se subordinavam aos objectivos da expansão do capitalismo. Esta penetração não deixou de se fazer sentir em todos os aspectos da economia rural.

A pressão do Estado colonial minou a base reprodutiva da economia camponesa, e, por sua vez, a destruição da base produtiva forçou os camponeses a procurar o assalariamento. Oito décadas do sistema de trabalho migratório tornaram-no uma necessidade estrutural para os camponeses que viviam sob o colonialismo. O fluxo de migração está condicionado, até certo ponto, por condições climáticas e do solo e, de tempos a tempos, por crises agrícolas mais severas. Apesar de variações contingentes deste tipo, o fluxo migratório permaneceu marcadamente estável e constante a partir de 1895 e especialmente de 1902 a 1977, tal como os registos deste relatório mostram. 25% a 30% da força de trabalho moçambicana é exportada.

O termo deste escoamento contínuo de homens é um dos elementos necessários para a criação das condições materiais de construção do socialismo. A reintegração desta força de trabalho num sistema autónomo pode revestir duas formas complementares e interligadas:

- a reintegração no sector agrícola do excesso de mão de obra, anteriormente exportada. Os processos de transformação da agricultura são, por isso, pontos críticos fundamentais, uma vez que o sistema vigente no período colonial gerava e reproduzia continuamente um excedente de mão de obra para as minas. Assim, o problema de transformação da agricultura, coloca uma série de questões fundamentais sobre processo e método que aqui são levantados;
- a utilização de força de trabalho e experiência adquirida nas minas no programa de industrialização, nos sectores industrial, de transporte e mineiro.

As prioridades económicas da primeira parte do período de transição são formuladas nas Directivas Económicas emitidas pelo Terceiro Congresso

da Frelimo. As decisões políticas eventuais serão tomadas dentro do processo regular da actuação das estruturas políticas da Frelimo e do Governo. O propósito deste estudo é reunir e analisar dados sobre a extensão e efeitos do trabalho dos mineiros de maneira a que este sistema possa ser mais eficazmente combatido dentro de uma alternativa socialista.

O estudo, por conseguinte, centra-se em dois aspectos principais:

- uma análise do fluxo de trabalhadores para as minas no período de 1902 a 1977, embora com ênfase especial no que se refere à última parte do período, e uma investigação sobre o carácter da força de trabalho mineira.
- uma investigação sobre a economia rural como base do recrutamento do trabalhador migrante.

Tal como se disse nas notas para investigação de campo coligidas para a preparação das brigadas de investigação do CEA, os dois aspectos atrás referidos estão intimamente relacionados. E é assim porque os mineiros são, segundo a lei, trabalhadores migrantes. A cada mineiro corresponde um agregado familiar sedeado no campo. A acumulação primitiva na África Austral não assentou na separação total do trabalhador em relação aos meios de produção, do que resultou o facto de o trabalhador não depender exclusivamente da venda da força de trabalho. Antes pelo contrário, o sistema baseou-se na conservação e reestruturação, em diversos graus, das relações pré-capitalistas. O trabalhador não é totalmente proletarizado, pelo facto de não depender exclusivamente do salário. Por outro lado, as comunidades rurais, a que o mineiro pertence, incapazes de garantir a subsistência do agregado familiar vêem-se na necessidade de fazer migrar os homens de idade adulta.

## A BASE CAMPONESA

A extensão e o impacto da exportação da força de trabalho não deve basear-se na análise de casos individuais nem na análise de totais estatísticos, mas antes na observação do impacto provocado na economia rural.

Esta investigação tentou analisar a extensão do fenómeno de trabalho migratório em várias regiões, as pressões e factores que o explicam. Interessava ainda determinar as correlações entre o volume da migração e as condições da produção agrícola. Por outras palavras, saber em que medida é que os diversos núcleos de camponeses, de diferentes regiões,

responderiam diferentemente às possibilidades e pressões dos salários das minas. Como é que responderiam as comunidades rurais fixadas numa área específica e se numa dada comunidade reagiriam de uma maneira diferente os agregados rurais atendendo a condições económicas diversas.

Isto abria um vasto campo na investigação, interessando estudar em que medida existe uma diferenciação social ao nível do campesinato e até que ponto a integração, na economia monetária, através do trabalho mineiro e respectivos salários explica e contribui para essa diferenciação.

Haveria duas hipóteses possíveis. Uma partia do princípio de que os salários das minas serviam como meio de compra de bens de consumo e, assim, tinham a função exclusiva de reprodução da família; o impacto do salário, tinha-se tornado indispensável no processo de reprodução porque a agricultura, em si mesma, estava tão diminuída ou minada que já não podia assegurar o sustento da família. A importância dos salários para a reprodução da família seria assim um índice significativo da regressão da economia camponesa. A segunda hipótese, partia do princípio de que os salários das minas não eram usados para necessidades de consumo, mas investidos na agricultura. Por outras palavras, o sistema assalariado das minas era a fonte de um certo grau de inovação e desenvolvimento agrícola. O tipo de perguntas formuladas e os dados recolhidos serão tratados de uma forma mais completa no capítulo sobre a base rural.

Tentámos manter sempre presente questões mais latas que pudessem ser de utilidade para o planeamento no período de transição:

- até que ponto e sob que condições pode a economia agrícola absorver a força de trabalho inicialmente exportada numa base tão extensa e regular, isto é, como poderia a economia do país superar as dificuldades resultantes do fenómeno de um aumento rápido da força de trabalho?
- uma vez que o trabalho migratório foi a forma mais importante da penetração da economia monetária, que efeitos traria o seu desaparecimento no interior do país (sobre o artesanato, o comércio, os serviços, e o sector da pequena produção mercantil, que se haviam desenvolvido estimulados pela economia monetária)?

## A FORÇA DE TRABALHO NAS MINAS

O estudo da força de trabalho nas minas incluiu diversos tipos de questões. Procurou-se reconstituir a cronologia e o itinerário de trabalho dos

mineiros através de entrevistas: quantos contratos foram efectuados nas minas, em alguns casos se havia outro tipo de experiência no sector industrial, como se processava o engajamento dos trabalhadores neste tipo de emprego, que tipo de especializações adquiriu, de que modo poderia ser utilizada a experiência adquirida pelo trabalhador nas minas para a transformação da economia local?

A regularidade de contfratos nas minas ao longo da vida do mineiro punna a questão da necessidade de uma análise de classe: em muitos casos a periodicidade dos contratos era quebrada apenas por permanências extremamente curtas no campo. Estaríamos em presença de camponeses, operários ou os elementos seriam ambas as coisas? Como se poderá analisar este caso específico do camponês-proletário, nesta situação sob a condição de trabalhador migrante? Qual o grau da consciencialização desta classe: considerar-se-ia como 'desempregado' ou simplesmente de 'regresso a casa', nos períodos de permanência junto do agregado familiar? Que lugar ocuparia esta classe de trabalhadores, com considerável vivência da condição proletária, na aliança de luta dos operários e camponeses por um Moçambique transformado? Voltaremos a estes pontos nos próximos capítulos.

## O GRUPO DE TRABALHO E MÉTODOS

O Centro de Estudos Africanos teve dos seus treze elementos, dez ligados ao projecto desde o início. Todos, com excepção do responsável do projecto, estiveram ocupados em actividades docentes em várias faculdades da Universidade durante os seis meses em que durou o projecto. Os parâmetros e perspectivas iniciais do projecto foram estabelecidos durante um seminário semanal que estudou o impacto do capitalismo sul-africano em Moçambique. Iniciou-se o seminário com uma tentativa de periodização da economia política de Moçambique e da África do Sul, passando depois a discutir-se a caracterização do capital e do trabalho no sector da indústria mineira e o estabelecimento da cadeia de fornecimento de mão de obra a nível da África Austral, especialmente no caso de Moçambique.

Em sessões subsequentes estudou-se a literatura existente, na sua maioria caracterizadamente burguesa, sobre o trabalho migratório e estudaram-se alguns trabalhos sobre economia camponesa nas reservas do trabalho, incluindo o material que neste campo e sobre Moçambique havia sido publicado. Ao mesmo tempo que decorria o seminário, os membros do grupo de trabalho consultaram os arquivos e registos ministeriais, especialmente no Instituto do Trabalho (Ministério do Trabalho) e

efectuaram entrevistas com representantes das organizações de recrutamento de mão de obra de forma a construir, tanto quanto possível, o enquadramento do problema. A análise do fluxo de trabalho para as minas e outro material, fez-se a partir quer de estatísticas oficiais da Wenela, que estão depositados no Instituto do Trabalho, quer a partir de dados fornecidos pela Wenela, a nosso pedido.

Na preparação do estudo da base camponesa, o grupo de trabalho solicitou ao Ministério de Agricultura a possibilidade de consulta dos questionários originais que serviram para a elaboração dos inquéritos de 1965 e 1973. Estes foram profundamente analisados no tocante às áreas de Inhambane seleccionadas para a investigação de campo.

Prepararam-se por outro lado dois questionários, um para entrevistas com mineiros e outro como parte da investigação dos agregados familiares rurais. A preparação dos questionários foi feita através de discussões colectivas de grupo. O questionário dos mineiros foi subsequentemente testado em entrevistas preliminares.

Completaram-se inquéritos aos mineiros num total de 358. Estes foram o resultado das entrevistas conduzidas pelo grupo durante visitas sucessivas aos acampamentos da WENELA e estações de recrutamento em Ressano Garcia, Xai-Xai, Alto Maé e Maxixe. Realizaram-se entrevistas adicionais em Inhambane com ex-mineiros ou mineiros no período entre dois contratos.

Foi ainda utilizada uma versão mais reduzida dos questionários, que abrangeu 716 mineiros, numa amostragem mais vasta, destinada particularmente a entrevistas rápidas no fim de reuniões de grupo ou de encontros com mineiros. As entrevistas efectuaram-se durante um período de quatro meses, de Junho a Setembro de 1977. A investigação concentrou-se na frequência e extensão dos contratos e, portanto, na obtenção de material para a construção das histórias sobre a experiência de trabalho, na aquisição de especialização profissional, ainda no nível das despesas e receitas do agregado familiar e na utilização dada aos salários depois da sucessão de contratos.

A selecção das áreas para pesquisa no campo efectuou-se depois de visitas de reconhecimento às províncias de Gaza e Inhambane e de amplas discussões com elementos das estruturas políticas e administrativas das duas províncias. Só em meados de Julho se iniciou o trabalho de campo de forma a poder integrar o maior número possível de estudantes, professores e pessoal administrativo da Universidade. Nesse período, e como se

verificou em todos os anos a seguir à declaração da Independência, a Universidade organiza-se em brigadas para desempenhar tarefas de Reconstrução Nacional. Em 1977, este período de trabalho das brigadas durou cinco semanas de 14 de Julho a 20 de Agosto. Assim, todo o trabalho de campo, exceptuando as visitas periódicas aos centros de recrutamento e repatriação, esteve limitado a este curto período.

A extensão da investigação no campo esteve também condicionada pelo tamanho das brigadas ligadas ao projecto. A grande maioria dos elementos das brigadas da Universidade foi enviados para a província de Gaza para trabalhar nas aldeias comunais recentemente construidas e que haviam sido criadas depois das grandes cheias que se verificaram em Fevereiro, no vale do Limpopo. Todo o projecto de trabalho de campo se viu assim limitado pelo reduzido número de elementos - vinte e sete - com que podemos contar. Problemas de transporte e de apoio logístico, que nos foi concedidc dentro de um critério de prioridades nacionais, limitaram também a extensão do trabalho de campo. Deste modo, o projecto do Centro de Estudos Africanos concentrou-se na província de Inhambane.

As informações gerais sobre a província e as suas condições agrícolas podem ser vistas no capítulo sobre a base camponesa. Na província de Inhambane foram seleccionadas cinco áreas nas quais as brigadas estavam localizadas. Eram:

- Quissico-Zavala: círculo de Canda (células Chibembe e Mutote) e círculo de Zavala (célula Mindú);
- Pemba: células Como, Sefane, Vavate e Zacanha;
- Homoíne: células Meu e Muchava;
- Cambine: células Buvane e Maimela;
- Morrumbene e Massinga: círculos de Sitila e Bairrada (norte de Morrumbene); célula Mavume e círculos de Chimoco e Muluguiana (Funhalouro) mas também investigações mais rápidas na localidade sede do distrito de Massinga.

O limitado tamanho das equipas de investigação e a brevidade do período passado em trabalho de campo tornaram impossível a elaboração de amostragens estatísticas convencionais. Em qualquer caso, estas foram consideradas inapropriadas para o estudo. O grupo de trabalho elaborou as suas linhas de orientação para a sua investigação no campo. Os questionários foram usados de maneira que certos dados e métodos de trabalho de campo pudessem ser sistematizados. Mas as limitações do método de questionário—a forma pré-ordenada das questões que impossibilita ao entrevistador de pôr em questão as hipóteses propostas—

foram discutidas desde o princípio. Foram utilizadas outras maneiras para completar os inquéritos de forma a dar uma visão mais clara da realidade.

Consistiram fundamentalmente no estabelecimento de um período preliminar de contactos no campo devotados a discussões abertas com o maior número possível de pessoas representativas da comunidade, tais como mineiros, membros da estrutura política, professores, os velhos do distrito, elementos da OMM, administradores, também com os participantes em reuniões e, às vezes, durante o trabalho com os camponeses.[1] A análise dos arquivos e registos administrativos, onde possível, forneceu elementos importantes para o conhecimento da área em que se ia trabalhar.

No final do trabalho de campo tinham sido feitas 372 entrevistas com os agregados familiares rurais e as brigadas tinham realizado inúmeras discussões de grupo sobre os dados coligidos. Antes do regresso, as diversas brigadas elaboraram relatórios preliminares. Neste relatório geral as análises preliminares das brigadas não foram reproduzidas na totalidade. Algumas secções foram incorporadas no texto e, se for necessário para futuras investigações, os relatórios parcelares poderão ser consultados sob determinadas condições. Esta limitação foi julgada necessária de maneira a garantir que o relatório principal pudesse apresentar-se organizado de forma corrente sem que para isso se tivesse de limitar demasiado. Os relatórios na sua totalidade estão ao alcance dos estudiosos no Centro de Estudos Africanos, podendo igualmente ser utilizadas para fins de ensino.

As brigadas (grupos de trabalho) regressaram do campo em meados de Agosto. A fase seguinte do projecto envolveu a análise dos inquéritos aos mineiros e aos agregados familiares rurais (cerca de 800, ao todo, não incluindo amostras mais pequenas com um carácter mais limitado), a discussão em seminários dos relatórios escritos pelas brigadas, a

---

[1] No período colonial, para fins de administração local, o território de Moçambique encontrava-se dividido em Concelhos que compunhavam de freguesias e se agrupavam em distritos. A divisão administrativa do território pós-independência, ainda não se alterou sensívelmente. Assim podemos estabelecer a seguinte relação:

| Período Colonial: | Independência: |
|---|---|
| Distrito | Província |
| Concelho ou circunscrição | Distrito |
| Posto administrativo ou freguesia | Localidade |
| Regulado ou Regedoria | Círculo |
| Cabado ou grupo de povoações | Célula |

organização do material estatístico, a preparação de um esquema para a elaboração do relatório final e a sua redacção. Estes trabalhos foram realizados num período de seis semanas, de 22 de Agosto a 30 de Setembro. Novamente todos os membros do grupo, com excepção do Director de Investigação e um outro, estavam ligados a absorventes tarefas docentes.

Algumas deficiências do relatório devem ser atribuídas às condições em que foi produzido. Haverá, no entanto, outras falhas decorrentes da própria análise e o Centro de Estudos Africanos espera que o relatório proporcione críticas dentro de um espírito de seriedade e camaradagem que possibilite o melhoramento futuro do seu trabalho.

## FONTES E REFERÊNCIAS

Foram incluídas, sempre que possível, notas de rodapé explicativas. O ensaio bibliográfico que apresentamos no fim do relatório inclui, de entre o material (que cresce rapidamente em volume e qualidade) sobre o trabalho migratório—particularmente o mineiro e os seus efeitos na economia rural—os trabalhos mais importantes.

## NOTA SOBRE A CONVERSÃO DA MOEDA

Ao longo do relatório os salários e o pagamento diferido são apresentados em moeda moçambicana. Os equivalentes, em Setembro de 1977, são os seguintes:

| | | |
|---|---|---|
| R1,00 | = | 38$50 |
| £1,00 | = | 58$00 |
| US$1,00 | = | 33$00 |

**Canção de trabalho**

***N'WA MAROSA XI N'WI KUMILE—N'wamarosa está lixado***

Recolhida em Ḱhambane, Homoíne, 13.9.1979

| | |
|---|---|
| *Musumi:* Hoza N'wamarosa | *Líder:* Anda Rosa |
| *Vapangalati:* Hiyaa xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *Coro:* Hiyaa! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* A Rosa N'wamarosa | *L:* Rosa, filho de Rosa. |
| *V:* Hiyaa xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* Hiyaa! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* I xi n'wi kumile 'bloody fool' bava | *L:* Ela está lixado, a 'bloody fool', meu pai. |
| *V:* Hiyaa xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* Hiyaa! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* A a hi fambe N'wamarosa bava | *L:* Anda, vamos Rosa, meu pai. |
| *V:* Hiyaa xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* Hiyaa! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* A Rosa xi ta mu tekaa | *L:* Rosa será levada para longe. |
| *V:* Hiyaa xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* Hiyaa! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* A a hi fambe hi ya Muchira | *L:* Vamos à Muchira |
| *V:* Hiyaa xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* Hiyaa! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* A jombolo yini faka | *L:* A broca, como é que tu utilizas? |
| *V:* Hiyaa xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* Hiyaa! Rosa está lixado, o que é isto? |
| M: Hayi xi n'wi kumile 'bloody fool' bava | *L:* Hei! Ela está lixado, a 'bloody fool', pai. |
| *V:* A hee xi n'wi kumile Rosa hini loyi | *C:* A hee! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* O hoyo hoyo 'fucking shit' wena | *L:* Oh! Bem-vindo você 'fucking shit' |
| *V:* Hoyo hoyo xi n'wi khoma | *C:* A hee! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* A yi ta n'wi khoma | *L:* É convosco, pega! |
| V: A hiyoo xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* Hiyoo! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* A xi n'wi kumile n'wana mamani | *L:* Está lixado, meu irmão! |
| *V:* A hee xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* A hee! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* A hee yi n'wi kumile piki | *L:* A hee! A picareta e pá atingiram-no. |
| *V:* Hiyaa xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* Hiyaa! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* U nga khulumi n'wana mamani | *L:* Não fales, meu irmão |
| V: A hee xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* A hee! Rosa está lixado, o que é isto? |
| M: A he pfala nomu ndzi ta ku byela | *L:* Fecha a tua boca, hei-de dizer-te |
| *V:* A hee xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* A hee! Rosa está lixado, o que é isto? |
| M: U nga khulumi ndzi ta ku byela | *L:* Não fales, hei-de dizer-te |
| *V:* Hiyaa xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* Hiyaa! Rosa está lixado, o que é isto? |
| M: Hambi va ndzi d'aya ndzi ta ku yini | *L:* Mesmo que me matem, o que é que hei-de fazer ... |
| *V:* Hiyaa n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* Hiyaa! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* A ndza ha rili n'wana mamani | *L:* Eu não choro mais, meu irmão. |
| *V:* Hiyaa xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* Hiyaa! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* I nhlomulo ni xikolonyi | *L:* É um grande sofrimento com os colonialistas. |
| *V:* A hee xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* A hee! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* He mina ndzi ta ku yini fanakalo | *L:* O que é que posso fazer quando as coisas estiverem assim? |
| *V:* A hee xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* A hee! Rosa está lixado, o que é isto? |

| | |
|---|---|
| *M:* Se ndzi tlanyelile n'wana mamani | *L:* Eu já estou habituado meu irmão. |
| *V:* Hiyaa xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* Hiyaa! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* U nga khulumi n'wana mamani | *L:* Não fales, meu irmão |
| *V:* Hiyaa xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* Hiyaa! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* U khomiwile hi swa wena | *L:* Você foi preso por causa dos seus problemas. |
| *V:* A hee xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* A hee! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* Hi ku pfala nomu ndzi ta ku belá | *L:* Fecha a boca, hei-de te dizer |
| *V:* Hiyaa xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* Hiyaa! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* Mina ndzi ya kaya n'wana mamani | *L:* Eu vou para casa, meu irmão. |
| *V:* Hiyaa xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* Hiyaa! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* Va ndzi hlongorile n'wana | *L:* Expulsaram-me, meu irmão |
| *V:* A hee xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* A hee! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* Va ri ndzi swi tivi ku pika mina | *L:* Eles dizem que eu não sei cavar. |
| *V:* Hiyaa xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* Hiyaa! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* Mina ndzi tirhile ngopfu ka Manyisa | *L:* Eu trabalhei muito em Manhiça |
| *V:* Hiyaa xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* Hiyaa! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* Na ku layicha ka Muchiraa | *L:* E a carregar em Muchira. |
| *V:* Hiyaa xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* Hiyaa! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* Ndzi dlawa hi mapasi ya vukolonyi | *L:* Sinto o peso dos documentos coloniais. |
| *V:* A hee xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* Ahee! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* Ndzi dlawa hi 'gharada' n'wana mamani | *L:* Sinto o peso da máquina niveladora de estradas, meu irmão. |
| *V:* Hiyaa xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* Hiyaa! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* Lovi a ng riki na njombo a fa kwala | *L:* Aquele que não tem sorte morre aqui. |
| *V:* Hiyaa xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* A hee! Rosa está lixado, o que é isto? |
| *M:* Va n'wi hlongorile n'wana Hosiya | *L:* Expulsaram o filho de Hosiya. |
| *V:* Hiyaa xi n'wi kumile Rosa, hini loyi | *C:* Hiyaa! Rosa está lixado, o que é isto? |

As notas e as frases que se seguem são intercaladas entre as linhas do líder e do coro, pelos membros do coro:

- Bem–vindo, pai!
- Hei-de chorar perante si!
- Nós devemos acabar este trabalho sem tempo.
- Está a ver! Está a ver! Pega aqui, larga aí!
- Porque é que trabalha assim? Cuidado! Porque pega assim a pá? Você 'fucking shit'.
- Avança! Aqui está muito bem!
- Nós, filhos de Moçambique estamos perdidos.
- Não regresse ao Joni.
- Não seje amputada a perna, nem a sua mão!
- Voltem para casa meus filhos!
- Nós devemos acabar este trabalho antes de nascer o sol.

*Manghezi:* Onde é que entoam esta canção?

*Líder:* Entoamos esta canção nas minas do Joni. Quando trabalhamos na mina os boers querem dinheiro de bónus. O boer (responsável) quer que a gente trabalhe até ao fim para ele poder ter bónus. O *boss boy* também quer que trabalhemos

muito, porque de contrário pode ter problemas com os brancos, até pode ser açoutado. O *boss boy* tem a responsabilidade de entoar e conduzir as canções de trabalho e estimular. Os trabalhadores devem aprender a cantar.

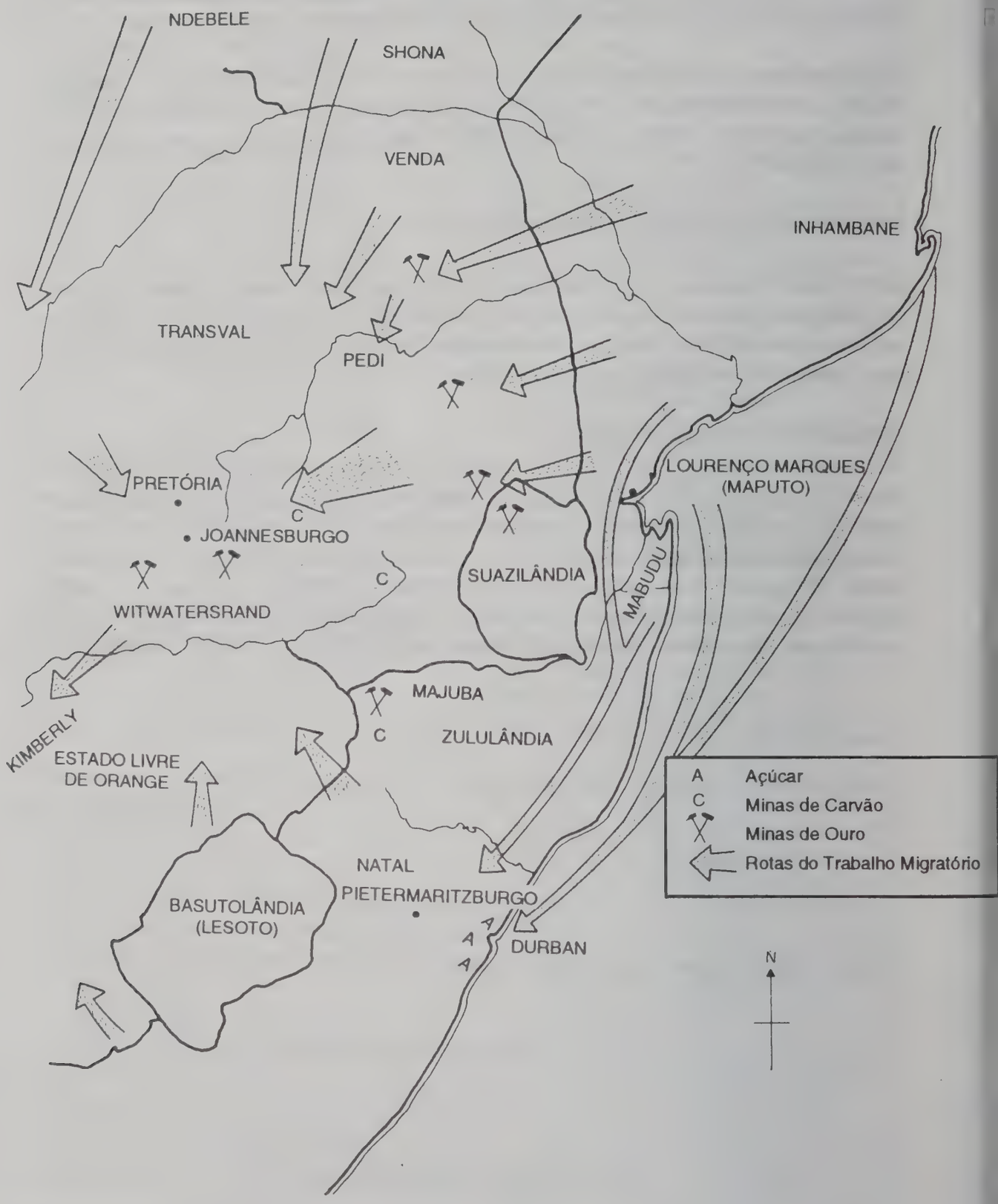
O moçambicano é chamado Rosa porque na sua terra, entrega-se por si mesmo (numa companhia mineira) ao Joni, devido à pobreza. E Rosa está lixado porque, entregou-se por si mesmo, eles fazem tudo o que quiserem de si, sem poder fazer nem dizer nada.

*Manghezi:* Rosa é nome de uma mulher não é?

*Líder:* Sim. O homem chama-se Rosa quando, querendo fugir de Moçambique, ele vai para as minas. A Rosa, porque tem medo do marido, uma vez que não consegue satisfazer os seus gostos e pretende libertar-se dele, abandonou-o e fugiu para Beira à procura de liberdade e fortuna.

*Comentário de Alpheus Manghezi:*
A canção conta-nos aquilo que aconteceu à Rosa, trabalhador da mina. Em conversa com um amigo em Maputo, fiquei a saber que isto tem analogia com aquilo que se vive: um mineiro moçambicano vira 'Rosa' (a mulher) ao chegar nas minas porque ele é mais ou menos inevitavelmente forçado à homossexualidade, muito frequente nos *compounds*. Os recém-recrutados não são os únicos vulneráveis, mas sofrem porque não têm formas de se defenderem quando se confrontam com o *boss boy* durante as horas de trabalho, na escuridão das minas!

## Rotas do Trabalho Migratório para a África do Sul, 1960-95



# I. A EXPLORAÇÃO DE MÃO DE OBRA

## CAPITALISMO ATRASADO E COLONIALISMO ATRASADO

A utilização da colónia de Moçambique como reserva de mão de obra, a exportação dessa mão de obra para o estrangeirc onde alimentava os centros sul-africanos de acumulação de capital, é uma das características dominantes de colonização portuguesa em Moçambique no final do século XIX e durante o século XX. É também uma consequência do carácter de dependência do colonialismo e capitalismo portugueses durante toda a sua história.

Embora uma periodização da ocupação portuguesa de Moçambique esteja ainda por ser feita, é evidente que do século XV em diante as actividades do capital mercantil português, através do comércio do ouro, depois do marfim e mais tarde de escravos, foram incapazes de alimentar o processo de acumulação primitiva que consolidaria a formação social capitalista portuguesa e faria surgir uma burguesia metropolitana.[1]

Pelo contrário, a fraqueza do Portugal no contexto do sistema mundial e a sua sujeição à competição internacional desigual bloqueou a sua transição do capital mercantil para o industrial.

Em Moçambique, no período de 1785 a 1870 o Estado português ocupou-se a cobrar taxas alfandegárias ao longo da costa e na mono-exportação de escravos. Cerca de 1870, no auge da rivalidade entre as potências imperialistas em África e da consolidação do imperialismo britânico na

---

[1] Estas observações sumárias sobre a periodização do colonialismo português em Moçambique baseiam-se numa apresentação feita em seminário no Centro de Estudos Africanos em Abril de 1977 por Nogueira da Costa e Luís de Brito. Para o período posterior este material baseia-se num estudo de Luís de Brito e António Pacheco 'O colonialismo português desde os finais do século XIX até 1960'. Trabalho sobre a periodização da industrialização de Moçambique por D.Wield prossegue actualmente e foi publicado em parte como 'Algumas características da economia moçambicana particularmente relacionadas com a industrialização' (mimeo).

África Austral, Portugal só podia explorar as suas colónias numa base de desigualdade e através de intermediários.

Deste modo, no período das Companhias Majestáticas, Portugal sub-contratou a sua exploração colonial no norte de Moçambique ao capital britânico, francês, alemão e outro capital internacional. Sob o sistema das Companhias Majestáticas, o Governo português arrendou uma grande parte do território moçambicano através de concessões ao capital privado estrangeiro para administrar gigantescas áreas da colónia.

Assim, a Companhia do Niassa, criada em 1881 por capital alemão largamente maioritário, possuía jurisdição sobre uma área de 190.000 $km^2$; a Companhia de Moçambique, criada no mesmo ano, com capital britânico e francês, controlava uma concessão de 155.000 $km^2$; e a Companhia da Zambézia, criada em 1892 com capital francês, juntamente com outras como a Société du Madal, de 1904 e a Sena Sugar Estates britânica, constituíam o principal sector da presença colonial.

Na metrópole, a economia portuguesa era arcaica e encontrava-se na bancarrota. Nas colónias a falta do capital português resultou numa pesada dependência em relação ao capital britânico, e europeu, e mais tarde, sul-africano. Isto significava que o sistema colonial português carecia de capacidade para valorizar os recursos económicos e de mão de obra da colónia. Anteriormente os escravos tinham sido usados não para a produção mas para a venda como bens de exportação. Os prazos, longe de serem propriedades agrícolas, tinham, na verdade, sido instalados para garantir e controlar a circulação de bens em regiões atravessadas por rotas comerciais. Assim, também, no final do século XIX, a consolidação da presença física de Portugal no sul, depois da derrota em 1895 do Estado de Gaza, teve como consequência a organização, embora em pequena escala, da exploração e enquadramento da força de trabalho na colónia. Uma das medidas imediatas consistiu na regulamentação da venda de mão de obra para o exterior, aproveitando a criação e rápido crescimento da indústria mineira sul-africana. Isto originou uma cooperação profunda com a economia sul-africana.

Mesmo em períodos posteriores, como entre 1929 a 1954, altura em que foram dissolvidas as Companhias Majestáticas e se faziam esforços para revalorizar os interesses das classes dirigentes portuguesas (por exemplo, induzir os camponeses moçambicanos a cultivarem algodão e outras matérias primas para a indústria portuguesa), as tentativas de consolidação económica só podiam ser levadas a cabo com a cooperação do capital multi-nacional sedeado na Grã-Bretanha e no contexto da contínua

integração da economia moçambicana na da Africa do Sul e, em menor extensão, na da Rodésia.

Iniciando-se imediatamente antes, mas aumentando rapidamente depois de 1945 e particularmente depois de 1954, registou-se um crescimento do capital português em Moçambique. Este capital era dominado pelos grandes grupos monopolistas que exerciam uma influência crescente sobre o Estado português. Estes interesses monopolistas estenderam a sua presença às colónias abrindo-as, ao mesmo tempo, a uma nova fase de penetração do capital estrangeiro. Este período registou uma industrialização crescente, embora fosse uma industrialização baseada no sector de exportações e centrada nas necessidades de consumo de uma crescente população de colonos.

Neste último período, mesmo enquanto o capital português se fortalecia, a ameaça pendente era a de perda por Portugal do seu mercado de exportação para a colónia de Moçambique. Enquanto em 1947, 31,7% das exportações totais de Moçambique foram para Portugal aumentando em 1960 para 40,03%, as importações moçambicanas de Portugal baixaram neste período de 35,22% para 28,6%.

A perda de terreno dentro da economia moçambicana por Portugal nas décadas de 60 e 70 sublinhou as duas características essenciais da economia moçambicana que se mantiveram constantes através de todas as fases históricas do colonialismo português:

- a contínua dependência em relação ao capital estrangeiro;
- o papel de Moçambique como uma economia de serviços no contexto da África Austral. Estes serviços compreendiam o fornecimento de facilidades ferroviárias e portuárias para as exportações e importações da África do Sul e Rodésia e, centralmente, a função de Moçambique como uma área fornecedora de mão de obra.

Veremos nas páginas seguintes que a permuta de força de trabalho por instalações de transporte não era de modo algum acidental mas constituía, na verdade, o eixo da colaboração luso-sul-africana, na exploração de Moçambique. Sem a venda de mão de obra, o contrato comercial não teria sido possível, e a extensão e persistência das exportações de mão de obra (como já foi dito anteriormente 25% a 35% da força de trabalho moçambicana era exportada) é uma determinante central do carácter da dependência moçambicana.

A estrutura colonial da economia moçambicana era, deste modo, o resultado de uma dupla dependência. Por um lado era o produto da dependência em relação a uma economia capitalista relativamente atrasada, constituída pela potência colonial portuguesa. Ao mesmo tempo estava subordinada às necessidades do complexo económico da África Austral. Foi esta última integração que se tornou cada vez mais o aspecto dominante da estrutura da economia colonial moçambicana. As forças produtivas de Moçambique foram organizadas não de acordo com as necessidades do desenvolvimento capitalista em Portugal, mas segundo as necessidades da acumulação capitalista na África Austral. Portugal desempenhou o papel de 'rentier', retirando a maior parte dos seus lucros do comércio invisível e especulando na venda de força de trabalho da sua mão de obra africana.

## UM SISTEMA DE COOPERAÇÃO BILATERAL

Foi com o estabelecimento da indústria mineira de ouro em Witwatersrand que a exportação de mão de obra de Moçambique começou a ser organizada numa gigantesca e sistemática escala. Anteriormente, a mão de obra moçambicana tinha emigrado para as plantações da açúcar do Natal e para os campos diamantíferos de Kimberley, mas esta corrente de trabalhadores teve lugar antes de o Estado Colonial português ter firmado o seu poder sobre o Sul de Moçambique (sul do rio Save).

A revolução mineira na África do Sul requeria pesados investimentos de capital e grandes e constantes fornecimentos de mão de obra barata. No contexto da África do Sul os interesses mineiros do ouro intervieram activamente na política do Estado de modo a criar uma força de trabalho barata e controlada, a partir da qual poderia ser garantida uma rápida acumulação de capital. Simultaneamente a indústria mineira prospectava a África até ao norte, e até regiões tão longínquas como a China e outras partes da Ásia, em procura de formações sociais onde o trabalho assalariado não se tinha ainda generalizado e onde se poderiam originar fontes de mão de obra barata.

Moçambique demonstrou ser a área chave de fornecimento de mão de obra nos anos de formação da indústria mineira do ouro. As origens dessa indústria coincidem com a derrota de Ngungunhana em 1895, a subordinação do Estado de Gaza, e a imposição sobre uma larga zona do sul de Moçambique, de um governo militar sob o qual foram usadas rígidas medidas punitivas para recolher os impostos e manter a ordem colonial. Agora a presença colonial portuguesa podia já ser estendida para além das áreas arrendadas ao norte, para além do posto mercantil de Inhambane e do forte

de Lourenço Marques, e foi aberto o caminho à administração portuguesa para a cooperação com os interesses mineiros sul-africanos, para o envio de mão de obra e para tirar proveito deste comércio de mão de obra.

Esta cooperação foi institucionalizada em tratados de Estado para Estado em relação à venda da força de trabalho. A indústria mineira necessitava de soluções a longo prazo e estáveis para o fornecimento de mão de obra africana barata. O Estado colonial português efectuava os seus cálculos com base numa constante fonte de receitas e em assistência na construção e manutenção da infra-estrutura do território.

O êxodo de mão de obra moçambicana para as minas foi oficialmente formalizado em 1897 pela primeira vez. O regulamento desse ano constituiu o primeiro de uma série de acordos internacionais com as autoridades sul-africanas.[2]

A exportação da mão de obra foi assim, a partir de 1897, formalmente organizada e controlada pelos dois Estados e partes contratantes. Ao Governo colonial português foi garantido um lucro originado pelo comércio da mão de obra. Este lucro assegurado, por seu turno, originou no Estado colonial um interesse activo no prosseguimento e alargamento do comércio de mão de obra. Foram improvisadas estruturas em ambos os lados da fronteira para organizar e supervisar o movimento de trabalhadores. Uma curadoria foi estabelecida em Witwatersrand para controlar os trabalhadores nas minas e as transações monetárias entre os dois Estados.

Os termos do acordo entre o Estado colonial português e a indústria mineira sul-africana, e deste modo uma importante facção da classe dirigente daquele país, persistiram durante as oito décadas. Em essência a transação permaneceu imutável. Consistia na troca de uma quota fixa de mão de obra para as minas contra o envio garantido através dos portos e caminhos de ferro de Moçambique de uma percentagem fixa de bens para e de Witwatersrand. Aparte algumas modificações relativamente pequenas, a série de acordos internacionais afirma os seguintes princípios:

- A mão de obra mineira tem de ser migrante, cada um e todo o mineiro tem de ser repatriado ao terminar o seu período de serviço, que é fixado contratualmente.

---

[2] Luís Covane, *As relações económicas entre Moçambique e a África do Sul, 1850-1964: acordos e regulamentos principais,* Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1989.

- À Wenela é garantido o monopólio no recrutamento de mão de obra. O *Modus Vivendi* de 1901 incluía um acordo secreto entre a Wenela e as autoridades portuguesas em Moçambique, que era negociado com o conhecimento e consentimento do então Governo do Transvaal. Era este acordo secreto que atribuía à Wenela o seu monopólio. O Transvaal tinha o direito de vetar inscrições de agentes recrutadores que procuravam autorização para actuar em território moçambicano. A agentes que não pertencessem à Wenela era simplesmente recusada a permissão. Este monopólio da Wenela sobre toda a mão de obra exportada prosseguiu até 1965. Nesse ano, a administração portuguesa convidou os interessados (na verdade dentro de um círculo fechado de administradores) para a criação de três organizações privadas para o recrutamento de mão de obra. Ostensivamente o objectivo era o controlo de mão de obra que clandestinamente seguia para a África do Sul.[3]

Na prática, a criação de três adicionais organizações de recrutadores possibilitou a interesses privados portugueses capitalizarem com base na corrente de mão de obra. Foram legalizadas três organizações privadas recrutadoras: ALGOS,[4] ATAS[5] e CAMON.[6] Elas recrutavam mão de obra para minas não filiadas na Câmara das Minas—principalmente minas de platina e algumas de carvão—e para a agricultura, especialmente para os campos de açucar do Natal. Desde 1972, o sistema de pagamento diferido tem sido operado por estas organizações recrutadoras, embora as escalas para os pagamentos imediatos e subsequentes sejam um pouco diferentes das seguidas no sistema do Wenela. A principal diferença entre os dois sistemas de recrutamento é que, embora sob a Wenela o mineiro possa, por seu direito contratual, rejeitar um máximo de três minas (sob condições de recrutamento mais 'normais' que no presente), não tem no entanto qualquer outra possibilidade de escolha no que respeita à sua colocação; sob os sistemas de ALGOS, CAMON e ATAS, o trabalhador que assina o seu

---

[3] Sempre se registou uma substancial migração ilegal para a África do Sul, embora controlos introduzidos nos últimos anos a tivessem reduzido. A grande maioria dos moçambicanos ilegalmente naquele país, eram trabalhadores agrícolas no Natal e no Transvaal oriental. Registava-se igualmente uma corrente de trabalhadores procurando trabalho em pecuária, embora não através dos canais da Wenela. Até metade dos anos 60 os escritórios da curadoria tinham autoridade para legalizar o trabalhador emitindo-lhe um passaporte do modo a poder obter um contrato formal com uma mina; em anos mais recentes o mineiro que se encontre ilegalmente na África do Sul tem sido obrigado a regressar a Moçambique.

[4] Designada a partir do nome do seu proprietário, Albano Domingos.

[5] Agência de Trabalhadores para a África do Sul

[6] Companhia Angariadora de Mão de Obra Nacional

contrato em Moçambique deverá trabalhar para um empregador escolhido ou estipulado nesse momento. Relações de mão de obra recrutada, tal como se verifica com a Wenela, são regularmente entregues ao Ministério do Trabalho (Instituto do Trabalho). Os trabalhadores constituem uma produção bastante baixa da exportação total de mão de obra de Moçambique.[7]

- O recrutamento da mão de obra tem, para a maioria deste período, sido restrita a áreas ao sul da latitude 22° sul.

Durante um certo tempo, entre cerca de 1903 e 1913 a Companhia Majestática do Niassa, tendo fracassado, na altura, as suas outras iniciativas económicas, transformou-se numa fornecedora de mão de obra para as minas. Em 1908, por exemplo, havia 764 homens provenientes do Niassa a trabalhar na África do Sul. Depois de 1908, quando a Companhia se converteu no consórcio Niassa e possuía investimentos de capital mineiro sul-africano, intensificou as suas actividades de recrutamento de mão de obra e regularmente passou a entregar trabalhadores à Wenela na zona costeira. Mas depois de Maio de 1913 o recrutamento ao norte dessa latitude foi proibido. A proibição não significava que não se recrutasse em áreas ao norte dessa linha. Os trabalhadores podiam deslocar-se para o sul da 'linha' e 'oferecer-se' em contratos nas estações locais da Wenela. O seu significado prático era que a Wenela não podia efectuar operações de recrutamento nas províncias do norte. Os arquivos da Wenela mostram as origens da mão de obra a norte dessa latitude de 1902 a 1913. Depois dessa data, a mão de obra originária de áreas ao norte do rio Save foi classificada nos *Progressive Comparative Statements of Output* da Wenela, de acordo com a estação de recrutamento onde fora inscrito o trabalhador.[8] Todas as estações da Wenela estão localizadas nas províncias do sul. Somente um escrutínio dos contratos individuais, e dos livros de registos conservados não oficialmente por alguns sub-directores da Wenela poderiam revelar as

---

[7] O recrutamento de mão de obra agrícola tem sido mais difícil em períodos recentes. Em termos de regulamentos de trabalho publicados pela África do Sul em meados de 1977, os trabalhadores agrícolas moçambicanos teriam permissão para renovar os seus contratos de 18 meses somente se tivessem sido previamente empregados numa base de regularidade anteriormente a 1 de Julho de 1972. Os trabalhadores que aceitaram empregos depois dessa data tinham permissão para completar os seus contratos, mas seriam depois repatriados. Calcula-se que em meados de 1977 havia cerca de 16.000 moçambicanos empregues na agricultura somente no Transvaal oriental. Depois da promulgação desta legislação previa-se que cerca de 4.000 seriam abrangidos e sujeitos a repatriação quando expirassem as suas licenças de 18 meses. (*Star*, 4 de Junho de 1977).

[8] Relações mensais de todos os trabalhadores recrutados.

verdadeiras zonas de origem dos mineiros contratados. Numerosos homens das províncias do norte continuaram a deslocar-se para o sul para conseguir o contrato de trabalho nas minas, embora a esmagadora maioria de migrantes tenha sido proveniente das três províncias do sul.

- Os salários e condições de trabalho têm sido controlados pelos dois Governos como partes contratantes e foram impostos aos trabalhadores recrutados segundo os acordos firmados.

Foi a existência das grandes áreas de recrutamento com a mão de obra controlada que permitiu às companhias mineiras, operando através da sua organização monopolista de recrutamento, forçar a redução nos salários dos mineiros nos primeiros anos da indústria, minar a resistência dos trabalhadores africanos na África do Sul a níveis controlados, e manter, consistentemente durante décadas, baixos níveis salariais.[9]

Em Acordos posteriores, foi dedicada alguma atenção às formas nominais de 'protecção' que o Instituto do Trabalho deveria exercer sobre os trabalhadores. Os contratos tinham de ser assinados na presença de representantes administrativos e os pagamentos diferidos pagos sob a sua supervisão. Os escritórios da curadoria nos centros mineiros sul-africanos deveriam efectuar visitas regulares de inspecção às minas 'compounds'. Mas os termos essenciais de emprego e salários e condições de trabalho não são negociáveis pela força de trabalho.

- O período mínimo de contratação de um trabalhador moçambicano tem sido de 12 meses, prolongáveis para 18 meses. Entre contratos havia um período obrigatório de regresso ao país.[10] Embora acordos sucessivos tenham de algum modo modificado os períodos mínimo e máximo de contratos, a migração de mão de obra proveniente de Moçambique tem, geralmente, sido organizada sem consideração pelas necessidades do ciclo agrícola. Um período mínimo de contratos

---

[9] Anterior à Guerra Anglo-Boer, a competição pela mão de obra entre proprietários de minas e também com os proprietários agrícolas criou condições sob as quais os trabalhadores africanos recusaram trabalhar por menos de R5 por mês; depois de o recrutamento ter sido institucionalizado em Moçambique e outras zonas da África Austral, a Wenela pode reduzir os salários dos mineiros para R3 mensais em 1901.

[10] Para alguns trabalhadores especializados, como socorristas médicos, 'indunas' dos compounds e 'representantes tribais' (termos usados no sistema do controlo da mão de obra mineira) os contratos podem ser prolongados até dois anos com o acordo das autoridades da curadoria. (Nos meados da década 1970, a Curadoria transformou-se em Delegação).

de 12 meses significa que o migrante não pode escolher a sua partida ou regresso, nem a duração da sua ausência, de modo a integrar o trabalho assalariado nas actividades de produção no campo.

- Para a indústria mineira a contratação de mão de obra moçambicana por períodos tão prolongados significa que, pelo custo total de um simples contrato, se pode extrair mais valia em maior quantidade. Por outras palavras, a mão de obra mineira moçambicana tem sido consistentemente a mais explorada dos contingentes da mão de obra utilizados nas minas.
- o Estado colonial em Moçambique retirava lucros de mão de obra mineira não de qualquer investimento produtivo desta mão de obra, mas simplesmente da sua venda. Isto transformou-se num recipiente passivo da taxa de trabalho, num estado *rentier*, e criou uma economia de serviços.

Em várias alturas, as convenções estabeleceram o pagamento ao Estado colonial de uma taxa de capitação por cada recrutado.

Existiu igualmente uma cláusula para o Governo português recuperar os impostos a pagar pelos seus trabalhadores durante o seu trabalho nas minas, o que assegurava um sistema muito seguro de cobrança de impostos.

Evidentemente, no entanto, a principal fonte de receitas do Estado proveniente da venda da mão de obra mineira tem sido através do sistema obrigatório de pagamento diferido de uma percentagem fixa dos salários dos mineiros. Sob certas cláusulas das convenções estas somas de pagamentos diferidos eram transferidos para o Estado português na forma de ouro valorizado a um preço especial. Este sistema terminou em 1977 quando a África do Sul revalorizou as suas reservas de ouro em consequência de uma emenda aos Artigos de Acordos com o Fundo Monetário Internacional.

Este papel de prestador de serviços do Estado *rentier*, tornou Moçambique susceptível às crises da economia sul-africana, e às estratégias e caprichos tanto económicos, como políticos, da sua classe dirigente. Esta sensibilidade às mudanças cíclicas na periodização do capital sul-africano, tem sido demonstrada pelo que sucedeu à mão de obra mineira moçambicana durante a depressão dos anos 30, e pela actual depressão, e, igualmente, no contexto do presente clima político alterado na África Austral.

***Canção de trabalho***

***NYANKWAVANE*** (recolhida em Khambane, Homoine, 11.09.79)

| | |
|---|---|
| *Musumi:* Nyankwavane khombo ra mina a si wo lalaa | *Líder:* Nyankwavane, oh! Minha grande desgraça. |
| *Vapangalati:* Hoo haha mi mhumbu ya mina a si wo lalaa | *Coro:* Oh! Lá! Lá! Minha grande desgraça. |
| *M:* Nyankwavane mi mhumbu ya mina a si wo lalaa | *L:* Nyankwavane, oh! Minha grande desgraça. |
| *V:* Hoo haha mi mhumbu ya mina a si wo lalaa | *C:* Oh! Lá! Lá! Minha grande desgraça. |
| *M:* I Nyankwavane a nga yiva mitsumbula, Ku badala ka mina hi ko ku khoma velee | *L:* É Nyankwavane quem roubou mandioca, qual é a compensação, para acalmar o meu coração é só pegar a mama. |
| *V:* Hoo haha mi mhumbu ya mina a si wo lalaa | *C:* Oh! Lá! Lá! Minha grande desgraça. |
| *M:* I Nyankwavane a nga yiva mitsumbula, Ku badala ka mina hi ko ku khoma velee | *L:* É Nyankwavane quem roubou mandioca, qual é a compensação, para acalmar o meu coração é só pegar a mama. |
| *V:* Hoo haha mi mhumbu ya mina a si wo lalaa | *C:* Oh! Lá! Lá! Minha grande desgraça. |
| *M:* Nyankwavane mhumbu ya bava a si wo lalaa | *L:* Nyankwavane, oh! A desgraça do meu pai |
| *V:* Hoo haha mi mhumbu ya mina a si wo lalaa | *C:* Oh! Lá! Lá! Minha grande desgraça. |
| M: I Nyankwavane a nga yiva mitsumbula, Ku batala ka swona hi ko ku suka hi famboo | *L:* É Nyankwavane quem roubou mandioca, qual é compensação, que pode me acalmar o coração, é seguir (para Joni). |
| V: Hoo haha mi mhumbu ya mina a si wo lalaa | *C:* Oh! Lá! Lá! Minha grande desgraça. |

Entre o *Líder* e o coro, os membros do coro introduzem as frases que se seguem:

- Ele vai e deixa-nos aqui em casa na pobreza / miséria.
- Não sofra, há-de voltar; há-de voltar (de boa saúde!).
- Eu hei-de ficar, continuar a partir pedras (*chibalo*); não hei-de aguentar!
- Isto é um cão branco, não temos nada a ver com ele (administrador).
- Ficarei sozinho com crianças menores, estás a ver isso?

*O marido que parte*: Não deixa chumelani (filhos) abandonar o meu gado e ir para a escola! Chumelani não deve ir a escola, deve cuidar do gado! Cuidar bem; deve cuidar bem do meu gado, percebeste?

*Entrevistador:* Qual é o significado da canção: Nyankwavane foi quem roubou mandioca?

*Um homem*: Nós entoamos esta canção quando seguimos para o Joni, quando nos despedimos dos nossos familiares. É a minha esposa, Nyankwavane, quem foi roubar mandioca e depois ficou presa. Isto é que me obriga a ir para o Joni porque quero arranjar dinheiro para pagar a multa ao dono da mandioca. O que é que eu ganho nesta maçada toda? Hei-de pegar a mama de Nyankwavane ou sou forçado a ir para as minas.

## PORQUÊ O TRABALHO MIGRATÓRIO?

Desde há muito tempo, o excedente gerado em Moçambique sob a forma de trabalho vivo, tem sido exportado para a economia sul-africana e aí acumulado como capital. Este processo contribuíu para o desenvolvimento marcadamente desigual característico do sub-sistema da África Austral.

Na África do Sul, o desenvolvimento da indústria mineira—pedra angular do capitalismo sul-africano—consistiu num rápido processo de concentração e centralização do capital. Este capital foi acumulado na base de um sistema de trabalho migratório não confinado às fronteiras do país. A precoce monopolização da indústria mineira criou as condições para o estabelecimento de um controle monopolista do recrutamento do trabalho migratório cuidadosamente planeado e institucionalizado. Este monopólio foi fortalecido por acordos bilaterais com Estados fornecedores, visando garantir a estabilidade e a reprodução contínua desta força de trabalho. Assim, o sistema do trabalho migratório foi e continua a ser a base de acumulação de capital na indústria mineira.

Só podemos, portanto, apreender completamente a particularidade do capitalismo sul africano através da análise do sistema de trabalho migratório, uma vez que este representa a natureza específica da exploração da força de trabalho neste sistema.

Existe presentemente uma quantidade considerável de literatura sobre as origens e desenvolvimento do capitalismo sul africano, cujo núcleo só se refere ao papel e importância do trabalho migratório como pedra angular desta forma particular de acumulação de capital. Não é nosso objectivo aqui sumarizar ou desenvolver este debate. Tentaremos, antes, apresentar rapidamente alguns dos argumentos principais sobre as razões por que o trabalho migratório constituiu a fonte da acumulação de capital.

Como Marx demonstrou na sua análise de *O Capital*, o desenvolvimento do capitalismo consistiu essencialmente no processo histórico da criação do proletariado. Desta forma, foi criada uma classe de pessoas que estava totalmente separada dos meios de produção e que, para sobreviver, era compelida a converter a sua força de trabalho em mercadoria.

Para assegurar a reprodução constante da classe operária, o valor da força de trabalho tinha que ser de modo a permitir não só a reprodução da capacidade de trabalho do trabalhador, como ainda a reprodução da sua família (uma vez que os seus filhos seriam os futuros trabalhadores).

Assim, e por outras palavras, o valor da força de trabalho é determinado pelo valor das necessidades básicas de que o trabalhador e sua família precisam para fornecer a actual e a futura força de trabalho. Daí que a mais-valia de que se apropria o capitalista esteja limitada pelo valor produzido pela força do trabalho, por um lado, e pelo valor da força de trabalho, por outro.

Historicamente, a burguesia tentou sempre reduzir os salários dos operários a um nível inferior ao do valor da força de trabalho, e fê-lo através do prolongamento excessivo do dia de trabalho, e do emprego de mulheres e crianças em trabalhos pesados. Inevitavelmente, no entanto, tais tentativas entram em contradição com a necessidade de reproduzir continuamente a classe operária. Só reduzindo o próprio valor da força de trabalho resultante da crescente produtividade do operário, pode o capital procurar a sua expansão sem ameaçar debilitar a sua fonte vital.

A expansão imperialista do capital e a consequente integração das nações oprimidas na divisão internacional do trabalho moldada pelas exigências do capital financeiro, relegou a produção das matérias primas baratas para as massas trabalhadoras daqueles. Desta forma, por exemplo, dentro da divisão internacional do trabalho, a África do Sul transformou-se num centro da indústria mineira do ouro.

Esta indústria requeria a formação de uma classe operária com um carácter muito específico. Foi criado um sistema de trabalho migratório que se distingue da classe operária das sociedades capitalistas desenvolvidas não meramente por migrar através de grandes distâncias, mas principalmente porque esta classe de trabalhadores nunca esteve completamente separada da posse dos meios de produção. O trabalhador migrante continuou a ser capaz de produzir parte das suas necessidades de subsistência com base nesses meios de produção. Isto permitiu ao produtor capitalista comprar a força de trabalho deste operário-camponês a um preço inferior ao seu valor, uma vez que parte das necessidades de subsistência do operário e sua família continuava a ser produzida a partir da sua base camponesa que se mantinha fora da esfera da produção capitalista. Deste modo, as formas de produçaõ pré-capitalistas foram levadas a subsidiar a acumulação de capital ao permitirem a extracção de mais-valia adicional resultante da compra de força de trabalho abaixo do seu valor.

Obviamente, tal sistema só pode funcionar se o processo de produção, distribuição e consumo inerente à formação social pré-capitalista for quebrado em parte, a fim de gerar trabalho excedentário a ser fornecido sob a forma de trabalho migratório para as minas. Esta destruição parcial

dos modos de produção pré-capitalistas foi conseguida inicialmente através da utilização de meios coercivos extra-económicos, tais como a apropriação das melhores terras e o relegar a população para reservas onde a base de produção fosse insuficiente (por exemplo os bantustões sul-africanos), o lançamento de impostos e a imposição do trabalho forçado, bem como através de meios económicos como a destruição de artesanato indígena devido à importação de mercadorias (por exemplo capulanas, enxadas e outros instrumentos de produção).

O enfraquecimento da base económica da sociedade camponesa devido à extracção da força de trabalho por um lado, e à criação de novos hábitos de consumo, por outro, transformou gradualmente o sistema de trabalho migratório num sistema que se auto-reproduz economicamente. Ilustram o primeiro destes aspectos a transformação da divisão de trabalho entre homens e mulheres, na economia camponesa (sendo os homens libertados para o trabalho assalariado), a redução do acesso à terra em alguns casos e a dependência na compra de instrumentos de produção como mercadoria. Tudo bloqueou o desenvolvimento das forças produtivas e tornou estas comunidades dependentes dos rendimentos do trabalho migratório. Por último, os novos hábitos de consumo, como o do álcool e de téxteis importadas—estimulado pelos produtores e comerciantes em Portugal e na colónia—, aumentaram a dependência em relação aos rendimentos provenientes do trabalho migratório. Assim, acumulava-se capital com base em modos pré-capitalistas parcialmente destruídos e parcialmente reproduzidos. Estes últimos subsidiaram os primeiros e permitiram assim a extracção de maiores quantidades de mais-valia.[11]

---

[11] Há bastante literatura sobre este processo quanto à África do Sul e quanto a outras áreas da África Austral fornecedoras de trabalho. Assim, Colin Bundy em 'The emergence and decline of a South African peasantry', escreve: 'Grande parte da história da África do Sul gira à volta da transição de uma maioria do seu povo—a população rural africana—da sua existência pré-colonial, em moldes agro-pastoris, para o seu estatuto contemporâneo: o de camponeses vivendo em regime de sub-subsistência, manifestamente impossibilitados de se sustentarem com base na agricultura, e dependentes, para sobreviverem, dos salários ganhos nas regiões industriais 'brancas', e nas herdades 'brancas'.' O estudo de Bundy demonstra o aparecimento de um campesinato africano por altura dos anos 90 do séc. XIX no Transkei e o seu declínio ao longo das quatro décadas seguintes. Escreve: 'Este processo era um componente necessário e não separado do processo de desenvolvimento capitalista na África de Sul (assim, o subdesenvolvimento estrutural do sector camponês era a outra face da moeda do desenvolvimento capitalista na África do Sul)'. Mas este processo levou, no caso do Transkei, a uma rápida diminuição da capacidade produtiva dos camponeses. Este processo, porque debilitava a intensidade da actividade económica das áreas camponesas, reproduzia a necessidade de mais trabalho migratório. Wolpe, citando novamente o

## PORQUÊ A MÃO DE OBRA ESTRANGEIRA?

Tentámos explicar no capítulo anterior como, no desenvolvimento inicial do capitalismo na África do Sul, baseado na indústria mineira do ouro, a mão de obra extraída de formações sociais pré-capitalistas tinha sido crucial para a taxa de mais-valia. Estas sociedades pré-capitalistas não eram só as que se situavam dentro das fronteiras geográficas do estado sul-africano, como o Transkei ou outras áreas de reserva. Pelo contrário, a mão de obra extraída fora daquelas fronteiras tem sido continuamente um factor importante no processo de acumulação capitalista na África do Sul.

O quadro 2 em anexo, que mostra a composição da força de trabalho nas minas desde 1904 a 1976, demonstra nitidamente, em diferentes fases da indústria, as origens territorias dessa força de trabalho.[12]

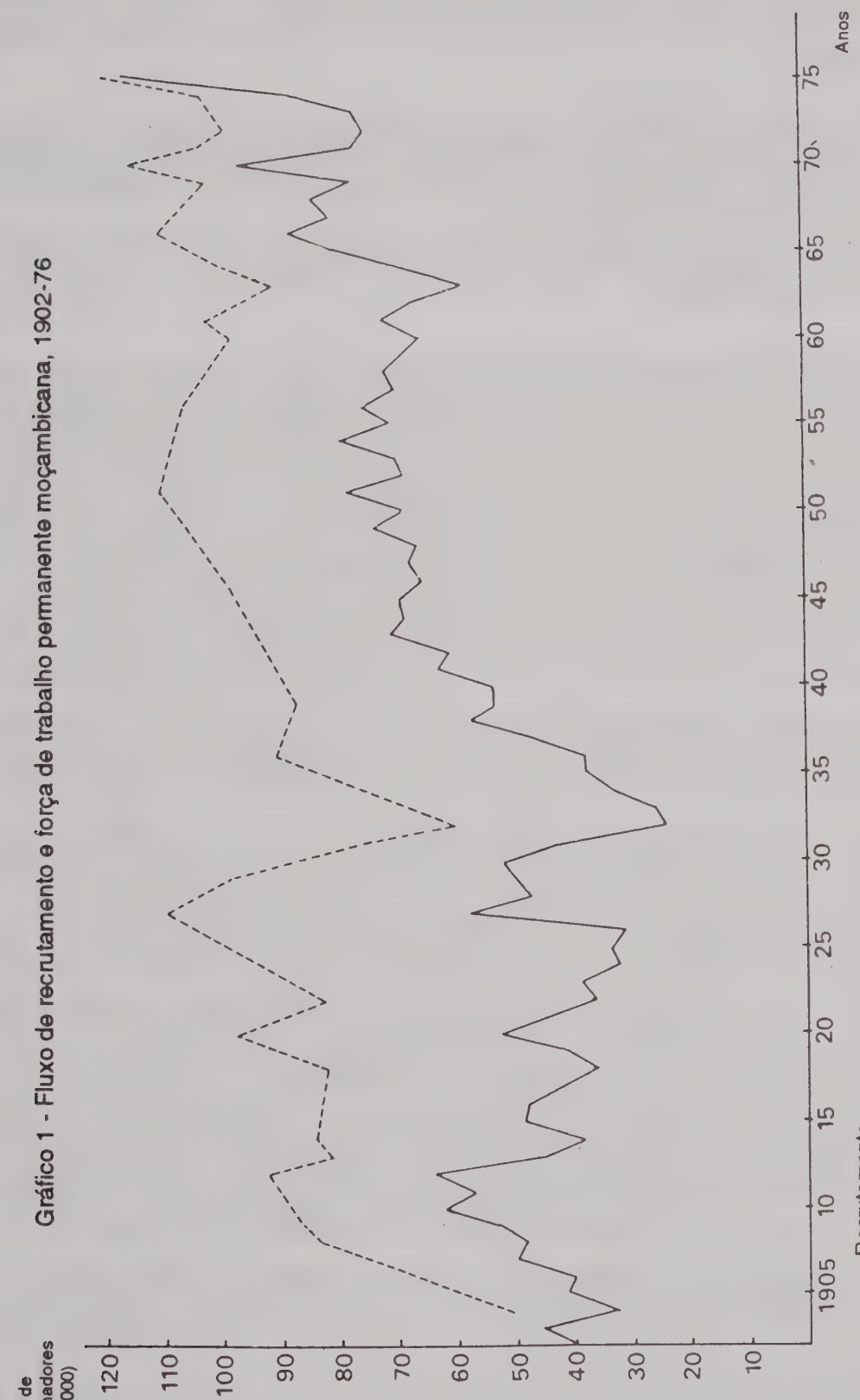
O gráfico 1 mostra o fluxo de recrutamento moçambicano de 1902 a 1976, e também a força de trabalho moçambicana existente nas minas durante aquele período. Não existe uma correspondência entre os dois números, porque embora o contrato do mineiro moçambicano seja por um mínimo de doze meses, a maioria dos mineiros cumpre contratos maiores e, portanto, em cada ano, os números de recrutamento são inferiores ao quantitativo total da força de trabalho que se encontra então nas minas.

---

caso da África do Sul, escreveu sobre como 'a produção e reprodução da força de trabalho migratório dependia de um equilíbrio instável entre a produção, a distribuição e as obrigações sociais nas reservas—o nível de produção nas reservas, juntamente com salários mais ou menos suficientes para manter as (historicamente determinadas) necessidades de subsistência dos migrantes e suas famílias, enquanto a utilização da terra e as relações comunitárias da família asseguravam a distribuição apropriada do produto da reserva'. Este equilíbrio era no entanto, inerentemente frágil e sujeito a pressões irresistíveis (Wolpe, 'Capitalism and cheap labour power in South Africa: from segregation to *apartheid*'). Estudos posteriores sobre o Transkei defendem que, embora fosse possível identificar ali modos de produção pré-capitalistas, estes acham-se estruturados pelo domínio do modo de produção capitalista e seus imperativos. Os dados existentes apontam para o facto de a maior parte dos agregados familiares rurais se acharem dependentes, para a sua reprodução, da venda da respectiva força de trabalho; de que a divisão de trabalho camponesa e redistribuitiva 'tem sido ultrapassada por uma divisão de trabalho capitalista, com o homem como trabalhador assalariado e a mulher (não paga) em trabalho reprodutivo'.

[12] Devemos as estatísticas ao trabalho do Warwick Research Project de Martin Legassick e Duncan Innes e ao seu artigo: 'Capital restructuring and the South African state: the case of foreign labour', mimeo, 1977.

Gráfico 1 - Fluxo de recrutamento e força de trabalho permanente moçambicana, 1902-76



O padrão de fornecimento de mão de obra mineira ao longo de setenta e cinco anos (de 1902 a 1977) mostra duas tendências distintas embora relacionadas:

- a variação, nos diferentes períodos, da proporção entre a mão de obra sul-africana e estrangeira, e a alteração nas fontes de fornecimento da força de trabalho estrangeira;
- o carácter marcadamente estável e consistente do fluxo de mão de obra moçambicana;

Numa perspectiva histórica de mais de meio século, verificamos que houve subidas e descidas no fornecimento de mão de obra moçambicana e outra mão de obra estrangeira, que devem ser interpretadas de acordo com dois factores diferentes ainda que também relacionados. O primeiro consiste nas modificações dentro da própria economia sul-africana. Na generalidade, como se demonstra no gráfico e nas estatísticas comparativas, os maiores fluxos e refluxos de mão de obra mineira moçambicana, como se observa nas oscilações mais acentuadas do gráfico, estão relacionados com transformações operadas no interior da economia dominante da África do Sul. Simultaneamente, embora em menor escala, o padrão de fornecimento relaciona-se com determinadas transformações internas em Moçambique.

No que respeita à primeira questão, o carácter variável da indústria mineira dentro da economia sul-africana, devemos muito a um estudo profundo, efectuado recentemente que demonstra como é que a mão de obra estrangeira tem sido firmemente utilizada de modo a constituir o estrato mais mal pago do exército industrial de reserva da economia sul-africana.[13] As baixas nos quantitativos de trabalhadores moçambicanos durante a depressão dos anos 30, e novamente no período actual, mostram como a mão de obra moçambicana tem sido restringida nos períodos de recessão, o que acontece com toda a mão de obra estrangeira.[14] As subidas nos componentes de mão de obra estrangeira e moçambicana, em particular durante os anos 50, mostram que nos períodos de grande expansão económica essa mão de obra regressa massivamente à África do Sul. Isto ilustra significativamente o que atrás foi referido acerca das características

[13] Exército industrial de reserva—é a parte da força de trabalho assalariado, que, dependendo das flutuações da economia capitalista, da indústria e portanto do mercado do trabalho, é admitida ou mantida em reserva de acordo com as flutuações cíclicas do movimento (Legassick e Innes, *ob.cit.*).

[14] A partir de 1929 o componente da força de trabalho estrangeira desce de 61% para uma média de 50% nos anos 1930. Dentro desta percentagem o componente moçambicano aumentou substancialmente quer em termos absolutos, quer em proporção (Legassick and Innes, *op.cit.*).

da economia moçambicana assente no sector de serviços, que está sujeita às vacilações e crises da economia dominante da qual foi tornada dependente durante o período colonial.

No período de 1936 a 1970 registou-se uma descida em termos relativos e absolutos do número de operários sul-africanos nas minas. Este período caracterizou-se não só por uma expansão na indústria mineira do ouro, motivada pela subida no preço do ouro (as minas do Free State foram abertas durante este período), mas também por uma expansão na indústria transformadora.

Nesta fase houve uma enérgica expansão de recrutamento de mão de obra estrangeira. Em 1932 a mão de obra estrangeira constituía 43% da força de trabalho; em 1936 era 48%; em 1939 era 52%; e em 1951 era 65%. No período entre 1951 e 1970 verificou-se um aumento no total da força de trabalho africana nas minas, e o recrutamento da mão de obra estrangeira não só se intensificou, como se expandiu. O recrutamento de trabalhadores estendeu-se a alguns países da África Central, incluindo o Malawi, onde anteriormente não se efectuava.

Nesta fase, portanto, era dada preferencia à mão de obra estrangeira sobre a sul africana. Simultaneamente, operava-se uma racionalização do processo de trabalho nas minas, o que originou a introdução de algumas inovações no sistema de aprendizagem criando, assim, um certo número de operários negros semi-especializados, especialmente nas novas minas das áreas do Orange Free State e Klerksdorp, áreas de capital mais intensivo.

No período de 1964 a 1973, o componente de mão de obra estrangeira continuou a aumentar, passando de 64% para 80% do total da força de trabalho. Depois de 1974, a composição da mão de obra estrangeira começou a ser fortemente reduzida. Este aspecto será estudado na secção do capítulo II que trata das transformações verificadas na indústria mineira e na mão de obra moçambicana no período pós-1974.

## A ORGANIZAÇÃO DO FLUXO DE MÃO DE OBRA MOÇAMBICANA

Durante a fase inicial da indústria mineira do ouro, de 1888 a 1913, a Câmara das Minas e a sua organização de recrutamento, a Wenela, criaram um sistema de recrutamento subcontinental de mão de obra barata. O poder e capacidade da Wenela como organização de recrutamento de mão de obra são assinaláveis, conseguindo angariar mão de obra quando necessário, e interromper esse fornecimento com igual prontidão.

As instruções sobre recrutamento enviadas para a rede de estações da Wenela eram implementadas rápida e eficientemente. Comparadas a uma organização recrutadora de mão de obra tão poderosa, as administrações do governo eram muito fracas. Foi necessário talvez uma década para que o sistema de recrutamento de mão de obra ficasse bem centralizado, mas quando se conseguiu isso a organização cumpriu os seus objectivos e distribuiu os seus totais de contratados para as minas, com eficiência e sem falhas.

Inicialmente, quando o sistema de recrutamento dos trabalhadores moçambicanos ainda não estava centralizado, a maior parte da saída de trabalhadores através da fronteira com o Transvaal deve ter sido clandestina. No fim do século XIX, esta saída aumentou extraordinariamente por causa das medidas tomadas pelo governo colonial durante a rebelião de 1895 e a destruição do Estado de Gaza, e também pela epidemia de peste bovina de 1896-1898 que dizimou as manadas de gado nas províncias do sul, o que levou a que recrutadores privados e angariadores de mão de obra aproveitassem o êxodo, organizando-o. Ainda não foi feito nenhum estudo detalhado sobre os métodos de recrutamento dessa época, embora pesquisas sobre o sul de Moçambique revelem como era conduzido por *runners*, que trabalhavam para recrutadores brancos ou asiáticos e que eram utilizados para irem de localidade em localidade à procura de possíveis trabalhadores que quissessem ser contratados para as minas.[15] Os *runners*, ou polícia de recrutamento, eram identificados pelos seus chapéus vermelhos e alguns possuíam um uniforme semelhante ao da polícia administrativa, usavam chicotes de cavalo-marinho e recebiam um pagamento *per capita* sobre o número de pessoas que conseguiam recrutar. Possuíam passes de salvo-conduto passados pela administração, sistema esse que foi abandonado em 1912 devido a queixas dos administradores portugueses, segundo as quais a sua própria autoridade estava a ser posta em causa pelos métodos coercivos utilizados por estes recrutadores de mão de obra.

---

[15] Sherilyn J. Young, 'Changes in Diet and Production in Southern Mozambique, 1855-1960' (Trabalho apresentado à ASAUK Conference, University of Durham, 1976). Ver também Patrick Harries, *Work, culture and identity: migrant laborers in Mozambique and Southern Africa, c.1860-1910*, Joanesburgo: Witwatersrand University Press, 1994; Luís Covane, 'Migrant labour and agriculture in southern Mozambique, with special reference to the lower Limpopo valley, 1920-1992' Ph.D. thesis, University of London, 1996; Lisa Ann Brock, 'From Kingdom to colonial district: a political economy of social change in Gazaland, southern Mozambique, 1870-1930', Ph.D. thesis, Northwestern University, 1989

| *Canção de Trabalho:*<br>*KA VULUKWANI—Em Vulukwani*[16]<br>(gravada por Rádio Moçambique) | |
|---|---|
| 1 Ka vulukwani yoo!<br>Ka Mashava-aa!<br>Ka N'walanga<br>Vavanuna vaxaniseka | No Vulukwani, yoo!<br>Na Machava<br>Na Malanga<br>Os homens sofrem |
| 2. Se vaxaniseka<br>Se vaxaniseka<br>Se vaxaniseka | Já estão a sofrer<br>Já estão a sofrer<br>Já estão a sofrer. |
| 3. A salisile lekayo<br>Aku yena aya Joni-I<br>A ta tshama ka Maputsu<br>Se wa xaniseka<br>Ani ntlhamu wa tinwheti ka Maputsu<br>Ndlela yakuya Joni ya tsandza | Despediu-se da casa<br>Dizendo que ia para o Joni (nas minas)<br>Mas está retido em Maputo<br>Já está a sofrer<br>Acabou seis meses em Maputo<br>Caminho para o Joni não se vislumbra |
| 4. A xavisa nitimpahla leti anga qhoka yena<br>Hi kutwa ndlala<br>A xavisile tingathula<br>A xavisile ni mubhalu<br>A xa vise ni Jhasi<br>Hi kutwa ndlala | Vendeu a roupa que veste<br>Porque tem fome<br>Vendeu os seus sapatos<br>Vendeu o seu cobertor<br>Vendeu o seu sobretudo<br>Porque tem fome. |
| 5. Utaya va kuma ka vulukwane mamane<br>kunene uta vavonaa<br>Nava bhukuxa nkovotlweni<br>Vayo bharatsatsa himakwiri<br>Van'wanyana mamane<br>Va hlantswa ni timpahla<br>Van'wanyana navata va orha ni masanoo | Mãe ... há-de encontrá-los no Vulukwani<br>De certeza há-de vê-los<br>Tomam banho na vala<br>Deitados de barriga<br>Alguns deles, mãe ...<br>Lavam a sua roupa<br>E os outros a apanharem raios solares. |
| 6. Yoyoyo, Yoyoyo-o!<br>Yoyoyo, Yoyoyo-o! | Yoyoyo, yoyoyo-o!<br>Yoyoyo, yoyoyo-o! |
| 7. Vaya etlela nkanghala<br>Va neliwa hi timpfula<br>Va hluphiwa hi xirhame<br>Va quthuliwa hi malanga | Dormem ao relento<br>Molham-se à chuva<br>Apanham frio<br>Queimam-se ao sol |
| 8. Va tsemetana misisi mabixikado<br>Va swekela swikoteleni<br>Van'wanyana se vavabyo<br>Kambe ndlela yakuya Joni, se ya tsandza<br>Tlhelela ekayo. | Divertem-se cortando o cabelo<br>Cozinham nas latas<br>Outros contraiem doenças.<br>Mas o caminho para o Joni não se vislumbra.<br>Volte para casa! |

[16] Posto de recrutamento de trabalhadores para a Africa do Sul, Agência ATAS, Matola.

Nessa altura, os Negócios Indígenas estavam já a funcionar há alguns anos tentando responder às necessidades internas de mão de obra dos colonos que não podiam pagar salários comparáveis aos que ofereciam as minas do Rand e por conta dos quais o Estado colonial instituiu o trabalho forçado através da administração local e dos chefes.

Porém, quando por volta de 1912 foram colocadas determinadas limitações à actividade dos *runners* e recrutadores, o padrão de migração de mão de obra já estava bem estabelecido. Tendo sido inicialmente induzido pela força, após a conquista do Sul de Moçambique e com as depradações dos administradores coloniais portugueses, rapidamente o movimento de mão de obra se tornou auto-reprodutor. Os produtores rurais não tinham já qualquer possibilidade real de escolha. Ou estavam sujeitos às incursões para o trabalho forçado ou eles próprios faziam contratos para trabalhar no outro lado da fronteira.

A secção no capítulo III sobre a penetração da economia monetária descreve algumas das pressões económicas que levavam os homens para o mercado do trabalho. O trabalho nas minas da África do Sul era a maior abertura. A falta de emprego no sul de Moçambique e a consequente atracção pelo trabalho nas minas é descrita sinteticamente em 1922 num relatório sobre as condições de trabalho dos nativos preparado para a Câmara das Minas do Transvaal, por um dos seus agentes. Este relatório apresenta como tese essencial que 'sob o sistema presente não se pode esperar um melhoramento nas condições gerais'. O relatório fornece alguns dados sobre as condições de trabalho, muitas delas observadas nas áreas do norte, que se encontravam sob a administração de companhias majestáticas. Mas, durante o ano de 1921 e parte de 1922, no sul

> 'cerca de 2.000 nativos foram utilizados durante meses na estrada entre Chai-Chai [sic] e Xinavane, Toda esta mão de obra não era paga e era mal alimentada. Em alguns casos os nativos tinham ainda por cima de arranjar as suas próprias ferramentas, que custavam cerca de cinco shelins e eram gastas no serviço do governo. Em toda a província as estradas tinham de ser mantidas e reparadas pelos nativos locais sem pagamento; e actualmente, na maioria dos postos, outros serviços governamentais são também forçados e não são pagos'. [17]

[17] 'Report on native labour conditions in the Province of Mozambique, 1922' *South African Labour Bulletin* (July 1975).

Antes da Guerra Anglo-Boer cerca de 80.000 trabalhadores, ou três quartos de mão da obra total das minas, eram de Moçambique.[18] Nessa altura os trabalhadores moçambicanos passavam um tempo médio de três anos no subsolo o que demonstra que a indústria estava de facto virtualmente assente na mão de obra moçambicana.[19]

Depois deste período inicial, as características mais relevantes do fluxo contínuo da força de trabalho moçambicana têm sido a estabilidade do fornecimento e a consistência dos números, em especial a partir dos finais dos anos 20 (depois da assinatura da Convenção de 1928).

Um estudo detalhado sobre a regulamentação deste fornecimento de mão de obra continua ainda por ser feito, em especial no período entre as duas guerras mundiais quando, com a excepção de oscilações bruscas nos anos de depressão e uma grande subida para 107.000 em 1927 e 96.000 em 1929, a força de trabalho moçambicana existente nas minas manteve-se em cerca de 80.000.

No período que se segue à greve dos mineiros africanos de 1946, o mais intenso da luta de classes na indústria, a mão de obra estrangeira constituía 59% do total da força de trabalho africana. As minas adoptaram a política de tentar prevenir mais conflitos de trabalho através do recrutamento de trabalhadores menos proletarizados, isto é, mais mão de obra estrangeira. Neste período assiste-se a uma diversificação dos fornecimentos de mão de obra estrangeira, aumentando o número de trabalhadores moçambicanos.

Os arquivos da Wenela mostram que foram dispendidos enérgicos esforços para incrementar o recrutamento em Moçambique. Isto foi levado ao ponto de os requisitos médicos dos trabalhadores recrutados (a Câmara das Minas sempre se tinha vangloriado pelos moldes científicos do seu exame físico) baixarem de exigência.

## ALTERAÇÕES NA INDÚSTRIA MINEIRA NOS ANOS 1970

Existe uma vasta documentação sobre as recentes modificações ocorridas na indústria mineira e os vários factores que para isso contribuíram e que se consubstanciam no seguinte:

---

[18] *Transvaal Labour Commission*, 1904, pág.28. Segundo Francis Wilson, de 1896-1898 a mão de obra moçambicana constituía 60,2% da mão da obra das minas, e em 1906, 65,4% (*Labour in South African Gold Mines 1911-1969*, p.70).
[19] Wilson, *op.cit.*, pp.4, 20, 246.

- até 1970 a indústria mineira do ouro era considerada um sector em declínio. Esta situação alterou-se com um acordo internacional que revalorizou o preço do ouro no mercado. Como resultado, os lucros da indústria aumentaram, e desta maneira verificou-se uma subida considerável no valor dos fundos destinados à acumulação e reinvestimento;
- houve uma constante diminuição da composição de mão de obra sul-africana nas minas aumentando, deste modo, a dependência em relação à força de trabalho estrangeira. Esta situação coincidiu com mudanças profundas no panorama político da África Austral começando a pôr-se em questão a sobrevivência dos regimes exploradores minoritários, e de uma forma mais imediata, o grau de confiança e segurança que as minas podiam depositar no regular fornecimento de mão de obra estrangeira;
- durante 1973 houve uma vaga de movimentos grevistas, inclusive nas minas, e outras formas de resistência dos trabalhadores. Durante o período de 1973/75 verificaram-se 33 casos de resistência de trabalhadores nas minas, alguns dos quais envolveram mineiros moçambicanos;

Transcrevendo Clarke:

> 'Estes conflitos afectaram os produtores de dois modos importantes: em primeiro lugar os níveis de produção desceram e os custos subiram com o deflagrar das confrontações. Em segundo lugar verificou-se a escassez de mão de obra com o aumento da repatriação, despedimento de grevistas e outras acções disciplinares, incluindo a transferência. A indústria não estava de modo nenhum preparada para esta repentina escalada de grandes conflitos que se tornaram ainda mais graves com a subida do preço do ouro. Entre outros factores as confrontações relacionaram-se com o nível baixo dos salários e o forte controle social que existe nos *compounds*. A 'reforma salarial' de 1972/75, embora tenha começado antes da escalada de violência no *compound*, teria sido de qualquer modo necessária, em certa medida, para a normalização da situação'.[20]

- O aumento do preço do ouro e a agitação dos trabalhadores tornaram, portanto, possível e necessário, o aumento salarial dos mineiros

[20] Clarke, D. G. 'Contract labour from Rhodesia to the South African mines: a study in the international division of a labour reserve', Cape Town: SALDRU Working Paper, nº.6, pp.11-12.

africanos. Sem o aumento de salários não teria sido possível desviar os trabalhadores sul-africanos das indústrias secundárias para as minas, isto até que a recessão económica acelerasse aquele movimento;[21]

- a criação de uma força de trabalho com novas características estava estreitamente ligada e resultava de um aumento de mecanização das minas. Embora a tecnologia das minas sul-africanas seja relativamente avançada, trata-se de uma indústria que necessita de grandes quantidades de mão de obra africana barata. Enquanto o preço do ouro era fixo havia uma tendência para assentar mais na mão de obra barata do que num aumento de investimentos do capital.

Todavia isto não se verificava em todas as minas. Enquanto que nas minas com um grau de produtividade mais baixo utilizavam mão de obra barata, outras, mais modernas, com um grau mais elevado de produtividade e mais mecanizadas, principalmente as controladas pela Anglo-American Corporation, introduziram níveis mais altos de tecnologia.

Assim, já em 1962, a Anglo-American quebrava a política de trabalho da Câmara das Minas e salientava a necessidade de estabelecer salários mais altos de forma a aumentar o componente sul-africano da força de trabalho de modo a dispôr de uma força de trabalho mais estável que lhe permitisse institucionalizar uma diferente estrutura salarial nas suas minas com maior produtividade.

Com o aumento do preço de ouro aceleraram-se os projectos para a mecanização. Nos parágrafos seguintes descreveremos alguns dos avanços na mecanização, uma vez que têm grandes efeitos na quantidade e qualidade de força de trabalho e nas alterações subsequentes na política de recrutamento e salários instituídos pela indústria.

Em 1975 já eram visíveis alguns dos resultados do processo de mecanização das minas. Por exemplo a Goldfields Consolidated of South Africa Ltd. referiu um aumento de produtividade de 11,5% em relação a 1974, por trabalhador do subsolo.[22] Uma mina pertencendo à Joint Consolidated Ltd. em 1975 aumentou a produção apesar da diminuição de 20% dos seus trabalhadores. Isto alcançou-se introduzindo escavadores

---

[21] Um artigo da imprensa sul-africana relatava que os agentes de recrutamento de trabalho disseram que 'a multidão de homens à procura de emprego tinha aumentado 25%, em comparação com Janeiro de 1972' (*Star*, 25 de Janeiro de 1973, p.2).

[22] *South African Mining and Engineering Journal* (Novembro de 1974), p.2.

para remoção de minério (em vez de se proceder à escavação manual), pelo uso de carros que andam sobre um único carril que apenas necessitavam de um trabalhador (em vez de dois como era necessário anteriormente), de elevadores só com uma corda e pelo uso de contentores para carregar o mineral para fora da mina. Estes eram processos utilizados para reduzir a mão de obra não especializada na *stope face*.[23] Isto foi combinado com um sistema de gestão e manutenção mais eficiente e utilizando mineiros brancos no planeamento da gestão, de modo a que eles se apercebessem da importância do trabalho de equipa e do papel dos seus chefes. Foram feitos cursos para ajudantes africanos dos artífices brancos, que deste modo, adquiriram entre outras, as especialidades de caldeireiro, montador, electricista e soldador.[24]

O presidente da Câmara das Minas, Mr.A.W. Shumann afirmou em 1975 que o valor total de bens de equipamento usado no subsolo, nas minas de ouro, era inferior a R250 milhões. Ele previa que equipamento de valor superior a R1.000 milhões seria adquirido durante e como resultado de um programa de investigação de dez anos avaliado em R150 milhões.[25]

Grande parte das investigações e ensaios faziam-se na (ou junto de) *stope face*. Cerca de 40% de mão de obra africana trabalha neste local e a mecanização é de grande importância para reduzir aquela mão de obra e melhorar a produtividade.[26] Estão avançados os ensaios de sistemas de carro com um único carril para um homem e de sistemas de elevadores só com uma corda para transporte de madeira e de tijolos de cimento até à *stope face*. Estão a ser utilizadas brocas leves que eliminam a necessidade de um auxiliar para o operador da máquina. Na *stope face,* o sistema de perfuração está a ser mecanizado de duas maneiras diferentes: uma destina-se ao melhoramento da explosão de dinamite; a outra é para eliminar o dinamite, utilizando sistemas para cortar a rocha.

A Anglo-American estava a introduzir grandes máquinas de perfuração, custando R100 mil cada.[27] Estas máquinas eram accionadas por três africanos supervisionados por um branco e atingiram recordes por turno nos primeiros ensaios efectuados em 1974. Outra mina (a Carltonville), aumentou a eficiência em 50% utilizando um novo sistema de perfuração

---

[23] Sítio onde se procede à perfuração e dinamitação.
[24] *South African Mining and Engineering Journal* (Julho de 1975); e *Mining Survey* (Abril de 1975).
[25] *Ibid.*, p.31.
[26] Citação do Director do Industrial Engineering Department de Joint Consolidated, Ltd. (*ibid.*, p.16).
[27] *South African Mining and Engineering Journal* (Novembro de 1974), p.80.

com buracos mais pequenos.[28] Os maiores ensaios e actividades de desenvolvimento estão a ser feitos em métodos não explosivos de quebra rocha. Todo o sistema da mina se baseia na dinamitação periódica da rocha. Um grupo de mineiros perfura a rocha em locais onde o dinamite será colocado, enquanto que noutra zona da mina se faz a remoção de entulho originado na explosão. Ambos os trabalhos têm que estar acabados ao mesmo tempo, começando-se depois nova dinamitação.

Existe já equipamento de ensaio que evita a dinamitação. Um método consiste em fazer uma ranhura de 25 mm x 150 mm na rocha, o que facilita o trabalho das picaretas pneumáticas e hidráulicas. Este é o método mais avançado, mas estão a ser ensaiados outros, em particular o *impact ripper mechanical system*.[29] Todas estas máquinas funcionam melhor em zonas sujeitas a pressão e fracturadas, como no caso de minas profundas em que o efeito da pressão é utilizado para fracturar as rochas duras de quartzite.

Um outro desenvolvimento tecnológico adapta-se melhor nas minas pouco profundas. Trata-se do sistema de perfurar o veio do ouro com uma broca rotativa chamada *raise borer*. Estas máquinas são usadas para fazer pequenos poços nas galerias junto da *stope face*.[30]

Estes sistemas estão bem testados e podem aumentar o rendimento do trabalho de um modo considerável. Os problemas ocorrem na mecanização de outras partes do *stope process*, como por exemplo, a mecanização do aparafusamento dos suportes do tecto, montagem dos carris e transporte automático de entulho. Estão a ser feitas experiências avançadas de modo a mecanizar as correias de transporte para remover a rocha do local da explosão. Algumas são blindadas, e movem-se automaticamente para dentro da *stope face*, para proteger a rocha, enquanto esta cai, depois da explosão. A rocha que não tiver caído na correia de transporte, será aí colocada por uma escavadora que fará trajectos de vai e vem ao longo da correia transportadora. Calcula-se que este sistema aumente três vezes mais a produtividade do trabalho na *stope face*. Em Março de 1976 um representante da Câmara das Minas afirmou que o capital investido na *stope face* era, na altura, de R100 milhões, (cerca de R3 milhões por mina principal). A mecanização da *stope face* custa uma média de, pelo menos, R7 milhões por mina. Envolveria também, elevados custos em treino de

---

[28] Este sistema que possibilita fazer o mesmo trabalho em menos tempo, reduz, por conseguinte, os custos da operação.

[29] Método que consiste em cortar a rocha.

[30] *The Times* (2 de Maio de 1977).

pessoal e o edificar de uma mão de obra africana semi-especializada, o que exige uma força de trabalho estável.

Foram estas alterações na tecnologia e o desenvolvimento da mão de obra mineira, juntamente com o aumento da consciência operária e, também, de um modo importante, a recessão económica sul-africana que provocaram a propagação do desemprego entre os Africanos. Todos estes factores desencadearam mudanças na política salarial das minas. Verificaram-se mudanças nas categorias de trabalho e nos diferentes sistemas salariais, levando à classificação de semi-especializados um maior número de trabalhadores africanos.

As alterações nos níveis dos salários podem ver-se no quadro 3 em anexo. No período com início nos anos 50, e novamente em 1969, os salários dos Africanos subiram.[31] Foram períodos de falta crónica de mão de obra, mas também de racionalização do trabalho e da introdução de um plano de ministração de cursos a alguns trabalhadores africanos, especialmente nas minas com capital mais intensivo. Os aumentos no período pós-1973 ultrapassaram os anteriores. Em Junho de 1976 pagava-se a um trabalhador do subsolo o mínimo de R2,5 por turno de trabalho.

Estas mudanças na política salarial tiveram um impacto imediato nas fontes fornecedoras de mão de obra. O número de trabalhadores sul-africanos nas minas subiu rapidamente, o que foi acompanhado por uma queda absoluta no número dos trabalhadores estrangeiros contratados, tendência essa que continua a verificar-se.

É claro que há limites para a mecanização da indústria. Os novos métodos diminuirão seriamente a dependência das minas no fornecimento de mão de obra africana mas não a anularão por completo. As minas mais modernas, mais ricas e com capital mais intensivo seguirão um padrão distinto das minas mais antigas e com mais baixo grau de minério. Dentro da força de trabalho serão introduzidos diferentes aumentos salariais e especializações.

Dois destes factores afectarão de imediato a força de trabalho mineira moçambicana:

- a redução generalizada do uso da força de trabalho estrangeira;

---

[31] Para mais pormenores acerca dos salários neste período ver: Francis Wilson, *Labour in the South African gold mines, 1911-1939*, pp.178-179.

- as diferenciações dentro da força de trabalho africana e a confiança em trabalhadores mais experientes e especializados.

A situação da força de trabalho mineira moçambicana a partir de 1974, reflecte estes dois factores.

## Entrevista
### José Thonela Kumbe
(Khambane, Homoíne 15.09.79)

*Manghezi:* Hoje estamos em casa do senhor José Thonela Kumbe. Vamos conversar com ele sobre as questões das minas, falar-nos-á da sua meninice e da sua juventude, do seu primeiro contrato para trabalhar nas minas, aquilo que viveu pelo caminho, ao longo da sua viagem, e do processo de trabalho na mina. Sr. Thonela, quantos anos é que tens?
*Kumbe:* Tenho 43 anos.
*Manghezi:* Nasceste aqui?
*Kumbe:* Nascí em Mheho.
*Manghezi:* Nasceste em Mheho! Mheho foi onde trabalhámos em 77.
*Kumbe:* Foi onde nasceu o meu pai, os meus avós - somos originários de lá. Agora, estamos cá devido à orfandade – o galo não pode cuidar dos pintaínhos; então decidí ir viver em casa da minha tia paterna. Da casa da minha tia vim viver aqui.
*Manghezi:* Há quantos anos construiste aqui?
*Kumbe:* Comecei a construir aqui em 61.
*Manghezi:* Pode nos contar como é que cresceste em Mheho?
*Kumbe:* De facto, crescemos em Mheho. A dada altura morreu-nos a mãe, enquanto o nosso pai continuava a trabalhar no Joni. Quando a mamã morreu, espalhamo-nos todos, indo viver com as nossas tias. Eu vim viver aqui em casa da tia Falasi, esposa de Supa. Fiquei alí, crescí e comecei a trabalhar no Joni. Posso continuar?
*Manghezi:* Sim! Podes continuar, mas queremos saber como é que cresceste? Se pastaste o gado, e tudo mais.
*Kumbe:* Fui pastar cabritos em casa da minha tia, em Xikhotseki. Pastei cabritos durante dois anos, e depois vim viver aqui.
*Manghezi:* O teu pai trabalhou nas minas?
*Kumbe:* Sim! Trabalhou nas minas.
*Manghezi:* Sabe quantas vezes é que foi?
*Kumbe:* Não me lembro porque quando ele faleceu eu ainda era menor.

*Manghezi:* Está certo. Mas assim por ouvir dizer, o teu avô também trabalhou nas minas?
*Kumbe:* Sim! Ele trabalhou.
*Manghezi:* Podes continuar. Fala-nos da altura em que decidiste ir às minas, as causas que te levaram a tal decisão, como é que preparaste as merendas? Explica-nos minuciosamente!
*Kumbe:* De facto, sobre a minha iniciativa de ir às minas, tenho a dizer que, crescemos na pobreza - a única saída era ir às minas. Fui à África do Sul, pela primeira vez, em 1951. Havia sofrimento! Porque aqui não apanhávamos nada, não comíamos nada e para preparar merendas ... Nós partimos dalí do Fayifi, na paragem de Maghalangu. Fomos formar bicha sem esperança de conseguirmos, porque éramos menores. Fomos escolhidos, era eu e o Raúl Ntsowe. Quando partimos, chegamos a Ressano Garcia, e ali eram dadas orientações muito rigorosas—nós novatos fomos seleccionados para ir pilar amendoim e varrer o pátio. A seguir, os novatos sentavam-se de um lado e os antigos doutro lado. Os antigos eram encaminhados para Joanesburgo e todos os novos recrutas eram encaminhados para as minas de carvão. Nós, por sorte, fomos encaminhados para Joanesburgo. Quando saímos dalí, chegamos a Komatipoort, onde vimos muita coisa: em Komatipoort mandavam abrir as malas, se alguém fosse apanhado com uma droga medicinal tradicional era preso e algemado. Quem tivesse dinheiro pagava à polícia e libertavam-no e diziam: 'não tornes a ir às minas com isto, se não hás-de matar os teus companheiros'. Havia muita revista em Komatipoort porque alguns, antes de partirem, vão aos curandeiros prepararem-se para conseguir lugares de chefia nas minas - querem ser ricos, *indunas*, *boss boys* - e para o efeito levam consigo drogas. De Komatipoort, fomos até Mzilikazi, onde algum tempo depois começamos a ser vendidos para diferentes *compounds*. Existia aquele senhor chamado Ncayincayi [Xai-Xai].
*Manghezi:* Em Mzilikazi?
*Kumbe:* Sim!
*Manghezi:* Este Ncayincayi donde é que é?
*Kumbe:* Só ouvia dizer que é de Guijá em Chokwé, um pouco forte.
Então, à medida que iam chamando as companhias, os mais experientes iam chamando à atenção para as más condições de trabalho que cada companhia oferecia.
*Manghezi:* Segregavam-vos?
*Kumbe:* Sim. O Ncayincayi é que fazia a chamada. Em caso de silêncio, dividia e decidia os destinos a seguir: Durban Deep, West Rand ...! Nós fomos trabalhar em Durban Deep, que é Roodeport, onde cumpri um contrato de 17 meses, ao fim dos quais vim para casa de férias. Fui outra vez cumprir um contrato de 16 meses, e voltei para casa. Quando voltei, fiquei, e em 1958 fui recrutado pelas autoridades coloniais para ir à tropa—

estive na tropa até 1961. Depois de cumprir a tropa voltei para casa, onde permaneci os anos 61, 62, 63 e em 64 recomecei o trabalho das minas. Desta vez, já não fui trabalhar em Durban Deep, fui a Bethal, em Bracken Mine. Aqui trabalhei em 64, 65, 66, 67, 68, 69 e 70, ano em que voltei definitivamente para vir descansar. Com a entrada da Frelimo em 1974, fui escolhido para ser secretário da Frelimo. Fui secretário até 1979. Desde essa altura até hoje, estou em casa sem fazer nada. Parece que é isto que eu tenho para contar, não tenho mais história, termino aqui!

*Manghezi:* Está bem. Só havemos de pedir par acrescentar uma e outra coisa naquilo que nos contou. Quando as pessoas vão às minas e por ansiarem ter sorte, vão aos curandeiros, arranjam drogas, e quando chegam em Komatipoort arrancam?

*Kumbe:* Sim! Arrancam aquelas drogas.

*Manghezi:* Quer dizer que cada um se prepara não é?

*Kumbe:* Sim! Prepara-se.

*Manghezi:* Aqui na vossa zona existe um curandeiro que é reconhecido como especialista em assuntos dos mineiros?

*Kumbe:* Aqui na zona não conheço curandeiros que tratem disso, porque de facto, só vi pessoas nessas condições ali mesmo. Porém, muita gente dessa vinha de Vilanculos. Quando estas drogas fossem descobertas eram entregues ao administrador da companhia em Ressano Garcia. Este, por sua vez, examinava e perguntava pela sua utilidade. A pessoa dizia que levava aquela droga para curar os colegas que tivessem dores de estômago, cabeça e outras doenças. Quando o administrador ficasse convencido, deixava passar, caso contrário levavam. Em Komatipoort levavam.

*Manghezi:* Está bem. Este Ncayincayi [Xai-Xai], em Mzilikazi, era quem decidia para que companhia os novatos deviam ir trabalhar?

*Kumbe:* Sim! Caso não houvessem voluntários, ele dividia os grupos, que forçosamente deviam seguir para uma determinada companhia: Village Mine, Nghonyamo, Jambasi, Somara Jake, entre outras.

*Manghezi:* Quer dizer que vocês, novatos, não conheciam estas minas, as condições de trabalho que ofereciam?

*Kumbe:* Não! Ainda não conhecíamos.

*Manghezi:* Vocês esperavam ser vendidos, cheios de medo?

*Kumbe:* Não sabíamos!

*Manghezi:* Os veteranos é que vos ajudavam?

*Kumbe:* Os veteranos é que nos ajudavam, indicando as boas e as más companhias.

*Manghezi:* Uma vez que trabalhaste muito tempo na África do Sul, conheces as más e boas companhias?

*Kumbe:* Conheço algumas.

*Manghezi:* Quais são as boas, aquelas de que as pessoas gostavam?

*Kumbe:* De facto, em Bethal, onde estive desde 1964, todas as minas são boas, porque não se registam muitos acidentes com frequência! E nas minas de Joanesburgo sempre se registam acidentes! Em Bethal acabas 6 meses ou um ano mesmo sem assistir a nenhum acidente. As minas de Joanesburgo, Nghonyamo, RPM, Ângelo, entre outras, sempre registam acidentes!
*Manghezi:* Uma mina é boa quando nela se registam poucos acidentes. Quais são as outras condições que tornam uma mina boa, na óptica dos trabalhadores?
*Kumbe:* Outras condições que tornam uma mina boa oh! Naquela altura trabalhava-se duro na África do Sul, porque alguns brancos boers com quem trabalhávamos, não sabiam tratar bem das pessoas. Ao longo do trabalho põem as pessoas em zonas da mina cujos suportes de ferro são susceptíveis de provocar a queda da mina e, por consequência, a morte dos trabalhadores. Alguns preveniam os trabalhadores para este tipo de situações, evitando acidentes e mortes de pessoas.
*Manghezi:* Como é que por verem o *compound* conseguiam perceber que a respectiva mina era boa?
*Kumbe:* Dependia do administrador do *compound* porque este é que era o responsável. Se o administrador da companhia não tiver cuidado, a própria comida para o trabalhador é de má qualidade. A situação alimentar está boa agora que as companhias adoptaram o sistema de hotéis.
*Manghezi:* Em que é que consiste o sistema de hotéis?
*Kumbe:* Quando sais da mina, tomas banho e depois vais comer, sem precisar de levar o prato e a colher. Antigamente, levavas o prato e colher, ias receber a comida e voltavas a comer no teu quarto. A fogueira também era feita de carvão dentro dos quartos.
*Manghezi:* Nos quartos onde dormiam?
*Kumbe:* Sim! Aqui onde dormimos. Agora utilizam o sistema eléctrico – instalaram aquecedores eléctricos que ligam nos quartos. Mesmo o chá, já não se ferve no quarto, porque se apanha água fervida no hotel, pronta para servir o chá no quarto.
*Manghezi:* A água está sempre quente?
*Kumbe:* Sim! A água está sempre quente.
*Manghezi:* Tenho um livro em casa que ilustra as minas, a forma como recebiam comida – assim mesmo como disseste, formavam bicha e cada um levava o seu prato e colher, para servir utilizavam uma pá.
*Kumbe:* Sim, é isso mesmo!
*Manghezi:* Já não acontece agora?
*Kumbe:* Não, já não acontece.
*Manghezi:* Quando vão ao hotel, como é que servem a comida?
*Kumbe:* No hotel, a comida é servida em tigelas grandes e brancas; a sopa, o caril e papas servem em tigelas diferentes, proporcionadas pelo hotel.

Mesmo se receberes visita é só ir informar para poderem dar comida. Outras companhias adoptam o sistema de o trabalhador, antes de sair da mina, tomar banho e mudar de roupa – tem um quarto para guardar a roupa de trabalho. Volta ao *compound* como se estivesse a voltar do passeio.

*Manghezi:* E isto depende do administrador da companhia?

*Kumbe:* Sim! Depende da vontade dele de querer dar uma boa imagem à sua casa. Nos quartos já não há *machanganas*. Era hábito que quando quizessem ver as condições, abriam os quartos dos *machanganas* com o intuito de mostrar aos brancos, como é que o negro vive. Porque nós *machanganas*, varremos bem os nossos quartos e arranjamos bem.

*Manghezi:* Quer dizer que vocês são mais asseados que as outras etnias?

*Kumbe:* É verdade.

*Manghezi:* E vocês serviam de exemplo...?

*Kumbe:* Servíamos de exemplo. Nos outros quartos não entravam!

*Manghezi:* Agora não fazem?

*Kumbe:* Acontece, mas duma forma reduzida porque aqueles procuram ser asseados também. Agora tentam porque eles nem cortavam o cabelo.

*Manghezi:* Antigamente, também separavam as etnias, *machanganas* de um lado, *suthos* do outro ...?

*Kumbe:* É isso! Os *machanganas*, os *xosas*, os *tswanas*, cada etnia ficava no seu apartamento, separado das outras. Numa mesma fila de apartamentos, faziam uma distribuição étnica alternada para evitar uma troca de informações entre grupos da mesma etnia.

*Manghezi:* Não percebo, como é que era?

*Kumbe:* Os apartamentos estavam expostos em fila e numerados em ordem (nº 1, 2, 3, 4, etc.) e em cada um dos apartamentos dormiam 20 pessoas, *machanganas* por exemplo; no apartamento seguinte (nº2 por exemplo) dormiam 20 pessoas de etnia sutho; no outro 20 xosas, etc.

*Manghezi:* E o que é que separa um apartamento do outro? Uma vedação ou quê?

*Kumbe:* Há uma vedação, mas com uma porta.

*Manghezi:* Do número 1, só tem acesso ao número 2 através de uma porta?

*Kumbe:* Sim! Sempre que alguém precisasse de alguma coisa num outro apartamento, devia sair deste para depois entrar naquele. É assim como estavam construídos os nossos apartamentos.

*Manghezi:* Até agora está assim?

*Kumbe:* Ainda está assim, isto ainda não mudou.

*Manghezi:* E os trabalhadores o que é que dizem desta situação: está boa ou preferem ir viver em lugares da sua livre escolha?

*Kumbe:* Para os trabalhadores isto está bem pois, em cada apartamento há um armário grande dividido horizontalmente em duas partes. Dez pessoas guardam as coisas na parte de cima, e as outras dez na parte de baixo. E há

cadeados para fechar aquilo, proporcionados pela companhia. Guardavam os seus pratos e chávenas e fechavam. Em baixo das camas havia caixas, onde cada um guardava a roupa de serviço quando voltasse da mina.
*Manghezi:* Aquela roupa suja?
*Kumbe:* Sim! Aquela roupa suja. Os responsaveis viram que isto criava dificuldades, e criaram condições para os trabalhadores mudarem de roupa dentro da própria mina e com possibilidades de lavar e deixar lá.
*Manghezi:* Isto é que melhorou um pouco?
*Kumbe:* Sim! Isto está sendo bem feito.
*Manghezi:* Para vocês trabalhadores, a que é que se devem estas mudanças? Porque estas mudanças significam gastar dinheiro. Porque é que melhoram as vossas condições de trabalho?
*Kumbe:* Acerca das mudanças, como o melhoramento das condições de trabalho, podemos dizer que a Frelimo é que nos libertou do sofrimento. Durante muitos anos trabalhávamos em más condições. Mas com a entrada da Frelimo assiste-se a muitas mudanças para o melhor. Recebe-se melhor em relação àquela altura. Quando a pessoa recebesse 1000$00 (por mês), julgava estar a receber bem. Por isso achamos que foi a Frelimo que nos libertou!
*Manghezi:* Ouvimos dizer que, na altura, esta situação atormentava o administrador da companhia. Porque as pessoas desertavam da mina indo trabalhar em outras companhias; para evitarem isto, havia lâmpadas grandes que permitiam maior visibilidade mesmo de noite. Será que isso acontece até agora?
*Kumbe:* Aquela luz para iluminar a companhia, à semelhança daquilo que fizeram na administração de Homoíne, de facto quando anoitece acendem e fica tudo iluminado. Mesmo que decida visitar um familiar, anda bem. Mesmo nos apartamentos não se desliga, só se desliga quando amanhece.
*Manghezi:* Quer dizer que dormiam com a luz acesa?
*Kumbe:* Sim!
*Manghezi:* Vocês não desligavam?
*Kumbe:* Não!
*Manghezi:* Toda a noite?
*Kumbe:* Sim! Toda a noite. Mas dantes desligavam. Em Durban Deep desligavam às 9.00 horas, altura em que davam um aviso para às 10.00 horas desligarem. Mas agora, em muitas companhias já não se desliga a luz.
*Manghezi:* Mas porque é que deixam a luz acesa nos vossos quartos?
*Kumbe:* Só podemos dizer que já não fazem graças à Frelimo que nos libertou.
*Manghezi:* Em vossa opinião, acham que é melhor dormir com a luz acesa ou não?

*Kumbe:* Para nós, é melhor dormirmos com a luz acesa, porque temos o sistema de turnos, alternadamente. Outras pessoas entram as 2,00 horas da tarde, para sairem às 10.00 horas da noite. Essa pessoa, se encontrar a luz desligada tem dificuldades de comer, tomar chá e dormir devido à falta de iluminação. Nesse caso é preciso recorrer aos candeeiros - um recurso ao nível de cada apartamento. E com a luz acesa, mesmo que volte às 10,00 horas ou 11,00 horas, pelo atraso, porque às vezes os elevadores estão num estado ...
*Manghezi:* E assim atrasas?
*Kumbe:* Sim! Então hás-de vir apanhar a luz acesa, e podes arranjar as tuas coisas.
*Manghezi:* Aprendemos! Agora queremos que nos fales do trabalho que fizeste na mina—que trabalho é que fizeste?
*Kumbe:* Quando fui pela primeira vez, em Durban Deep, primeiro fomos submetidos aos jogos (*murhavarhava*) para treinarmos. Quando pratiquei *murhavarhava*, fui dado o trabalho de controlar a linha férrea subterrânea, para registar quantos vagões é que descarregava por dia. Pela segunda vez, também fui fazer o mesmo trabalho. Então, quando fui a Bethal, consegui ser *boss boy* nos túneis.
*Manghezi:* Foi a primeira vez que trabalhaste como *boss boy*?
*Kumbe:* Sim! Em Bracken Mine. Isso de 64 até 70, altura em que parei.
*Manghezi:* Era *boss boy*?
*Kumbe:* Sim!
*Manghezi:* Pode contar como é que conseguiu ser *boss boy*?
*Kumbe:* Tal como eu disse, quando se chega na África do Sul é-se submetido ao *murhavarhava* para treinar. Depois de praticar *murhavarhava* é-se conduzido para uma escola onde vai aprender o trabalho de *boss boy*. Nesta escola confrontam-se várias etnias, podendo, mesmo com as aptidões, ser reprovado por ódio. Depois de voltar à sua companhia e trabalhar com os seus patrões, se estes concluírem que está apto e apenas reprovara por ódio, mandam de novo para a escola por um mês, passar, e voltar a desempenhar as funções de *boss boy*. Era assim. Não partia de uma escolha arbitrária, não! Existia uma escola própria para o efeito.
*Manghezi:* Quais são as tarefas de um *boss boy*?
*Kumbe:* Quando se é *boss boy* dos túneis, aperta os tubos com outras pessoas, ou apertam a linha férrea, fazem o carregamento nos túneis, uma vez que agora são máquinas que carregam os túneis ...
*Manghezi:* Já não são pessoas que carregam estes dias?
*Kumbe:* Não! São máquinas que carregam. E não significa que quando se tem a pasta de *boss boy* fica sem trabalhar, não! Trabalha também como os outros. Trata-se de colocar um responsável em cada lugar para servir de intermediário entre os trabalhadores e o branco.

*Manghezi:* Consta-nos que os *boss boys* não trabalham, só ficam a indicar com os dedos.
*Kumbe:* Esta coisa de indicar com o dedo faz com que alguns *boss boys* percam o emprego, porque a dado passo, cs brancos decidem mandar um carregador simples para a escola e depois vir substituir o *boss boy*.
*Manghezi:* Quando é que voltaste da mina de Bethal?
*Kumbe:* Voltei em 70.
*Manghezi:* Em 70, era *boss boy*. Quanto é que recebia naquela altura?
*Kumbe:* Recebíamos £20 a 24 (2.000-2.400 esc.)
*Manghezi:* Por semana?
*Kumbe:* Por mês.
*Manghezi:* Por mês! E o que é que fez com o dinheiro das minas?
*Kumbe:* Ah! Com o dinheiro das minas não fizemos nada, só comemos devido à fome. A última vez que voltei em 70, vim apanhar a minha mulher em problemas, com uma criança pequena, que acabou por falecer. Prontos, fiquei assim. É isso. Se fiz alguma coisa – foi só *lobolar* a mulher com quem tive estas crianças [indica uma menina].
*Manghezi:* Está certo. Quantas mulheres tens?
*Kumbe:* Tenho uma mulher.
*Manghezi:* Tens uma mulher apenas! Outra coisa que queremos saber: não sei se estiveste no comité naquele dia em que falei!
*Kumbe:* Estive.
*Manghezi:* Quando vocês estão nas minas e se recordam das vossas casas o que é que vos preocupa mais?
*Kumbe:* Uma vez que a gente sai daqui devido à pobreza, quando estiver na mina começo a recordar-me dos meus filhos e da minha mulher. Que estão a passar fome, se não mando dinheiro morrem de fome. Por isso, basta encontrar alguém entrego dinheiro, roupa para ajudar as crianças. É o que mais nos preocupa. Porque nessa altura o *chibalo* estava reduzido, em 64. Existia, mas não tão forte como em 48, 49.
*Manghezi:* Quer dizer que em 48, 49, o *chibalo* preocupava-vos?
*Kumbe:* Cá em casa?
*Manghezi:* Sim!
*Kumbe:* Eh! Tinha-se muito medo de cá de casa. Porque se uma pessoa viesse cá de férias, e escrevesse cartas para contar como é correu a viagem, dizia: 'andei bem no caminho, e os fulanos com quem voltei, estão no *chibalo*; mesmo eu não sei se hei-de voltar porque a situação está muito má aqui'!
*Manghezi:* Quer dizer, quando estás cá de férias, escreves para os amigos, informando que a situação está mal e não hás-de ficar muito tempo?
*Kumbe:* Digo que eu também vou lá! Escrevíamos isso!
*Manghezi:* Significa que por temer o *chibalo*, mesmo que viesses visitar a família, não ficavas muito tempo, regressavas depressa?

*Kumbe:* Fugir, porque o *chibalo* era obrigatório. No *chibalo* não apanhávamos nada; nas minas era um pouco melhor porque apanhávamos cobertores e roupa para as crianças, esposa, pais, avós. E era um pouco agradável por isso. No *chibalo* pagavam 20$00 por mês, só! E isso era um castigo!
*Manghezi:* Alguma vez você trabalhaste no *chibalo*?
*Kumbe:* Trabalhei.
*Manghezi:* Onde é que trabalhaste pela primeira vez?
*Kumbe:* Trabalhei no Gwevane, no Xinavane.
*Manghezi:* Em que ano foi isso?
*Kumbe:* Foi em 1967, e voltei em 68.
*Manghezi:* Trabalhaste no *chibalo* depois de ter ido à África do Sul?
*Kumbe:* Já tinha ido.
*Manghezi:* Podes nos contar como é que te recrutaram? Voltaste da África do Sul, e como é que foi?
*Kumbe:* Sobre a minha ida ao *chibalo*, foi o seguinte: a minha irmã, chamada Ermelinda, foi *lobolada*, mas algum tempo depois abandonou o lar. Quando voltei das minas, o nosso genro (marido dela) exigiu-me que devolvesse o dinheiro dele do *lobolo*. Uma vez que o meu pai ainda estava vivo, eu disse: 'porque é que não fala com o papá? Há-de dar o teu dinheiro'. Discutiu-se sobre este problema até ao ponto de se chegar à Administração de Homoíne. Quando chegamos a Homoíne, decidiu-se que o papá devia ir ao chibalo, para poder ter dinheiro para devolver ao genro. Naquelas circunstâncias eu decidí que o papá não podia ir ao *chibalo* enquanto eu existisse—decidí substituir o meu pai, por vingança, pois, eu o tinha dinheiro suficiente para dar o meu cunhado. Então fui ao *chibalo* trabalhar, e quando voltei entreguei-lhe o dinheiro.
*Manghezi:* Quanto é que o genro queria?
*Kumbe:* Eram £18
*Manghezi:* £18. Tinhas, mas não querias pagar.
*Kumbe:* Eu tinha.
*Manghezi:* Conta-nos, quando se entregou para evitar o sofrimento do teu pai, como é que trabalhaste em Xinavane?
*Kumbe:* Em Xinavane?
*Manghezi:* Sim! A tua avaliação, durante o tempo que estiveste lá.
*Kumbe:* De facto, o grupo de Homoíne chegou bem em Xinavane. Começámos a trabalhar, trabalhámos dois dias, no terceiro houve uma grande greve devido à hora de despegar. Quando chegamos despegava-se às 3.00 horas da tarde. Mas aqueles que tinham o sistema de metas despegavam a qualquer hora que atingissem a meta, as 10.00h, 11.00, 12.00h conforme. Então houve greve porque até se chegava a despegar às 4.00h. Nesse dia não se comeu nada em Gwevane. Então veio o gerente geral, foi quem conseguiu colmatar a situação, prometendo resolver aquele

problema. De facto resolveu, porque os chefes das *machambas* é que eram responsáveis por aquela situação. Aquele gerente e os trabalhadores acordaram numa hora de despegar que passou a vigorar. Foi assim como trabalhei em Gwevane.
*Manghezi:* A greve foi só de um dia?
*Kumbe:* Sim, foi de um dia.
*Manghezi:* As pessoas não aceitaram trabalhar?
*Kumbe:* Não! Trabalharam. Fizeram greve de fome – elas trabalharam, só recusaram comer. Pois, quando estivessem a trabalhar, e pouco antes da hora de despegar, um responsável até dizia: 'Se fizerem isto hão-de trabalhar para as papas apenas, não hei-de marcar os vossos cartões'. Então, as pessoas decidiram recusar comer dizendo que: 'Se fosse pelas papas não teríamos vindo aqui'.
*Manghezi:* Só foi esta a única vez que estiveste no *chibalo*?
*Kumbe:* Sim, não trabalhei mais.
*Manghezi:* Ainda gostaria de ir a África do Sul agora?
*Kumbe:* Agora?
*Manghezi:* Sim!
*Kumbe:* Gostaria porque há muita pobreza—repara nestas crianças todas, dependem de mim. Não têm outro pai, eu é que sou o pai, eu é que sou a mãe! Estas crianças preocupam-me. Alguns frequentam a 5ª classe na missão, outras frequentam a 4ª classe aqui mesmo em Xizapela e é preciso pagar dinheiro para estas pessoas todas, e não tenho. É por isso que digo que gostaria de ir, porque se eu for os meus filhos poderão estudar asseados, poderei pagar as matrículas. Assim que estou sem fazer nada, sofro.
*Manghezi:* Quantos filhos estudam na Missão?
*Kumbe:* É o Eduardo.
*Manghezi:* É só um?
*Kumbe:* Sim!
*Manghezi:* Quanto é que se paga lá?
*Kumbe:* Na missão paga-se 150$00 por mês.
*Manghezi:* 150$00 por mês! É caro, de facto! Yaa! Senhor Thonela, estamos gratos. Ensinou-nos muito. Foi com sorte que te encontramos aqui em casa. Aumentou o nosso saber de facto. Agradecemos!
*Kumbe:* Está certo.

# II. A FORÇA DE TRABALHO MINEIRA

## A FORÇA DE TRABALHO MOÇAMBICANA NAS MINAS DA ÁFRICA DO SUL DEPOIS DE 1974

Em 1975, a Wenela registou o seu máximo no recrutamento de trabalhadores atingindo o número de 115.309, excedendo consideravelmente o limite de 100.000 estabelecido nos termos da Convenção de 1928. Anteriormente, o índice de recrutamento mais alto tinha-se verificado em 1970 quando atingiu 94.525 trabalhadores. O número de recrutados em 1975 inclui 19.589 *novices*, que constituem 17% do total.[1]

Este recrutamento sem precedentes de trabalhadores moçambicanos seguiu-se à decisão do presidente Banda do Malawi, em Abril de 1974, de suspender completamente o recrutamento de trabalhadores malawianos, decisão essa tomada na sequência de um desastre de aviação que vitimou 72 mineiros do Malawi perto de Francistown, no Botswana. Para além de não permitir a continuação do recrutamento, aquela decisão teve como implicação que os malawianos, que na altura trabalhavam nas minas, optassem por regressar ao seu país antes de os prazos dos seus contratos expirarem, tendo o seu número descido de 130.000, em princípios de 1974, para 182, em Maio de 1976.[2] As minas estariam nessa altura a trabalhar só com 3/4 do pessoal de subsolo de que necessitavam.

A mão de obra moçambicana juntamente com a do Malawi (registada nas estatísticas oficiais da Câmara das Minas sob a designação de *Tropicals* ou *North of Lat.22°*) constituem a maior e mais estável fonte da força de trabalho proveniente do exterior da África do Sul, constituíndo, desde meados da década de 1960 até ao fim de 1973, entre 30% e 44% da força de trabalho total nas minas.

Os mineiros malawianos são os que, a seguir aos moçambicanos, têm os maiores contratos. O fluxo de mineiros do Malawi só foi reestabelecido em

[1] Veja-se Quadro 4 nos Anexos.
[2] *Financial Mail,* 8 de Outubro de 1976.

meados de 1977, depois da celebração de um novo acordo com a Wenela e da aprovação de novos termos de contrato.[3]

O elevado número de recrutados em Moçambique durante 1975 indica que a Wenela utilizou mão de obra moçambicana para substituir parcialmente a falta dos trabalhadores habitualmente recrutados no Malawi. Deve notar-se que o aumento de trabalhadores moçambicanos só podia cobrir uma parte das necessidades e que foi nesta altura que começou o recrutamento na Rodésia, além de se terem verificado aumentos salariais de forma a integrar mais trabalhadores da própria África do Sul.

Em Moçambique, durante 1975, manteve-se um fluxo mensal estável de trabalhadores, exceptuando-se os meses de Setembro, Outubro e Novembro, caracterizados por números excepcionalmente elevados. Veja-se o quadro 5, analisando o recrutamento mensal em Moçambique referente aos anos de 1970 e 1975-1978 que apresentamos em Anexo.

Os salários recebidos nas minas pelos moçambicanos, durante 1975, reflectem-se principalmente nas importâncias pagas, sob a forma de pagamento diferido, em 1976. Neste ano, o total do Pagamento Diferido foi de 1.652 milhões de escudos, enquanto para 1975 e 1974 foi de 1.200 e 711 milhões de escudos, respectivamente. A situação mudou radicalmente em 1976, tendo a Wenela recrutado somente 32.803 mineiros, o que corresponde a uma média mensal de 2.733.

Durante o período em causa, verificaram-se em Moçambique grandes mudanças: com a vitória da FRELIMO e o estabelecimento de um Governo independente, começaram a implementar-se profundas modificações, a todos os níveis, que se reflectiram na administração.

Desde o tempo em que obteve o monopólio do recrutamento em Moçambique, a Wenela passou a actuar em ligação com a administração colonial portuguesa no sentido da obtenção de trabalhadores para as minas. O pessoal das suas estações de recrutamento mantinha relações estreitas com as autoridades administrativas e nomeadamente com os chefes e cabos.

O Director da Wenela em Moçambique controlava um sistema cuidadosamente organizado, dirigido por *District managers* ou *divisional*

---

[3] Segundo o novo acordo referente aos trabalhadores do Malawi, depois de 13 semanas de emprego, 60% do salário base é retido e investido em nome do trabalhador no Reserve Bank of Malawi pela Wenela, para pagamento ao interessado no seu regresso, de acordo com os termos e condições estabelecidos pelo Banco.

*agents*, *compound managers* e *paymasters*, e que englobava 21 estações distribuidas pelas três actuais províncias do Sul do Save, além de uma rede de postos e agentes recrutadores.

Cada estação devia apresentar um relatório mensal em que devia figurar, para além dos resultados do seu recrutamento, as perspectivas futuras, as relações com as autoridades administrativas, o estado da produção dos camponeses e o valor das vendas dos seus produtos, as condições climáticas e o estado das estradas, a saúde dos 'nativos' e ainda sugestões para aumentar o recrutamento.[4]

Em meados dos anos 50 foi instituído no *compound* principal da Wenela em Joanesburgo, um sistema de arquivo em que se registava a 'História Completa' de todos os 'nativos' que trabalhavam nas minas.[5] Fixavam-se, para as várias divisões e campos, quantitativos de recrutamento e as estações que ultrapassassem o número estabelecido recebiam um prémio, a *Camisola Amarela*, criada para encorajar 'um espírito de competição amigável entre os campos'. O próprio Director Geral da Wenela inspeccionava pessoalmente, de tempos em tempos, as estações moçambicanas. Os valores de recrutamento eram ajustados às necessidades da indústria mineira e quando aquele estagnava, lançava-se uma campanha de propaganda.[6] Outro aspecto a considerar é o das exigências médicas em relação aos recrutados, que eram maiores ou menores conforme a procura de trabalhadores por parte das minas subia ou descia. Tudo isto requeria não só um sistema altamente eficiente na própria organização de recrutamento de trabalhadores, como também uma íntima ligação e colaboração entre este corpo e a administração portuguesa.

Não só as formalidades de recrutamento, como também as que se relacionavam com os aspectos administrativos da emigração estavam de facto centralizadas nas estações da Wenela e, a partir do momento em que esta aceitasse um trabalhador, o processamento e emissão do passaporte era virtualmente automático, sendo o funcionário de emigração só chamado para assinar.

Em 1975, o Governo de Transição preparou-se para imprimir e emitir os novos passaportes e reorganizar o procedimento da sua emissão. O antigo

---

[4] *Wenela divisional circular* nº.23150 (3 de Outubro de 1950), emitido a seguir à viagem do Director Geral em Setembro de 1950.

[5] *Circular* da Wenela (22 de Outubro de 1956).

[6] Veja-se a circular de Outubro de 1958 sobre a oferta de sacos de sal às mulheres 'nativas'.

stock de passaportes estava esgotado e durante o período da transição só era permitido revalidar os passaportes existentes, por um período de tempo limitado. Quando os novos passaportes ficaram prontos, os Serviços de Migração só foram autorizados a emitir documentos de viagem em quatro centros: em Maputo, no Xai-Xai (província de Gaza), na Maxixe (província de Inhambane) e em Ressano Garcia, onde o principal campo fronteiriço da Wenela operava. Estas medidas de controle foram estabelecidas devido a importantes razões de segurança. Foram restringidos os poderes de muitos funcionários, assegurando-se assim um controle mais eficaz do fluxo migratório através das fronteiras. Adicionalmente, o Pafúri, junto da fronteira rodesiana que, com Ressano Garcia, foi dos postos principais de entrada e saída de trabalhadores, foi encerrado a partir de Março de 1976 ao movimento de mineiros, por se encontrar em zona de guerra.

O novo tipo de controle da emigração teve como resultado que dos anteriores 21 centros de recrutamento da Wenela só quatro continuassem a funcionar. O novo sistema só foi completamente instituído a partir de Outubro de 1976. No período de Junho a Setembro desse ano, nenhum moçambicano das Províncias de Gaza e de Inhambane foi para as minas: o fluxo através dos centros da Wenela passou a realizar-se numa só direcção, ou seja, os trabalhadores que regressavam depois de terminados os seus contratos dirigiam-se à Wenela para receber o pagamento diferido e seguiam para as sua casas. Apresentamos no quadro 5 os quantitativos mensais de recrutamento referentes ao ano de 1976.

O recrutamento referente a Gaza e Inhambane sofreu uma quebra enorme, chegando mesmo a parar: em Abril, só foram recrutados em Gaza 124 trabalhadores; nos meses de Junho a Setembro não houve recrutamento em Gaza, nem em Inhambane; em Outubro foram recrutados 427 trabalhadores em Gaza e 1.150 em Inhambane.

No fim de Janeiro de 1976 o número total de mineiros moçambicanos, contratados pela Wenela, que estava nas minas da África do Sul era de 114.385; nos finais de Dezembro do mesmo ano esse número tinha descido para 48.565.

A grande redução que se verificou no recrutamento de trabalhadores moçambicanos durante 1976 levou a uma alteração das origens geográficas da força de trabalho estrangeira empregue nas minas, que até 1975 dependia enormemente de três países: Malawi, Moçambique e Lesotho. Foi a partir de 1975 que se iniciou o recrutamento na Rodésia com vista a colmatar a brecha causada pela suspensão do recrutamento no Malawi.

Além disso, a baixa verificada em relação a Moçambique levou a que o recrutamento na Rodésia subisse bastante durante 1976.[7]

Foi, provavelmente, nesta altura que a Câmara das Minas reviu a sua estratégia em relação à mão de obra moçambicana. A *Mine Labour Organization* (MLO) faz anualmente estudos cuidadosos sobre o fornecimento de mão de obra a longo prazo e são tomadas decisões sobre os números a serem obtidos em cada área de recrutamento, sendo os totais estabelecidos definidos em função das necessidades de produção previstas.[8] O objectivo desta planificação é informar os responsáveis dentro da indústria mineira e, por outro lado, traçar as linhas de rumo que devem orientar as decisões da própria MLO sobre o fornecimento de trabalhadores.[9]

O *MLO Budget and Objectives for 1977* estabelece para Moçambique um limite de 30.000 trabalhadores em relação a um total de 466.000 (453.000 em 1976). Em Outubro de 1976 o Director da Wenela em Moçambique enviou aos escritórios distritais uma série de instruções que tinha recebido da sede: só podiam ser aceites inscrições para trabalho no subsolo para algumas minas, catorze ao todo, entre as quais Hartebeestfontein, West Driefontein, Durban Deep, St. Helena e Blyvooruitzicht. Cada uma destas minas estabeleceu um quantitativo semanal, estando a Hartebeestfontein preparada para receber 890 trabalhadores, a Blyvooruitzicht 700, a Durban Deep 300, a Winkelhaak 250, a Western Areas em conjunto com a sua Elsburg Section 1.000.

Várias minas estabeleceram que só aceitariam ex-empregados seus, o que significa que não podiam ser contratados *novices*, nem de um modo geral, mineiros que tenham trabalhado noutras minas. Além disto, determinadas minas exigem como condição de admissão a posse do certificado de readmissão (*bónus*) válido. A partir de então a contratação de trabalhadores

---

[7] D. G. Clarke, *Contract labour from Rhodesia to the South African mines: a study in the international division of a labour reserve,* Cape Town: Southern African Labour and Development Research Unit, Outubro de 1976 (SALDRU Working Paper, nº 6).

[8] MLO é uma nova designação da Wenela de há cerca de 15 anos, na altura em que na África independente o termo *native* da Witwatersrand *Native* Labour Association, se tornou muito pouco político. Recentemente, a organização de recrutamento passou a ser conhecida por TEBA.

[9] D. G. Clarke, *The South African Chamber of Mines: policy and strategy with reference to foreign labour supply,* Pietermaritzburg: University of Natal, Development Studies Research Group, Abril de 1977 (DSRG Working Paper nº 2).

moçambicanos passou a estar quase exclusivamente dependente da posse dos certificados de readmissão, cujo sistema de funcionamento pensamos ser importante explicar.[10]

A *Re-employment Guarantee* e o *Early Return Bonus Certificate* constituem um sistema usado pelas minas filiadas na Câmara das Minas para dar aos trabalhadores repatriados, depois de concluido o período do contrato, um incentivo para voltarem à mesma mina. Este sistema vem sendo utilizado há muitos anos, foi actualizado e parcialmente modificado em Novembro de 1975.

Os termos dos certificados variaram com o tempo e a região de recrutamento a que se destinava; vejamos, por exemplo, o que diz o certificado 'para um trabalhador da Costa Oriental' (forma provavelmente já não usada):

> 'The undermentioned employee to whom this certificate is issued, if he applies to return to the issuing mine for underground employment within a period of EIGHT MONTHS from (espaço para a data de emissão) and *provided that the mine if open to the engagement of labourers at that time*, will be re-employed on underground work and will be entitled to the basic rate of pay he was receiving when he left that mine and in addition the service increment for which he may have qualified. In the event of the issuing mine being closed to re-engagement at that time and not wishing to re-engage him, he will be entitled to the privileges of this certificate on such other mines as *may* be designated by the MLO from time to time'.[11]

Outro tipo de formulação é a seguinte:

> '*At the discretion of the mine concerned*, this certificate *may* be issued to an employee on the termination of his service with any mine, a member of MLO (Wenela) only if he was employed on underground occupations for not less than 45 weeks during that service. If the employee to whom this certificate is handed and

[10] O mesmo sistema para reduzir o recrutamento de trabalhadores parece estar a ser usado na Swazilândia. Segundo o *World* (14 de Julho de 1977), a baixa no recrutamento de mineiros swázi deve-se à recessão sul-africana, 'mas só afectou os novos trabalhadores; os homens possuidores de bónus passados pelas minas tinham emprego assegurado'. Em Junho de 1977, só 787 swázi foram admitidos pelas minas em comparação com 1.403 em Junho de 1976.

[11] Sublinhado nosso.

> whose identifying details are given hereon, applies to return to the issuing mine for underground employment within a period of EIGHT MONTHS from (espaço para a data de emissão) he will be re-employed on underground work and will be entitled to the basic rate of pay he was receiving when he left that mine as set out hereon, and the service increment, if any, for which he may have qualified'.[12]

Alguns certificados englobam uma quantidade apreciável de informações sobre o mineiro, incluindo o número de registo de emprego, o número do passaporte ou caderneta de identidade, a filiação, a impressão digital do polegar esquerdo, o estado civil, o número de filhos, o grau de educação, o ano do primeiro trabalho nas minas, informações sobre o seu grupo de trabalho, o salário diário, os períodos de emprego anteriores, o número de turnos feitos no subsolo, o salário base que recebia no fim do último contrato, o aumento que lhe é devido e ainda informações sobre os seus resultados nos testes de aptidão. Em suma, o certificado—que os mineiros moçambicanos chamam *bónus*—é um registo da experiência de trabalho nas minas e das especializações do trabalhador. Todas as informações são registadas no banco de dados computarizado que a Câmara das Minas possui e que abrange todos os seus empregados.

É importante notar que a emissão da garantia de readmissão é inteiramente arbitrária, pois que as minas só emitem os certificados se quiserem, isto acrescido do facto de não haver uma real garantia de emprego, uma vez que este só é dado se na altura a mina estiver a admitir trabalhadores ou se outras minas estiverem em condições de receber o possuidor de tal documento.

A partir de Outubro de 1976, altura em que instruções enviadas para a Wenela em Moçambique estabeleciam que os certificados 'pelo menos nos tempos mais próximos' continuariam a ser aceites pelas minas emissoras, a posse do *Bónus* tornou-se o factor mais importante na contratação dos trabalhadores. As quantidades de trabalhadores atribuidos às várias minas poderiam variar e seriam actualizadas semanalmente por telex em cada sexta-feira, mantendo-se, no entanto, os números referidos atrás e acrescentando-se, no caso de pedidos adicionais.

Há a salientar que, segundo a circular, só podiam ser recrutados trabalhadores para as minas constantes da lista e 'se [eles] não aceitarem trabalhar para uma das minas acima mencionadas devem ser imediatamente

[12] Sublinhado nosso.

rejeitados, portanto, não se dará andamento à contratacão se não estiverem dispostos a trabalhar numa das minas da lista'.

Em princípios de Fevereiro de 1977 as instruções restritivas foram alteradas: a sede da Wenela notificou os seus escritórios em Moçambique de que tinha havido 'um afluxo de trabalhadores sem precedentes' e que a partir de 7 de Fevereiro de 1977, até novas instruções, 'só possuidores de certificados de garantia de readmissão válidos, repetimos válidos, devem ser admitidos e enviados'. Os mineiros que possuissem *Bónus* cujo prazo de validade tivesse expirado não seriam admitidos, excepto quando integrados em contingentes resultantes de pedidos extraordinários de trabalhadores. Uma directiva de 23 de Fevereiro de 1977 repetia: 'Não devem ser contratados *novices* em circunstância nenhuma até novas ordens'. O facto de a maioria das minas só aceitarem indivíduos possuidores de certificados de readmissão válidos, significa que os mineiros tinham que se apresentar antes de passado o prazo de oito meses (por vezes menos) a contar do fim do contrato anterior. No entanto algumas minas aceitavam mineiros com o *Bónus* expirado, em determinadas condições.

A Durban Deep só aceitaria os seus ex-empregados dentro do limite dos quantitativos pedidos; a Western Platinum Mines aceitaria trabalhadores com certificados caducados desde que fossem *machine* ou *spanner operators*; a Marievale aceitaria trabalhadores com certificados que tivessem trabalhado para outras minas da Union Corporation. Os maiores pedidos eram provenientes da Blyvooruitzicht, mas os trabalhadores tinham que ser contratados em várias semanas, não podendo o número exceder os 200 semanais.

O recrutamento para as minas de carvão desceu também radicalmente e só algumas minas, como a Phoenix Colliery, a Witbank Consolidated e Tweefontein, fizeram alguns pedidos de trabalhadores embora extremamente baixos, por vezes de menos de 20 homens. As minas de carvão da Anglo-American excluíram inteiramente os mineiros moçambicanos, exceptuando-se pedidos muito especiais, da Coronation Colliery, por exemplo, por não haver possibilidade de dispensar os serviços de mineiros moçambicanos muito experientes, como por exemplo *coal-cutting machine operators* e *electric drill operators*.[13]

---

[13] A Coronation Colliery pertence ao Grupo Anglo-American, explora carvão com alto teor e opera a Bank Colliery, a qual fornece coque de alta qualidade à ISCOR. A Phoenix é propriedade da Tavistock (JCI) e iniciou na altura um processo de expansão, embora a sua produção tenha baixado nos últimos 6 meses de 1976. De

| *Canção de trabalho*<br>***XIPHUKUPHUKU XA M'LUNGWANA – O rapaz branco tolo***<br>Khambane, Homoíne 11.9.79 | |
|---|---|
| *Musumi:* Xiphukuphuku xa m'lungwana ma kala ni banchi<br>*Vapangalati:* Xa m'lungwana<br>*M:* Xiphukuphuku xa m'lungwana makala ni banchi<br>*V:* Xa m'lungwana<br>*M:* Hayi hayi xa m'lungwana makala ni banchi<br>*V:* Xa m'lungwana | *Líder:* O rapaz branco tolo, nem tem camisa<br>*Coro:* O rapaz branco tolo<br>*L:* O rapaz branco tolo, nem tem camisa<br>*C:* O rapaz branco tolo<br>*L:* Hei! Hei! O rapaz branco tolo, nem tem camisa<br>*C:* O rapaz branco tolo |
| Esta curta canção é longamente acompanhada por assobios e ordens, dadas por um capataz branco e seu *boss boy,* às quais os trabalhadores respondem imediatamente, com palavras aparentemente dirigidas ao *boss boy*, quando na realidade o são ao branco: | |
| Heyi wena chechisa<br>Thatha lo 'block' - fikisa lapha<br><br>Chechisa wena buya na lo maxini, chechisa wena.<br>Tswiyo-tswiyo!<br>Heyi, pikinini fikisa lo sikhafu ka mina,<br>Mina lambile, mina funa lo ku dla mani!<br>Lexa mulungu xa phuza lexi<br>Xi Tshika ntirho laha; xa hlanya mani<br>Na wena basiboyi u fanela ku tiva leswaku, Hina hi tile laha ku ta ti tirhela swa hina hitipfuna<br>A hi lavi ku tirhela swa wena<br>Bunu lera wena ra hlanya leri<br>Hina hi ta ri ba hi suka hi famba | Hei! Tu, rápido!<br>Levanta aquele tronco e traz para aqui!<br>Rápido você. Traga aquela máquina rapidamente!<br>Tswiyo-tswiyo!<br>Hei! Pequenino, traga minha comida!<br>Estou com fome e quero comer, pa!<br><br>Este branco bebe<br>Abandona o seu trabalho; é maluco!<br><br>Tu, *boss boy*, deves saber que aqui nós viemos trabalhar para o nosso benefício<br>Não queremos trabalhar para ti<br>Este teu Boer é louco.<br>Havemos de lhe bater e depois vamo-nos embora! |

qualquer forma, os pedidos de trabalhadores moçambicanos eram por vezes só de 5 homens.

A política da Anglo-American Corporation de reduzir gradualmente a utilização de trabalhadores moçambicanos foi bastante generalizada. As minas do grupo Anglo-American empregam a maior quantidade do total de mão de obra africana—110.000 mineiros negros em 1974, num total de 255.000 empregados pelos sete grupos mineiros filiados na Câmara das Minas. Foi o grupo Anglo-American, que emprega a maior quantidade de mão de obra sul-africana, que conduziu nos anos 70 o movimento no sentido da elevação dos salários nas minas com o objectivo de atrair os trabalhadores sul-africanos para o trabalho das minas.

Os trabalhadores estrangeiros da Anglo-American são originários principalmente do Lesotho, Botswana e Suazilândia. Em 1974 este grupo mineiro empregava a mais baixa percentagem de mão de obra moçambicana: 16% comparado com 25% empregue pela Rand Mines, 26% empregue pelas minas da Goldfields e 24% empregue pelas minas da Anglo-Vaal.[14]

Segundo alguns mineiros entrevistados no decurso da nossa investigação, os trabalhadores que terminavam os seus contratos em minas da Anglo-American não estariam a receber certificados de readmissão, o que teria como efeito impedi-los de voltar a obter emprego nas minas desse grupo ou noutras quaisquer.

A decisão de só admitir mineiros possuidores de certificados de readmissão teve um efeito imediato e em grande escala no recrutamento. Mas, para os trabalhadores que preenchiam as condições estabelecidas, os pedidos por telex em fins de Fevereiro de 1977 pareciam agradavelmente prometedores, pelo menos no que respeita às minas que continuavam a recrutar trabalhadores moçambicanos com experiência. Contudo, em Março, os escritórios da Wenela foram avisados que tinham havido 'confusão aqui [Joanesburgo] nos pedidos de trabalhadores', tendo sido cancelados uma série de pedidos que tinham sido feitos por telex.

Uma série de minas não aceitava de maneira nenhuma trabalhadores moçambicanos, entre as quais a East Daggafontein, a S.A. Lands, a Goldfields Proprietary, a Vlakfontein e a City Deep. As minas que continuaram a contratar moçambicanos durante 1976 e 1977 diferem bastante entre elas; pertencem a diversos grupos mineiros, umas exploram mineral de alto teor, outras mineral de teor médio e outras ainda mineral de baixo teor; o seu tempo de existência prevista varia, embora, ao que parece, nenhuma tenha uma duração operacional prevista superior a 20

[14] *Financial Mail*, 7 de Junho de 1974.

anos; o grau de mecanização também varia. O único aspecto comum é a sua anterior dependência em relação à mão de obra do Malawi. Por esta razão, (ou outras, como no caso da Western Deep Levels que trataremos mais à frente), tendo-se-lhes tornado difícil obter uma grande quantidade de mão de obra estável, com contratos longos, continuaram a admitir trabalhadores moçambicanos. São as seguintes as seis minas referidas:

*ERPM* (do Grupo Barlow Rand)—dependia grandemente da mão de obra oriunda do Malawi e nos finais de 1974 teve grande falta de trabalhadores. Esta mina, que data dos tempos anteriores à I Guerra Mundial e tem um período de duração previsto de 10 a 20 anos, explora mineral de baixo teor, possui um grau de mecanização pouco elevado e recebe ajuda estatal.

*Blyvooruitzicht* (do Grupo Barlow Rand)—começou a funcionar nos finais dos anos 1930 e também tem um pequeno período da duração previsto, de 10 a 20 anos, apesar de explorar mineral de teor relativamente alto e possuir um nível bastante alto de mecanização.

*Durban Deep* (Grupo Barlow Rand)—teve o seu início em 1898, com 10 a 20 anos de operacionalidade, explora mineral do teor muito baixo e recebe ajuda estatal. Mais de 40% de mão de obra que utilizava era proveniente do Malawi.

*Hartebeestfontein* (Grupo Anglo-Vaal)—com uma expectativa de vida inferior a 10 anos, dependia muito da mão de obra malawiana e explora mineral de teor relativamente alto.

*Stilfontein* (do Grupo General Mining)—explora mineral de teor médio e mais de 40% da mão de obra utilizada era proveniente do Malawi.

*Randfontein Estates* (do Grupo Johannesburg Consolidated Trust)—abriu em 1974, é altamente mecanizada, explora mineral de alto teor e tem uma duração de vida prevista superior a 20 anos.[15]

A única mina do Grupo Anglo-American que continuou a contratar mineiros moçambicanos foi a Western Deep Levels que, aberta em 1962 e com uma duração prevista superior a 20 anos, explora mineral de alto teor, sendo a mais profunda e possivelmente a mais mecanizada. Como se trata de uma mina muito profunda, é extremamente quente para trabalho no

[15] Esta é a unica mina nova; abriu depois da suspensão do fornecimento de trabalhadores malawianos.

subsolo e, portanto, muito pouco popular. Os mineiros, quando há possibilidade de escolha, optam por outras minas que não esta, mas, dadas as actuais possibilidades muito restritas de emprego, os mineiros moçambicanos quase não têm outra alternativa senão a de aceitarem trabalhar na Western Deep Levels. Torna-se, pois, bastante clara esta excepção por parte da Anglo-American na sua política de emprego em relação aos trabalhadores moçambicanos. Podemos referir, a propósito, que a ERPM, uma mina velha também muito quente e impopular, tem alterado o procedimento normal ao emitir novos certificados de readmissão, algumas vezes através dos correios, para ex-empregados cujos certificados já tinham caducados.

Resumindo, durante 1977, as possibilidades de emprego para os mineiros moçambicanos foram muito restritas, visto que as minas não aceitavam *novices*. Muitas só admitiam ex-empregados seus; os certificados de readmissão caducados só seriam aceites quando houvesse necessidades extraordinárias de trabalhadores. Algumas minas, principalmente do Grupo Anglo-American, não estavam a emitir certificados de readmissão para os moçambicanos que terminavam os seus contratos, excepto em casos especiais como o da Western Deep Levels, que se justifica pela grande dificuldade de recrutamento que enfrenta. Tudo isto leva a que o grupo de mineiros possuidores de *bónus* se vá reduzindo, havendo ainda a considerar que muitos certificados de readmissão caducaram durante a fase (1976) em que os novos processos administrativos referentes à emigração estavam a ser lançados e em que parou o recrutamento nas províncias de Gaza e Inhambane.

Muitos dos mineiros que em meados de 1977 se dirigiram à Wenela, na Maxixe e noutros locais, procurando emprego, tinham os seus *bónus* caducados. Segundo os funcionários da Wenela, os pedidos de trabalhadores para determinadas minas, pondo de parte a cláusula que obriga ao regresso dentro do período de validade do *bónus*, eram satisfeitos em um ou dois dias, mesmo quando se trata de especialidades bem determinadas. Apesar disto, a grande maioria dos trabalhadores que procura emprego é rejeitada.

Não obstante todas as dificuldades e restrições, os mineiros continuaram a dirigir-se às estações de recrutamento. Na Maxixe, há cerca de 400 a 500 fazendo bicha em cada manhã de segunda-feira com a esperança de oferta de trabalho, sendo o número um pouco menor nos restantes dias de semana; no Xai-Xai, durante as últimas semanas de 1976, uma multidão de mineiros protestando contra a falta de emprego obrigou os funcionários da Wenela a chamar as autoridades administrativas para os acalmar.

Nesta altura já todos sabem que não são aceites *novices*, mas os mineiros com *bónus* já caducados ainda continuam a dirigir-se regularmente às estações da Wenela, acontecendo que alguns, depois de rejeitados numa província, dirigem-se para outra para tentar de novo, apesar de haver uma directiva do Instituto do Trabalho, de Dezembro de 1976, que só permite que os mineiros sejam contratados na Província de que são naturais.

Neste período de recrutamento restrito, a sede da Wenela em Maputo começou a distribuir proporcionalmente pelas várias estações os pedidos semanais de trabalhadores. Na província de Gaza (Xai-Xai) para a qual o quantitativo semanal estabelecido era de cerca de 500, a própria administração decidiu controlar o movimento semanal atribuindo quantitativos da forma seguinte:[16]

| | | | |
|---|---|---|---|
| Xai-Xai | 80 | Massingir | 110 |
| Bilene | 60 | Chokwe | 60 |
| Limpopo | 40 | Manjacaze | 110 |
| Guijá | 20 | Chibuto | 105 |

Foi também neste período de grande falta de emprego, nunca antes sentido, que o campo de Ressano Garcia foi chamado à atenção por 'enviar recrutados com cartões de readmissão obviamente forjados ou falsificados'. Verificou-se, pois, um certo comércio dos preciosos certificados, mas teve poucas possibilidades de sucesso devido às cuidadosas verificações feitas nos locais de processamento dos contratos, quer em Moçambique, quer na África do Sul.

Em finais de Agosto de 1977, o quantitativo total de recrutamento atingia 25.561, como se vê no quadro 5. A manter-se a média mensal de recrutamento (3.195) durante o resto do ano, o total anual de moçambicanos recrutados será de 38.342, o que excederá a quota estabelecida para 1977 pela MLO e que era apenas de 30.000. No fim de Agosto o número total de trabalhadores moçambicanos que estavam nas minas era de 43.477.

A estratégia futura da Câmara das Minas em relação à mão de obra moçambicana baseia-se claramente numa série de factores que incluem as decisões já atrás expostas, para obter:

---

[16] Esta distribuição basear-se-ia, entre outros factores, numa apreciação das condições agrícolas de cada zona, portanto, na necessidade/procura de trabalho assalariado por parte da população.

- uma redução da proporção de mão de obra estrangeira em relação à mão de obra sul-africana nas minas;
- uma diversificação máxima do número de países vizinhos fornecedores de mão de obra, uma maior produção e uma maior distribuição entre esses países do recrutamento dos trabalhadores estrangeiros;
- a concretização da decisão, liderada pela Anglo-American Corporation, de reduzir a dependência em relação a mão de obra moçambicana o mais rapidamente possível, por recear a capacidade da FRELIMO de ultrapassar as decisões da indústria mineira sul-africana sobre o assunto;
- a concretização de uma decisão iniciada pelo governo sul-africano através de uma medida legislativa (em 1977) que o autorizava a revalorizar o seu ouro ao preço do mercado livre. Esta revalorização das reservas de ouro sul-africanas, que deve ser confirmada pelo FMI, acabará com o pagamento do prémio em ouro que é feito a Moçambique pelos seus trabalhadores. Como já foi referido noutro local, o efeito deste sistema de pagamento do prémio em ouro foi um custo médio do trabalhador moçambicano, para as minas, de R2.300 em comparação com R800 para os outros.

O efeito da revalorização das reservas de ouro sul-africanas, e a eliminação da cláusula especial da Convenção de Moçambique sobre o ouro, tornará a mão de obra moçambicana competitiva com a proveniente de outras áreas fornecedoras.

Neste momento, ainda não está bem claro se os vários factores, nem todos financeiros, sobre que assenta a estratégia de recrutamento da Câmara das Minas, servirão para encorajar ou, pelo contrário, desencorajar o recrutamento de moçambicanos pela Wenela.

Segundo a Wenela, as minas estariam a operar com 102% a 106% dos efectivos de trabalhadores de sub-solo necessários. Com o reinício do recrutamento de mão de obra do Malawi, que numa série de minas, especialmente nas da mineral de baixo teor, parece ter sido usada em concorrência com a mão de obra moçambicana, é possível que a Câmara das Minas tente colocar os dois Estados em competição, o que estaria de acordo com a sua estratégia geral em relação aos países fornecedores do sub-continente.

A política do recrutamento restrito levado a cabo pela Câmara das Minas produziu vários efeitos em Moçambique:

- levou à formação de um grupo de trabalhadores moçambicanos muito especial, a quem só a experiência de trabalho e a especialização torna possível a readmissão;
- criou contradições dentro da classe trabalhadora moçambicana, entre os trabalhadores com experiência e os que não têm experiência.

## CARACTERIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Com o objectivo de investigar o carácter da força de trabalho mineira, o projecto incluiu duas séries de entrevistas. A primeira baseou-se no inquérito ao mineiro. Ao todo, foram entrevistados 368 mineiros ou ex-mineiros. As entrevistas tiveram lugar em *compounds* da Wenela, abrangendo mineiros recém-recrutados e a caminho da África do Sul, e 'repatriados' (termo utilizado pela Wenela para designar os mineiros que cumpriram os seus contratos e estão de regresso ao seu país). Durante o trabalho de campo, na província de Inhambane, o inquérito ao mineiro foi igualmente aplicado ao nível de famílias camponesas que contavam com antigos mineiros, ou em que estes estavam de regresso a casa, no período entre contratos, e em reuniões de massas com a presença de mineiros ou ex-mineiros. A segunda série consistiu num número menor de questões postas aos mineiros, nos *compounds* ou em reuniões de massas, abrangendo cinco questões ao todo:

- idade do mineiro;
- número de contratos nas minas;
- ano do primeiro contrato;
- ano do último contrato;
- duração de cada contrato.

Um total de 716 mineiros responderam a estas questões. A partir das duas séries de entrevistas obtivemos a informação básica necessária para analisar:

- o número médio de contratos realizados;
- a duração média dos contratos;
- o período de vida de trabalho passado nas minas.

As entrevistas mais longas forneceram também dados sobre as características sociais dos mineiros, estado conjugal, extensão da poligamia, número de pessoas a seu cargo, número de gerações envolvidas

no trabalho mineiro, os salários dos trabalhadores das minas, histórias de trabalho, a experiência e a obtenção de especializações.

Além disso, os questionários mais longos forneceram informações sobre a utilização dos salários das minas pelo agregado familiar camponês. Estes dados não serão analisados neste capítulo, pois constituem parte da discussão sobre o papel dos salários dos trabalhadores migrantes na economia rural. Neste capítulo preocupar-nos-emos com a força de trabalho mineira como tal e tentaremos traçar um perfil do operário-camponês enquanto operário.

## ALGUMAS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DE MÃO DE OBRA MINEIRA MOÇAMBICANA

A partir da informação biográfica obtida através dos inquéritos é possível apresentar alguns dados principais.

De uma amostra de 368 homens, só 36 eram solteiros, quer dizer, aproximadamente 10%, 23 tinham duas mulheres, e só seis tinham três mulheres. O número de casamentos polígamos pode, assim, ser considerado como extremamente limitado.

Os inquéritos proporcionam uma grande quantidade de informação sobre o tamanho das famílias nucleares e a medida da dependência da família, menos próxima em relação ao salário do mineiro, isto é, avós e pais, primos, sobrinhos e sobrinhas. O mineiro médio sustenta 4,2 pessoas com o seu salário.

Da amostra de 368 mineiros entrevistados, 91,1% eram filhos de mineiros, quer dizer, constituíam uma segunda geração de mineiros (no trabalho de campo em Pembe, a brigada entrevistou homens velhos que tinham trabalhado nas minas antes do início da Primeira Guerra Mundial, e que contaram como tinham usado martelos manuais para escavar os buracos para a colocação de dinamite).

Embora os inquéritos fossem muito incompletos em relação a este tipo de informação, ficou claro que muitos mineiros tiveram outras experiências de trabalho assalariado, nomeadamente nos caminhos de ferro, em oficinas de mecânica, em algumas fábricas, assim como em serviços domésticos e, claro, o *chibalo*. Estes aspectos estão patentes nas histórias de trabalho dos mineiros seleccionados.

## FREQUÊNCIA E DURAÇÃO DOS CONTRATOS

Como já foi dito numa secção anterior, a característica essencial do trabalho migratório consiste não tanto no facto de os trabalhadores percorrerem longas distâncias, mas principalmente no de o trabalhador migrante nunca ser completamente separado dos seus meios de produção. O trabalhador migrante permanece enraizado na economia camponesa que, portanto, constitui em parte a base material da sua existência, bem como da da sua família. A criação desta classe de operários-camponeses tem, obviamente, implicações profundas na base camponesa em termos da divisão do trabalho dentro da família, no que respeita ao trabalho agrícola, além de resultar também na distorção das forças produtivas no campo, devido ao desvio da mão de obra excedente com destino às minas.

O grau em que a economia camponesa é afectada pelo trabalho migratório depende da duração média dos contratos e da sua frequência no decurso da vida do camponês-operário. Na verdade, a média de duração dos contratos fornece uma indicação sobre se o mineiro pode ou não participar no ciclo anual do trabalho agrícola, enquanto a sua frequência durante a vida do operário-camponês indica em que medida este foi proletarizado, isto é, até que ponto a sua actividade de trabalhador esteve separada da agricultura e também até que ponto a família depende dos seus salários para a subsistência e para acrescentar a receita proveniente da produção para mercado. Obviamente, o processo de proletarização é um fenómeno social complexo, que não pode ser reduzido a meras indicações quantitativas, embora nesta secção só tratemos desse aspecto. Uma tentativa de análise da natureza desta classe de camponeses-operários será feita nas secções finais deste relatório e tomará em consideração tanto o carácter do trabalhador-mineiro como a base camponesa donde ele provem.

Iremos sumarizar brevemente os principais resultados da análise do questionário sobre a mão de obra mineira no que respeita à frequência com que os trabalhadores tendem a deslocar-se às minas no decurso da sua vida. Os nossos inquéritos revelam-nos dois grupos distintos de operários-camponeses que necessitam de ser analisados separadamente:

- os portadores de *bónus* válidos re-contratados, que foram entrevistados nos *compounds* da Wenela em Maputo, Ressano Garcia e Maxixe antes de partirem para as minas, e
- os entrevistados nos distritos de Inhambane, muitos dos quais já não possuem *bónus* válidos: os primeiros são representativos da actual

força de trabalho nas minas, enquanto os últimos fornecem mais uma visão da experiência de trabalho dos operários-camponeses na província de Inhambane.

A partir de uma amostra de 127 mineiros, de que nos foram fornecidos dados completos, concluímos que em média eles passam 49% da sua vida activa de trabalho nas minas. O mineiro médio desta categoria passa, portanto, metade da sua vida de trabalho (a partir dos 18 anos) separado da família. Isto significa que, por exemplo, um mineiro com 50 anos de idade que passou 49% da sua vida de trabalho nas minas, teria cumprido mais ou menos 13 contratos com uma duração média de 15 meses cada, enquanto um mineiro de 60 anos teria feito quase 17 contratos. Mais ainda, se considerarmos o intervalo de tempo entre o primeiro contrato e o fim do último, concluímos que neste período de tempo o mineiro passou em média 32% do tempo total em casa entre os contratos, contra 68% daquele tempo nas minas. Para ilustrar a importância disto, como primeira aproximação poderiamos dizer que em média o operário-camponês portador de um *bónus* válido permaneceu em casa só 7 meses entre os contratos.

Para se obter uma percepção mais clara sobre até que grau estes operários-camponeses estão ligados ao trabalho mineiro, teremos de considerar que o tempo activo dispendido nas minas não inclui o tempo que a mineiro gasta até ser recrutado, a viagem para e das minas e o período necessário de descanso depois de terminado o contrato. Se considerarmos que 5 meses é o período mínimo para esta actividade, chegaríamos à conclusão que o mineiro que passou 40% do seu tempo nas minas, esteve efectivamente ligado a este processo de movimento para e das minas numa proporção ainda maior em relação à sua vida de trabalho. Assim, por exemplo, um mineiro de 40 anos, que passou 40% de sua vida de trabalho nas minas, teria efectuado 7 contratos (de 15 meses cada),[17] mas teria estado efectivamente envolvido no circuito do trabalho migratório durante 52% da sua vida de trabalho.

Antes de entrarmos na análise dos resultados obtidos através das entrevistas aos mineiros em Inhambane, deve ser salientado que entre estes, também se incluem mineiros portadores de *bónus* válidos, pelo que não são totalmente distintos do grupo tratado atrás. Trata-se mais de uma questão de enfoque, pois na secção anterior preocupamo-nos principalmente com a força de trabalho actual, e neste concentrar-nos-emos mais nas características gerais dos operários-camponeses como se manifestam a partir desta sociedade camponesa particular.

---

[17] Para o cálculo da média da duração dos contratos, veja-se o quadro 7, em anexo.

Do total de 145 operários-camponeses entrevistados na província de Inhambane (dos quais 46 eram do distrito de Zavala), 22 de Pembe (distrito de Homoíne), 46 de Sitila (distrito de Morrumbene) e 32 de Cambine (também no distrito de Morrumbene), verificámos que em média eles passam 42% da sua vida de trabalho nas minas. Considerando esta média, um operário-camponês, quando chegasse aos 30 anos, teria feito 4 contratos (de 15 meses em média), cerca de 7 contratos por volta dos 40 anos, 11 contratos pelos 50 anos, e 14 contratos quando atingisse aos 60 anos. No período de tempo entre o início do primeiro contrato e o fim do último (que constitui, em média, 75% da sua vida de trabalho), o operário-camponês passou em média 55% nas minas e 44% em casa, o que implica, como primeira aproximação, que o operário-camponês médio permaneceu 12 meses em casa no intervalo entre cada dois contratos de 15 meses.

Em termos de uma distribuição de frequência mais detalhada, obtivemos os resultados apresentados no quadro 6. A partir deste quadro podemos deduzir que só 25% da força de trabalho total entrevistada passou menos de 30% da sua vida activa de trabalho nas minas, enquanto, no outro extremo da escala, um terço dos mineiros dispendeu lá mais de metade do seu tempo activo de trabalho.

Deste modo, uma amostra tomada ao acaso entre os operários-camponeses na província de Inhambane, ilustra claramente que a grande maioria está ligada ao trabalho mineiro e aos problemas relacionados com a migração. Com base nesta informação, podemos concluir que cerca de dois terços destes trabalhadores estão engajados no trabalho mineiro e no processo de migração que lhe está ligado, durante mais de metade da sua vida de trabalho. Esta é uma clara indicação da medida em que o trabalho migratório se transformou na principal actividade económica do campesinato.

Esta é a imagem geral das áreas por nós estudadas na província de Inhambane. Mas dentro da província verificamos significativas variações no que respeita à importância do trabalho mineiro na actividade económica geral. Assim, o tempo médio dispendido nas minas como percentagem da vida de trabalho activo variou desde 50,5% em Canda (Zavala), e 46% em Sitila, até 42% em Cambine e, respectivamente, 36% e 39% em Pembe e Mindu (Zavala). Esta variação depende obviamente de factores tais como a qualidade de terra e facilidade na obtenção da água, formas de colonização na área durante o período colonial e da força ou fraqueza relativa da base camponesa.

*Canção de trabalho*
*CHOCHA VA MULANJA – Puxa! Puxa!*
**Recolhida em Khambane, Homoine, 11.9.79**

| | |
|---|---|
| *Musumi:* Chocha va mulanja, futhi ka wena | *Líder:* Puxa, mais, mais para o teu lado |
| *Vapangalati:* Va mulanja | *Coro:* Puxa! |
| *M:* Chocholoza va mulanja, futhi khwela wena | *L:* Levanta mais, mais para cima |
| *V:* Va mulanja | *C:* Levanta! |
| *M:* Chocha va mulanja, futhi ka wena | *L:* Puxa, mais para o teu lado! |
| *V:* Va mulanja | *C:* Puxa! |
| *M:* Doza va m'lanja, futhi ka wena | *L:* Puxa, mais para o teu lado! |
| *V:* Va m'lanja | *C:* Puxa! |
| *M:* Chocholoza va m'lanja futhi ka mina | *L:* Empurra mais, mais para mim |

Accompanhada por assobios e comentários:

| | |
|---|---|
| Heyi, wena, bamba lapha! | Ó, você, pega aqui! |
| -Yoweyowe, ndzi manyiwilee! Ndzi manyiwilee! | Oh! Oh! Estou sendo apertado! Estou sendo apertado |
| -Yimani mani! Yena lomunthu limaziwile mani! | Parem! Este homem foi magoado! |
| -Chechisa 'fesedí (first aid) | -Rápido! Os primeiros socorros! |
| -Yena limalile sitereka lomuntu! | -Este homem está gravemente ferido. |
| -Vhala lo gazi, vhala logazi. | -Feche o sangue! Feche o sangue! |
| -Yena maningi mamphara mani, hinindaba yena enza ka so? | -Ele é muito maluco, porque é que trabalha assim? |
| - Yena maningi siphukuphuku mani! | -Ele é muito estúpido! |
| - Hayi-hayi, hayikhona wena chaya lo sighulani mani! | -Não, não, não bate num homem ferido! |
| - U ya bona lo m'changana, yena mamphara sitereka! | -Estás a ver, este machangana, ele é muito estúpido! |
| - Wena qamanga khona phutukezi lepha? | -Tú pensas que é Portugal? |
| - Jou moer! Black Samse kaffir | -Sê condenado! Preto 'Samse cafre'! |

*Manghezi:* Então, a pessoa está ferida e insultam, dizendo 'machangana estúpido...'?
*Cantores:* Batem!
*Manghezi:* Batem?
*Homem:* E outra pessoa diz 'não faça isso! Não batam, ele já sofreu'.
*Outro homem:* É o *boss boy* de uma outra etnia que diz isso. Diz que está a fingir e que devia levantar-se e continuar a carregar. E os Boers diziam 'não é Portugal aqui, *preto samse cafre*, carrega'!

Da análise anterior podemos concluir que, historicamente, o trabalho migratório se enraizou profundamente na economia camponesa. Isto reflecte-se na longa duração média dos contratos, de cerca de 16 meses e na considerável parte da vida do operário-camponês dispendida nas minas. As vantagens que isto proporciona à indústria mineira sul-africana são claras:

- o alto custo de recrutamento e transporte do mineiro baixa consideravelmente em relação ao custo total da força de trabalho, à medida que aumenta a duração do período de contrato nas minas. A mão de obra moçambicana oferece portanto à indústria mineira sul africana uma clara vantagem em relação a todas as outras fontes de mão de obra. Com excepção dos mineiros provenientes de Malawi, a duração dos contratos de todos os outros mineiros é menor (entre 6 e 8 meses, até um ano);
- os períodos de contrato longos, e a elevada frequência de contratos dos mineiros reduzem os custos de formação e garantem uma produtividade estável e de nível mais alto. Isto também tem sido sempre uma característica definidora dos trabalhadores moçambicanos.

Vista pelo lado moçambicano, a imagem é muito diferente. Significa não só que uma grande parte desta força de trabalho se divorciou cada vez mais da participação no ciclo de produção agrícola (caindo o peso desta quase completamente sobre a mulher), mas teve também como consequência que o trabalho de construção de casas, celeiros e poços de água, tradicionalmente feito pelos homens, fosse cada vez mais deixado a artesãos pagos com os salários do trabalho migratório. Este ponto será desenvolvido quando tratarmos da economia camponesa.

O dilema do camponês proletarizado—o operário-camponês migrante—pode melhor ser resumido na seguinte citação, de um camponês entrevistado no distrito de Homoíne:

> 'Eu sou um trabalhador e não posso viver sem um trabalho pago. Toda a gente aqui foi às minas—os nossos avós foram. Eu faço agricultura quando estou na terra porque os salários nunca são suficientes para uma vida decente. Mas não há segurança na agricultura porque não podemos controlar as chuvas'.

## OS SALÁRIOS DOS MINEIROS MOÇAMBICANOS

Este estudo não aborda os níveis dos salários e sua importância relativa enquanto rendimento monetário na economia camponesa durante todo o período de exportação da mão-de-obra mineira. Tratamos somente dos salários dos mineiros nos seus níveis mais recentes, e dos problemas e contradições que podem surgir no período de transição para o socialismo.

A maior dificuldade que surge na determinação da média dos vencimentos dos mineiros é o facto de a única informação exacta e acessível consistir nas importâneias pagas pela Wenela em cada ano aos trabalhadores moçambicanos sob a forma de pagamento diferido.[18]

O pagamento diferido, como está estabelecido no Acordo de 1964, é igual a 60% dos salários do trabalhador após os primeiros seis meses do contrato. Assim, depois desse período, o operário recebe apenas 40% dos seus salários no local de trabalho, e os restantes 60% são pagos por inteiro quando regressa a Moçambique na estação onde foi recrutado. As vantagens deste sistema para o Estado colonial português consistiam no seguinte:

- garantia a entrada dessas importâncias no país sob a forma de divisas estrangeiras e divisas que, em alguns casos, podiam ser pagas em ouro;
- evitando que o trabalhador gastasse todos os seus salários na África do Sul, fazia com que esse dinheiro constituisse uma procura de artigos de consumo produzidos ou em circulação na colónia e em Portugal;
- uma vez que os pagamentos diferidos eram transferidos mensalmente e congelados numa conta bancária até ao regresso do mineiro, este estava de facto a fornecer crédito sem juros ao sistema financeiro colonial e, portanto, ao Estado colonial.

A partir das importâncias pagas em cada ano sob a forma de pagamento diferido relativas ao número total de trabalhadores que completaram os seus contratos anualmente e considerando uma duração média dos contratos de 16 meses, podemos calcular a média das receitas por trabalhador.

---

[18] Uma vez que a pagamento diferido representa apenas uma percentagem do total dos salários, cálculos mais rigorosos devem ter em conta:

- o dinheiro que os mineiros trazem e trocam na fronteira em escudos (existem registos desses câmbios mas não podemos analisá-los);
- o dinheiro enviado para casa pelo trabalhador durante o período do seu contrato, através dos correios ou de parentes e amigos;
- o dinheiro gasto em bens adquiridos na África do Sul.

Apresentamos, no quadro 9, estes cálculos para o período 1962-1977. Como se pode deduzir, o período anterior a 1965 foi de trabalho extremamente mal pago, enquanto que durante a última metade dos anos 60 e até 1972 os salários começaram a subir, embora se tivessem mantido ainda a níveis relativamente baixos.

Como resultado das greves dos mineiros africanos em 1973 e outros acontecimentos internos na indústria mineira, os proprietários das minas foram obrigados a conceder aumentos consideráveis de salários. Em Junho de 1975 o salário mínimo por turno ultrapassou os níveis de 1972 em 500%, atingindo em Junho de 1976 o valor de dois randes e cinquenta, o que deu a impressão de que o trabalho mineiro se tinha tornado numa ocupação altamente lucrativa. Mas, como se pode observar a partir dos nossos cálculos mesmo no seu máximo, os mineiros ainda só recebiam aproximadamente um salário mensal de 4.500$00 por um trabalho que é notoriamente pesado e perigoso para a sua saúde. Eram estes 4.500$00 que representavam um aumento de 500% relativamente aos níveis de 1931.

Como já mostramos, não só os salários subiram rapidamente nos últimos anos, como ainda houve um acentuado aumento nas diferenças salariais entre as diversas categorias de mão de obra mineira. Para termos uma ideia destas diferenças, seleccionamos uma amostra, num total de 235, dos nossos inquéritos aos mineiros, que inclui os mineiros regressados do seu último contrato no período 1976/77 e cuja informaçao sobre pagamento diferido era de confiança. O quadro abaixo mostra a frequência de distribuição relativamente aos montantes do pagamento diferido desta amostra.

| Pagamento Diferido | % de força de trabalho |
|---|---|
| 1.000$00—5.000$00 | 15.75 |
| 6.000$00—10.000$00 | 15.75 |
| 11.000$00—15.000$00 | 18.70 |
| 16.000$00—20.000$00 | 15.75 |
| 21.000$00—25.000$00 | 8.10 |
| 26.000$00--29.000$00 | 7.20 |
| 30.000$00—40.000$00 | 11.10 |
| 41.000$00—50.000$00 | 3.00 |
| 51.000$00—80.000$00 | 3.80 |
| 71.000$00—100.000$00 | 0.86 |
| >100.000$00 | 0.00 |

Esta sondagem mostra que metade dos mineiros entrevistados recebem menos de 15.000$00 em pagamento diferido, e 3/4 menos de 25.000$00. No outro extremo da escala, cerca de 5% dos trabalhadores receberam entre 50.000$00 a 100.000$00. Assim, a maioria dos trabalhadores encontrava-se no estrato mais mal pago, enquanto cerca de 1/4 se distribuia pelos grupos mais bem pagos, dos quais 1/5 ou 5% do total recebia os salários mais altos. Pode-se verificar também a partir dos nossos dados que a diferença entre as receitas mais altas e mais baixas é muito grande, indo de cerca de 100.000$00 até 5.000$00 ou menos. Deve ser tomado em conta, no entanto, que o escalão mais mal pago inclui operários que por diversas razões (muitas vezes a doença) interromperam os seus contratos. A subida real de salários deve, por isso, ser um pouco menor.

Dos números apresentados podem tirar-se as seguintes conclusões:

- a restrição do número de trabalhadores recrutados pela Wenela desde a última metade de 1976, que permite que apenas sejam empregues os possuidores de *bónus*, ocorreu numa altura em que os salários subiram consideravelmente, o que originou, portanto, um conflito entre os operários-camponeses que ainda podiam ser contratados e os que não podiam. Entre outras formas, este conflito reflectiu-se na sugestão de que os certificados de *bónus* deveriam ser melhor distribuidos, uma vez que a sua passagem era limitada. Esta sugestão, levantada a vários níveis, não toma em consideração o facto de o sistema de *bónus* ter por objectivo contratar apenas operários experientes e de este certificado ser um registo da experiência de trabalho e da qualidade técnica do portador;
- Outro conjunto de contradições surge do sistema de diferenciação de salários introduzido nas minas. A maioria dos mineiros moçambicanos parece situar-se nos níveis de salários mais baixos, sendo constituída por trabalhadores não especializados e alguns semi-especializados. Os salários que recebiam em pagamento diferido não excedia em média 25.000$00, o que equivale a um salário mensal de 4.200$00.

Tendo em conta o facto de que os escalões mais baixos do quadro incluem mineiros que, devido a doença ou outras razões, interromperam os seus contratos, é muito possível que esses trabalhadores recebessem entre 15.000$00 a 20.000$00 de pagamento diferido, em caso de duração normal do contrato de 16 meses, o que corresponderia a um salário mensal entre 2500$00 e 3500$00. Este dinheiro seria gasto principalmente em bens de consumo e alguns instrumentos de produção para agricultura tal como enxadas e gado, e também em ferramentas para alguns tipos de actividade

artesanal. Uma fracção menor da força de trabalho era constituída por dois grupos distintos: os trabalhadores mais especializados e os capatazes, que ganhavam consideravelmente mais. A este grupo, que constitui 5% da força de trabalho, cujas receitas se situam entre 50.000$00 e 100.000$00, corresponderam salários mensais entre 8.500$00 e 17.000$00 ou mais.

Os artífices ajudantes e outros trabalhadores semi-especializados ganhavam consideravelmente mais do que os operários não especializados. Por outro lado, dificilmente podiam ser considerados como uma 'aristocracia operária' pois tal categoria não seria significativa para classificar um grupo de trabalhadores que, por lei, eram são repatriados ao fim de 18 meses. Quando se tratava de capatazes, apelidados indiferentemente de *boss boys*, *indunas*, e 'representantes tribais', estes eram de vários tipos. Alguns eram capatazes no emprego, auxiliando a organização do trabalho dos grupos de mineiros afectos a tarefas específicas do processo de trabalho. Outros desempenhavam o papel de polícias, actuando como agentes dos responsáveis do *compound* e das autoridades das minas em geral, mantendo 'a lei e ordem', e assegurando a separação 'tribal' da força de trabalho que continuvaa a ser utilizada pelas minas como poderoso agente de divisão social e de controlo.

Dos dois últimos grupos, os operários mais especializados que receberam algum treino e adquiriram, em alguns casos, um número considerável de conhecimentos técnicos de trabalho e os supervisores de mão de obra ou sargentos-mor do *compound*, da mina e do grupo de trabalho subterrâneo são por certo os mineiros que auferem maiores vencimentos. Eles, são por vezes, tomados como representantes de todos os mineiros e isto alimenta o mito do mineiro rico que traz no regresso à casa grandes somas de dinheiro, que foi ganho 'fácil e rapidamente', o que, como se observa nos nossos cálculos, está longe da verdade.

## EXPERIÊNCIA DE TRABALHO E QUALIFICAÇÕES

O local de trabalho é evidentemente o meio mais propício para se estudar em detalhe o aumento da especialização de operários indiferenciados, semi-especializados e especializados. Não há provavelmente estudos que realizados longe dos locais de trabalho e do próprio processo de trabalho apresentem resultados pormenorizados e satisfatórios. Com efeito, afastado da máquina com que trabalha, o operário sente dificuldade em descrever as operações que executa e as funções que desempenha, sejam elas rotineiras, ou as que de si fazem trabalhador especializado, ou semi-especializado.

| *Canção de trabalho*<br>***CHOCHOLOZA – Puxa!***<br>Recolhida em Khambane, Homoíne, 11.9.79 | |
|---|---|
| *Musumi:* Chocholoza m'lanja se khwele mpela<br>*Vapangalati:* Ha malanja<br>*M:* Chocholoza ....<br>*V:* Haaaaa!<br>*M:* M'lanja se khwele mama<br>*V:* Ha malanja<br>*M:* Chocholoza ....<br>*V:* Haaaaa!<br>*M:* M'alanja se khwele mama<br>*V:* Ha malanja | *Líder:* Puxa! Puxa e mova!<br><br>*Coro:* Aaa! Puxa!<br>*L:* Puxa...!<br>*C:* Aaaaa!<br>*L:* Puxa e mova, minha mãe!<br>*C:* Aaa puxa!<br>*L:* Puxa...!<br>*C:* Aaaaa!<br>*L:* Puxa e mova, minha mãe!<br>*C:* Aaa puxa! |
| Acompanhado por assobios e comentários: | |
| Tswiyo-tswiyo-tswiyo-tswiyoooo!<br>Tlakula wena! Tlakula mani!<br>Thatha lo, fikisa lapha wena! | Tswiyo-tswiyo-tswiyo-tswiyoooo!<br>Levanta você! Levanta, pá!<br>Traga isso para aqui! |
| *Manghezi:* Chocholoza, ha malanja—o que é que quer dizer malanja?<br>*Cantores:* Quer dizer, puxe e mova. Quer dizer, puxa.<br>*Manghezi:* Puxar e mover.<br>*Cantores* E dizem: carrega! É atirar. | |

Os mineiros que no âmbito deste projecto, foram inquiridos acerca do seu trabalho, não acreditavam poder explicá-lo longe das suas máquinas ou ferramentas por duvidarem, compreensivelmente, da familiaridade do investigador com o funcionamento das minas. Só após longas explicações usualmente acompanhadas de desenho de diagramas, é que o operário expunha as suas tarefas, rotineiras e não-rotineiras.

Normalmente, um estudo detalhado do processo de trabalho começaria na mina pela análise de uma função particular, quanto ao seu conteúdo e objectivos. Por exemplo, um mecânico de veículos teria que realizar uma série de operações, tais como verificar a gravidade específica de uma bateria, ajustar velas, desmontar uma cabeça de cilindro, ou substituir um motor completo.

No decurso deste breve estudo, não foi possível fazer-se descrições pormenorizadas deste tipo. O que se procurou foi o seguinte:

- mostrar-se a correlação entre as qualificações e os salários nas minas. Ao que parece, os mineiros mais bem pagos ou possuem certas qualificações técnicas ou exercem uma função de controle da força de trabalho;
- examinar-se a correlação entre os graus de educação escolar obtidos em Moçambique e os conhecimentos usados nas minas;
- descobrir-se o leque de tarefas por que se distribuem os moçambicanos nas minas. Torna-se claro, a partir dos dados disponíveis (especialmente dos que se referem a um período recente) que o mineiro negro já não pertence apenas à força de trabalho indiferenciada, como noutros tempos. Os próprios mineiros moçambicanos já não executam só uma função mas, pelo contrário, podem realizar um certo número de tarefas. As entrevistas feitas revelaram-nos dispersos por mais de setenta ocupações distintas;
- avaliar-se de maneira geral o nível de qualificações ligado a cada uma destas tarefas também não é fácil. Mesmo considerando-se a mesma ocupação na mesma mina, o nível de especialização ou semi-especialização atingido pelos trabalhadores negros depende do ponto onde o artífice, ou o mineiro branco decide levar a sua equipa. Por exemplo, enquanto um certo mineiro branco ensina os seus ajudantes a parar a máquina com que trabalha quando a luz de avaria se acende, outro explica-lhes como manobrar a trituradora em funcionamento e como repará-la quando encrava.

Segundo informações colhidas de um antigo funcionário de uma mina da Anglo-American, os operários brancos treinavam os seus auxiliares de maneiras muito diferentes. Uns não faziam mais do que utilizar o ajudante como o cirurgião utiliza a enfermeira, enquanto outros se preocupavam em explicar os 'como' e os 'porquê'.

Assim, dois mineiros negros fazendo o mesmo trabalho como ajudantes podiam ter qualificações totalmente diferentes. A preparaçao dos auxiliares variava, tanto com o método de treino, como com o tipo de relações existente entre mineiros brancos e negros numa equipa de trabalho particular ou ocupados numa função específica, como ainda com o interesse dedicado em determinada mina ou grupo de minas, em certos períodos, ao aperfeiçoamento profissional e técnico de uma categoria semi-especializada de auxiliares negros. Em planos recentes para treino intensivo de mineiros negros semi-especializados tem se reconhecido um papel crucial à lingua. As minas da Anglo-American, por exemplo, introduziram

como condição de acesso a cursos de aperfeiçoamento, tanto requisitos referentes ao domínio da língua, como a uma série de vocabulários especializados por funções.

Deve-se, desde já, esclarecer que o uso de expressões como trabalhador 'especializado' ou 'semi-especializado' neste estudo tem um sentido estritamente comparativo. Em primeiro lugar, porque na indústria mineira sul-africana a força de trabalho especializada é constituida por mineiros brancos. Com efeito, todos os trabalhadores especializados são brancos, e até muito recentemente, a maior parte do trabalho semi-especializado era executado por brancos e a estes reservado.[19] Assim, a força de trabalho branca tem constituído uma espécie de aristocracia operária, tanto mais que o seu monopólio de conhecimentos especializados é protegido pela lei.

Só com o aumento da intensificação da capital nas minas, que trouxe consigo uma maior mecanização, é que o papel da força de trabalho negra ultrapassou em parte e até certo ponto, o nível do trabalho manual. Já foi antes discutida, em alguns dos seus aspectos, a transformação do papel da força da trabalho negra.

A segunda razão por que se utilizam as expressoes 'especializados' e 'semi-especializado' em sentido apenas comparativo, é por não se pretender sugerir que os mineiros que receberam treino, adquirindo certo grau de preparação numa mina, estejam por isso necessariamente aptos a executar de imediato, trabalho equivalente em Moçambique. Por outro lado resulta claro das entrevistas feitas que, em especial desde as mudanças introduzidas nos anos 70 na divisão do trabalho da indústria mineira, muitos mineiros moçambicanos alcançaram qualificações e experiência industrial que serão indispensáveis ao país. O problema reside em definir, classificar e utilizar estas aptidões. Sobre este assunto apresentam-se algumas sugestões no fim do relatório.

Não obtivemos dados suficientes para uma completa individualizaçao das funções de cada tarefa. No entanto a partir de um exame geral da estrutura de empregos em que se integram os mineiros negros, vê-se que àqueles que ganham mais de R3.00 por dia começam a ser dadas tarefas um pouco mais diferenciadas. Estes operários estão situados nas categorias IV a VIII do quadro 10.

---

[19] Segundo Francis Wilson, da força de trabalho negra existente em 1960, 67% era empregue em trabalho semi-especializado, e 11% em trabalho indiferenciado, 20% em trabalho semi-especializado e 11% em trabalho de supervisão. (*Labour in the South African gold mines,* Cape Town, 1972, p.55).

Nestes escalões mais altos—operários que têm salários mais elevados—estão incluidos os indunas[20] e a polícia das minas. Os indunas ou representantes tribais actuam como agentes de controle da gerência; o mesmo acontece, obviamente, com as forças da polícia mineira. Os *boss boys* ou *team leaders* são também mais bem pagos e são os capatazes servindo de intermediários entre os mineiros brancos e os seus grupos de operários africanos. Os '*boss boys*' adquirem diferentes graus de organização e de conhecimentos técnicos consoante a função de trabalho que supervisionam.[21] Estes operários estão agrupados nas categorias V a VIII, segundo os lugares que ocupam na hierarquia. A categoria VIII equivale aos empregos mais bem pagos. Inclui os instrutores-chefes. Estes são os mineiros com mais conhecimentos técnicos já que têm de os transmitir aos aprendizes. A categoria VII inclui chefes de equipa de escavação. Este é um emprego de certa forma especializado, e consequentemente mais bem pago (um mínimo de R5.00 por dia). A categoria VI compreende a maioria dos artífices ajudantes que inclui caldeireiros, carpinteiros, canalizadores, electricistas, pedreiros e artífices ajudantes de mecânico e de fundição. Estes operários são, estritamente, auxiliares dos mineiros brancos mas, como já foi referido, podem adquirir mais conhecimentos e experiência. A categoria IV inclui outros chefes de equipa e capatazes de grupo, mas tambem condutores de máquinas pesadas—que inclui condutores de locomotivas, condutores de guindastes, condutores de guinchos e condutores de monta-carga. O seu salário mínimo é de R3.40 por dia.

As três categorias mais baixas de operários das galerias subterrâneas e a categoria de operários de superfície são mais mal pagos e têm menos oportunidades de adquirir experiência de trabalho semi-especializado. A categoria III inclui os elementos da equipa de escavação, isto é *machine boys*, *spanner boys*, *lashers* e *trammers*. O salário mínimo deste grupo é de R3.00 por dia. A categoria II, cujo salário mínimo é de R2.65 por dia, inclui *belt minders*, *timber boys*, guardas de locomotivas não especializados e *pipe boys*. A categoria I agrupa diferentes tipos de trabalhadores não

[20] O vocabulário utilizado na indústria mineira sul-africana era um reflexo do nível da linguagem, do estado de subordinação do mineiro africano. Os termos são insultuosos: os africanos são chamados *boys* quer sejam *boss boy* ou *pipe boy*. Nos últimos anos o vocabulário tem sido de certa forma revisto. Assim os *boss boys* passaram a ser *team-leaders*.

[21] 'Apesar de difícil de documentar, há poucas dúvidas acerca de que devido à rigidez do sistema de castas sul-africanas, muitos *boss boys* são consideravelmente mais especializados no trabalho mineiro do que alguns dos homens [brancos], seus superiores.' (Wilson, *op.cit.*, p.20).

especializados que têm os salários mais baixos dentro dos trabalhadores do subsolo. São mineiros empregues nos trabalhos de transporte, de limpeza, de vigilância de bombas e de lubrificação de máquinas.

Os operários de superfície na indústria mineira ganham presentemente um salário mínimo de R1.8O por dia. Não raro, são mineiros mais velhos ou com deficiências físicas ligeiras adquiridas durante o seu tempo de trabalho nas minas.

No Quadro 10 em anexo agrupamos várias funções que não estão incluídas quer em trabalhos de galeria, quer no trabalho de superfície; são funções mais especializadas que compreendem ajudantes de enfermeiro, empregados domésticos, tais como cozinheiros, pintores e amazenistas. Incluiriam também ajudantes de agrimensor, que podem adquirir uma considerável experiência de trabalho. Os artífices ajudantes da categoria VI recebem 4 semanas de aprendizagem formal paga. A aprendizagem tem sido alargada nos últimos tempos, mas temos poucas informações sobre este aspecto. Esta aprendizagem é formal; situa-se fora do âmbito da experiência adquirida pelos mineiros depois de muitos contratos que não deve ser subestimada ao estudar-se a sua capacidade como força de trabalho industrial organizada.

Recolhemos informações de todos os mineiros sobre o seu nível de instruçao. Quando tentamos relacionar o nível de educação com a categoria de emprego, verificámos que não havia qualquer relação entre as duas coisas. É verdade que os mineiros moçambicanos que têm a 4ª classe não estão no escalão dos trabalhadores mais mal pagos, e não são, por certo, trabalhadores indiferenciados. Estes homens trabalham como 'team leaders', polícias, condutores ou artífices ajudantes. Ao mesmo tempo, homens sem qualquer escolarização acham-se distribuidos arbitrariamente por todas as dez categorias salariais.

Entre os operários da categoria IV e superiores as percentagens dos que receberam algum tipo de instrução apresentam-se assim:

| | |
|---|---|
| 4ª classe | 10% |
| 3ª classe | 14% |
| 2ª classe | 18% |
| 1ª classe | 9% |
| Nenhuma instrução | 49% |

Isto pode ser comparado com todos os mineiros semi-especializados ou nas categorias mais baixas:

| | |
|---|---|
| 4ª classe | 7% |
| 3ª classe | 15% |
| 2ª classe | 18% |
| 1ª classe | 10% |
| nenhuma instrução | 50% |

Entre os instrutores mais categorizados (categoria VIII) que organizam pequenos cursos de orientação, temos um caso de um mineiro moçambicano que não recebeu qualquer instrução. Nenhum elemento deste grupo atingiu a 4ª classe no sistema educacional português. Dos artífices ajudantes, 43% não receberam qualquer instrução escolar em Moçambique.

Descrevemos seguidamente alguns dos empregos mais semi-especializados executados por mineiros moçambicanos. Esta informação foi obtida em entrevistas com mineiros.

*Instrutor Senior*: trata-se habitualmente de antigos *boss boys* em operações de escavação. São seleccionados com base na sua aptidão para organizar tarefas na superfície de escavação e para explicar aos novos que ali trabalham o que se pretende deles. Fazem uma curta aprendizagem de quatro semanas sobre métodos de ensino, e dão depois aulas teóricas e práticas nas escolas mineiras para escavadores.

*Feeder-boy*: um *feeder-boy* é um ajudante de mecânica. Sob a direcção do mineiro branco, repara máquinas dentro da mina. A máquina utilizada em cada secçao do processo de trabalho tem *feeder-boys* especializados que conhecem apenas as máquinas da respectiva secção. Aprendem os rudimentos na escola da mina durante um período de 4 semanas. Podem, se for preciso, consertar tractores e outras máquinas pesadas.

*Riggers*: têm duas funções: (1) reparar e fazer a manutenção dos elevadores. Todos os elevadores têm de ser vistoriados pelo menos uma vez por semana; (2) reparar guinchos partidos e outros instrumentos relacionados com aqueles. Os guinchos partidos são muitas vezes trazidos para fora das minas e levados para a oficina de reparação fora da mina, mas ainda dentro do departamento dos 'riggers'. Portanto um 'rigger' pode trabalhar dentro ou fora da mina.

*Pipe-boy*: monta canos e pode soldar juntas simples.

*Ajudante de electricista*: monta cabos eléctricos, repara fios partidos, repara transformadores e as partes eléctricas dos elevadores. A aprendizagem vai de um mês a seis semanas.

*Storemen*: são responsáveis, sob supervisão do mineiro branco, por um certo número de secções no departamento de armazéns. Verificam as listas de mercadorias à medida que estas regressam ao armazém e fazem registos das devoluções. Registam as mercadorias requisitadas por cada secção da mina, anotando o número da secção ao lado da mercadoria requisitada. Têm portanto conhecimentos básicos sobre armazenagem e contabilidade.

*Condutores de locomotiva*: após terem conduzido uma locomotiva durante cerca de seis meses, alguns dos melhores condutores são seleccionados para um programa de aprendizagem de um mês sobre manutenção a reparação. Depois desta aprendizagem estarão aptos ainda a manejar e reparar tractores e outra maquinaria pesada.

*Qualificações dos mineiros de carvão*: entre os poucos mineiros de carvão que ainda são contratados pela Anglo-American e outras grandes minas de carvão na África do Sul encontram-se alguns mineiros especializados. Incluem operadores de máquinas electro-mecânicas de cortar carvão, operadores de carregadores mecânicos, condutores de carregadores e outras viaturas, e artífices ajudantes.

## ALGUMAS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os trabalhadores moçambicanos, particularmente aqueles que cumpriram contratos mais recentemente, possuem experiência de uma diversidade crescente de tarefas. Uma pequena, mas significativa parte destes últimos possuem especializações práticas de que há falta em Moçambique.

A dificuldade está em que muitos mineiros com alguma especialização e experiência de trabalho não tiveram qualquer instrução escolar formal. Isto torna-lhes muito difícil, se não impossível, explicar a sua experiência de trabalho em português. De qualquer forma, seria difícil explicar uma tarefa em qualquer língua a alguém que não possui experiência ou que não estudou em detalhe a organização do processo de trabalho na indústria mineira da África do Sul, em particular desde as principais inovações e alterações introduzidas durante os anos 1970 e, mesmo antes, especialmente nas minas onde se verificou maior intensificação de capital e, portanto, mais mecanizadas.

Há alguns mineiros, por exemplo, ajudantes de electricista, ajudantes de mecânico e condutores de máquinas pesadas que poderiam ser integrados em fábricas e outras empresas. No momento presente, no entanto, o facto é que todos os mineiros estão incluídos nos sectores não especializados ou indiferenciados dos registos de desemprego do Instituto do Trabalho. Os mineiros referiram-se a esta dificuldade durante as entrevistas que mantivemos com eles.

Alguns, possuindo certificados de especialização de trabalho, disseram-nos que quando se apresentaram nas delegações do Instituto do Trabalho em Maputo e Inhambane, os funcionários que os atenderam disseram-lhes que aqueles certificados não tinham valor em Moçambique e incluíram-nos nas listas dos não-especializados.

Nas nossas recomendações apresentamos algumas sugestões para uma revisão da classificação dos diferentes tipos de mineiros que tenha em conta as qualificações adquiridas e a experiência de trabalho.

*Canção de trabalho*
***XIKWEMBU XA MUHLIWA – Espírito de Muhliwa***
Recolhida em Khambane (Homoine) 11.09.79

| | |
|---|---|
| *Musumi:* A xikwembu xa muhliwa ka mamani mina | *L:* Espírito do que é enganado, (regressa) a sua mãe. |
| *Vapangalati:* Layicha bosimani | Coro: Carrega, bosimani! |
| *M:* Ndzi ta tirha ndzi nga hole ka mamani mina | *L:* Trabalhar sem receber, ó minha mãe. |
| *V:* Layicha bosimani | *C:* Carrega, bosimani! |
| *M:* A xikwembu xa muhliwa ka mamani mina | *L:* Espírito do que é enganado, (regressa) a sua mãe. |
| *V:* Layicha bosimani | *C:* Carrega, bosimani! |
| *M:* Ndzi ta tirha ndzi nga hole ka mamani mina | *L:* Trabalhar sem receber, ó minha mãe. |
| *V:* Layicha bosimani | *C:* Carrega, bosimani! |
| *M:* I ya ya yayaa ka mamani mina | L: I ya ya yayaa, ó minha mãe. |
| *V:* Layicha bosimani | *C:* Carrega, bosimani! |
| *M:* A valungu va le Jone va ndzi khome xivoto | *L:* Os brancos do Joni exploram-me duramente |
| *V:* Layicha bosimani | *C:* Carrega, bosimani! |
| *M:* A ndzi tirha ndzi nga hole ka mamani bavo | *L:* Eu trabalho sem receber, ó minha mãe, ó meu pai... |
| *V:* Layicha bosimani | *C:* Carrega, bosimani! |
| *M:* A ku hanya ndzi nga hole ka mamani bavo | L: Viver sem receber, ó minha mãe, ó meu pai... |
| *V:* Layicha bosimani | *C:* Carrega, bosimani! |
| *M:* Hikusa ko tirha xikhumbaa xa munyama bavo | *L:* Porque é o preto que trabalha, meu pai |
| *V:* Layicha bosimani | *C:* Carrega, bosimani! |
| *M:* Va komba hi tintiho ndzi karhele bavo | *L:* Indicam pelo dedo; estou cansado, pai. |
| *V:* Layicha bosimani | *C:* Carrega, bosimani! |
| *M:* A mhaka ndza hlupheka ndzi karhel mpeloo | *L:* O problema da pobreza, estou mesmo cansado |
| *V:* Layicha bosimani | *C:* Carrega, bosimani! |
| *M:* Ndzi fika lomu Joni mpela hi vusiwana minoo | *L:* Vim ao Joni devido à pobreza, eu...! |
| *V:* Layicha bosimani | *C:* Carrega, bosimani! |
| *M:* Ndzi hola nkinyenta hi siku lin'we | *L:* Recebo uma quinhenta por dia. |
| *V:* Layicha bosimani | *C:* Carrega, bosimani! |
| *M:* Ndzi nga xikwembu xa muhliwa ka mamani bava | *L:* Porque eu sou espírito que é explorado / que é enganado. |
| *V:* Layicha bosimani | *C:* Carrega, bosimani! |
| *M:* A Mabunu ya hi tirhisa ndzi karhele bavo | *L:* Os boers exploram-nos no trabalho, estou cansado, pai. |
| *V:* Layicha bosimani Ho! ho! ho! | *C:* Carrega, bosimani! Oh! Oh! Oh! |

Ilustração I

Assim que atravessa a fronteira, de regresso a Moçambique, com o contrato das minas terminado, o mineiro dá vivas à Frelimo.

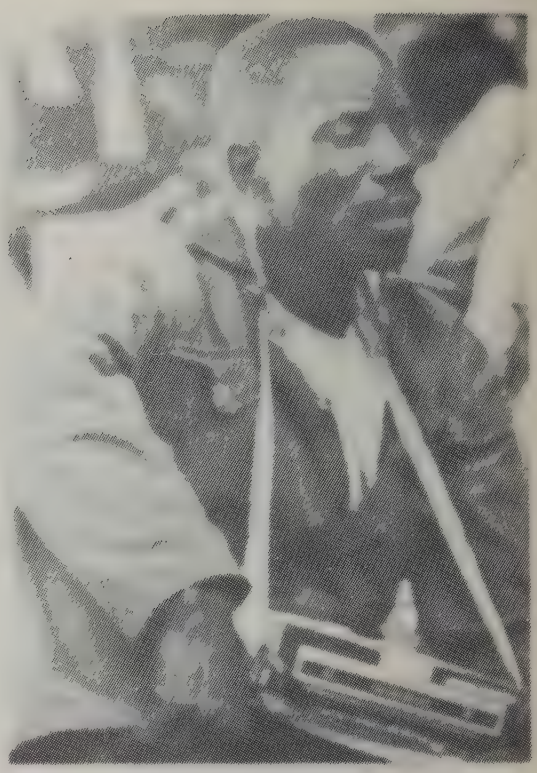


Ilustração II e III

Fotografias de mineiros:

Dos mineiros entrevistados, nove em cada dez eram filhos de mineiros, e muitos eram mineiros de terceira geração. Eles fazem parte da crescente força de trabalho estabilizada, embora por lei tenham de ser repatriados para as suas comunidades no final de cada contrato. Proletários no local de trabalho e desempregados entre os contratos.

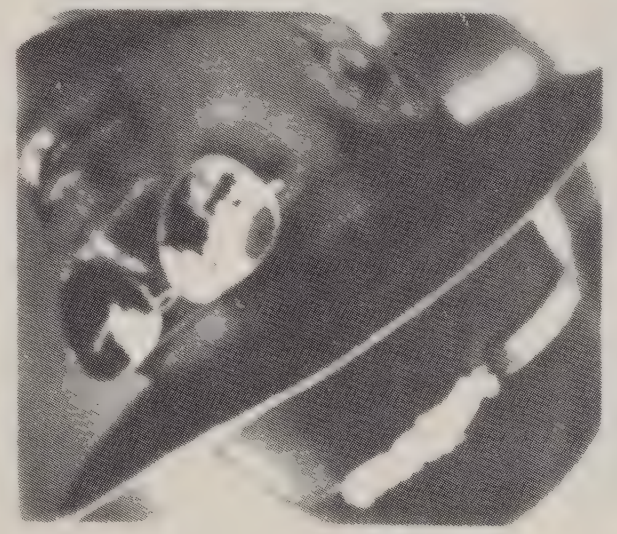


Ilustração IV

Nos "compounds":

O "compound" é essencial para o sistema rígido de controle da força de trabalho. É vedado, fechado para os de fora, e os mineiros precisam de permissão para dele se ausentarem mesmo fora das horas de trabalho.

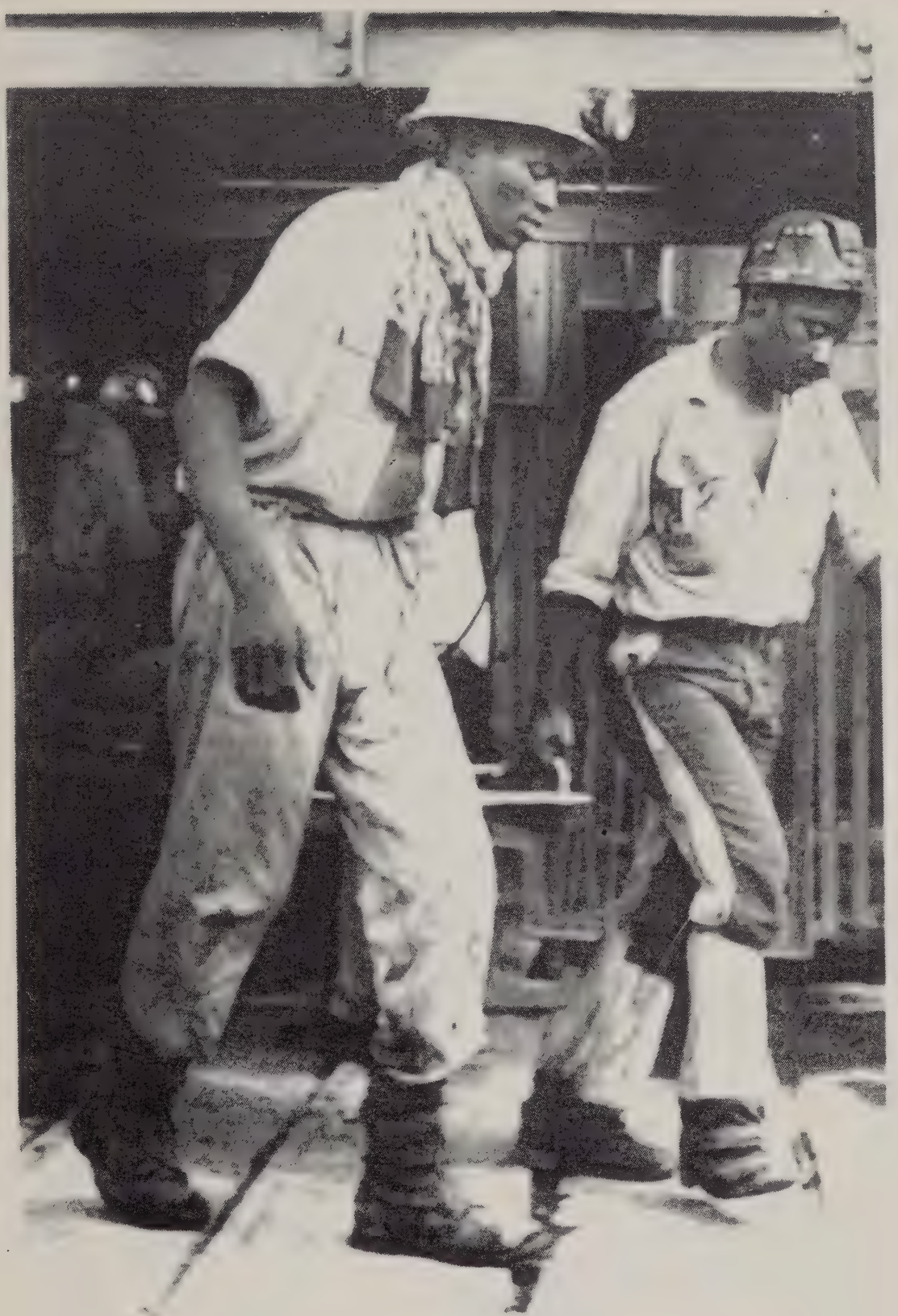


Ilustração V

No trabalho:

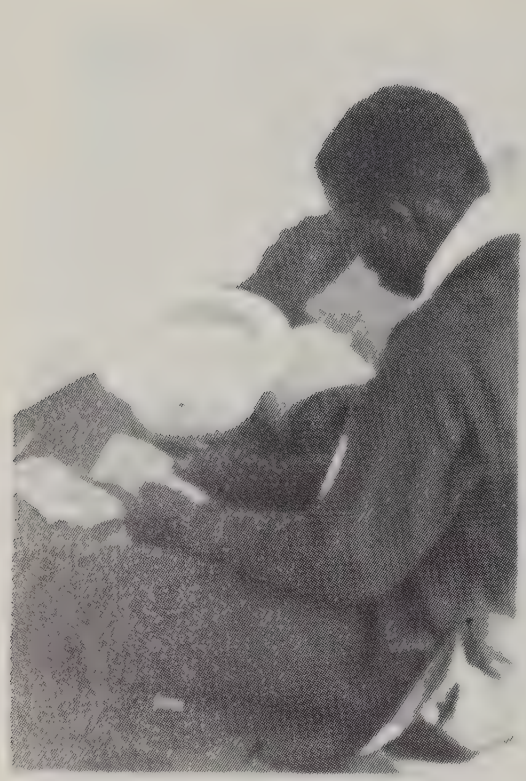
As melhores minas, dizem os mineiros às suas esposas, "são aquelas onde não se vêem macas com frequência".

Ilustração VI

No turno de trabalho:

Os mineiros africanos trabalham seis dias por semana e vinte e seis turnos por mês. O turno diário é de oito horas e meia no subsolo. Somando com o tempo gasto no percurso de e para a superfície, a média do tempo dispendido no subsolo é de dez horas por dia e com frequência muito mais. Entre quatro e cinco horas é o tempo de espera para serem transportados para a superfície depois do trabalho.

Ilustração VII



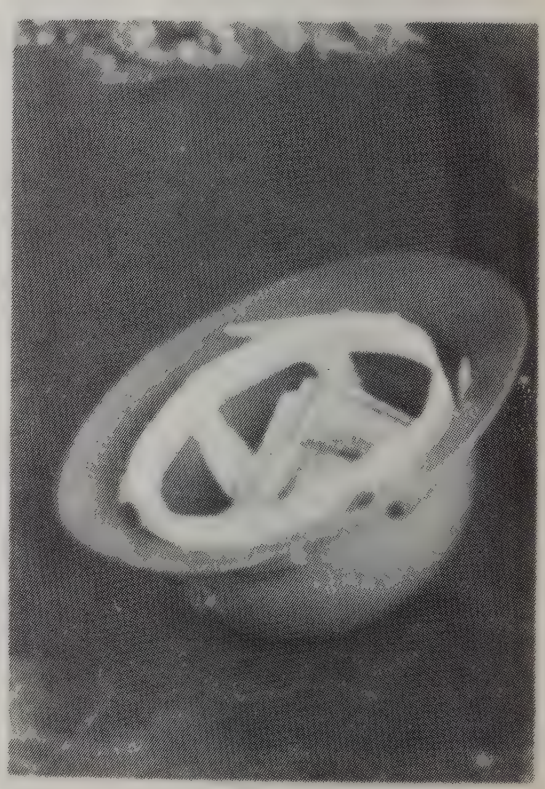


Ilustração VIII

O pagamento dos salários:

Sob o sistema de pagamento diferido, os mineiros recebem grande parte dos seus salários ao completarem os contratos e regressarem aos países de origem. Os pagamentos são feitos nos postos da WENELA.

Ilustração IX

Os salários dos mineiros são usados não só na compra de charruas, máquinas de costura, bicicletas e rádios, como também na aquisição de um vasto leque de utensílios domésticos e, em períodos de crise, géneros alimentícios.

Ilustração X

Os bens comprados são transportados em autocarros na longa viagem entre os depósitos da mina e a aldeia do mineiro.

Ilustração XI

Membros da equipa de investigação do Centro de Estudos Africanos entrevistaram os mineiros regressados da Witwatesrand no posto da WENELA em Ressano Garcia, na fronteira de Moçambique com a África do Sul.

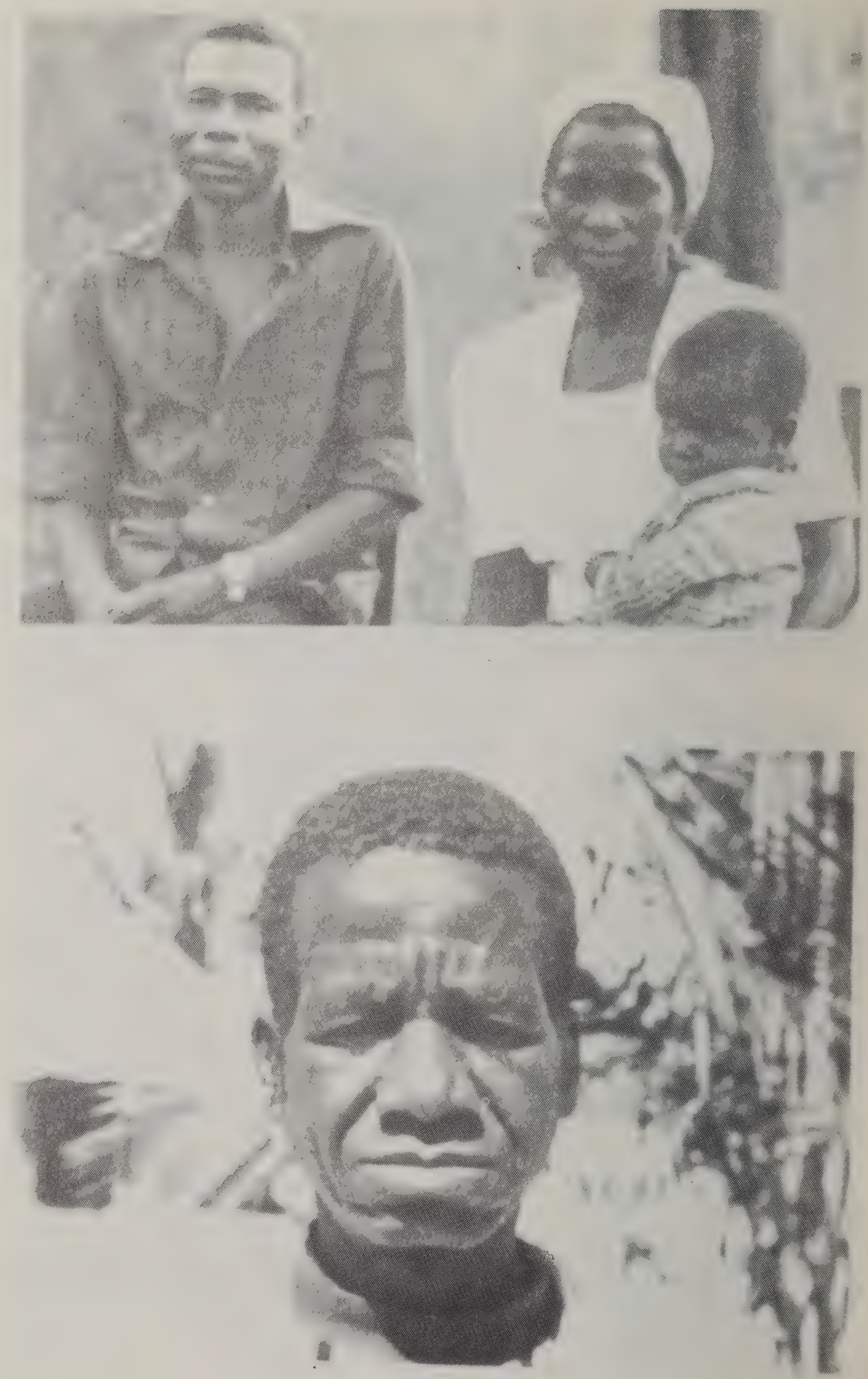


Ilustração XII

José Tonela Kumbe, sua esposa e filho (em cima).
Maurício Nkome, Sénior (em baixo).

Ilustração XIII

Luisa Agosto Mbatini

Maurício Nkome, Júnior

Emereciana Mazivi

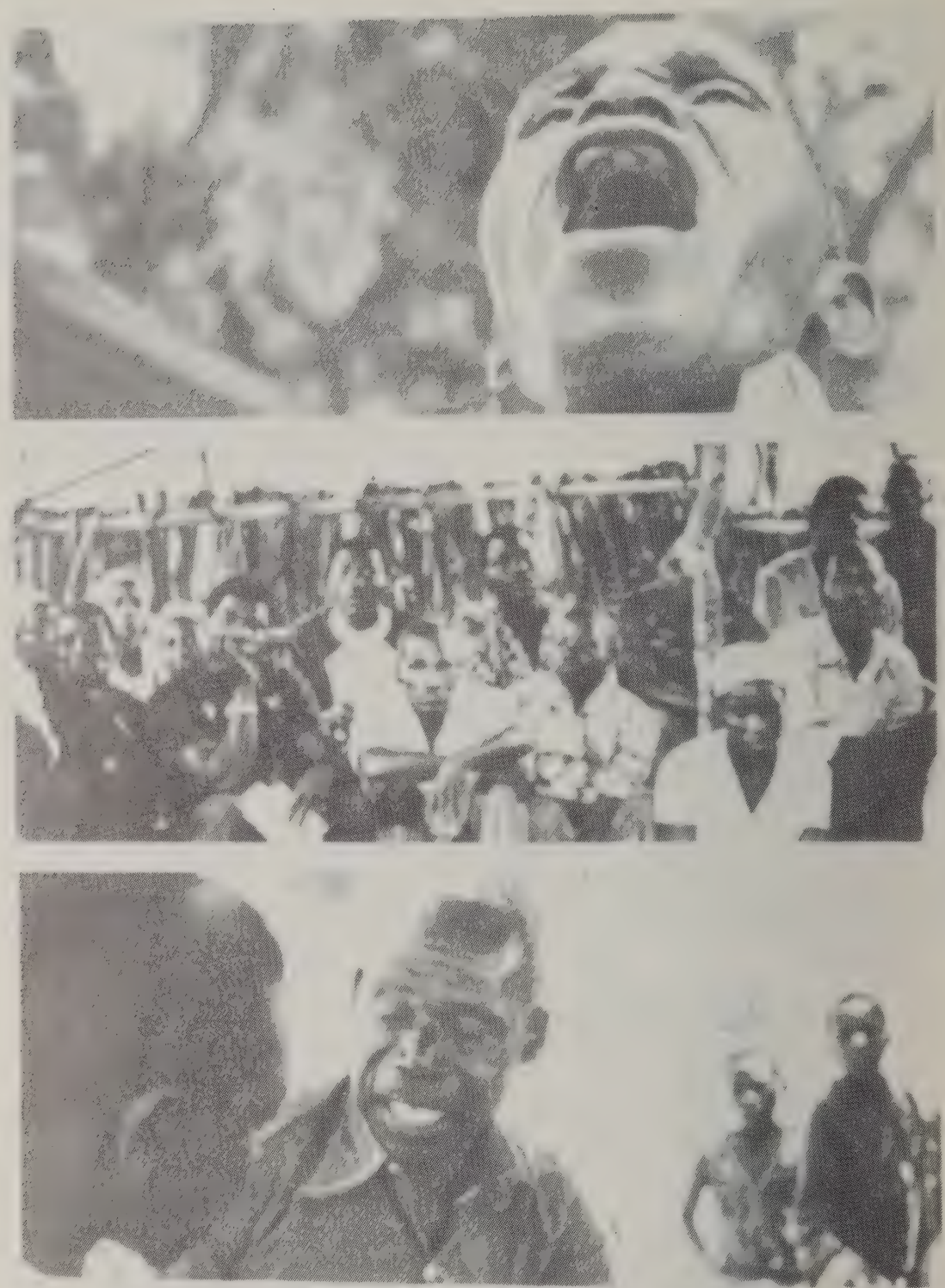


Ilustração XIV

As canções dos mineiros e das mulheres deixadas atrás na vila são conhecidas e cantadas por toda a comunidade.

O cantor líder na aldeia (em cima).

Os membros do Grupo Dinamizador da aldeia que ajudaram a organizar as entrevistas e as canções (no centro).

Na fotografia de baixo, Alpheus Manghezi (à esquerda) entrevista um informante da aldeia.

Ilustração XV

A geração que não será recrutada para o trabalho das minas: na escola da aldeia (em cima). Membros da equipa de investigação no terreno (em baixo).

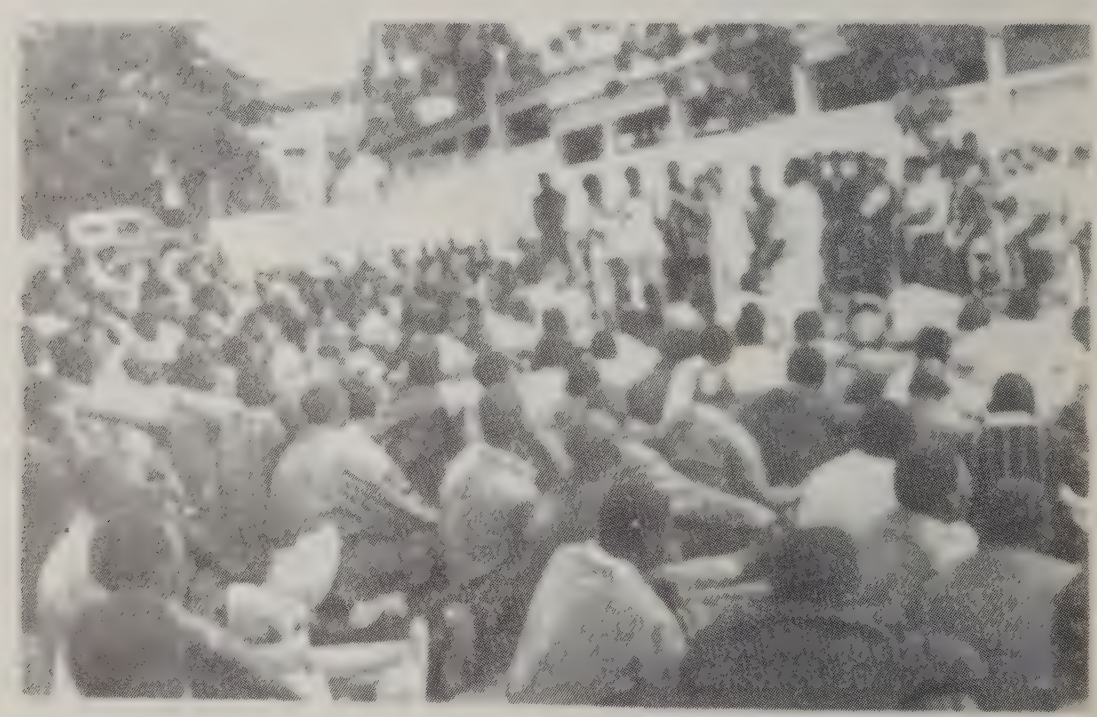


Ilustração XVI

Tempos de mudança:

Como parte da ofensiva da Frelimo contra a burocracia, os procedimentos da migração foram simplificados em Ressano Garcia e crianças da escola local vão semanalmente à WENELA ajudar os mineiros no preenchimento dos documentos oficiais (em cima).

Mineiros regressados são informados pelos ministros do governo sobre a campanha para o melhoramento das condições de recrutamento nos "compounds" e do transporte dos mineiros de e para as suas casas (em baixo).

*Manghezi:* O que é que esta canção quer dizer?

*Homem:* Esta canção diz que não foi por nossa vontade, (foi pela vontade de Deus) viemos aqui ao Joni. Um trabalhador da mina, querendo como não, é explorado porque foi obrigado viver no Joni, devido à pobreza. É um trabalho explorado porque trabalha muito, mas não recebe da mesma forma como *eles* recebem. Ele recebe muito pouco dinheiro quando comparado com aquele que *eles* recebem. Aqueles que só passeiam, não fazem nada, enquanto ele faz todo o trabalho.

*Manghezi:* Quem são *eles*?

*Homem:* O branco do Joni, ele está sentado e indica pelo dedo (dá ordens só: faça isto! faça aquilo!). Ele faz isso porque eu sou negro.

## Entrevista

**Maurício Nkome Júnior**

(Homoíne, 14.09.79)

*Manghezi:* Cheguei cá. Está a acordar, e damos-te um trabalho; eu é que sou *boss boy* aqui hoje! Quando é que começaste a trabalhar na mina?
*Maurício:* Na mina?
*Manghezi:* Sim!
*Maurício:* Na mina comecei agora, em 75.
*Manghezi:* Começaste em 75?
*Maurício:* Sim!
*Manghezi:* Quantos anos é que tens hoje?
*Maurício:* Hoje tenho 24.
*Manghezi:* 24? E começaste em 75?
*Maurício:* Sim!
*Manghezi:* Como é que foste? Explica-nos.
*Maurício:* Como é que comecei?
*Manghezi:* Sim!
*Maurício:* Pastei gado.
*Manghezi:* Ah!
*Maurício:* A primeira vez que fui ao Joni, saí daqui para a WENELA de Homoíne.
*Manghezi:* Ainda não tinha sido fechada?
*Maurício:* Sim! Ainda existia. Chegámos alí formámos a bicha para sermos inspeccionados; aqueles que voltaram, voltaram. E a nós disseram vão lá. Então fomos, e chegamos ali, entramos no quarto dos homens para sermos observados e fomos apurados. Então saimos dali e começamos a contar os

dedos: levantavam alguns dedos da mão e perguntavam – quantos são aqui? E dizias—são cinco, é um, etc. Saímos dalí, apanhámos o nosso *machimbombo*, chegamos a Maxixe, guardamos a roupa e dormimos. Durante a noite, quando já estávamos a dormir, tocaram a croneta, amanheceu e acordamos. Formámos bicha para sairmos dali. Formámos enquanto aguardávamos a nossa roupa. Nem tens conhecimento se as coisas vêm, só ficas supreendido pela bagagem, levas e vais para a bicha.
*Manghezi:* Esta bagagem como é que vinha, era transferida manualmente?
*Maurício:* Sim!
*Manghezi:* E cada um atento para ver qual é a sua bagagem?
*Maurício:* Sim! E quando chegar a tua bagagem, levas e vais à bicha. A seguir ia-se carimbar o passaporte; carimbavas e levavas para meter no bolso, e ficar à espera do carro. Chegava o carro e carregava-nos. Na altura em que nós fomos o Maglalangu já não estava.
*Manghezi:* Já não estava? Quem é que estava?
*Maurício:* Já não sei disso porque era a primeira vez!
*Manghezi:* Não cantaram durante a viagem?
*Maurício:* Não:
*Manghezi:* Viajaram assim mesmo, como se fossem cabritos? Estes cantaram.
*Maurício:* Estes cantaram naquela altura dos Maghalangu, e nós já estávamos em plena independência.
*Manghezi:* Ah! Está bem!
*Maurício:* Então fomos até Ressano Garcia. Em Ressano Garcia recebemos cobertores. Depois chegou a altura. Esta questão de ser aprendiz da mina ainda exitia: então pilamos amendoim.
*Manghezi:* O que é que quer dizer pilar o amendoim?
*Maurício:* Pilar mesmo o amendoim, no pilão.
*Manghezi:* Pilaram em Ressano Garcia?
*Maurício:* Sim! Aquele que temperava a comida que comíamos.
*Manghezi:* Quando estiveram ali em Ressano Garcia (a espera de comboio)?
*Maurício:* Sim!
*Manghezi:* O único trabalho era pilarem amendoim para temperar a comida!
*Maurício:* Ou varrer o pátio.
*Manghezi:* Sim!
*Maurício:* Depois de acabarmos, chega a hora, apanhamos o comboio com destino a Komatipoort. Quando chegamos ali, o comboio pára e entram polícias munidos de espingarda e baionetas. O polícia quando chega diz, 'eh, preciso da tua bagagem, preciso da tua bagagem'. Nós ficamos de olhos abertos porque não sabemos nada! E os antigos então diziam 'eh, para não discutir com ele, abre a tua bagagem para ele revistar'! Então

abrimos a nossa bagagem, e revistava. Nós não fomos presos porque não levavamos nada de estranho. Quando abríamos—há exploração lá—comiam as nossas merendas. Caso reclamasses diziam que te tinham apanhado com soruma.

*Manghezi:* Aquela polícia Swazi?

*Maurício:* Aqueles mesmo.

*Manghezi:* Quando abrisses as merendas ...

*Maurício:* Quando abrisses, revistavam a tua roupa e não apanhavam nada, apanhavam as tuas merendas, comiam a castanha, bananas, comiam. Bastava dizeres: 'ah, porque é que comes as minhas merendas', tirava soruma do bolso dele, e dizia: 'tu, vamos embora, porque apanhei-te com soruma! Só porque questionaste sobre as tuas merendas'. Mas nós não fomos presos!

*Manghezi:* Comeu as tuas merendas e calaste.

*Maurício:* Fiquei calado! Então, quando revistou e acabou, quando eu cheguei mandaram-me sair! Formamos bicha com outros amigos e fomos puxar um atrelado cheio de pão. A cada pessoa cabia metade de pão com jam. Distribuimos e no fim nós também recebemos meio pão, apesar de termos sido os distribuidores.

*Manghezi:* Então só trabalharam de borla?

*Maurício:* Trabalhei de graça! Só lutávamos para podermos ir ao Joni, levávamos aquele pão e comíamos. Comemos aquele pão pelo caminho até chegarmos a Mzilikazi. Batiam-nos com chicote nessa altura, em Mzilikazi.

*Manghezi:* Como é que faziam? Explica-nos isso.

*Maurício:* Em Mzilikazi, quando chegássemos formávamos uma fila para irmos ao *compound*—logo que chegasses, mostravas o bilhete pela mão direita. Entravas no *compound* e ficavas. Apanhavas um prato amolgado! Então serviamo-nos, mas como tínhamos as nossas merendas, deitávamos fora e não havia problemas quanto a isso. Quando deitasses levavam, iam conservar para dar aos outros.

*Manghezi:* Aquela comida que tu já não queres e deixas ali ...

*Maurício:* Sim!

*Manghezi:* Levam e servem aqueles que ainda vêm?

*Maurício:* Sim! E ali já não comemos. Não reparámos nas pessoas, reparámos nas paredes da casa, porque têm umas coisas admiráveis ... têm uns desenhos—alguns, as suas caras, até parecem pessoas! Outras parecem hienas; só se vêem desenhos, que se trata de uma pessoa ou um animal não sabes! Os veteranos então diziam que não se admirem, isto ilustra aquilo que comemos. Outros parecem burros. E nós diziamos: 'Não, será que havemos de viver com isto'? Eles diziam: 'Quando você nasceu o teu pai comia isto; o teu avô comeu isto; o pai do teu avô comeu isto! Quando tu deitares em que é que confias'? Todos comeram este *ndengane*.

*Manghezi: Ndengane* o que é?
*Maurício: Ndengane* é papinha. Agora que tu deitas em que é que confias? Havemos de comer porque aqui é que é nossa casa. Então formamos bicha e fomos ao médico. Quando chegasses ao médico, eras observado por um equipamento, sem perceberes, e depois diziam para ires embora. Caso tivesses problemas diziam.
*Manghezi:* Vocês tiravam roupa para serem observados?
*Maurício:* Não tens roupa ali.
*Manghezi:* Aqueles que são devolvidos para lá, o que é que fazem deles?
*Maurício:* Aqueles que são devolvidos acabam por perceber que já não servem, porque são aplicados uma tinta diferente da dos outros. Então saímos dali. Quando saimos dali apanhamos outra polícia que tem caudas, não sei de quê. Umas caudas que estavam ornamentadas com missangas. Diziam: 'Ah hoje está cheio de novatos, vão passar mal'. Ficávamos todos preocupados e questionávamos: 'É pela primeira vez que venho aqui, e não conheço este homem, quando é que tive conflitos com ele? Ao ponto de me dizer que os novatos vão passar mal'? Não dissemos nada, saimos e fomos formar bicha. Então iamos sendo vendidos—bastava pôr o carimbo de uma determinada companhia.
*Manghezi:* Ai sim!
*Maurício:* Vai para lá. Então desciam e recrutavam. E fomos os primeiros. Os últimos eram as pessoas que iam a West Driefontein; disseram: 'terminem'! Carimbavam o outro, e eu não percebia o que...
*Manghezi:* Porque não sabe contar?
*Maurício:* Não sei contar. Quando carimbavam, no meu carimbavam para o outro, e este último dizia 'dê cá para eu ver', e eu dava ... E depois dizia 'eh pá vamos juntos'. E eu perguntei 'para onde é que vamos'? E diz 'eu também não sei. Quando reparo aqui vejo 'ME', o que é que quer dizer? Havemos de saber'! Então haviam pessoas mais velhas que estavam no nosso grupo. Disseram: 'Ó jovens, vamos para ERPM – Ângelo, vamos a Angelo'. Fui escutando e muita gente dizia Ângelo. 'Tu miúdo estás mal! Aa'! Afinal como é que foi. Este é antigo, e termina por mim aqui ... e dizem: 'vocês rapazes estão mal'! Havemos de ver – já que saímos de casa. É isto que nós queríamos! Porque de contrário, não teríamos saido de casa, e deixar a liberdade em casa! Então fomos vendidos e acabaram. Um polícia dizia: 'Vocês da ERPM, parem aqui! Não saiam daqui, aquele que sair' ... basta ser apanhado aqui, já fomos! Não sabemos! Talvez hás-de comer aquele pão que recebeste há muito tempo. Parece que hoje há-de morrer uma pessoa. Quando reparo vejo outros que usaram cobertores, de que etnia é que são? Disseram: 'Ó jovem estes são *xosas*, mas chamamo-lhes de *swigege* mas se lhes disseres, e ouvirem, estás morto porque ...
*Manghezi:* Chamam-lhes de quê? *Swigege*?

*Maurício:* Sim! Chamam de *Swigege* ou *Swigono*! Então, basta chamar-lhe de *xighono*, há-de perguntar: 'Porque é que me chamas de *xighono*, enquanto tu é que vens de Portugal (África Oriental Portuguesa), *xighono* és tu originário de outras terras'!
*Manghezi:* Ihi!
*Maurício:* Eu disse eh! Havemos de passar mal. Mas veja irmão! Saimos dali numa bicha, depois veio o carro, aqueles *bus* tipo machimbombo. Veio o carro mas mesmo assim continuamos a ficar. As bocas começaram a rachar-se (devido à fome). Já não havia tempo para comer merendas porque diziam que bastava abrir a pasta enquanto chegou o carro, outras coisas vão-se entornar porque havemos de nos apertar ali. Quando chegou a vez aquele carro carregou-nos e fomos embora. Quando já estivemos a andar, nós não nos apercebíamos de que saimos de Komatipoort, porque tudo é igual! Fomos e chegamos em Booysens e descemos. Ficamos a espera do comboio. A uma dada altura chegou um individuo que não conheço. Disse: 'Eh! De onde é que tu vens?' 'Eu venho da África Oriental Portuguesa'. 'Vens da África Oriental Portuguesa tu'? 'Sim'! 'Ah! Vens de Moçambique tu'? 'Eu disse sim'! 'Pensei que viesses de Magude'. 'Não, eu não venho de Magude'. 'Olha compatriota, vamos sentar aqui'. Eu também pensei que ah, havemos de ver aqui mesmo. Quando escutei o *changana* dele já não era igual. Então perguntei aos amigos: 'Esta pessoa está a confundir-me, ou quer matar-me, não sei'? Disseram: 'Olha se tu constituires familiaridade com este, estás morto. Estás a ver como é que é esta pessoa'? Tinha uma ferida na face, com penso. Então eu pensei que ali haveria morte. Ficamos até chegar o comboio. Este homem estava muito aborrecido porque queria comer as minhas merendas. Quando entramos, eu ia a frente e ele seguia-me de trás, enquanto dizia: 'Ó compatriota, eu não tenho merendas. Mas vê, estás a sofrer, outras coisas carregaste na cabeça; outras nos ombros; outras pegaste pelas mãos. Não é melhor dares-me outras coisas para te ajudar?' 'Não! Não pesam'. 'Não pesam'? 'Sim'. 'Ah, está certo vamos compatriota'. Então ia falando *changana* ali. E os outros disseram: 'Não, este há-de te matar irmão'. Fiquei, quando chegamos a Germiston para descermos do comboio e seguirmos para o *compound*, na altura em que saltei do comboio, aquele homem pegou na minha pasta e puxou ... eu também puxei. Existe aquele polícia que usa roupa preta, quando chega não pergunta nada – bateram aquele *machangana*, bateram com chicote! Saltou pela janela. Deixou a minha roupa, eu descí e fui ao *compound*.
Chegamos à noite e entrámos numa sala. Ficamos num dos extremos. Quando viessem diziam: 'Ah! São os novatos'. Chegaram e foram buscar *mahewu* e começaram a distribuir sem olhar a quem, até chegar para todos! Chegou uma altura em que nos fizeram algumas perguntas, marcaram-nos os números e depois fomos dormir.

No dia seguinte, como era sábado, acordamos e fomos ver *murhavarhava*. Quando despegamos, fomos ao compound comer aquilo que comemos no dia anterior. Nessa altura ainda não tínhamos recebido novos pratos, ainda são aqueles reservados aos novatos, não se lavam nem nada.
*Manghezi:* Sim! Sim!
*Maurício:* Quando fomos ver ficamos a pensar que ali não haviamos de viver! Comemos aquilo. Amanheceu no Domingo.
*Manghezi:* Que tipo de comida era?
*Maurício:* Deram-nos *xima*.
*Manghezi:* Deram vos *xima* ali?
*Maurício:* Sim! Então recebíamos *xima*, deitavam o caril reparei naquele caril e constatei que estava cheio de cenoura. Eu disse: 'Estas coisas vermelhas nós não havemos de comer'. Mas mesmo assim acabei comendo. Então dormimos, e no dia seguinte, domingo, fui lavar a roupa voltei, estendí a roupa e descansei. Quando acordei já tinham roubado toda a minha roupa! Só fiquei com aquela que eu tinha usado. Quis saber quem tinha roubado a minha roupa. Mas a quem havia de perguntar num *compound* tão grande como aquele? E se confundisse alguma coisa do outro e dissesses que é semelhante à tua coisa, essa pessoa exigirá pagamento pois, dirá que o acusou de ladrão. Por issso eu decidí ficar. Na segunda feira fomos começar o *m'chongolo*.
*Manghezi:* Explique-nos, o que é que quer dizer *m'chongolo*?
*Maurício: M'chongolo* é como marcha. Nesta marcha cada grupo usava um fardamento. Então eu usei o fardamento. Saí dalí fui tomar comprimidos, comer ferro, entrarmos ...
*Manghezi:* Dão vos comprimidos?
*Maurício:* Sim!
*Manghezi:* Eram comprimidos para quê?
*Maurício:* Não dizem para que é que são os comprimidos.
*Manghezi:* A segunda coisa que vos deram para comer o que é?
*Maurício:* É ferro.
*Manghezi:* O que é que quer dizer isso, que ferro é?
*Maurício/Guambe/Ngoveni:* Aquele de inspecionar doenças.
*Manghezi:* Aquele que mordes e depois indica... para medir a temperatura.
*Maurício et al:* Sim!
*Maurício:* Depois de mordermos o ferro e vestirmos. Fomos ... então deitaram permanganato de potássio numa tampa ... Deitaram permanganato e água. Então ias meter os pés duranre 1 minuto e depois passavas para a marcha e ficavas a espera dos outros. Lá dentro encontravas uma pequena tábua de madeira com o teu número e um fio para pendurares no pescoço. Aquilo permitia que soubessem dos resultados da inspecção do ferro, no teu corpo. Começávamos a marchar durante 4 horas. Quando eu cheguei marchávamos 8 dias. Acabávamos e iamos para o *compound*. No dia

seguinte começamos a trabalhar, não descemos à mina, trabalhamos em cima. Como era sábado, no domingo ficamos, começamos a encontrar família e amigos, e ia lamentando o roubo da minha roupa. Alguns ofereceram-me roupa, outros dispunham-se a emprestar-ma.
*Manghezi:* Quando diz que apanhou família lá, refere-se às pessoas naturais de Inhambane?
*Maurício:* Sim!
*Manghezi:* Conversaste com eles e disseram de onde é que eram ...?
*Maurício:* Outros conheciam-me, nasceram aqui. Então descemos.
Quando amanheceu na segunda feira, descemos à mina. Quando estávamos na bicha, vêm outras pessoas a entrar! Fui observando o elevador, os cabos que o suportam e o seu funcionamento. Depois perguntei se aquela única pessoa é que guiava aquilo? Disseram que o condutor daquilo estava lá ...
Algum tempo depois o elevador passou e convidaram-me para entrar, entrei e disse: estás a ouvir, vocês novatos às vezes fumam tabaco aqui, é proibido fumar aqui.
*Manghezi:* Dentro do elevador!
*Maurício:* Eu disse que não fumo. Então entramos. Não tive sorte! No primeiro dia em que entrei, o elevador chegou no meio do percurso e ficou encravado. Escutei e ouví as vozes dos boers que estavam em baixo a conversar. Pouco depois recomeçou a puxar até chegar no fundo da mina.
Quando chegamos apresentaram-nos o nosso *bossboy*. Era um *machangana*. Dali fomos para uma outra secção e eu perguntei onde é que vamos? Disseram que já chegamos; mas aqui já não há trabalho os outros já foram. Então fomos e eu perguntava em toda a parte. Saimos e fomos ficar na estação a espera dos nossos amigos. Disseram eh, se vocês se perderem aqui, serão arrastados pelas linhas férreas. Chegou a altura, o apontador disse: 'Vamos trabalhar. Alguns hão-de ir apanhar os bons trabalhos - enquanto não trabalham aqui, vocês vieram da casa para virem chatear'. E nessa altura esta nossa idade era detestada no Ângelo, porque houve um grupo que se revoltou e foi dado o nome de *Bokani* ...
*Manghezi:* Como é que chamaram?
*Maurício: Bokani.*
*Manghezi:* O que é que quer dizer *Bokani*?
*Ngoveni*: Bandido
*Manghezi:* Ah!
*Maurício:* Este banditismo partiu de (?...). Saíram muitos jovens de Maputo para o Joni. Então quando chegaram lá viram que éramos muitos, enquanto são aqueles que eram bandidos aqui em Maputo, e queriam utilizar o banditismo lá também. Os xosas e o zulus disseram que vocês consideram-se *Bokani*, pensam que aqui é Putukezi (África Oriental Portuguesa) aqui. Então ficamos e começamos a trabalhar com este xosa. Para ele parecia que nós é que fizemos a greve. Diz: 'Tu, quando chegas

aqui e ficas, pensas que é tua casa aqui? Vocês *Bokani* até são muito chatos. No *compound* vocês dizem "abaixo cobertor", mas aqui na mina já não dizes "abaixo". Porquê'? E disse, 'no *compound* há problemas, nós não queremos esta vossa idade, porque quando discutimos deixam as causas da discussão e dizem "abaixo o cobertor". Pensam que como é nossa raça, começam a dizer "abaixo o cobertor"'. Então trabalhamos, na altura em que voltamos para a estação, este xosa viu que todos estes são novatos ...

*Manghezi:* O que era este xosa?

*Maurício:* Era *boss boy*.

*Manghezi:* Era *boss boy*? Não disseste que vos deram um *boss boy* machangana? Mudaram e deram-nos um *boss boy* xosa?

*Maurício:* Este *machangana* trabalhamos com ele aqui fora.

*Manghezi:* É de fora aquele?

*Maurício:* É de fora.

*Manghezi:* Então deram-vos um *boss boy* xosa ...

*Maurício:* Lá em baixo então ...

*Manghezi:* E como é que se comunicavam, que língua é que falavam?

*Maurício:* Falávamos *fanakaló* porque aprendemos no *makhulukomponi*. Então perguntou: 'Ó jovens, o que é que quer dizer "abaixo o cobertor"'? Dissemos, nós nâo sabemos o que é que significa "abaixo cobertor"! Porque como nos vê, chegamos agora'. Ele disse: 'Ó vocês, trabalhamos aqui com *machanganas*; aqui houve *machangana* que se chamavam João, o outro é o Sabão: estes já não voltam aqui, só voltam *machanganas* de um único nome de *Mabokani*. E quando chegam aqui dizem abaixo o cobertor, agora que é nossa raça como é que havemos de fazer? Dissemos que nós não sabemos porque acabamos de chegar aqui. E ele disse: 'Onde é que aprenderam *fanakaló*'? Dissemos que aprendemos com aqueles que estão na escola da mina. Disse: 'Não, vocês reuniram com os *Bokani* porque não deviam saber *fanakaló*'. É que se não soubéssemos não havíamos de sair de *makhulu nkoponi*. Aquele que não souber é retido até saber. 'Haa! Hoje vão dizer a questão de sairem de *Phutukizi* para chegarem aqui dizerem "abaixo cobertores" e vocês disseram "abaixo", vão dizer hoje porque já chegaram'.

Saimos também dali para irmos trabalhar num sítio onde não têm água! Não chega o tubo de água nesta zona. Então fomos trabalhar. Levantamos a poeira e começamos a tossir. Quando perguntamos porque é que lá onde trabalhávamos havia água, e aqui não tem água?

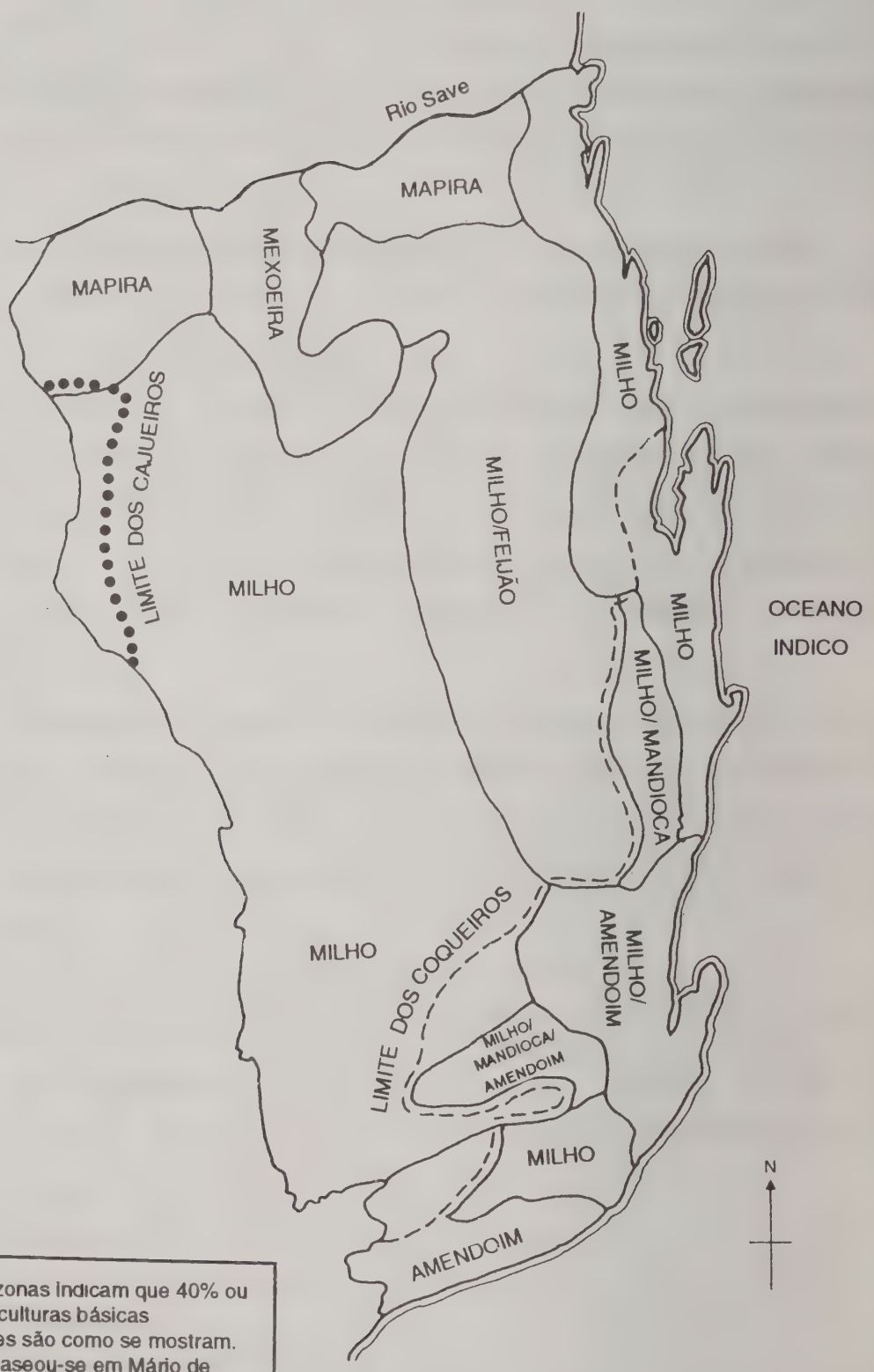
E ele disse 'vão passar mal, não foram vocês que disseram no compound "abaixo cobertor"'? Passamos mal, trabalhamos, depois de uma semana ia um outro grupo substituir-nos e começamos a procurar outros sítios para trabalhar bem ...

*Manghezi:* Ali onde trabalharam sem água, durante uma semana, trabalham mesmo sem água?
*Maurício:* Só foi um dia ...
*Manghezi:* Um dia ...
*Maurício:* Foi um dia que trabalhamos ali de castigo de que são vocês que saiem de *Phutukizi* chegam aqui, dizem que já são chefes, é preciso que vocês xosas não cubram cobertores como nós.
Quando saimos do *compound* iniciamos esta conversa: Na mina trabalhamos num sitio sem água, a terra não está húmida. Amigos aquele *boss boy* fez-nos trabalhar ... Disseram que aqui no Ângelo já está bom.
Então dissemos, está bom, se é que vocês os mais velhos negociaram as condições, nós havemos de trabalhar. Amanheceu e fomos trabalhar.
Fui trabalhando e houve um contrato, fui receber o dinheiro e mostrei no quarto. 'Vocês não sofrem, tiveram sorte, os vossos pais não receberam este dinheiro'. Eu perguntei porquê? Disseram, 'sabes quanto é que se recebia nos princípios'?
Eu disse, quando comecei recebí (£125). 'O teu avô não viu este dinheiro aqui na África do Sul'. Eu disse, quer dizer que nós somos ricos! Então disseram, está certo! Fiquei cansado e voltei para casa. Foi assim como vi a questão das minas!
*Manghezi:* Quando vinhas de Joni, não tiveste dificuldades no caminho? Como é que era no Mzilakizi, uma vez que vocês trazem as vossas bagagens? As vossas malas, as encomendas que vos entregavam os vossos familiares. Como é que passavam em Mzilikazi? Não era difícil?
*Maurício:* Ali no Mzilikazi era difícil. Porque quando tu sais do compound levas bagagem a pensar que é para viajares de carro. Então chegas ali e desces do comboio e entras no *compound*. Quando chegas ali às vezes é preciso carimbar o passaporte – a correr; enquanto a carga é pesada. E onde se assiste a desgraça e o sofrimento. E também ali não comes nada, só ficas, se não tiveres merendas!
*Manghezi:* Não há comida em Mzilikazi?
*Maurício:* Não há comida! Dão comida quando ainda fores trabalhar; é quando apanhas papinha. Quando verem que já não és deles, já não há comida ali. Só vais receber o bilhete de comboio e cortarem metade de pão darem. Pão de antes de ontem, seco ainda! Depois vamos ao comboio. No comboio roubam o dinheiro.
*Manghezi:* Roubam o dinheiro?
*Maurício:* Sim! Mas eu cheguei sem terem roubado. Soube guardar o dinheiro aqui.
*Manghezi:* Aqui no pé?
*Maurício:* Sim! Aqui no pé. Depois levei a meia e usei, calcei o sapato e atei muito bem. Porque quando eu estiver a andar não roubam o dinheiro, estão nos pés.

*Manghezi:* Não sabem?
*Maurício:* Não sabem porque quando estiver no fim do contrato não contam a ninguém. Mesmo o meu pai não me contou.
*Manghezi:* Cada um por sí! Quanto é que tinhas guardado ali?
*Maurício:* Tinha guardado £45. Porque ouvi outros a dizerem que se não pegares dinheiro hás-de aplicar grusu na linha férrea para servir de seu transporte. Isto quer dizer que só terás o bilhete de comboio. Onde comerem os outros tu não comes.
Portanto vim chegar bem sem problemas – eu era revistado e tudo. Até diziam, se a gente revista não é por causa do seu dinheiro mas sim devido àquele dinheiro que andam a trocar lá.
*Manghezi:* Isso é em Ressano Garcia?
*Maurício:* É em Ressano Garcia. E eu disse não tenho. Então revistaram e acabaram. Começamos a dar voltas. Depois eu perguntei aos outros: 'Porque é que não carregamos a bagagem para o *compound*'? Disseram: 'não, vamos ficar aqui porque se formos lá hão-de roubar'. De facto ficamos e chega a altura, procuramos a nossa bagagem, encontramos e enviamos. Então chega o comboio, apanhamos e o bilhete que tinha comprado perdeu-se.
*Manghezi:* Aia! Sim!
*Maurício:* Perdeu-se e o comboio já partiu de Ressano Garcia para cá. E quando veio o cobrador fui ter com ele e disse. o meu bilhete perdeu-se. 'Mas tinhas comprado'? Eu disse sim. Disse: 'Tira 150$00 para pagar outro porque isso é mentira'. Tirei esse dinheiro e paguei. E ficaram 300$00 o custo da minha passagem. Depois encontrou outras pessoas na mesma situação.
*Manghezi:* E não acreditava, dizia que estavam a mentir.
*Maurício:* Dizia que era mentira e eram bandidos. Outros foram batidos. Eu como fui o primeiro a abordar-lhe, só agradeceu-me. Viajamos até Xinavane, onde apanhamos o machimbombo para Maxixe. Na Maxixe dormimos. Aqueles que tiveram má sorte roubaram-lhes algumas coisas ali. Eu cheguei com toda a minha carga.
*Manghezi:* Quando é que voltou?
*Maurício:* Voltei em 77 .
*Manghezi:* Já não regressas mais?
*Maurício:* Já não regresso.
*Manghezi:* Nunca experimentaste regressar?
*Maurício:* Tinha experimentado mas constatei que faltava a roupa lá, então voltei para casa descansar.
*Manghezi:* Mas queres voltar para Joni?
*Maurício:* Quero.
*Manghezi:* Já que a vida é muito difícil não passaste mal lá?

*Maurício:* Mesmo os nossos pais que foram a pé! Só dói andar quando estiver a voltar.
*Manghezi:* Não percebí muito bem, quantas vezes foi ao Joni?
*Maurício:* Uma vez só.
*Manghezi:* Maurício ensinou-nos. Foi bom ter-te acordado, teriamos perdido muita coisa ... estamos muito satisfeitos, obrigado!

## A BASE CAMPONESA: PROVÍNCIA DE INHAMBANE




Nota: As zonas indicam que 40% ou mais das culturas básicas alimentares são como se mostram. O mapa baseou-se em Mário de Carvalho, *Agricultura tradicional de Moçambique*, Lourenço Marques, 1969, vol. 1, Anexo III.

Distribuição das culturas na Provincia de Inhambane

# III. A BASE CAMPONESA EM INHAMBANE

A nossa investigação sobre a extensão e características da mão de obra mineira envolveu um exame do seu fluxo durante certo período de tempo, de modo a estabelecer: (1) a grandeza, e (2) as origens regionais/distrital e de localidade desta mão de obra. O total da mão de obra saída de Moçambique, durante o período 1940-1976, pode ser visto no Quadro 11.

As origens por província e por distrito desta mão de obra podem ser traçados a partir dos números de recrutamento da Wenela, apresentados nos *Progressive Comparative Statement of Output* mensais. Os quantitativos de recrutamento nas três províncias exportadoras de mão de obra, Inhambane, Gaza e Maputo, não têm sido uniformes: a província de Inhambane declinou em importância relativa durante os anos 60, enquanto nos anos 40 e 50, era a principal fonte fornecedora de mão de obra; a província de Gaza tem sido a fonte mais constante das três, com um visível aumento durante os anos 60 e 70; a província de Maputo, por outro lado, aumentou de importância no período mais recente. Não nos foi possivel analisar os processos que originaram estas variações, o que envolveria uma investigação da história económica de cada província, das modificações na distribuição e utilizacão da terra, das diferentes formas de impacto do colonialismo ao longo do tempo, e de outros problemas, o que só poderia ser feito no contexto de um projecto mais amplo. Para dar um exemplo, em relação à questão do fornecimento de mão de obra para as minas, a partir da província de Gaza, seria provavelmente necessário investigar o processo de colonização do Vale do Limpopo, o qual deve ter tido um impacto notável na distribuição de terras.

Quanto à província de Inhambane, como já foi referido, a tendência geral parece indicar que a mão de obra mineira declinou, relativamente, no período a partir do começo dos anos 60. Assim, por exemplo, no período de 1940-1949, a percentagem de trabalhadores migrantes recrutados em relação à população activa masculina era de 28%, o que implica que a percentagem de trabalhadores migrantes ausentes em relação à população activa masculina era ainda maior, porque os períodos de contrato excediam os 12 meses. Na verdade, se considerarmos uma duração média do contrato igual a 16 meses, a percentagem de homens ausentes seria aproximadamente de 37%, ou seja,

mais de um terço da população masculina activa. Para o período de 1950-1959, a percentagem de recrutados em relação à população activa masculina era de 23%, o que implica uma percentagem média de migrantes em relação à população activa masculina de 31%, ou seja, pouco menos de um terço desta. Para o período 1960-1975, a razão entre recrutados e homens em idade de trabalho desceu para uma média de 14%, o que implica uma percentagem média da migrantes em relação à população activa masculina de 19%, ou seja, quase um quinto da população masculina activa (para o período 1960-1969 as razões foram, respectivamente, de 15% e 20%; e para o período 1970-1975, foram de 13% e 17% respectivamente).

Durante o nosso trabalho de campo foram fornecidas certas indicações nas entrevistas e discussões de grupo, que podem ajudar a explicar a razão porque o trabalho migratório diminuiu durante a década de 60. Foi dito que a cultura obrigatória do algodão, assim como o *chibalo* fizeram com que os homens fugissem para as minas. A abolição do trabalho forçado e da cultura obrigatória nos princípios da década de 60, com o início das lutas de libertação e o aumento da crítica internacional contra o colonialismo português, eliminou a pressão, o que não quer dizer que o recrutamento para as minas se tivesse tornado pouco significativo. As estatísticas mostram que um em cada cinco homens continuou a estar fora, a trabalhar nas minas.

Os quadros 13, 14 e 15 mostram a importância do trabalho migratório para os distritos de Massinga, Morrumbene e Zavala. Por ter sido impossível obter dados populacionais de confiança para Homoíne, não elaboramos o quadro respectivo. A percentagem de recrutados em relação à população activa masculina foi de 15% para Massinga, 17% para Morrumbene e Zavala, embora existam grandes variações dentro de cada distrito.

Foi feita uma tentativa para verificar se o recrutamento em Inhambane revelava variações sasonais. Seleccionámos uma amostra de três anos distintos, 1966, 1971 e 1973 (dos quais, 1966 foi um ano de grande recrutamento, e 1971 e 1973 anos de pouco recrutamento) e examinámos a distribuição do recrutamento durante os vários meses desses anos. O quadro 12 mostra, portanto, que as variações sasonais são muito evidentes, excepto uma queda no fim do ano, em Novembro e Dezembro, meses da época da sementeira.

## A AGRICULTURA NA PROVÍNCIA DE INHAMBANE

O presente relatório não pretende, de modo algum, apresentar linhas de rumo, nem soluções para um melhor aproveitamento dos recursos da

província de Inhambane. O escasso tempo que permanecemos na região e a limitada área que visitámos não nos possibilitam formular directivas nesse sentido. Será seu objectivo apresentar algumas hipóteses por nós elaboradas e que consideramos que podem contribuir para a definição de uma política económica de desenvolvimento agrícola da província.

Uma análise da produção agrícola em Inhambane necessitará de um estudo mais sistemático e aprofundado das seguintes rubricas que consideramos determinantes: qualidade do solo, distribuição da terra, factores climáticos (em especial o regime das chuvas), utilização e distribuição da força de trabalho, influência do aparelho de Estado colonial e sistemas de comercialização e troca.

Utilizámos como principais fontes os recenseamentos agrícolas de 1965 e 1970 (publicados) e 1973 (não publicado) e os relatórios e inquéritos dos agregados familiares elaborados pelas brigadas.

A agricultura de tipo tradicional está extremamente dependente do clima, em especial do regime pluviométrico, na medida em que o seu baixo nível tecnológico só permite uma adaptação, da melhor maneira possível, dentro destas limitações (selecção das culturas, técnicas de cultivo), não possibilitando, contudo, uma superação dos condicionalismos originados pelos factores climáticos (por exemplo, na falta das chuvas, utilizando um sistema de irrigação adequado). No que diz respeito à distribuição das chuvas a zona litoral é a mais beneficiada.

A época das chuvas tem uma duração muito variável, dependendo da localização geográfica. Assim, verifica-se uma diminuição progressiva do litoral para o interior, que vai desde os 8 meses (litoral sul) até aos 4 meses. As áreas agrícolas situadas nos distritos de Massinga, Funhalouro, Govuro, Panda, norte de Morrumbene e parte de Vilanculos caracterizam-se por uma acentuada escassez de água.

A cartografia climática de Inhambane distingue três tipos de clima:

- clima tropical chuvoso de savana com humidade suficiente para o desenvolvimento de vegetação de tipo florestal;
- clima seco de estepe com inverno seco;
- clima seco de estepe.

Na província de Inhambane podemos considerar quatro tipos de solo cujas características gerais e modo de aproveitamento apresentaremos a seguir:

- *solo areno-argiloso* ou *terra 'encarnada'*—solo relativamente pobre que produz actualmente milho, amendoim, feijão nhemba e jugo, batata doce, citrinos, cajueiros e coqueiros;
- *solo arenoso* ou *terra 'branca'*—é o solo mais pobre, produzindo quase exclusivamente amendoim e, em algumas partes, caju.

Estes dois tipos de solo devido, no primeiro caso, à limitada fertilidade e, no segundo, à sua pobreza, eram utilizados no tempo colonial para culturas de subsistência e produções para mercado das populações, na medida em que os solos mais férteis estavam ocupados pelos proprietários coloniais. Isto é:

- *solo humífero* ou *nhaca*—terra rica, dada a sua alta composição orgânica e facilidade de abastecimento em água. Produz actualmente algodão, trigo, girassol, gergelim, feijão manteiga, jugo e nhemba, milho, mandioca, citrinos, batata doce, hortícolas, alho, cebolas, cajueiros e coqueiros. De salientar ainda que o *nhaca* é muito difícil de trabalhar com enxada, devido à dureza, sendo portanto necessário utilizar charrua;
- *machongo*—(ao longo dos rios e lagos)—é o solo mais fértil e menos dependente do clima. Para além das produções citadas para o *nhaca* também produz arroz, cana-de-açúcar e uma mais vasta gama de hortícolas.

Os recenseamentos agrícolas que utilizámos como fonte para o nosso estudo distinguem dois tipos de agricultura que designam por sector empresarial e sector tradicional. Adoptámos a sua nomenclatura, considerando o tipo empresarial constituído pelos latifundiários dos colonos, e o tipo tradicional a agricultura praticada pelos camponeses.

Na província de Inhambane, segundo o recenseamento agrícola de 1970, as explorações agrícolas de tipo colonial eram 0,1% do número total de explorações e ocupavam 28% da área para cultivo. Havia 176 empresas ocupando uma área de 121.114,3 ha.[1] Em números absolutos a área ocupada corresponderia a 1/3 da área total da província, mas para além do número de hectares, importa atender, e principalmente, à qualidade do solo ocupado.

[1] *Estatísticas Agrícolas de Moçambique, 1970*, Missão de Inquérito Agrícola de Moçambique, 1973, p.1.

O número de empresas nesta província permaneceu bastante estável. Em 1942 existiam 137 empresas.[2] Quadro 17 mostra como estas se distribuem por distrito e a área média ocupada por cada uma.

Da área na posse do sector empresarial somente 1,5% era terra arável ocupada por culturas temporárias e hortas, 8% era terra não arável com culturas permanentes, 24% para pastagem e 63% eram terras não utilizadas.[3]

Os relatórios das brigadas de Homoíne e Quissico revelam, para o tempo colonial, a existência da falta de terra para cultivo. No caso de Homoíne isso deve-se ao facto de as terras férteis (*machongo* e *nhaca*) estarem ocupadas pelos colonos. De salientar que em relação a este distrito existiu um plano para a constituição de um colonato. Em Canda existiu uma falta relativa de terra na medida em que a cultura extensiva e intensiva de coqueiros utilizou quase toda a terra disponível, resultando daí que os recém-chegados não podiam cultivar o produto principal e também tinham de pedir a terra aos donos de coqueiros para produzir culturas temporárias.

No distrito de Zavala não existiam praticamente latifúndios, na medida em que esta área foi considerada reserva indígena a partir de 1911. Além disso, neste distrito houve, a partir da década de 50, um grande incremento das cooperativas agrícolas de produção iniciado pelo Governo colonial, a que tinham acesso somente os camponeses que já possuiam uma área relativamente grande de terra (a partir de 3 ha), o que originava que os membros das cooperativas fossem, na sua maioria, as autoridades tradicional-coloniais (régulos, cabos/chefes de terra) e seus familiares. A maioria dos camponeses ficou com uma exígua parcela de terra, muitas vezes insuficiente para satisfazer as necessidades mínimas vitais.

No que diz respeito ao sector tradicional, o tamanho médio da terra, em comparação com o valor nacional, é relativamente grande—2 ha/exploração (só Gaza e Niassa têm um valor médio superior: 2,2 ha). Existem poucas explorações com menos de 0,1 ha. Do ponto de vista da diferenciação interna do campesinato é interessante notar que 4% das explorações têm mais de 5 ha (a média nacional para 1970 é de 2,7 ha) e ocupavam 16% da área (média nacional—13,4%), o que representa mais que a área ocupada pelas explorações que se situam até 1 ha (12%). Ver o quadro abaixo.

---

[2] Em comparação, em Lourenço Marques o número subiu entre 1942 e 1970 de 259 para 547, na Zambézia de 121 para 422 e em Nampula de 145 para 638.

[3] *Estatísticas Agrícolas de Moçambique, 1965.*

| Percentagem de Agricultores e Áreas Ocupadas | | |
|---|---|---|
| Terra ocupada | % de agricultores | % da área ocupada |
| < 1 ha. | 35 | 12 |
| 1-2 ha. | 36 | 30 |
| 2-4 ha. | 22 | 35 |
| 4-5 ha. | 3 | 7 |
| > 5 ha. | 4 | 16 |

Na base de 14 amostragens do inquérito agrícola de 1965, verificámos que existe uma correlação positiva entre a área da terra produzida e o facto de se alugar ou possuir charruas. Não podemos, no entanto, indicar a direcção desta relação, isto é, se é a posse das charruas que provoca a procura de mais terra ou é o facto de se possuir uma quantidade relativamente grande de terra que conduz à aquisição ou aluguer de charruas.

No respeitante ao modo como se efectua a distribuição da terra, a informação de que dispomos é bastante incompleta. Ainda no tempo colonial, em alguns lugares a forma mais corrente de obter terra era através da herança—casos referidos no relatório de Homoíne, Sitila e Quissico-Mindú e Canda. Isto mostra uma tendência para o desenvolvimento do tipo de propriedade privada, mas ainda não se faz sentir de uma maneira tão forte que chegue ao direito de compra e venda da terra. O relatório do Homoíne revela uma outra tendência existente durante o período colonial—a falta de terra causada pela apropriação dos melhores terrenos pelos colonos reforçou o poder das autoridades tradicionais.

Depois do Governo de Transição podemos dizer que os *machongos* e *nhacas* ocupados pelos colonos foram ficando sucessivamente livres. A terra livre foi ocupada quer de uma maneira espontânea (caso de Homoíne), quer sob o enquadramento das estruturas políticas da base, Grupos Dinamizadores (Cambine). O caso de Muchava-Homoíne mostra, agora, que a distribuição dos *machongos* obedeceu a um critério bastante desigual, sendo intenção do Grupo Dinamizador redistribuir novamente esta terra. A distribuição do *nhaca* faz-se essencialmente em função da propriedade ou possibilidade de alugar charruas.

A partir da análise dos recenseamentos agrícolas de 1965 e 1973 podemos estabelecer as culturas que integram a agricultura de subsistência. Basicamente as principais produções para consumo são em número de quatro: amendoim, milho, feijão *nhemba* e mandioca. Todos estes produtos

fazem parte, obrigatoriamente, da dieta alimentar das populações campesinas.

Parece que a mandioca só foi introduzida em grande escala sob pressão da administração colonial, fazendo parte, como dissemos acima, das culturas de subsistência, na medida em que não necessita de muito trabalho e, dado o seu carácter semipermanente, não está tão dependente dos factores climáticos. Ante a perspectiva de uma diminuição da força de trabalho, ou perante a ameaça de secas (Sitila, Pembe) verifica-se uma tendência para aumentar a área de cultivo da mandioca. Actualmente, e na falta de amendoim, como já foi por nós referido, o caju faz cada vez mais parte das culturas de subsistência. Dentro das culturas de subsistência, e com carácter subsidiário, podemos englobar a *mapira*, a *meixoeira*, o arroz e a batata-doce.[4]

Da análise das estatísticas agrícolas de 1970, e relativamente às produções agrícolas da província de Inhambane, sobressaem três aspectos que consideramos relevantes:

- embora a área para o cultivo ocupada pelo sector empresarial fosse relativamente extensa (28% do total), a produção em relação a essa área é extremamente diminuta. É do sector tradicional que vêm, quase na sua totalidade, as produções agrícolas da província, nomeadamente:

| | |
|---|---|
| milho | 98% |
| amendoim | 99% |
| mandioca | 100% |
| feijão regional | 99% |
| mapira | 100% |
| algodão | 96% |
| meixoeira | 100% |
| arroz | 94% |

- Durante o mesmo período, a produtividade quer do sector empresarial, quer do tradicional é inferior à média nacional. Os números apresentados no quadro 18 podem ser reflexo de uma situação motivada por diferentes causas: pobreza ou infertilidade do solo, carência de água, insuficiência numérica da força de trabalho, sem contudo estarmos aptos para determinar, agora, qual a que tem mais peso.

---

[4] Mário de Carvalho, *A agricultura tradicional de Moçambique*, Lourenço Marques, 1969, Apêndice III.

Este sector da actividade agrícola caracteriza-se pela inexistência de uma tecnologia moderna como utilização de sementes seleccionadas, adubos ou pesticidas. De notar que embora Inhambane pareça, pelas razões acima apresentadas, uma região relativamente pobre, existe nesta província um número elevado de meios de produção (charruas e gado), em comparação à média nacional.

- Por outro lado, em relação às culturas permanentes, Inhambane ocupa uma posição de destaque, com 56,1% dos cafezeiros, 51,7% dos ananaseiros, 56,5% das goiabeiras, 34,0% das laranjeiras, 82,4% das tangerineiras, 65,0% das mafureiras, 21,7% dos cajueiros, e 36,6% dos coqueiros.

A introdução das culturas permanentes agia com o intuito de reforçar o tipo de propriedade privada da terra ainda em estágio formativo (processo por nós já referido quando tratámos da distribuição da terra). Aquando da supressão das culturas forçadas em 1962, sistema de exploração colonial introduzido no início dos anos 1940, assistimos a uma grande queda da produção. A produção do algodão é disso exemplo representativo:

| *Anos* | *Produção (toneladas)* |
|---|---|
| 1959 | 9.300 |
| 1960 | 11.700 |
| 1961 | 5.100 |
| 1962 | 3.000 |
| 1963 | 1.000 |
| 1964 | 1.500 |
| 1973 | 678 |

Verifica-se, actualmente em maior escala, a tendência para uma alteração dos produtos cultivados, aumentando cada vez mais as áreas das culturas para mercados em detrimento das produções para consumo, tendência por nós já referida. Outra situação por nós constatada, e que abordaremos mais pormenorizadamente quando tratarmos desse assunto é o progressivo abandono das culturas que necessitam de um maior dispêndio de tempo e de força de trabalho.

A análise da diferenciação social dentro do campesinato mostra que a posse e a utilização de charrua e bois faz parte das características do camponês médio. Ao analisarmos comparativamente os quantitativos numéricos de

charruas e de cabeças de gado existentes nas diferentes províncias, tornou-se-nos evidente que a grande maioria destes meios de produção se concentra no sul do Save. Pensamos que uma das razões será a presença da mosca tsé-tsé nas outras províncias.

A brigada de Homoíne analisou de uma forma mais detalhada quais as fontes que estavam na base da possibilidade de obtenção e reprodução de gado. Encontraram as seguintes vias possíveis:

- através de compra;
- por meio de herança (mais raramente);
- por empréstimo (quando há criação, a primeira cabeça pertence ao dono e a segunda a quem pediu empréstimo)

Comparando a distribuição do gado nos anos de 1965 e 1974 encontramos que apenas 60% das famílias que possuíam bovinos em 1955 ainda os tinham em 1974. Isto significa que para 40% das famílias a reprodução do gado não se realiza através da sua criação. Podemos mesmo dizer que esta reprodução se efectua de forma monetária, utilizando os salários auferidos nas minas. A falta destes salários pode traduzir-se, a médio prazo, numa diminuição do gado bovino.

As brigadas de Pembe, Quissico e Homoíne apontam o início da aquisição de charruas para começo dos anos 50. Em Pembe, durante os anos 1975/76, houve um número elevado de mortes de gado devido à seca. Em Quissico-Zavala registaram-se, e continuam a registar-se, igualmente, muitas baixas no número de gado devido à falta de produtos químicos carracicidas. Existem actualmente muitas charruas paradas por falta de energia animal. Temos dúvidas quanto à possibilidade de colmatar estas lacunas nos próximos anos, na ausência dos salários dos mineiros, sobretudo considerando o aumento do preço do gado bovino nos últimos anos.

A utilização das charruas, na maioria dos casos alugadas, começa já a partir de 0,5 ha-0,99 ha, sendo mais visível nas terras com mais de 1 ha. Mas, de um modo geral, só as possuem os proprietários de terras com 5 ha e mais. Podemos estabelecer quatro tipos de relações entre proprietários e não-proprietários de bois e charruas, quanto à sua utilização:

- entreajuda *tsima* entre os proprietários de bois e charruas—efectuada sem pagamento;
- cooperação entre os proprietários de charruas e os proprietários de gado bovino—sem pagamento;

- cooperação entre familiares—sem pagamento (Cambine) ou pagamento reduzido (Quissico);
- aluguer de charruas e/ou bois—mediante pagamento de 200$00-300$00 por ha (Homoíne e Quissico).

## BAIXA PRODUTIVIDADE DA TERRA

Em quase todos os lugares onde fizemos trabalhos de campo constatamos, segundo opiniões colhidas dos camponeses, que nos últimos anos se tem verificado uma baixa de produtividade da terra.

Por exemplo, em Homoíne e Pembe, podemos estabelecer um circuito pernicioso, que tem como resultado uma degradação progressiva do solo. Pemba—e Homoíne com menos importância—foi considerado nos anos 50 e 60 como o 'celeiro de amendoim' da província. Na década de 50 assiste-se à introdução, em grande escala, das produções, para mercado, de cajueiros e coqueiros. Parece que, pela primeira vez, houve, nestas regiões, uma possibilidade concretizável de obter rendimentos com o trabalho agrícola. Por outro lado, os cajueiros e coqueiros ocupam a terra encarnada e parte da terra branca, isto é, os mesmos solos utilizados para a cultura do amendoim. A arborização da terra encarnada e terra branca com cajueiros e coqueiros tem, como efeito, a redução drástica da cultura do amendoim.[5] Como consequência, nos últimos anos o amendoim foi parcialmente substituído pela castanha de caju como produto alimentar básico, o que fez com que o rendimento monetário da actividade agrícola também baixasse.

Parece que a fertilidade da terra baixou nos últimos anos, não só no que diz respeito à cultura do amendoim mas também à do caju. Não temos dados suficientes que nos possibilitem dizer a razão por que tal estado se verifica. Podemos, no entanto, apresentar algumas razões que pensamos estar na sua origem:

- ofacto de a terra, já relativamente pobre, não ter com culturas permanentes, o tempo para descansar e se regenerar;
- parece que, para além disso, a densidade dos cajueiros é acima do normal;
- a extensão da área arborizada limita e reduz a quantidade de terra necessária para todo o processo de produção porque inclui também a terra para pousio, caso se pratique o sistema rotativo.

[5] O preço do amendoim em Cambine entre 1970 e 1977 subiu de 10$00 para 30$00 a lata de 20 litros.

Em Pembe, a prática de rotação é difícil de efectuar porque 'as pessoas mudam de terra de vez em quando'.[6] Em Homoíne, o sistema de rotação ainda é praticado. Houve poucos casos de camponeses que disseram que já não a efectuavam, alguns por não possuírem terra suficiente. No entanto verificam-se grandes diferenças na relação entre o tempo de cultivo e o tempo de pousio. Os camponeses ricos indicaram uma relação de aproximadamente 1:1 (1 ano/cultivo por 1 ano/pousio), enquanto outros indicaram relações de 5:1 e 3:1.

Existe uma nova relação na distribuição das culturas, entre cajueiros e coqueiros e amendoim, não se verificando uma adaptação tecnológica a essa mesma ordem.

Parece que ultimamente tem havido um aumento de pragas que tem destruído as culturas (por exemplo, roseta). Sabemos que o desequilíbrio ecológico motivado pela ausência de uma prática sistemática e organizada do sistema de rotação contribui para a sua propagação. Foi dito que o amendoim precisa de um pousio de 4 anos para a destruição da praga.

Especialmente em Pembe, a falta de área cultivável coincidiu com o aumento de charruas, facto que se verificou a partir de 1955. A procura de terra livre para cultivar produtos alimentares de base tem levado ao aproveitamento do mato e das pastagens. Isto leva a uma sobrevalorização do terreno para pasto, o que conduz a uma rápida deterioração do solo. Assim podemos dizer que as culturas para o mercado entram em choque, por um lado com as culturas de subsistência e, por outro, com a criação de gado.

Com a redução do movimento migratório para a África do Sul a população agrícola provavelmente aumentará. Estas pessoas irão concentrar-se, aliás como acontece desde há vinte anos, na produção para mercado (cajueiros e coqueiros). Se cada um, individualmente, seguir este padrão, acentuar-se-ão tendencialmente as contradições a um ritmo acelerado, ao mesmo tempo que este processo conduzirá a um rápido esgotamento da terra e a uma consequente baixa na produção.

Podemos antever três possibilidades de desenvolvimento futuro. A primeira, sem dúvida a pior, será a já anteriormente mencionada, deixar as culturas desenvolverem-se de um modo espontâneo, o que terá por consequência a

---

[6] Em todas as quatro células de Pembe estudadas, as populações chamam a uma parte da célula 'cansada' ou 'velha', e há uma tendência constante nos últimos anos para mudar de terra, especialmente por parte dos camponeses mais ricos.

aceleração do processo por nós atrás referido. A segunda será a procura qualitativa de novos produtos e novos métodos de cultivo que permitam uma conciliação entre as produções para o mercado e para subsistência de modo a garantir simultaneamente um nível suficientemente alto de rendimento monetário e a conservação do terreno. Para isso seria necessário, além de se estudar a fundo o problema, um sistema de planeamento e de divulgação de modo a levar a um aproveitamento mais racional dos recursos regionais. A terceira será uma divisão regional de trabalho—áreas especializadas em determinados produtos (com todos os perigos e limitações de monocultura) e um sistema organizado dos circuitos de comercialização e troca. Este sistema tem um inconveniente principal: a cultura do cajueiro está muito dependente dos factores climáticos, existindo o perigo de 'queimar as flores'. Assim, tem de ser prevista uma forma de compensação no caso de perda da colheita das castanhas (por exemplo, um sistema misto caju-cocos).

Outros obstáculos são decorrentes da situação actual no sector de comercialização:

- em relação ao amendoim o circuito de comercialização não funciona porque os cantineiros dizem que a margem de lucros é tão pequena que não vale a pena transportá-lo do Norte para o Sul, região onde falta o amendoim mas há cajú;
- falta de estruturas de comercialização de cajú de modo a assegurar o dinheiro para comprar o amendoim ou outros produtos alimentares básicos.

Mesmo no caso de se optar por uma solução do tipo divisão regional do trabalhom, é necessário prever, nas regiões onde a densidade populacional é acima do normal, um aproveitamento mais racional dos cajueiros para evitar a baixa de produção e solucionar o caso dos mineiros regressados da África do Sul (caso que mencionámos acima).

## O IMPACTO SOCIAL DA PENETRAÇÃO DA ECONOMIA MONETÁRIA

Esta tentativa de periodização da penetração da economia monetária nos distritos de Inhambane que foram objecto do nosso estudo, não é fruto de uma recolha e reflexão sistemática de dados. Por isso, não nos foi possível mais do que delinear as principais tendências e mesmo estas permanecem esquemáticas e num estádio de hipóteses de trabalho. Uma coisa é certa: a economia monetária tem feito parte integrante da economia camponesa

durante todo este século. Sugerimos como base para esta periodização, a divisão em dois grandes períodos cuja demarcação cronológica não é, de forma alguma, rígida.

## Período até 1935-1940

Já no século passado os primeiros mecanismos responsáveis pela penetração da economia monetária se tinham instalado: caça e comércio de marfim até cerca de 1870, e depois caça para obtenção de peles até 1880, tendo como consequência que mercadorias como a enxada de ferro (importada) e cobertores passassem a constituir uma coisa 'normal' numa família e, sobretudo, que muitos homens fossem envolvidos neste tipo de trabalho fora da economia de subsistência.[7]

No fim do século passado e início deste século, a penetração do colonialismo português é fortalecida e com ela a penetração da economia monetária. Há quatro mecanismos principais. O imposto de palhota em dinheiro foi introduzido a partir do fim do século passado. As necessidades da administração colonial aumentaram com a consolidação da presença colonial e eram financiadas principalmente pelas receitas provenientes da tributação sobre o campesinato.[8]

A ocupação das melhores terras pelos colonos (sobretudo os *machongos*), a evacuação do gado em 1908 (por causa da peste bovina) e o acesso cada vez mais restrito da população à casa, diminuem consideravelmente a possibilidade de a população viver só da agricultura e caça. Isto aumenta a dependência da população em relação ao dinheiro obtido fora da agricultura.

Com início dos colonatos a partir da primeira década do século, a procura de mão de obra barata aumenta e com ela o trabalho forçado, o sistema de rendas de trabalho é sucessivamente introduzido. Para os homens existem as alternativas de fugir para as minas ou fazer trabalho forçado ainda pior pago do que nas minas, nos colonatos, ou fugir e viver mais no interior da província onde as condições agrícolas são em geral mais difíceis. Mesmo as mulheres têm que participar na construção das estradas nos anos 20, o que reduz ainda mais a produção agrícola de subsistência.

---

[7] Sherilyn J. Young, 'Changes in diet and production in southern Mozambique, 1855-1960' (Trabalho apresentado à ASAUK Conference, University of Durham, 1976).

[8] Veja-se, por exemplo, a contribuição dos impostos sobre o campesinato para o orçamento da província em 1913-1914 (quadro 21, em anexo).

***Canção de trabalho***
***NTSENDZELENI – No deserto***
Filomena Mathayi,[9] Khambane, Homoine, 11.09.79

| | |
|---|---|
| *Musumi*: Hoo ntsendzeleni | *Líder:* Oh! No deserto |
| *Vapangalati*: Wa lo tshama-o, wa lo tshama | *Coro:* Dizem que fique, fique! |
| *M:* Hoo ntsendzeleni | *L:* Oh! No deserto |
| *V:* Wa lo tshama-o, wa lo tshama | *C:* Dizem que fique, fique! |
| *M:* U neriwa hi ti nvhulaa | *L:* A apanhar chuva |
| *V:* Wa lo tshama-o, wa lo tshama | *C:* Dizem que fique, fique! |
| *M:* Hambitani va ku ba | *L:* Mesmo se te baterem |
| *V:* Wa lo tshama-o, wa lo tshama | *C:* Dizem que fique, fique! |
| *M:* Hambitani va ku rhukaa | *L:* Mesmo que te insultem |
| *V:* Wa lo tshama-o, wa lo tshama | *C:* Dizem que fique, fique! |
| *M:* Hoo ntsendzeleni | *L:* Oh! No deserto |
| *V:* Wa lo tshama-o, wa lo tshama | *C:* Dizem que fique, fique! |
| *M:* Hambitani va ku khavaa | *L:* Mesmo se te pontapearem |
| *V:* Wa lo tshama-o, wa lo tshama | *C:* Dizem que fique, fique! |
| *M:* Hambitani va ku siyaa | *L:* Mesmo que te deixem |
| *V:* Wa lo tshama-o wa lo tshama | *C:* Dizem que fique, fique! |
| *M:* Hambitani va ku loyaa | *L:* Mesmo se te enfeitiçarem |
| *V:* Wa lo tshama-o, wa lo tshama | *C:* Dizem que fique, fique! |
| M: Hambitani va ku hlongolaa | *L:* Mesmo se te expulsarem |
| *Vap:* Wa lo tshama-o, wa lo tshama | *C:* Dizem que fique, fique! |
| M: Hoo ntsendzeleni | *L:* Oh! No deserto |
| *Vap:* Wa lo tshama-o, wa lo tshama | *C:* Dizem que fique, fique! |

*Manghezi:* O que é que quer dizer esta canção?

*Líder:* Esta canção quer dizer que depois de me casar, o meu marido partiu para o Joni, deixando-me numa pequena palhota construída num deserto, sem nenhuma árvore. A palhota estava mal construída: vertia quando chovesse. Os meus sogros não gostavam de mim: insultavam-me, blasfemavam-me, davam-me pontapés e batiam-me. Mas mesmo com estes problemas não levei as minhas coisas para a casa da minha família–mãe. Fico aqui. Eu permaneco aqui no deserto à espera que o meu marido volte das minas. Deve vir encontrar-me aqui quando ele voltar à casa!

[9] Ver a entrevista, no fim do capítulo.

O facto de o *lobolo* ser pago geralmente em dinheiro na segunda década deste século deve ser visto no contexto dos factores acima referidos. A escassez crónica de dinheiro numa família constitui certamente um mecanismo importante para:

- o aumento constante do preço de *lobolo*;
- o facto de ser muito raro o pai utilizar o dinheiro do *lobolo* que recebeu, para pagar o *lobolo* do seu filho;
- compreender em parte o fenómeno do casamento prematuro. Em Homoíne foi-nos indicada como razão para os casamentos prematuros ainda existentes a situação financeira precária das famílias.

O *lobolo* até hoje constitui uma razão muito importante para o trabalho migratório dos jovens. Dada a quase inexistência, nesta altura, de empregos renumerados razoáveis, aqueles mecanismos encontram-se estreitamente associados ao movimento migratório para as minas da África do Sul que aparece como a única forte realmente acessível ao campesinato para a obtenção de dinheiro. É interessante notar que inicialmente as autoridades coloniais aceitaram o pagamento do imposto em libras. As divisas constituíam aliás a principal moeda corrente em Moçambique nas primeiras décadas deste século. Como o orçamento de 1913/1914 mostra, quase 80% das despesas da administração colonial de Inhambane são pagos com dinheiro das minas, sendo o imposto de palhota pago necessariamente com dinheiro das minas. Um pequeno estudo publicado pela Sociedade de Geografia de Lisboa, referente ao Distrito de Homoíne, assinala a seguinte situação em 1924: de um total de 22.000 libras provenientes dos salários de um ano pagos nas minas, 15.000 libras foram absorvidas pelo imposto, as restantes 7.000 foram utilizadas para outros gastos, nomeadamente o *lobolo*.[10] O mesmo estudo assinala que o preço de *lobolo* na altura era quinze vezes superior ao preço do imposto anual.[11]

A característica essencial deste período consiste, portanto, no facto de a penetração da economia monetária não ter tido como efeito a produção de produtos para mercado na agricultura, mas antes ter obrigado o camponês a vender a sua força de trabalho nas minas da África do Sul, quer dizer, a proletarizar-se. Por outras palavras: a agricultura nunca forneceu o sobreproduto que foi apropriado pelos colonialistas, isto em parte por causa

---

[10] Joaquim Nunes, 'Apontamento para o estudo da questão da mão de obra do Distrito de Inhambane sob a influência de emigração para o Transvaal com especial referência a Circunscrição Civil de Homoíne', *Boletim de Sociedade de Geografia de Lisboa*, série nº46, nºs 5-6, (Maio-Junho de 1923), pp.110-147.

[11] O imposto era de 1 libra e o lobolo de 15 libras (1.500$)

das condições limitadas na agricultura, especialmente o clima irregular, a falta da boa terra e o nível do desenvolvimento das forças produtivas na agricultura 'tradicional'. Os impostos e o *lobolo* constituíram as causas mais importantes nesta fase para a dependência do camponês em relação ao dinheiro, além do facto de a agricultura 'tradicional' neste século, segundo parece, se ter situado sempre no limiar da insuficiência para a subsistência e reprodução familiar: o dinheiro das minas era também preciso para comida nos anos de fome e para a compra de meios de produção como enxadas e gado bovino.

Isto não quer dizer que o campesinato não realizasse já a troca duma parte dos seus produtos por outros bens de consumo. Mas a quantidade trocada era insuficiente e a troca era habitualmente em espécie (borracha e cera até aos anos 20-30, amendoim, milho, feijão *nhemba*, e mais tarde um pouco de castanha de caju, em troca de panos, enxadas e louça).

A introdução do *lobolo* em dinheiro e sobretudo do imposto de capitação (substituindo o imposto de palhota) para cada adulto com mais de 18 anos, nos anos 20 por um lado, e as limitações da agricultura, por outro lado, tiveram (e têm) como efeito que quase todos os jovens fossem forçados a ir trabalhar nas minas para poderem pagar os impostos, para *lobolar* e para instalarem a sua própria casa.

As afirmações ideológicas como 'só um homem que foi às minas é um homem adulto' e 'o menino tem que comer muito para poder trabalhar na África do Sul' têm, pois, uma base muito material, quer dizer económica. É de salientar que mesmo com a 'abolição' do *lobolo* o problema de dinheiro para o jovem que quer casar-se não fica resolvido.

**Período a partir de 1935-40 até 1977**

Todo o período que se estende a partir dos anos 1935-40, assiste a significativas alterações decorrentes da montagem das estruturas coloniais que se acelera e cujos reflexos ao nível da penetração da economia monetária parecem evidentes. A transformação qualitativa que, a nosso ver, surge em relação ao período anterior decorre do facto de o campesinato se ter visto coagido a participar amplamente na economia de mercado, já não simplesmente com a venda da sua força de trabalho mas igualmente com a comercialização regular da sua produção.

## 1º Sub-Período: 1935-40 a 1962-64

A transformação qualitativa acima referida é basicamente induzida pelo uso da coacção física. Graças à montagem da máquina administrativo-repressiva que se aperfeiçoa ainda mais, foi possível às autoridades coloniais a introdução das culturas obrigatórias de algodão e, nalguns locais, de arroz. As culturas obrigatórias constituíram, na nossa opinião, o mecanismo por excelência que conduz à comercialização regular da produção das unidades familiares camponesas.

Foi proibido consumir parte do arroz cultivado nas machambas obrigatórias, o que significava, com a tecnologia existente, que parte do produto necessário de subsistência tinha de ser comercializado e, por isso, a população tinha que comprar uma parte da comida. Esta comercialização permitiu, através de mecanismos da troca desigual, uma exploração adicional do campesinato.

Paralelamente, e como resultante das infra-estruturas do sistema colonial, assistimos à prática mais sistemática e generalizada da colecta do imposto, bem como à introdução mais sistemática do *chibalo*.[12] Tudo leva a crer que o clima social criado por estas medidas, assim como o desfasamento entre o nível dos salários pagos em Moçambique e nas minas da África do Sul, impulsionaram ainda mais a corrente de trabalho migratório.

Acompanhando todo este processo de implicações evidentes ao nível da penetração da economia monetária, observa-se, sobretudo após a II Guerra Mundial, o desenvolvimento da inflação que se reflecte obviamente no preço do *lobolo*.

No final dos anos 40, ao que parece, a comercialização regular e em larga escala da castanha de caju veio reforçar o processo de monetarização. A plantação de árvores de caju parece agravar ainda mais o problema da escassez de terra para culturas temporárias de subsistência e, por consequência, a dependência dos camponeses em relação à venda do caju e a aquisição de outros produtos alimentares aumenta.

---

[12] O trabalho forçado, ainda que de forma irregular, existia muito antes desta data. No entanto, face aos quantitativos salariais pagos (quando eram pagos) parece-nos não ser digno de referenciar no contexto do seu impacto no processo de penetração da economia monetária.

## 2º Sub-Período: 1962-64 até 1974

Sob a pressão da luta de libertação que se inicia nas colónias portuguesas, este sub-período conhece a abolição do *chibalo* e das culturas obrigatórias. Estes acontecimentos parecem ter reduzido o movimento da comercialização da produção mas não ao nível dos anos anteriores à introdução das culturas forçadas. A comercialização dos produtos e a circulação da força de trabalho, perdendo a sua base directamente coerciva, são reforçadas por uma política de alta de salários e preços de compra de produtos ao campesinato.[13] Paralelamente, observa-se um significativo desenvolvimento da concessão de crédito ao comércio para a compra de produtos aos camponeses.[14] Na segunda metade da década de 60, abrem as suas portas na Maxixe e Xai-Xai as sucursais do Banco de Crédito Comercial e Industrial (BCCI), Standard Totta, Pinto e Sotto Mayor e Banco Nacional Ultramarino. Parece que também nesta altura a administração colonial tentou eliminar por decreto a troca em espécie o que realmente não se efectiva até a independência. Parece que o preço em dinheiro que os camponeses recebiam pelos seus produtos era mais baixo que o preço da mercadoria que recebiam em troca.

Por outro lado verifica-se, tal como no sub-período anterior, um aumento dos impostos e do preço do *lobolo* a acompanhar a 'alta' de salários e o subsequente processo inflaccionário. A produção de caju (do ponto de vista de força do trabalho necessária, o caju é muito mais fácil que o algodão que é uma cultura de trabalho intensivo), torna-se cada vez mais importante na produção camponesa, ao qual se junta, na zona costeira de Inhambane no fim dos anos 1960, a comercialização da copra. Mas o trabalho migratório nas minas ainda constitui parte integrante e importante da economia monetária camponesa: os aumentos de salários decorrentes da luta dos operários na África do Sul, em 1964-65 tiveram como consequência uma certa elevação do nível de vida: chão do cimento nas casas, mesmo casas de alvenaria (sobretudo a partir de 1974 nas regiões mais ricas como Homoíne), móveis simples, louça, consumo habitual de chá, petróleo. Os inquéritos mostram que a grande maioria dos bens de consumo duráveis e os meios de produção como charruas e bois, adquiridos pela população, foram pagos com dinheiro das minas.

---

[13] Este facto é confirmado pelos relatórios de Sitila e de Homoíne.

[14] Tudo leva a crer que a previsão sobre o campesinato no sentido da comercialização da produção se deve não só à necessidade de exportação, mas igualmente à necessidade de abastecimento das cidades, algumas das quais crescem espectacularmente a partir dos anos 60.

Ao mesmo tempo desenvolve-se uma certa divisão do trabalho. Desenvolve-se um artesanato moderno com pedreiros, carpinteiros, alfaiates, mas também o artesanato tradicional se transforma em produtor de mercadorias: venda de palha para telhados, construção de palhotas, venda de esteiras, gamelas e pilões. Este artesanato permite a muitos camponeses terem uma receita adicional em dinheiro que lhes permite viver sem ir à África do Sul. Mas indirectamente este artesanato depende dos salários dos mineiros: o trabalho executado tradicionalmente pelos chefes de família é feito contra pagamento, sobretudo para as famílias em que o homem está ausente nas minas.

**3º Sub-Período: 1974 até 1977**

Finalmente, a conjuntura vivida durante o período de transição e após a independência, caracteriza-se pela relativa estagnação do processo que temos vindo a descrever. Houve, até agora, duas tendências, das quais a primeira, nomeadamente a quebra do volume de dinheiro proveniente da agricultura, aconteceu por diversas razões:

- a baixa de produção, a partir de 1975 (falta ou excesso de chuva), sobretudo de amendoim e de milho;
- a paralização parcial da rede de comercialização causada pela baixa acentuada verificada na concessão de crédito e pela fuga dos pequenos comerciantes. Além disso parece que há também problemas com a fixação de preços de compra e venda (caju e amendoim) que não é bastante flexível em relação aos custos de transporte em regiões a grandes distâncias dos centros comerciais;
- a falta de transporte;
- a elevação dos preços de roupa aumenta ao mesmo tempo a dependência dos camponeses em relação as receitas em dinheiro.

Segundo o relatório de Sitila o movimento do comércio diário de um comerciante baixou entre 1975-77 de mais de 15 contos para 4 contos. Em 1975 as cantinas em Sitila venderam açúcar, sabão, cimento, vigas, e charruas, mas em 1977 vendem, quase exclusivamente, produtos alimentares.

Em segundo lugar, o aumento considerável dos salários nas minas a partir de 1974 teve como consequência que os mineiros que regressavam recentemente das minas trouxessem somas relativamente grandes (mesmo em relação às receitas em dinheiro dos poucos camponeses médios), levando a uma elevação do nível de vida para muitas pessoas, sobretudo no que concerne à construção de casas, e cisternas e à aquisição de gado e charruas.

Estas duas tendências significam, do ponto de vista do camponês, que a importância relativa do trabalho migratório para a economia da sua família parece agora ser ainda mais importante do que antes de 1974. Há camponeses que durante muitos anos não foram à África do Sul e voltaram a ir em 1975 por causa da alta de salários. A quebra abrupta no recrutamento dos mineiros a partir de 1976-1977 só se vai sentir a partir do futuro próximo. Isto quer dizer que a falta de dinheiro para comprar os produtos essenciais vai agravar-se consideravelmente se não houver um próximo ano agrícola muito melhor e uma recuperação considerável da comercialização, sobretudo para o caju no fim desse ano.

## DIFERENCIAÇÃO SOCIAL NO CAMPO

O objectivo da nossa investigação sobre a base camponesa foi examinar a influência do trabalho migratório na economia rural. É evidente que nem todos os agregados familiares camponeses contam com os salários do trabalho mineiro e são por eles afectados do mesmo modo. Para se descobrirem os diferentes efeitos sobre as várias famílias, foi necessário começar por examinar a estrutura social na zona rural de Inhambane.

Dois dos relatórios da brigada que apresentámos—em relação a Pembe (Homoíne) e Maimela (Morrumbene)—fornecem dados que indicam que os diferentes estratos do campesinato estão envolvidos de maneira diferente no trabalho assalariado. Mas, para analisar as inter-relações de diferenciação, tivemos primeiro de construir um esquema para o estudo da diferenciação social nas áreas rurais.

Na província de Inhambane existem pelo menos três sistemas diferentes de aproveitamento da terra, o que originou diversas formas de relacionação com ela:

- áreas de anterior colonização agrícola e arrendamento de mão de obra: os antigos latifúndios (Maimela e Buvane em Cambine);
- áreas de terrenos abertos sem limites mas com relativa falta de água;
- faixas costeiras onde a propriedade das árvores limita o uso da terra (Quissico-Canda, áreas ao longo da faixa costeira).

Muitas áreas não se inserem totalmente em nenhum destes três tipos, mas são combinações de diferentes tipos (caso de Homoíne).

Os colonos possuidores de latifúndios operavam com base num sistema complexo de exploração, que não pode ser descrito nem como de exploração puramente capitalista, nem simplesmente como um sistema de tipo feudal. Representava mais um entrelaçar complexo de elementos de ambos os sistemas, determinado pelas forças produtivas existentes e seu relativo atraso. A essência do sistema, com diferentes variações em redor deste ponto, surgiu da apropriação das melhores terras, das quais uma parte foi transformada em plantações e a outra parte foi reservada para arrendar aos camponeses. A força de trabalho para as plantações era obtida somente em parte (e normalmente em pequena parte) através do trabalho assalariado, enquanto a principal componente era formada pela prestação de um tributo em trabalho pelos camponeses arrendatários do latifúndio. Para além disso, o camponês-arrendatário era forçado a pagar uma renda em géneros (ou em dinheiro, em alguns casos) com parte do produto que obtinha da sua machamba situada nas terras do latifúndio. Deste modo, este sistema combinava elementos da forma de exploração feudal e capitalista destinadas a fornecer ao latifundiário o máximo lucro possível com as forças produtivas existentes.

Nos outros dois tipos de áreas não existiam senhores da terra como tais, nem grandes propriedades. A distribuição de terras era ostensivamente controlada pelo sistema 'tradicional' de herança e distribuição, mas este sistema foi alterado pela imposição colonial do cabo ou chefe de terras que podia usar os seus poderes de distribuição de terras com objectivos políticos e sociais.

Nas áreas de terrenos abertos sem limites, a aquisição da terra assumiu também a forma de obtenção de novas terras pelo desbravamento da vegetação. Nestes casos, a propriedade dos instrumentos de produção e a dimensão da força de trabalho da família eram, obviamente, importantes para determinar a aquisição de terras. Nas áreas costeiras onde os coqueiros constituem a principal fonte de riqueza, as oportunidades para obtenção de terras através deste processo foram muito mais restritas. Aqui, a herança e as manobras dos régulos e cabos de terra desempenharam um papel muito mais dominante na aquisição das árvores. Também neste caso a propriedade privada das árvores significava que elas podiam ser compradas aos seus proprietários. As pessoas com poucas árvores podiam cultivar as terras de outros proprietários de árvores (pagando uma renda em géneros), mas não tinham acesso à produção das mesmas.

| *Canção de trabalho*<br>***NAMUNTLHA NDZO TSAKA! – Hoje estou satisfeito!***<br>Angelina Fulawa,[15] Khambane, Homoine, 11.9.1979 | |
|---|---|
| *Musumi:* Hee owe majingara dore<br>Ho namuntlha ndzo tsaka ndzi vonaka nuna wango<br>*Vapangalati:*Hee ehe majingaradore<br>*M:* Hee namuntlha ndzo tsaka ndzi vonaka bava loye.<br>*V:* Hee ehe majingaradore<br>*M:* Hee majingaradore, majingaradore wee<br>*V:* Hee ehe majingaradore<br>*M:* Hee namuntlha ndzo tsaka a nga vuya nuna loye<br>*V:* Hee ehe majingaradore<br>*M:* Hee majingaradore majingaradore wee<br>*V:* Hee wewee majingaradoreee! | *Líder:* Oh! Que alegria, hoje estou satisfeita por ver o meu marido<br><br>*Coro:* Oh! Que alegria!<br>*L:* Hoje estou satisfeita por ver este homem!<br>*C:* Oh! Que alegria!<br>*L:* Oh! Que alegria! Que alegria!<br><br>*C:* Oh! Que alegria!<br>*L:* Oh! Hoje, estou satisfeita, porque voltou este homem<br>*C:* Oh! Que alegria!<br>*L:* Oh! Que alegria! Que alegria!<br><br>*C:* Oh! Que alegria! |
| *Manghezi:* Porquê é que está satisfeita assim hoje?<br>*Líder:* Estou satisfeita porque o meu marido voltou do Joni e recebo-o com muita alegria porque havemos de fazer muitas coisas boas juntos...<br>*Outras mulheres:* É estar satisfeita e fazer boas coisas com o marido, de certeza.<br>*Líder:* Ele chegou e havemos de andar a visitar juntos. Havemos de visitar a família dele e a minha família, que alegria! Que graça! O meu marido voltou do Joni. | |

A essência da revolução entre os camponeses não era a luta contra os senhores feudais proprietários da terra. Deste modo, uma análise de classe das zonas rurais de Inhambane não dará os resultados esperados, especialmente da destruição dos latifúndios e do desaparecimento dos grandes senhores de terra a quem os camponeses estavam subjugados e perante os quais estavam também monetariamente endividados. Algumas características residuais do sistema de latifúndios, embora não muitas, ainda permanecem. Como se vê no caso de Maimela, mesmo depois da redistribuição das terras feita pelo Grupo Dinamizador, os dois camponeses mais ricos são membros da família dos latifundiários.

[15] Ver a entrevista, no fim do capítulo

Mas se não existe exploração no sentido clássico do termo, existem diferenças no seio do campesinato que devem ser localizadas. Estas são diferenças que podiamos esperar no contexto de uma economia rural em que a produção familiar se baseia na pequena produção mercantil: isto é, a família não está separada da terra, dos seus meios de produção e a unidade do núcleo familiar é a unidade de produção e de consumo. Mas desde que a economia rural foi arrastada pelo colonialismo e capitalismo, para o mercado nacional e internacional e foi penetrada pela economia monetária, certas diferenças significativas surgiram dentro da sociedade.

Localizámos os seguintes diversos estratos dentro da sociedade rural em Inhambane. Os camponeses ricos caracterizam-se essencialmente pela utilização de mão de obra assalariada, embora numa base extremamente limitada e por vezes somente em tempo parcial. Este grupo é muito reduzido e apenas localizámos dois camponeses deste tipo na amostra da família camponesa analisada.

Os camponeses médios definem-se pelas seguintes características:

- propriedade e utilização de instrumentos de produção, especialmente charruas e gado, e muitas vezes, moinhos;
- uma base agrícola relativamente segura com produção para mercado a vários níveis, assim como para consumo caseiro;
- agregados familiares extensos, isto é, maior quantidade de força de trabalho;
- terras relativamente maiores que o vulgar;
- propriedade de um número relativamente grande de culturas permanentes, isto é, árvores;
- fontes de riqueza ligadas a actividades não agrícolas, como artesanato e ofícios.

Os camponeses pobres só eram ocasionalmente proprietários de instrumentos de produção, sendo a sua base agrícola incerta e instável. Como consequência produzem pouco para o mercado e muitas vezes sem o suficiente para se alimentarem. Também possuem fontes de receitas a partir do artesanato, mas parece que praticam os métodos mais simples e menos lucrativos e ganham relativamente pouco com este trabalho. Trabalham terras mais pequenas e muitas vezes de inferior qualidade; possuem menos árvores e a força de trabalho do agregado familiar é quantitativamente menor.

Os trabalhadores agrícolas assalariados são extremamente poucos, mas poderão crescer em número com a redução das fontes de trabalho assalariado

nas minas. Em muitos casos, os assalariados agrícolas foram trabalhadores em tempo parcial, quer dizer, não conseguiam o suficiente nas suas próprias machambas e tentaram trabalhar nas terras de outros durante parte do ano. Este grupo provém, é claro, dos camponeses pobres.

Classificamos como pequenos produtores independentes artesãos ou artífices somente aqueles cuja principal fonte de receitas fosse a pequena produção mercantil, visto que muitas famílias camponesas contam com o artesanato como fonte de receitas suplementares.

Os cantineiros, comerciantes e proprietários de transporte constituem uma burguesia comercial incipiente, embora na maioria dos casos uma classe instável. Por exemplo, alguns dos possuidores de meios de transporte estão a fornecer serviços de transporte indispensáveis na sua área, embora operem sem licença.

Em muitos casos a demarcação entre os camponeses médios e pobres, que em conjunto constituem a grande maioria, é bastante insegura. Alguns camponeses médios conforme vão envelhecendo e, portanto, com menos capacidades para trabalhar, caem no grupo dos camponeses pobres. Neste grupo podemos encontrar não só os velhos camponeses mas também as jovens famílias no início da sua vida produtiva (ver o estudo de caso sobre Maimela). No grupo dos camponeses pobres surgem ainda as viúvas e as mulheres que vivem sós, além dos diminuidos físicos e doentes. Na determinação de linha de demarcação entre os camponeses médios e pobres, a importância relativa dos factores mencionados será diferente de acordo com o sistema de utilização da terra. Os meios necessários para a principal produção para o mercado da área, constituem, obviamente, o factor de maior peso na determinação dessa fronteira. Assim, por exemplo, na faixa costeira a posse de coqueiros desempenha um papel mais importante, enquanto em áreas com terrenos relativamente abertos, a propriedade de gado e charruas assim como o volume da força de trabalho familiar devem ser os mais determinantes. Além disso, em áreas anteriormente colonizadas, o sistema de redistribuição de terras e o critério usado para isso, determinarão em grande escala as consequências daí resultantes. Mas os camponeses médios são geralmente mais dotados, no conjunto, que os pobres.

Dos nossos trabalhos de campo, transparece com relativa clareza a existência de uma correlação entre estes grupos de camponeses e a sua dependência em relação ao trabalho mineiro. O quadro 24 mostra, para as áreas investigadas (com excepção de Sitila onde os dados conseguidos não nos permitiram estabelecer a correlação), o número médio de contratos, a idade média do operário-camponês e a dimensão para a amostra estudada dos grupos de

camponeses médios e pobres. Apresentamos a idade média porque o número médio de contratos dependerá, obviamente, da idade do operário-camponês.

Como se pode observar a partir do quadro, os camponeses médios, no seu conjunto, tendem a cumprir um número menor de contratos nas minas do que os camponeses pobres da mesma área. O camponês médio parece, assim, menos dependente do trabalho migratório para o financiamento das despesas normais de consumo da família e tende mais a utilizar as receitas provenientes do trabalho nas minas para a aquisição de instrumentos de trabalho de modo a tornar mais independente a sua base agrícola e artesanal. O camponês pobre, devido a dificuldades da família como doença e mais difícil acesso à terra, permanece obrigado a regressar às minas para complementar o seu rendimento de subsistência.

Obviamente, tal divisão não se manifesta de uma forma absolutamente clara. Poderiamos argumentar, como hipótese, que numa das extremidades da escala, o camponês médio, razoavelmente bem estabelecido é um agricultor que, devido à sua possibilidade de acesso à terra (resultante da sua melhor relacionação com as autoridades colonial-tradicionais ou do maior tamanho da família) ou devido ao facto de ele estar numa posição mais bem paga nas minas, consegue estabelecer-se com instrumentos de produção suficientes para as actividades artesanais ou agrícolas, ou mais vulgarmente, ambas. Na outra extremidade situam-se os camponeses pobres, que por doença ou outra incapacidade, não puderam deslocar-se às minas (estes homens não foram incluidos no quadro), ou aqueles cujas receitas provenientes do trabalho mineiro foram sempre necessárias para a manutenção do consumo da família, o que reproduziu, vezes e vezes seguidas a necessidade de regressar às minas.

## PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL E COMÉRCIO NO CAMPO

Das 372 famílias entrevistadas mais detalhadamente, pelo menos 110 possuíam uma pequena produção mercantil de base caseira, ou actividade comercial. Dizemos 'pelo menos' 110 famílias porque é evidente que algumas famílias não desejavam revelar-nos o seu modo de vida: aqueles que fabricavam bebidas alcoólicas para venda, os envolvidos em negócios de pequenas lojas, os que se dedicavam à compra de burros na Rodésia para venda na província, os curandeiros que quase sempre não nos falavam directamente das suas actividades. Essas informações foram-nos fornecidas por outras fontes no distrito. Mas tornou-se claro que uma em cada três

famílias entrevistadas depende, até certo ponto, de uma terceira fonte de receitas para além da agricultura e do trabalho mineiro ou outro tipo de trabalho assalariado.

Um grande grupo é constituído por camponeses mais velhos (o chefe de família tem mais de 50 anos) que se dedicam a pequenas actividades de artesanato para sobreviver. Foram entrevistadas 49 famílias (os dois primeiros grupos). É interessante notar que havia apenas cinco famílias cujos chefes tinham efectuado menos de 6 contratos mineiros. Pareceria então ser esta uma alternativa, embora muito menos remunerativa na idade avançada. A grande maioria destas famílias dedicava-se ao fabrico de esteiras, trabalhos de madeira (colheres, pratos) e cestos. Este grupo possui instrumentos de produção baratos.

Um outro grupo (15 famílias) é chefiado por homens mais novos que se dedicam a uma pequena produção mercantil quando estão em casa, de regresso das minas. Esta actividade agrupa a grande maioria dos alfaiates e depende da posse de uma máquina de costura, sempre comprada com dinheiro proveniente do trabalho mineiro. A sua produção é geralmente bastante pequena.

Um grupo relativamente pequeno (6 famílias) dedica-se principalmente à produção agrícola (com a venda de excedentes) mas também exerce actividades artesanais, normalmente alfaiataria com máquinas de costura provenientes da África do Sul, ou em dois casos, pesca, com redes compradas com o salário mineiro.

Somente seis famílias parecem ter mulheres engajadas na actividade de produção de pequenos bens de consumo (costureiras, fabricantes de esteiras e de bolos), mas é evidente que muitas mulheres se dedicam ao fabrico de bebidas, alcoólicas ou não), à venda de bolos e produção de alimentos. Em todas as reuniões nas células deu-se a impressão que um grupo de mulheres vendia os seus próprios produtos, embora as nossas entrevistadas não tivessem revelado estas actividades.

Todas estas famílias exercem pequenas actividades que lhes proporcionam exíguas somas de dinheiro. Muito poucas ganham mais de 1.000$00 ou 2.000$00 por ano e algumas ganham mesmo muito menos. Embora pouco, em muitos casos este dinheiro é importante para a sobrevivência da família.

As outras famílias (34 ao todo) desempenham actividades mais lucrativas, 20 destas sendo consideradas como tendo por principal actividade uma pequena produção mercantil (a maioria é constituída por carpinteiros, pedreiros ou

construtores de casas de cimento, e curandeiros). Muitos deles realizaram relativamente poucos contratos mineiros. Oito nunca efectuaram trabalho mineiro, outros oito tinham cumprido menos de 3 contratos. Muitos deles possuindo uma família extensa, vivem com base na agricultura e produzem para o mercado, usando principalmente charruas e moinhos.

As outras 14 famílias estão engajadas na actividade comercial. Quatro são pequenos comerciantes aproveitando-se do facto de que a loja oficialmente registada está por vezes à distância de 30 kms da zona. Oito possuem Jipes ou tractores e dedicam-se a actividades de transportes tanto de pessoas, como de bens. A maioria comprou os seus tractores depois da independência, com o dinheiro da agricultura e o dinheiro ganho na África do Sul e duas outras famílias exercem ambas estas actividades. A grande maioria tem igualmente uma boa produção agrícola.

Em resumo, um grande grupo de famílias pobres que dispendeu muitos anos nas minas, tem de produzir pequenos bens para venda, de modo a poder comprar os artigos básicos necessários à sua vida—o caso mais extremo é o de um homem velho que, para lhe trazerem água, tem de pagar com os cestos que tece. Outras combinam o trabalho mineiro com o da alfaiataria, embora em pequena escala; um outro grupo ganha relativamente grandes somas de dinheiro (em relação aos proventos na zona rural de Inhambane), mas desempenha igualmente importantes actividades agrícolas.

O investimento inicial em carros e instrumentos de produção é, por vezes, feito com os salários mineiros e também com dinheiro proveniente das suas actividades agrícolas. Os que efectuaram investimentos verdadeiramente importantes, fizeram-no recentemente, mas não se pode dizer que se tivessem estabelecido como *comerciantes,* somente passados 2 ou 3 anos, depois do início das suas actividades.

## Entrevistas

### Filomena Mathayi
(Khambane, Homoíne 14.09.79)

*Manghezi:* Hoje visitamos Filomena Mathayi. Foi quem entoou a canção *Ntsendzeleni*. Hoje vamos conversar com ela, há-de nos contar como é que ficou aqui em casa quando o marido se encontrava a trabalhar nas minas – como é que cuidava da casa, as dificuldades que teve e aquilo que a agrada. Primeiro, camarada Filomena, sabes quantos anos é que tens?
*Filomena:* Não sei, só se for buscar o bilhete.
*Manghezi:* Não tem importância, veremos depois. Nasceste aqui nesta zona?
*Filomena:* Nascí em Maranje.
*Manghezi:* Onde é que é Maranje?
*Filomena:* É aqui.
*Manghezi:* Podes nos dizer como é que cresceste? Em conversas com aqueles camaradas (homens), perguntei se eles pastaram o gado ou não. E vocês meninas, como é que cresceram aqui na vossa zona?
*Filomena:* Não pastei gado, só fui a escola! Cresci e fui *lobolada* pelo meu marido, com quem já temos filhos, alguns dos quais faleceram. Tenho quatro filhos contando com este, e morreram três ao todo. Aqui onde estou ainda não me casei com outro homem. Quando o meu marido foi às minas fiquei aqui em casa: no caso de doenças e outras dificuldades, eu resolvia com os meus sogros. A minha sogra está viva, só o meu sogro é que morreu. Fico aqui em casa até o meu marido voltar. Ele vai e volta e eu sempre estou aqui a sofrer ou não.
*Manghezi:* Sabes com quantos anos é que começaste a estudar?
*Filomena:* Nessa altura não estávamos evoluídos. Não sei com quantos anos.
*Manghezi:* Onde é que estudaste?
*Filomena:* Estudei mesmo em Maranje.
*Manghezi:* Frequentaste quantos anos?
*Filomena:* Foram três anos.
*Manghezi:* Três anos. Quer dizer que passou a 3ª classe ou a 2ª?
*Filomena:* Não! Tive muitas dificuldades.
*Manghezi:* Foi difícil, era duro?
*Filomena:* Muito! Não cheguei a fixar nada na cabeça.
*Manghezi:* Quer dizer que agora nem sabes escrever e contar?
*Filomena:* Não! Não aprendí nada dali da escola.
*Manghezi:* O teu pai, os teus irmãos ou os teus avós trabalharam nas minas?

*Filomena:* O meu pai tinha uma enfermidade, por isso não foi às minas até a sua morte. O meu avô paterno não o ví, morreu antes de eu nascer.
*Manghezi:* Não tens irmãos rapazes?
*Filomena:* Só tenho um.
*Manghezi:* Ele trabalhou nas minas?
*Filomena:* Mesmo agora está lá.
*Manghezi:* Mesmo agora está nas minas? É tens um irmão mais velho ou mais novo?
*Filomena:* É mais novo.
*Manghezi:* Está certo. Vocês meninas, durante a vossa juventude, quais eram os vossos sonhos relativamente aos casamentos? Sonhavam a casar com um homem que trabalha nas minas, em Maputo, em casa, ou que tipo de homem gostaria que se casassem?
*Filomena:* Na altura em que me casei, Maputo não era aquilo que é agora. Qualquer homem que viesse fazer pedido e gostasses dele, aceitavas e lobolava-te. Não tive sonhos nenhuns. Só queria um homem capaz de viver comigo.
*Manghezi:* Está certo. Onde é que se encontraram pela primeira vez com o teu marido, conheceste-o ainda menor, ou como é que o vosso amor começou?
*Filomena:* Não! Ouviu dizer que havia uma menina em Maranje, e veio me pedir. Foi quando nos encontramos. Não nos encontramos no mato, não. Veio falar com os meus pais, chamaram-me para dentro de uma casa e explicaram: 'o rapaz que veio aqui precisa de sí, e o que é que dizes'? Eu disse que o amava. Prontos, tiraram o dinheiro de *lobolo*. Depois acompanharam-me para o meu lar.
*Manghezi:* Na altura em que fez o pedido, já trabalhava na mina?
*Filomena:* Sim! Já trabalhava, tinha cumprido dois contratos.
*Manghezi:* Dois contratos?
*Filomena:* Foi como dinheiro do segundo contrato que me lobolou.
*Manghezi:* Por quanto é que foste lobolada nessa altura?
*Filomena:* Foram 3.000$00.
*Manghezi:* Depois veio ficar aqui. Em que ano é que foi isso?
*Filomena:* Tenho 20 anos aqui nesta casa.
*Manghezi:* Quer dizer, estás casada há 20 anos!
*Filomena:* Aqui! Aqui nesta casa estou há 20 anos.
*Manghezi:* Depois do lobolo acompanharam-te para esta casa?
*Filomena:* Tinhamos construído em Homoíne, eu e meu marido. Quando morreu o irmão mais velho, mudámo-nos para aqui; aqui vivia o irmão mas velho, enterrado naquela campa.
*Manghezi:* Esta casa, quando é que foi construída? Já estava construída quando mudaram para aqui?
*Filomena:* Não! Foi o meu marido quem construiu.

*Manghezi:* Há quantos anos está construída?
*Filomena:* Já não me lembro, não sei se alguém me pode recordar!
*Ngovene:* Acho que foi construída em 74.
*Manghezi:* Em 75; é construída com calma, ainda não tem janelas!
*Filomena:* Não! E falta cimentar o chão.
*Manghezi:* Tem quantos quartos esta casa?
*Filomena:* Tem dois quartos e uma sala.
*Manghezi:* Conheces o nome da mina em que trabalha o teu marido?
*Filomena:* Não!
*Manghezi:* Não te diz?
*Filomena:* Não conheço.
*Manghezi:* Trabalha na mesma mina ou muda periodicamente?
*Filomena:* Mudou. Trabalhou numa mina, e agora está numa outra, mas não conheço!
*Manghezi:* Eu bem disse que os homens, quando voltam, não explicam onde é que trabalham, só dizem apenas que trabalham na mina.
*Filomena:* Só dizem que é na África do Sul.
*Manghezi:* Quando se encontram casualmente!
*Filomena:* Só! Lamentar a falta de correspondência e de informação dos nossos maridos!—'Eu estava lamentando a falta de correspondência, agora estou satisfeita porque recebi cartas; já sei do seu estado de saúde, que está bem'. Quando não houver correspondência, não há felicidade!—'Agora não sei que informação há-de vir na carta. Se for receber uma carta a contar boa saúde, fico satisfeita porque me comuniquei com ele nesse dia!
*Manghezi:* Sim! E o teu marido escreve sempre?
*Filomena:* Escreve.
*Manghezi:* Quantas cartas recebes por mês? Escreve mensalmente?
*Filomena:* Escreve mensalmente. Por mês recebo uma carta, e no fim volto a receber outra.
*Manghezi:* Quando escreve dá informações do Joni?
*Filomena:* Fala do estado de saúde dele e do trabalho.
*Manghezi:* Fala daquilo que aconteceu diariamente no Joni, que ontem aconteceu isto e aquilo, por exemplo?
*Filomena:* Ah! Isso ele não diz.
*Manghezi:* Isso não diz?
*Filomena:* Não diz. Só fala da saúde; se encontrar alguém que esteja para vir de férias, manda algumas encomendas. A forma como trabalha na mina, não conta.
*Manghezi:* Ele manda as cartas com pessoas ou manda pelos correios?
*Filomena:* Manda pelos correios.
*Manghezi:* Manda pelos correios! Não leva muito tempo a chegar a carta?
*Filomena:* Não sei se leva tempo. Eu só me contento em receber.

*Manghezi:* E as encomendas, manda pelos correios ou pelas pessoas que vêm?
*Filomena:* Manda pelas pessoas; combina com elas, indica a zona onde vive, entrega as encomendas, e vêm entregar aqui em casa.
*Manghezi:* Quando o teu marido estiver aqui em casa ajuda-te nos trabalhos, trabalham juntos – quais são os trabalhos que fazem juntos quando ele está aqui em casa?
*Filomena:* Vamos à *machamba*; lavra com o gado, se tivermos. Constrói as casas, casas de banho – toda uma diversidade de trabalhos daqui da casa.
*Manghezi:* Têm gado bovino?
*Filomena:* Tínhamos, morreu agora.
*Manghezi:* Não há nem um boi agora?
*Filomena:* Não. Morreram.
*Manghezi:* Antes de morrerem estes bois, quando o teu marido estava no Joni ...
*Filomena:* Ficava a tomar conta!
*Manghezi:* Conseguias ficar a utilizar os bois?
*Filomena:* Sim!
*Manghezi:* Aprendeste a utilizá-los?
*Filomena:* Sim.
*Manghezi:* Quem é que te ajudava a lavrar com os bois?
*Filomena:* Os meus filhos.
*Manghezi:* Quer dizer que os teus filhos são crescidos de modo a poderem trabalhar com o gado?
*Filomena:* Mesmo agora o rapaz foi à escola; ele é que lavra, eu já não posso.
*Manghezi:* O rapaz tem quantos anos?
*Filomena:* [Duvidou] ... 11
*Manghezi:* É ele que trabalhava com o gado?
*Filomena:* Sim!
*Manghezi:* É o primeiro este?
*Filomena:* O primeiro é aquele que faleceu. Este segue é o primeiro.
*Manghezi:* E depois daquele que está na escola qual é que segue?
*Filomena:* Segue uma outra menina.
*Manghezi:* Ela também está na escola?
*Filomena:* Sim! Também está na escola. E uma outra menina também está na escola. E este.
*Manghezi:* Quem é que te ensinou a montar e lavrar com os bois?
*Filomena:* Foi o meu marido.
*Manghezi:* Foi o teu marido! Porque é que te ensinou?
*Filomena:* Era para prevenir situações em que ele estivesse doente, eu poder lavrar, até ele recuperar da doença.
*Manghezi:* Agora que os bois morreram, ele não pensa em comprar outros?

*Filomena:* Ele quer.
*Manghezi:* Os bois morreram e deixaram muito trabalho, porque só podes cultivar à mão, não é?
*Filomena:* É isso!
*Manghezi:* Lavrar a mão ou consegue ...
*Filomena:* Uma parte cultivo a mão, a outra chamo amigos para virem ajudar-me...
*Manghezi:* Colectivamente?
*Filomena:* Sim! Mesmo em relação ao gado, chamo e pago dinheiro para virem ajudar.
*Manghezi:* Quando pedes às pessoas com gado, quanto é que cobram agora?
*Filomena:* Depende da tua machamba. Quando é grande levam 1000$00, 1100$00, variando com o tamanho da tua machamba...
*Manghezi:* Quantas machambas tens agora? Aquelas que lavras com os bois?
*Filomena:* A partir daqui do limite onde está a campa do meu filho, até este caminho. Do outro lado, vai até aquele cajueiro lá! Descer até ao poço. São machambas estas [mais ou menos três ha].
*Manghezi:* Quer dizer que, de facto, aqui é preciso gado! O que é que semeias na tua machamba? Que produtos é que semeias?
*Filomena:* Amendoim, só que agora não sai bem. Mandioca, milho, feijão, gergelim, semeávamos. Mas tudo isto já não sai.
*Manghezi:* Já não sai?
*Filomena:* Nada, não apanhámos nada.
*Manghezi:* Na tua opinião porque é que não sai nada nestes dias—toda a gente chora aqui em Homoíne? Desde que eu vim em 1977—trabalhava aqui com sr. Guambe—não sai nestes dias, porquê?
*Filomena:* Eu também não sei.
*Manghezi:* Como é que vivem, uma vez que não sai nada na machamba?
*Filomena:* Só vivemos de coco apenas! O coco é que nos ajuda.
*Manghezi:* Vocês que têm os maridos a trabalhar nas minas não se beneficiam do dinheiro das minas, alguns produtos que enviam para ajudas, uma vez que não sai nada na machamba?
*Filomena:* Eles é que mandam e tem muita importância; não tem muito valor porque pode ter muito dinheiro, as coisas são caras—pode morrer de fome tendo dinheiro dentro da casa...
*Manghezi:* Tendo dinheiro!
*Filomena:* Tendo dinheiro! Mas não apanha nada para comprar! Se não tivesse na machamba e apanhar na loja seria melhor. Mas na loja não há, eles também não apanham!
*Manghezi:* Quer dizer que mesmo tendo dinheiro, se não apanha nada na machamba, não ajuda muito?

*Filomena:* Não! Se produzir amendoim, o teu dinheiro ajuda muito porque na machamba apanhou um pouco; e se fores à loja vais comprar açúcar apenas! Comprar sabão, petróleo, porque é o que nos falta. Tenho produtos dentro da casa. Mas agora não apanhamos os produtos.
*Manghezi:* Esta castanha utilizam para temperar hortaliça?
*Filomena:* Sim!
*Manghezi:* Tens muitos cajueiros, sabes quantos são?
*Filomena:* Não sei! Não sei!
*Manghezi:* E os coqueiros também não sabes?
*Filomena:* Não sei! Mas são muitos cajueiros e coqueiros, só que nunca contei.
*Manghezi:* Se for um ano de boa produção consegues vender muito coco e muita castanha.
*Filomena:* Ainda não começaram a produzir muito os coqueiros. Parece que os que produzem só são seis. Ainda não vendí, só como aqui em casa com os meus filhos. A castanha, não apanhamos de modo a vendermos, porque nos ajuda a temperar a comida. Mas como nos habituamos ao amendoim, já não tem muito valor, porque castanha e amendoim não é a mesma coisa! Com uma lata de amendoim conseguimos temperar durante uma ou duas semanas, mas com uma lata de castanha só temperamos durante quatro dias, só! Porque não tem valor.
*Manghezi:* Não tem valor?
*Filomena:* O amendoim é que tem valor!
*Manghezi:* O teu marido trabalhou e comprou bois, quais são os outros animais, que animais? Vejo ali porcos!
*Filomena:* São aqueles porcos.
*Manghezi:* Quantos porcos tens?
*Filomena:* Tenho dois.
*Manghezi:* São dois! E os patos?
*Filomena:* Os patos não são meus, emprestaram-me, para depois escolher um patinho se se reproduzirem.
*Manghezi:* Em todas as tuas machambas há mandioqueira?
*Filomena:* Há na outra machamba que está lá.
*Manghezi:* Tens *machongos*?
*Filomena:* Tenho.
*Manghezi:* Conheces a sua área?
*Filomena:* São de 100 metros.
*Manghezi:* Está longe o *machongo*?
*Filomena:* Não é longe, é ali!
*Manghezi:* Que produtos é que semeias no *machongo*?
*Filomena:* Semeio arroz, cebola, mas este ano não comprei a semente de cebola.
*Manghezi:* E o milho?

*Filomena:* Sai quando semear.
*Manghezi:* E o arroz produz bem quando semeias?
*Filomena:* Produz! Mas o problema é da água, porque o *machongo* está cheio de água. E só semeámos cá fora. Ali no meio onde se produz bem o arroz, não consigo semear por causa da água.
*Manghezi:* Desde quando a planície está cheia de água?
*Filomena:* Este ano é o quinto em que não conseguimos cultivar mais para o fundo!
*Manghezi:* E para terminar eu acho que tu consegues cuidar do teu lar e dos teus filhos, com a ajuda da tua família. Consegues pegar na enxada, cultivar, mesmo sem gado. Mas se houvesse possibilidades de emprego cá em casa o que é que tu preferirias, que o teu marido fosse para as minas ou trabalhasse cá em casa?
*Filomena:* Isso dependeria dele, eu nao sei porque não sou eu que pretendo trabalhar – ele é que quer trabalhar no sítio que lhe agrada.
*Manghezi:* Mas pela tua vontade, se te perguntar: 'Diga-lá querida, tu gostarias que eu fosse trabalhar nas minas ou cá em casa...'
*Filomena:* O dinheiro é o mesmo, cá em casa e nas minas.
*Manghezi:* Mas se trabalhar cá em casa estarás sempre com ele—será a mesma coisa como agora que o vês uma vez em cada um ou dois anos?
*Filomena:* [Riu-se muito].
*Manghezi:* Está certo, obrigado. Se houver outra coisa que quiseres me perguntar podes me perguntar agora.
*Filomena:* Eu só quero amendoim.
*Manghezi:* Todos rimos! Amendoim!
*Filomena:* Porque mesmo que cultive, e cumprir com as normas, não adianta nada, não apanho amendoim mesmo que eu semeie! É o que posso perguntar!
*Manghezi:* Em Maputo, apesar de as pessoas não cultivarem, cada um quer amendoim. Antes de ontem, ali em Homoíne onde fico (onde dormia quando estivesse de serviço), na Padaria do Povo, quando regresso, encontro pessoas na bicha de pão. Vi uma pessoa a pegar e reparar num saco, as outras pessoas repararam e eu também reparei: tratava-se de um saco de amendoim, e o povo foi rodeá-la! 'onde apanhou amendoim, não nos pode vender'? E ele disse: 'andei à procura. Em Massinga'. Nós cá em Maputo, apanhámos amendoim, vem do norte de Moçambique, de Cabo Delgado. Mas porque leva muito tempo pelo caminho chega já podre. Assim como aquele que comiam aqueles de *chibalo*. É que aqui na terra, principalmente aqui em Inhambane, a terra já não é arável, já foi muito usada. Porque a terra, à medida que for usada é preciso fertilizá-la. E esta não é. Para o vosso caso que têm cajueiros e coqueiros mais ou menos, porque na falta do amendoim podem temperar com castanha, mas os cajueiros infertilizam a terra. Porque da forma como são plantados – veja

ali, já é mato! Germinam e juntaram-se assim! Mesmo que semeis ali já não sai nada.
*Filomena:* É verdade.
*Manghezi:* Mas em todo o país, o governo procura recuperar a produção de amendoim. Mas enquanto não houver fertilizantes será difícil! É isto!
*Filomena:* Depois de morrermos de fome! Quando vamos ao hospital dizem para não comermos coco porque o sangue acaba devido ao coco que comemos constantemente. Por isso morreremos de fome. Pelo menos se houvesse para temperarmos a comida seria melhor!
*Manghezi:* A última coisa é aquela canção que entoaste *Ntsenzeleni - No deserto*—sabes quem foi o autor? És tu ou conheces só de ouvir a cantarem?
*Filomena:* Não sou eu a autora. Ouvi outra pessoa a cantar e fixei no coração!
*Manghezi:* Tens medo de cantar porque estás sózinha aqui? Existe uma outra que conheces além desta?
*Filomena:* Não! Não tenho medo!
*Manghezi:* Quando estiveres a pilar milho, ou a cultivares, ou a criança a chorar, como é que a fazes calar ? Não cantas?
*Filomena:* Não! Não!
*Manghezi:* Está certo, obrigado!
*Manghezi:* Esqueci-me de te perguntar os nomes daqueles que disseste que estão na escola.
*Filomena:* É o Sebastião, Laura e Carlinha.
*Manghezi:* E este?
*Filomena:* É o Pascoal.
*Manghezi:* Está certo, obrigado!

## Angelina Fulawa

(Khambane, Homoíne,14.09.79)

*Manghezi:* Mãe ..., Julieta Fulawa ...
*Fulawa:* Angelina,
*Manghezi:* Angelina?
*Fulawa:* Angelina Fulawa.
*Manghezi:* Aha! Julguei que fosses Julieta. Hoje viemos te visitar aqui, viemos te visitar porque nos encontramo naquele dia quando estivemos a cantar. A canção que tu entoaste foi: 'Hoje estou feliz'! Estás feliz porquê? Por ver o *magaíza*...
*Fulawa:* Por ver o *magaíza* que voltou.

*Manghezi:* Por ver o *magaíza* que voltou, aha! Está bem! Então, nasceu aqui?
*Fulawa:* Nascí em ...
*Manghezi:* Sabe quantos anos é que tem agora?
*Fulawa:* Isso só consultando o bilhete [de identidade]. Quando nós nascemos não faziam isto.
*Manghezi:* Durante a tua juventude, ainda menina, o que é que as meninas faziam, iam à escola ou, o que é que faziam aqui na zona?
*Fulawa:* Nessa altura não havia escola. O meu pai deu-me cabritos porque não tinha um rapaz; o rapaz ainda era menor, então pastava cabritos até aquele rapaz crescer para me substituir; e mandou-me então ao lar.
*Manghezi:* Dizer que o teu pai mandou-te ao lar, o que é que isso quer dizer?
*Fulawa:* Aa! Eu estava crescida. Fui escolhida por homens; foi quando me deixou ir ao lar, porque é que havia de me proibir?
*Manghezi:* Como é que te escolheram estes homens?
*Fulawa:* Vieram me pedir, em casa do meu pai; e depois fui casar-me pelo meu marido. E então fiquei ai; ao longo da nossa convivência, o meu marido contraíu doenças e morreu. Prontos, voltei para a casa dos meus pais para ficar. E este também [a indicar o seu marido] faleceu-lhe a mulher, e então amámo-nos e construímos este lar.
*Manghezi:* Aquele primeiro que te lobolou, como é que soube que ali havia uma menina, crescida, e que precisava de ser casada?
*Fulawa:* Aquele que me tinha casado?
*Manghezi:* Sim! Como é que soube?
Fulawa! Oo! Como é que hei-de saber da casa dele? Talvez lhe tenham dito que em casa do Fulawa havia uma menina – e então veio me pedir; e por conseguinte lobolou-me e fui ficar ali.
*Manghezi:* Não acredita que talvez te tenha visto a passar à busca de água e dito: - está ali uma menina, está alí?!
*Fulawa:* Não sei! Eles viviam na zona alta de Madhavukani, nós estavámos na zona baixa onde se tirava a água. Ele veio me pedir, já crescida até. Sim!
*Manghezi:* Ele trabalhou nas minas antes de lobolar?
*Fulawa:* Trabalhava nas minas nessa altura, na altura em que lobolou. Quando foi para o Joni (na altura em que estava comigo), foi para Natala. Então voltou de Natala doente. Ficou doente durante três anos e no quarto faleceu. Porque sofria de tuberculose.
*Manghezi:* Que trabalho é que fazia em Natala?
*Fulawa:* Oo! Não sei. Não sei o que é que fazia!
*Manghezi:* E este senhor, como é que se chama?
*Fulawa:* Chama-se Pedro Nghilazi.
*Manghezi:* Chama-se Pedro Nghilazi! O Pedro também nasceu aqui?

*Pedro:* Nascí em Khumbana.
*Manghezi:* Nasceu em Khumbana ( perto de Lindela). Voltemos atrás, porque atrapalha falar com duas pessoas ao mesmo tempo. Agora, esse teu marido [para Fulawa] que faleceu, na altura em que trabalhou no Joni comprou gado?
*Fulawa:* Não! Cultivavamos à mão.
*Manghezi:* Cultivavas à mão! Não comprou gado?
*Fulawa:* Não comprou.
*Manghezi:* Também cultivavas à mão.
*Fulawa:* Cultivava à mão! Os meus espíritos viraram-me as costas, até agora cultivava à mão.
*Manghezi:* E quando tu e Pedro se amaram..., viram-se e encontraram-se aqui na vizinhança, na bebedeira, ou como é que foi? Como é que se conheceram?
*Fulawa:* Ee! Veio conquistar-me ali na nossa casa; quando ainda estava vivo aquele que faleceu, o meu irmão. Depois viemos ficar aqui. Amámo-nos e foi conhecido pelos meus pais—a minha tia é que fez a sua apresentação à família. E então eu casei-me—ele tinha filhos, antes da morte da mulher—o meu irmão sugeriu: 'Vá ficar alí para cuidar das crianças, ele está a sofrer com as crianças'. ...
*Manghezi:* Disseste que ali onde foste *lobolada* não tiveste filhos porque o teu marido voltou com uma doença de transmissão sexual!
*Fulawa:* Veio contrair da mulher dele.
*Manghezi:* Contraíu da mulher! Aha! E quando foi *lobolada* pelo Pedro, tiveste filhos?
*Fulawa:* Como ter filhos já ultrapassada?
*Manghezi:* Está bem! A mulher do Pedro também falecera.
*Fulawa:* Sim!
*Manghezi:* Tinha os filhos dele que ...
*Fulawa:* Foram deixados pela mulher.
*Manghezi:* Ihi! Quantos eram?
*Fulawa:* Três.
*Manghezi:* Eram menores ou crescidos?
*Fulawa:* Eram menores. Cuidei delas até crescerem, e serem *loboladas*.
*Manghezi:* Já cresceram e foram!
*Fulawa:* Foram, foram *loboladas*; têm filhos onde se encontram.
*Manghezi:* Quando se encontrou com o Pedro trabalhava no Joni, ou quê?
*Fulawa:* Só foi uma vez.
*Manghezi:* Onde é que trabalhou no Joni ó Pedro? Trabalhava na mina ou quê?
*Pedro:* Trabalhava na mina.
*Manghezi:* Ainda te lembras onde é que se localizava essa mina?
*Pedro:* O *compound*?

*Manghezi:* Sim!
*Pedro:* No Chongozito.
*Manghezi:* No Chongozito? Não conheces o nome em inglês?
*Ngoveni:* É no Witbank.
*Pedro:* É no Malahla.
*Manghezi:* É no Malahla, aha! É no Witbank! Só trabalhaste um ano lá?
*Pedro:* Fui muitas vezes.
*Manghezi:* Quantas vezes foste?
*Pedro:* Fui cinco contratos.
*Manghezi:* Estas vezes todas trabalhaste no Witbank?
*Pedro:* Mudei. Outra vez trabalhei em Johannesburg.
*Manghezi:* E depois disso vieste ficar aqui!
*Pedro:* É cansaço de trabalho, não é só ficar!
*Manghezi:* Sim! É cansaço!
*Pedro:* É cansaço!
*Manghezi:* Esta casa bonita construiste com o dinheiro do Joni? [uma casa redonda, de blocos, com paredes pintadas a tinta e coberta de capim].
*Pedro:* É das crianças esta.
*Manghezi:* É das crianças?
*Pedro:* Sim!
*Manghezi:* Quais foram as crianças que construíram esta casa?
*Pedro:* É a mais nova, que foi *lobolada* ... e ....
*Manghezi:* De sexo feminino?
*Pedro:* Feminino. Que foi lobolada, e com esse dinheiro fiz esta casa.
*Manghezi:* Aha! Quer dizer, quando a tua filha foi *lobolada*, tu levaste o dinheiro para construires esta casa! Quanto é que gastaste pela construção da casa?
*Pedro:* Gastei 750$00 (setecentos e cinquenta escudos).
*Manghezi:* É bonita!
*Pedro:* Cinquenta escudos (50$00) pela escada.
*Manghezi:* Está certo. E o vosso trabalho aqui é só fazer machamba?
*Pedro:* Cultivamos!
*Manghezi:* Agora que a terra não produz quase nada, como é que vivem?
*Fulawa:* É só sofrer, senhor! Não temos o que fazer, só ficamos! Talvez os nossos filhos—um dá coco; o outro dá 5$00 para comprar coco em Homoíne—sofremos.
*Manghezi:* Está certo! O que é que havemos de fazer? É só pobreza! Agradecemos a vossa conversa. Se fôr possível voltaremos a aparecer quando chegarem aqueles camaradas para tirarem as fotos.
*Manghezi:* Conheces uma outra canção além daquela que entoaste naquele dia?
*Fulawa:* Foram duas.
*Manghezi:* Foram duas que entoaste?

*Fulawa:* Sim!
*Manghezi:* Podes cantar outras?
*Fulawa:* Não conheço outras. Se me recordar de algumas hei-de cantar no outro dia! Hoje não tenho.
*Manghezi:* Hoje não há! Está bem. Fica areflectir, caso se recordar hei-de vir escutar.
*Fulawa:* Se não houver, prontos!
*Manghezi:* Está certo, havemos de ver! Obrigado, fiquem bem!
*Fulawa:* Está certo, passe bem! Até a próxima vez que vier nos visitar.
*Manghezi:* Está certo!

# IV. QUATRO ESTUDOS DE CASO

## PEMBE (HOMOÍNE)

A área de Pembe é considerada uma área de grande migração. Situada na margem da zona litoral, o seu solo é pobre e a pluviosidade irregular. A brigada que trabalhou em Pembe tentou avaliar a extensão de migração. No entanto, não há dados precisos e completos, pelo que foi necessário juntar informações recolhidas a partir de várias fontes. Assim, os resultados só dão uma ideia aproximada da quantidade e importância de trabalho migratório na área.

A brigada efectuou 22 questionários a mineiros. Todos os mineiros entrevistados tinham pais que haviam trabalhado nas minas. Destes, dez tinham mais de 55 anos e três mais de 75, incluindo um que estava a cumprir o seu terceiro contrato no princípio da 1ª Guerra Mundial e cujo pai tinha trabalhado nas minas de diamantes da África do Sul.

A brigada conseguiu obter da Wenela números incompletos sobre o recrutamento referente ao período 1954-60, e da Administração de Homoíne estatísticas populacionais incompletas para o período 1960-1975. Desta forma, fez-se uma estimativa da percentagem de migração entre 1958 e 1960 utilizando estatísticas populacionais de 1960 ou outras interpoladas até 1960. Os números do recrutamento para as minas incluem homens inscritos na estação central de recrutamento, e também em cinco das doze sub-estações. Cerca de 25% do recrutamento de trabalhadores provém das outras sete sub-estações. Os números de trabalhadores recrutados no período 1958-1960 foram os seguintes, segundo os nossos cálculos: 1958—800; 1959—800; e 1960—600.

A população de Pembe em 1960 oscilava entre 10.000 e 12.000 e incluía entre 2.500 e 3.000 homens com mais de 18 anos. A percentagem migratória desta população masculina pode assim ser calculada em: 1958—27 a 32%; 1959—27 a 32%; 1960—20 a 24%

Estes números devem ser encarados como mínimos, uma vez que alguns homens deveriam certamente ter ido para Homoíne a fim de serem

recrutados e isso não seria registado nas estatísticas de Pembe. Comparado com o número de migração de Homoíne como um todo, que era de 14% em 1960, conclui-se que Pembe era uma das áreas de Homoíne com uma das percentagens mais altas de exportação de trabalho.

Os números para 1975 não são rigorosos, mas incluem os números da população presente e também os de chefes de família ausentes na África do Sul na altura da elaboração do censo. Uma vez que só os chefes de família estavam registados como ausentes, os números referentes à migração pecam por defeito. No entanto, ajudam-nos a ter uma ideia da intensidade do trabalho migratório nas células do círculo. Os números constam do quadro 25.

As células foram classificadas como pobres, médias e ricas de acordo com a qualidade do solo e condições para a agricultura. Ressalta que as células mais ricas fornecem, em média, mais trabalho migratório: células ricas—15,9%; células médias—12,7%; e células pobres—11,7%.

Mas há variações dentro destes grupos de células. Nas células pobres, por exemplo no caso de Sefane, há uma percentagem de ausência de homens, tão alta como a média nas células com números mais elevados.

A partir de sondagens irregulares efectuadas em reuniões políticas obtivemos mais informações. Nas três células de Como, Zecanhe e Sefane, a média de contratos nas minas era de 6.02, e o tempo médio de estadia de cada contrato era de 17 meses, totalizando 102 meses de trabalho nas minas, ou oito anos e meio. Na célula de Zacanhe, o número médio de contratos era menor, mas o tempo médio de estadia era maior, dado um total de tempo de trabalho nas minas quase igual aos das outras células, uma das quais considerada muito pobre e duas outras consideradas mais ricas.

Deduz-se, assim, que células mais pobres em Pembe têm uma menor incidência de migração para as minas. Para verificar se isto significa que famílias pobres cumprem menos contratos nas minas foi feito um cálculo do número de contratos cumpridos por camponeses pobres e médios. Os resultados constam do Quadro 26.

Os cálculos apresentados no Quadro 26 mostram uma tendência nítida por parte dos camponeses mais pobres não só para cumprirem mais contratos nas minas, mas também contratos mais prolongados (as médias deste quadro são mais altas do que as que já foram dadas porque foram excluídos todos os homens fisicamente incapazes para o trabalho assalariado).

Fora-nos dito que no círculo e na Província havia duas espécies de mineiro. O primeiro é o camponês-mineiro que cumpre alguns contratos, compra os seus bens domésticos e instrumentos agrícolas e não regressa às minas excepto em caso de crise. O segundo era o homem que ia para as minas muitas vezes durante a sua vida. Já mostramos relativamente às células de Pembe que os camponeses pobres têm, em média, mais contratos e passam mais tempo nas minas do que os camponeses médios. Podemos também demonstrar que numa de cada três dessas células (ou seja, as mais pobres) poucos homens regressam das minas antes da idade de 35 anos. Em Sefane, só um terço dos homens regressa do seu último contrato antes desta idade, em comparação com cerca de metade nas células mais ricas de Como e Zacanhe, mesmo quando esses números são corrigidos à luz do facto de que os que não beneficiam de bónus não podem presentemente regressar mesmo se o desejarem.[1]

O quadro 27 mostra a percentagem do tempo passado na África do Sul entre o primeiro e o último contrato e mostra também que quando o número de contratos aumenta, o tempo passado no lar diminui. A grande maioria daqueles que cumprem sete ou mais contratos passa mais de metade da sua vida de trabalho na África do Sul.

Foi feita uma estimativa do número de homens ausentes à data da investigação da Brigada. Efectuou-se este trabalho perguntando às mulheres presentes nas reuniões de massas se os seus maridos estavam ausentes nas minas. Ao todo 42 das 320 mulheres disseram que os seus maridos estavam, então, na África do Sul. Desta forma, 13% dos chefes de família estavam ausentes na altura. Este total não inclui, claro está, todos os mineiros ausentes, na medida em que alguns mineiros não são casados. Nos nossos inquéritos na Wenela a percentagem de mineiros não casados era apenas de 8,9%. Tomando este número em consideração isso significaria que 46 homens de mais de 18 anos estavam ausentes das suas casas em Pembe. É um número considerável, que mostra a dependência dos lares camponeses de Pembe do trabalho nas minas, em especial numa altura de oportunidades reduzidas para o trabalho nas minas.

---

[1] Percentagem de mineiros regressados dos seus últimos contratos antes dos 35 anos:

| | Como | Zacanhe | Sefane |
|---|---|---|---|
| Todos os questionários | 71 | 47 | 33 |
| Homens regressados antes de 1973, ou seja, homens que quase de certeza não teriam regressado às minas mesmo se pudessem. | 47 | 50 | 36 |

A Brigada contactou, num período de um mês, cerca de 500 homens e ao todo encontrou menos de 30 que nunca haviam trabalhado nas minas. Há três grupos de homens que nunca estiveram nas minas. O primeiro compreende os professores primários, o único grupo na área com um vencimento regular e relativamente substancial. Apenas um em oito destes últimos nunca tinha feito trabalho nas minas. Há, em segundo lugar, um pequeno grupo de trabalhadores por conta própria, proprietários de pequenas lojas, carpinteiros e construtores que nunca foram às minas. Não estão aqui incluídos todos os trabalhadores mas apenas aqueles com emprego seguro na área. Entre os assalariados, dois homens nunca haviam cumprido contratos nas minas porque tinham encontrado emprego na Beira e Maputo. Todos estes homens tinham alternativas económicas claras e seguras ao trabalho migratório na África do Sul.

O terceiro grupo, no entanto, não tinha tais alternativas. Trata-se de homens com defeitos físicos. A Brigada encontrou oito em Pembe, cada um dos quais com defeitos tão graves que teriam ficado inaptos sob o ponto de vista médico para o trabalho nas minas, eram cegos ou homens que haviam perdido uma perna, e constituiam parte do estrato social mais pobre.

A seguir apresentamos um quadro sistemático das experiências de trabalho fora das minas para todos os chefes de família entrevistados em três células. Em 61 fogos, 27 chefes de família tinham experiência de trabalho assalariado em Moçambique ou no estrangeiro. A variedade de tal trabalho é grande e inclui trabalho agrícola (muitas vezes trabalho forçado ou *chibalo*), trabalho nos caminhos de ferro, na indústria de construção, em fábricas em hospitais e no exército português durante o período colonial. Embora a escala deste trabalho migratório—porque uma vez mais os homens tinham de migrar para obter e manter aqueles empregos—não se aproxime da do trabalho nas minas, permite que alguns homens que não podem ir para as minas por razões de saúde ou outras, ganhem dinheiro. Calculando esta quantidade de trabalho assalariado, aumenta-se também o tempo médio de vida gasto em trabalho assalariado para 11,2 anos para todos os homens fisicamente aptos para trabalhar. Desta forma, em termos de tempo de trabalho, o outro trabalho migratório absorve cerca de 10% da proporção dos homens que trabalham fora da economia rural, embora os números do censo de 1975 apresentem a cifra de 14% para todas as quatro células.

| Experiência de trabalho assalariado (nº de anos) For a das minas sul-africanas dos chefes de família entrevistados nas células do Zacanhe, Vavate e Sefane (Pembe) | |
|---|---|
| Zacanhe | ❑ Trabalhador construção civil, Cabora Bassa (1)<br>❑ Alfaiate, Pembe (4)<br>❑ Pescador, Maputo (1)<br>❑ Servente, hospital, Beira (1)<br>❑ Chibalo (1 vez)<br>❑ Chibalo (1 vez)<br>❑ Chibalo (1 vez) |
| Vavate | ❑ Chibalo (5 vezes)<br>❑ Serração (1 vez)<br>❑ Lavador de roupa, Homoíne (5)<br>❑ Tropa (2 anos + 5 vezes)<br>❑ Chibalo (4 vezes)<br>❑ Fábrica Beira (1 vez)<br>❑ Chibalo (1 vez)<br>❑ Alfaiate, Pembe(11) |
| Sefane | ❑ Chibalo (2, 9, 8, 2, 1, 1, 1, 1, 1, vezes cada pessoa)<br>❑ Apanha cocos (2 vezes)<br>❑ Tropa (3)<br>❑ Plantação de açucar, África do Sul (8) |

Houve um aspecto que ficou bastante claro a partir das entrevistas efectuadas em Pembe. Os salários dos mineiros, antes dos anos 70, não eram, só por si, suficientes para permitir a compra de bens de consumo caros (como máquinas de costura), para pagar a construção de casas de tijolos e cimento, ou para financiar o início de um processo de acumulação através da aquisição de pequenas lojas ou do negócio de transportes. Só uma boa produção agrícola com excedentes para venda, actividades comerciais ou artesanais, ou direitos e privilégios adquiridos através do sistema político tradicional poderiam possibilitar a compra desses bens.

O inquérito aos agregados familiares rurais demonstra a importância dos proventos do trabalho nas minas para a compra de bens. A maioria das famílias depende do dinheiro das minas para a compra de bens necessários (camas, outras peças de mobiliário, panelas) e para a aquisição de meios de produção agrícola (charruas, gado, moinhos). Os camponeses médios não dependem somente dos proventos das minas, uma vez que têm outras fontes como a produção agrícola, a actividade de carpintaria, o transporte, serviços como por exemplo tratamentos ervanários. Embora no começo da vida da família o dinheiro proveniente do trabalho nas minas seja bastante importante, só em cinco casos (de um total de 29) verificamos a existência de

receitas, provenientes do trabalho migratório, de grande importância na economia dos camponeses médios, no passado recente.

Os camponeses pobres estão muito mais dependentes do trabalho migratório. De 29 famílias pobres, cujos chefes podiam trabalhar nas minas, as receitas aí obtidas eram a única fonte de dinheiro em 10 casos e a mais importante em 13 outros casos.

Os indivíduos das famílias pobres que podem trabalhar na África do Sul, efectuam mais contratos e contratos com maior duração, mas com o seu dinheiro compram menos bens, particularmente meios de produção agrícola e artesanal. Nas nossas entrevistas encontrámos homens com 30, 26, 20, 18, 16 e 15 contratos, o que representa uma vida passada basicamente no trabalho das minas tendo, no entanto, a família permanecido pobre. Os mais pobres do grupo são os velhos e os que apresentam difeitos físicos. Um dos homens velhos cumpriu 9 contratos e fez trabalho forçado oito vezes. O trabalho nas minas era 'somente por causa da fome da família'.

Agora, no fim da sua vida, é obrigado a fazer cestos para dar aos vizinhos para que lhe tragam água, pois já não consegue carregar. Alguns destes homens velhos (e mulheres) possuiam charruas no passado, mas foram obrigados a vendê-las devido à falta de dinheiro. Uma maioria afirmou que o dinheiro das minas ajudava a elevar um pouco o nível de vida, mas certamente não o suficiente para os sustentar durante a velhice. Outros nunca puderam trabalhar porque eram cegos, tinham as pernas amputadas ou outros defeitos físicos. A maioria das viúvas disseram o mesmo, que os seus maridos tinham cumprido um considerável número de contratos mas só tinham tido o suficiente durante pequenos períodos. Resumindo, os mais pobres são pobres porque não puderam ir para as minas.

## MAIMELA

Terá o trabalho migratório fomentado ou, pelo contrário, impedido o desenvolvimento da agricultura camponesa? Estará a economia camponesa estruturada de tal maneira que o trabalho nas minas constitua uma necessidade para a maior parte da população masculina? Foi para encontrarmos respostas a estas questões que fizemos uma análise pormenorizada dos questionários aos agregados familiares de Maimela, uma das células do círculo de Mucambi.

Antes da independência, o círculo era dominado por colonos portugueses, proprietários de latifúndios, possuindo dois deles a maior parte da terra fértil

de Maimela. Os camponeses eram compelidos a trabalhar nas suas plantações por salários mínimos, tendo ainda que pagar tributo ao chefe. Os proprietários de gado também eram obrigados a lavrar as terras dos latifundiários como forma de pagamento do pasto do seu gado. Menciona-se ainda a campanha no sentido de obrigar os camponeses a cultivarem algodão.

Na célula vizinha de Buvane, a pressão tornou-se de tal maneira insustentável que parte da população fugiu da área, tendo os homens que ficaram passado a emigrar periodicamente para as minas da África do Sul, evitando assim executar um trabalho agrícola mal pago. Em Maimela a situação era semelhante, embora as querelas entre os herdeiros do colono Rocha anteriormente a 1950, e o facto de este possuir aqui uma pequena quantidade de terra tivesse aliviado a pressão, pelo menos até ao ponto de permitir a permanência dos camponeses. Mesmo assim o trabalho nas minas tornou-se a principal actividade dos homens desta célula.

Em discussões de grupo nesta área, a opinião expressa por alguns dos presentes foi que o trabalho nas minas não fora por eles desejado, tendo constituido principalmente uma maneira de evitar o trabalho forçado; quanto aos que tinham partido para as minas, não herdaram muito, particularmente porque os incitavam a gastar a maior parte dos seus salários em bebidas. Por outro lado, a maioria dos homens da área continuou a ir para as minas, mesmo depois de abolido oficialmente o trabalho forçado em 1962 e até após a independência. Muitos dos que não migraram no último ano sentem-se desempregados, em vez de considerarem como uma boa oportunidade a possibilidade de se estabelecerem na sua terra. Se por um lado foi afirmado que o trabalho migratório constituiu uma reacção à pressão colonial, é contudo evidente que muitos o consideram uma necessidade. Só uma análise pormenorizada da economia camponesa local pode indicar-nos os 'porquês' dessa necessidade.

Maimela foi escolhida pela brigada de Cambine por ser considerada a área mais pobre do círculo, do ponto de vista agrícola. Metade da terra é arenosa e pouco fértil, só existindo um pequeno vale de terra excelente, irrigada por um pequeno rio. A agravar a situação, um insecto (*mfekifeki*) infestou a área arenosa a partir de 1963, destruindo milho, amendoim e feijão. Os dois últimos anos foram de seca e, portanto, particularmente difíceis.

Em Maimela toda a terra tem dono, embora por vezes não está a ser utilizada. Deste modo um camponês que se queira estabelecer, tem primeiro que assegurar para si terra suficiente. O problema da infestação pelos *mfekifeki* levou alguns agricultores a procurarem terra fora da célula, em

áreas não infestadas, tendo mais de metade conseguido obter machambas fora de Maimela.

A maior riqueza dos agricultores de Maimela são as culturas permanentes, especialmente cajueiros e coqueiros que não são atacados pelos *mfekifeki* destruidores das culturas anuais e são mais resistentes à seca. Um agricultor, para ter uma receita segura, precisa de bom número destas árvores— normalmente mais de cem coqueiros e pelo menos igual número de cajueiros. O gado parece não desempenhar papel predominante na agricultura de Maimela, talvez por a terra ser suficiente para fornecer pasto a muitos animais. A minoria que possui gado utiliza-o sobretudo para lavrar. Das vinte e quatro pessoas entrevistadas em Maimela, sete possuem charruas. Uma vez que a amostra não é representativa, é difícil dizer quantos camponeses possuem de facto charruas, crendo-se que sejam uma minoria. No entanto, quase todos os camponeses utilizam charruas para preparar a terra.

Um homem que queira casar tem de pagar lobolo. A maioria dos jovens deve obter esse dinheiro por si e a maneira de o conseguir é ir para as minas. Em resposta à presente política partidária contra o lobolo, mudou de nome passando a chamar-se 'gratificação', mas os pagamentos continuam a efectuar-se.

Os jovens recém-casados permanecem algum tempo com os pais, mas como nenhum agregado familiar inclui filhos de mais de vinte e quatro anos, parece que por essa idade já a maioria dos jovens leva uma existência económica independente. Os camponeses mais velhos obtiveram as suas primeiras parcelas de terra de duas formas: ou os pais decidirem dar-lhes parte da terra, ou lhes foi atribuido um lote pelo chefe. Hoje em dia a maioria dos camponeses mais novos, necessitando de mais terra do que a que lhes foi dada pelos pais, pede-a a amigos ou familiares para a cultivar temporária ou permanentemente. Alguns obtiveram terra por intermédio do Grupo Dinamizador aquando da redistribuição das terras dos colonos.

Muito raramente se compra terra e, quando tal acontece, são as culturas permanentes e não a própria terra que são objecto de venda. Foi referido o caso de cinco pessoas que adquiriram terra (com culturas permanentes) por compra. Os camponeses que possuem terras particularmente muito vastas, normalmente herdaram-nas. A herança é mais frequente entre os velhos do que entre os novos. A maioria dos camponeses com mais de cinquenta anos afirma que herderam a maior parte da terra, enquanto os mais novos obtiveram a maior parte da sua terra por oferta. Estas dádivas não são de terra muito fértil, mesmo quando o tamanho é suficiente. Os oito

camponeses do Maimela (do total de vinte e quatro entrevistados) que não se referiram à seca e aos insectos como grandes problemas tinham todos idades superiores a quarenta anos. Por outro lado, os cinco camponeses com idade inferior a quarenta anos tiveram todos eles problemas com a terra por ser seca e infestada de insectos.

Embora não exista uma relação directa entre o trabalho migratório e a posse da terra—uma vez que as pessoas não compram terra—há no entanto ligações indirectas. Em primeiro lugar, a generosidade dos que têm mais terra pode estar relacionada com o facto de que emigram e deixam portanto de cultivar a terra que lhes pertence. Se todos regressassem, a pressão sobre a terra aumentaria. Em segundo lugar, há o facto de os jovens esperarem obter a melhor terra por herança e, portanto, acharem vantajoso ocupar-se em trabalho assalariado até herdarem terra desejável.

A partir da Independência o Grupo Dinamizador distribuiu a terra que pertencia ao Rocha. Os dois descendentes deste ficaram com terra muito boa, de 23 ha. e mais de 10 ha. respectivamente. A terra redistribuida parece ter sido concedida de modo bastante arbitrário. Das seis pessoas mais pobres entrevistadas só uma tinha recebido terra do Grupo Dinamizador. Das seis pessoas mais ricas da aldeia uma tinha recebido uma parcela, segundo se disse, porque os lotes eram atribuidos em conformidade com o número de mulheres. Das outras seis pessoas que afirmaram ter recebido terra do Grupo Dinamizador, uma detém o nono lugar entre as mais ricas da nossa amostra, outra o décimo-primeiro, situando-se as restantes quatro entre o décimo-quarto e o décimo-sétimo. Camponeses jovens foram atendidos com mais frequência do que os velhos, desde que estivessem presentes na área na altura da distribuição. Duas pessoas queixaram-se de terem sido esquecidas porque estavam a trabalhar fora no momento decisivo. Uma delas conseguiu mais tarde obter uma grande parcela fora da célula, por intermédio de outro Grupo Dinamizador. As pessoas que em tempos tinham alugado terra ao Rocha foram autorizadas a conservá-la, medida que teve o efeito de favorecer os camponeses mais 'importantes'. De um modo geral o Grupo Dinamizador não é considerado instituição eficiente para efeitos de redistribuição da terra. A maior parte das pessoas, quando se lhes perguntava qual a maneira de obter mais terra respondia que o melhor era pedir a quem tivesse demais e podesse dispensá-la. Alguns acrescentaram que era necessário a aprovação do Grupo Dinamizador depois de se ter chegado a acordo com o proprietário sobre a transferência da terra. Muito poucas pessoas disseram que se podia obter terra dirigindo-se unicamente ao Grupo Dinamizador.

Um camponês pode arranjar culturas permanentes quer comprando um pedaço de terra com árvores, quer herdando-as ou plantando-as ele próprio. Com a compra é ainda rara e os lotes comprados parecem ser bastante pequenos, a herança e o plantio são os dois principais métodos para adquirir plantações de árvores. Estas plantações levam tempo a fazer-se. Os coqueiros levam sete anos a crescer e nos três primeiros anos as sementes são muito sensíveis ao tempo e as árvores têm de ser replantadas várias vezes. Pode portanto demorar cerca de dez anos até que o camponês comece a obter lucros do seu pedaço de terra. Os cajueiros levam cerca de cinco anos a crescer e também são muito frágeis nos primeiros anos. Por tudo isto, é visível a relação entre a idade do camponês e a extensão da sua plantação de culturas permanentes. Dos cinco camponeses da nossa amostra com menos de quarenta anos nenhum tinha mais de setenta coqueiros e oitenta cajueiros, muitos dos quais ainda pequenos. Um sexto homem que disse ter só trinta e três anos e que tinha mais de cento e sessenta árvores de cada tipo, é de facto mais velho uma vez que começou a trabalhar há cerca de vinte e dois anos. A sua verdadeira idade deve pois andar à volta dos quarenta anos. Dos dezanove camponeses com mais de quarenta anos só quatro disseram ter menos de cem coqueiros e só um menos de cem cajueiros. Quatro pessoas não indicaram nenhum quantitativo.

A relação com o trabalho migratório é, mais uma vez, indirecta. Uma pessoa não é obrigada a ir para as minas para adquirir um pedaço de terra com culturas permanentes, mas leva tempo a adquiri-lo; e deve ser difícil para os jovens viverem sem a receita regular que as culturas permanentes fornecem, preferindo entretanto tentar ganhar dinheiro nas minas.

Sete camponeses, no total da amostra, possuem charruas. Dois deles parecem ter comprado as charruas com dinheiro ganho nas minas e um na agricultura. Quanto aos outros não temos informação sobre o modo como as obtiveram. Os que não têm charrua quase sempre usam as dos outros. Alguns pedem emprestado uma charrua a membros da família, livre de encargos. Outros praticam um sistema de ajuda mútua com os proprietários de charruas: quem tem charrua e uma ou várias famílias que a não têm trabalham em conjunto os campos pertencentes aos componentes do grupo. Nalguns casos, tal divisão beneficia igualmente todos os participantes e podemos dizer que isto é particularmente verdade quando um contribui com os bois e outro com a charrua. Há também verdadeira partilha quando as mulheres dos mineiros ausentes se juntam para se ajudarem mutuamente nos trabalhos pesados. Noutros casos, a pretensa ajuda mútua constitui uma forma camuflada de exploração, como quando a machamba do proprietário da charrua é maior do que as dos outros participantes ou quando é lavrada em altura mais apropriada do que as outras. Dos que, na amostra, usaram

gratuitamente a charrua, um era o segundo homem mais rico dos entrevistados e quatro encontravam-se entre os mais pobres. A maioria dos que não possuem charruas alugou-as efectuando um pagamento. Estão incluidos em proporção mais ou menos igual, camponeses ricos, médios e pobres.

A prática do aluguer das charruas pode estar associada ao trabalho migratório de duas formas:

- os salários ganhos nas minas podem possibilitar aos camponeses pobres alugar charruas;
- a ausência do marido pode requerer, mesmo em famílias com pouca terra, que se alugue uma charrua de forma a ter a terra preparada na devida altura. Pelo menos houve um homem que afirmou que a sua mulher tinha alugado uma charrua enquanto ele esteve fora, mas desde o seu regresso não usava charrua.

As considerações feitas acima sugerem que os mais jovens têm geralmente mais necessidade de receber dinheiro fora de Maimela do que os mais velhos. Por falta de um exacto censo da população da área esta afirmação não pode ser verificada. A maioria dos que estão incluídos na amostra são pessoas que só deixaram de ir para as minas em 1976, altura em que não lhes foi possível lá voltar. Dos cinco chefes de família incluídos na amostra com menos de quarenta anos de idade, dois trabalharam até 1976, dois até 1977 e só um continua ainda a trabalhar fora. Dos cinco chefes de família entre os quarenta e os cinquenta anos, dois tiveram o seu último contrato em 1976, um em 1977, um encontra-se ainda a trabalhar e o outro deixou o serviço em 1962. Dos onze chefes de família com idade entre os cinquenta e os sessenta anos, dois eram viúvos, três tinham realizado o último contrato em 1976, um em 1977 e cinco deixaram de trabalhar nas minas antes de 1976. Os três chefes de família com mais de sessenta anos já se retiraram todos, um em 1950, outro em 1959 e outro em 1961. Se este padrão indica de algum modo tendências gerais, podemos concluir que os homens não começam a deixar o trabalho assalariado, caso este exista, antes dos cinquenta anos.

Das nove pessoas que desde 1974 não se ocupam em trabalho assalariado, duas foram consideradas camponeses ricos. Ambos deixaram de recorrer ao trabalho assalariado há muito tempo. Um deles, herdeiro do colono, nunca foi para as minas mas trabalhou como carpinteiro e estabeleceu-se logo que herdou 43 ha de terra. O outro também herdou um bom bocado de terra há bastante tempo e só foi para as minas durante um pequeno período, provavelmente para evitar o trabalho forçado. Nenhum deles tinha

verdadeira necessidade de salários. Quatro dos camponeses que deixaram de trabalhar nas minas foram classificados como bastante prósperos e ocupam o sétimo, oitavo, nono e décimo lugares na classificação económica da amostra. Destes um fez trabalho assalariado apenas durante um período de tempo muito curto por lhe ser possível ganhar mais como curandeiro. A razão porque os outros três deixaram de ir trabalhar nas minas é bastante menos clara. Só um deles constituiu o caso clássico do homem que usou os salários ganhos nas minas para constituir uma empresa bem montada, adquirindo primeiro terra, depois charrua e novamente mais terra. Os restantes parecem ter adquirido a sua riqueza mais por um misto de heranças e esforço próprio bem sucedido. Três dos camponeses que se retiraram são pobres ou muito pobres. Deixaram de trabalhar involuntariamente: um por ter uma perna aleijada, o outro porque 'sofre do peito', tendo o terceiro deixado a África do Sul à pressa e com más recordações que não quis referir em pormenor.

O que se pode concluir é que alguns dos camponeses mais velhos deixaram o trabalho assalariado porque tinham alcançado o seu objectivo enquanto outros o deixaram porque não necessitavam verdadeiramente dos salários, ou porque (mais frequentemente) já não eram fisicamente capazes de prosseguir. Os que ainda anseiam por continuar o trabalho assalariado pertencem a grupos diferentes. Notamos, em primeiro lugar, alguns camponeses ricos com empregos muito bem pagos como os dois camponeses ricos da nossa amostra que trabalharam como *boss boy* e *bus driver*. Estes camponeses não 'necessitam' de um emprego assalariado mas continuam com o trabalho assalariado e vão constituindo a sua machamba até de sentirem dispostos a deixar de trabalhar. Na nossa amostra havia apenas um camponês médio a trabalhar (ou que trabalhou nos últimos dois anos) e era ainda bastante novo. Há em terceiro lugar o grupo dos camponeses, uns novos e outros velhos, que continuam a trabalhar a troco de salários por não terem encontrado outra alternativa.

## HOMOÍNE

O texto que se segue é uma tentativa de explicação da razão pela qual todos os homens adultos, de diferentes estratos do campesinato, são compelidos a cumprir pelo menos quatro ou seis contratos nas minas. Existe uma diferenciação significativa quanto ao número de contratos efectuados nas minas por diferentes estratos do campesinato. Mas o que é comum a quase todos os camponeses é que quando jovens trabalharam nas minas da África do Sul. Parece que devemos procurar a explicação desta situação no processo

de desintegração sofrida pela sociedade tradicional devido à penetração do sistema de economia monetária, em consequência do colonialismo.

No seio da família tradicional os jovens costumavam manter-se, mesmo depois de adultos, na vizinhança da casa do pai e dos tios. Era através do *lobolo* pago pelo casamento das filhas que os familiares asseguravam os meios necessários aos arranjos matrimoniais dos filhos. A penetração colonial foi provocando gradualmente uma nuclearização da família que, a partir dos anos 1940, se reforçou consideravelmente. Os filhos começaram a viver independentemente dos pais e a responsabilidade pela sobrevivência familiar tornou-se muito individualizada.

Há um conjunto de factores que se observou em relação à área de Homoíne e que podem explicar esta evolução:

- a introdução do imposto *per capita* relativamente a cada homem adulto (mais de 18 anos) e mais tarde a introdução do trabalho forçado (também abrangendo adultos masculinos) e das culturas obrigatórias aumentaram gradualmente a responsabilidade de garantir a sobrevivência do agregado que incidia sobre a família nuclear. A necessidade crescente de aquisição de bens de consumo de que as famílias se haviam tornado extremamente dependentes aumentou a necessidade de receitas em dinheiro;
- a apropriação das melhores terras por parte dos colonos provocou uma certa escassez de terra e impediu a persistência do sistema de família alargada;
- o *lobolo* passou a ser pago em dinheiro e devido à dependência cada vez maior das famílias relativamente ao dinheiro, os pais tornaram-se relutantes em manter o valor obtido do *lobolo* das filhas para garantir o casamento dos filhos. A responsabilidade pela instalação da nova família passa a caber principalmente ao jovem adulto em idade de se casar;
- o homem que tem de trabalhar nas minas ou na cidade para pagar o *lobolo* e se estabelecer, diminui as suas obrigações familiares e a experiência de trabalho individual torna-o mais independente da hierarquia familiar. Como um informador nos fez notar: 'os conflitos entre pai e filhos, e entre irmãos surgiram com a migração para o Joni';
- para se estabelecer como agricultor, o homem necessita de se casar. Não se conhecem casos de homens novos solteiros a trabalhar uma *machamba* por sua conta. Ou trabalha na *machamba* do pai se é solteiro ou então—depois de casado—trabalha a sua própria machamba. Como tivemos ocasião de observar na secção sobre a penetração da economia monetária, a divisão de trabalho no sistema familiar tradicional

> estabeleceu-se entre as mulheres, a quem cabia a maior parte do trabalho agrícola, e os homens que se dedicavam primeiro à caça e mais tarde ao trabalho nas minas como forma de obter receitas. Isto talvez explique a suspeita que se verifica relativamente a homens que estejam a viver e a trabalhar sozinhos: 'É um ladrão de mulheres'. O jovem vê-se assim compelido, se quiser organizar família e instalar-se na agricultura, a arranjar o dinheiro necessário para o pagamento do *lobolo*, fora da agricultura—ou seja—nas minas.

Uma vez arranjada e *lobolada* a mulher, os problemas da nova família não estão ainda resolvidos: é extremamente difícil a um casal recentemente estabelecido organizar-se em termos de conseguir os meios para a vida doméstica padrão (aquisição de louças, roupas, mobílias, construção de palhotas muitas vezes com chão cimentado), a partir do trabalho do campo e dentro de um período razoável. Recentemente começou (mais ou menos de há 3 anos para cá) a espalhar-se a construção de casas de alvenaria. Cerca de 20% a 30% das famílias da área têm casas de alvenaria ou estão a construí-las. A casa de alvenaria constitui hoje uma ambição de muitas famílias. A partir de 1975 verificaram-se casos de agricultores que—depois de um intervalo de vários anos—voltaram às minas para conseguir arranjar o dinheiro necessário para a construção de casas. Só se conhecem dois casos, na área, de camponeses que conseguissem construir casa de alvenaria com economias feitas na agricultura. Um deles ganhou o dinheiro no começo dos anos 60 cultivando amendoim. O outro levou 20 anos a construir a casa.

Os casos em que as charruas e o gado bovino não foram comprados com o dinheiro da África do Sul são muito raros. Por outro lado, para se ser um agricultor e poder viver da agricultura em Homoíne, uma das condições parece ser ter gado e charrua. Moinhos, máquinas de costura e ferramentas foram também muitas vezes comprados com o dinheiro das minas. Todos estes meios de produção começam a surgir na área desde os anos 40 e 50 e parecem ser importantes a partir dos anos 60. A geração actual vai ser a primeira que já pode começar a herdar os meios de produção existentes.

Relativamente ao meio de produção terra, só os coqueiros e cajueiros são vendidos e comprados. Depois da independência há casos de compra de cajueiros por homens novos regressados das minas.

Os 27 camponeses de Mau e Muchava classificados como médios, quer dizer como camponeses que talvez possam viver potencialmente da agricultura, adquiriram:

| Bens que possuem | Adquirido com dinheiro da África do Sul | | |
|---|---|---|---|
| | Tudo | Em parte | Pouco ou nada |
| Charruas e/ou bois, com casa de alvenaria ou construída em parte de cimento | 5 | 8 | — |
| Só casa de alvenaria e outros bens duráveis | 3 | — | — |
| Só charrua e/ou gado | — | 4 | 1 (trabalhava na Beira) |
| Outros bens duráveis (móveis, louça, roupa) | 2 | 1 | 2 (artesãos) |
| | 10 | 13 | 3 |

Dos camponeses classificados como 'pobres' (31), com excepção de 4, todos foram à África do Sul e na maioria dos casos o pouco que adquiriram era pago com dinheiro proveniente da África do Sul.

Em resumo podemos dizer que além das diversas razões que conduziam a um sistema económico agrário dependente do trabalho migratório, mecanismos especiais criaram um problema adicional da juventude que deve ser considerado: as contradições que existem num período de transição de um sistema de produção de família alargada a um sistema de produção de família nuclear. A solução consistiria em desenvolver uma política de juventude que permita criar uma alternativa económica dentro da agricultura ao trabalho migratório nas minas (ou à migração para os centros urbanos) que, ao mesmo tempo, evite o regresso a hábitos familiares tradicionais.

## SITILA

A influência notável do trabalho migratório no início da vida dos camponeses que podemos constatar em Pembe, Cambine e Homoíne é ainda mais marcante no caso de Sitila. Dos 25 inquéritos agrícolas efectuados na área, só 6 indicaram uma produção de géneros alimentares sempre suficiente, 17 indicaram uma produção de alimentos satisfatória apenas nos bons anos, quer dizer anos com bastante chuva. Em dois casos a produção agrícola foi considerada sempre insatisfatória.

A baixa produção agrícola nunca é atribuida à falta de terra. Há bastante terreno. Dos 15 agregados familiares onde foi possível estabelecer a área das machambas, 8 têm mais de 5 hectares. As respostas foram unânimes no que se refere ao processo a seguir no caso de falta de terra: desbravar o mato.

***Canção de trabalho***
***MIYELA – Está quieto***
Emereciana Alfredo Mazivi,[2] Khambane, Homoíne, 11.9.1979

| | |
|---|---|
| *Musumi:* Miyela, miyela, miyela | *Líder:* Está quieto! Está quieto! Está quieto! |
| *Vapangalati:* Ho za miyela | *Coro:* Exorto, está quieto! |
| *M:* Miyelo, miyelani n'wananga | *L:* Está quieta, está quieta minha filha |
| *V:* Ho za miyela | *C:* Exorto, está quieto! |
| *M:* Miyela leswi va ku byelaku | *L:* Está quieto por quilo que te vão dizer! |
| *V:* Ho za miyela | *C:* Exorto, está quieto! |
| *M:* Wena u vuyaka hi le Joni | L: Tu que voltas do Joni! |
| *V:* Ho za miyela | *C:* Exorto, está quieto! |
| *M:* Van'wanyana va ndzi byela xibhayi | *L:* Outros chamam-me de prostituta |
| *V:* Ho za miyela | *C:* Exorto, está quieto. |
| *M:* Van'wana va ndzi byela a ndzi tirhi | *L:* Outros vão te dizer que não trabalho. |
| *V:* Ho za miyela | *C:* Exorto, está quieto! |
| *M:* Van'wana va ndzi byela u lovha | *L:* Outros dizem que sou preguiçosa. |
| *V:* Ho za miyela | *C:* Exorto, está quieto! |
| *M:* Van'wanyana va ndzi byela vumphuta | *L:* Outros dizem que sou louca |
| *V:* Ho za miyela | *C:* Exorto, está quieto. |
| *M:* Van'wanyana va ndzi byela a ndzi tivi | *L:* Outros dizem que sou ignorante |
| *V:* Ho za miyela | *C:* Exorto, está quieto! |
| *M:* Wena u vuyaka hi le Joni | *L:* Tu que voltas de Joni. |
| *V:* Ho za miyela | *C:* Exorto, está quieto |
| *M:* He wena dadana ndziwena | *L:* Ó você pai, você! |
| *V:* Ho za miyela | *C:* Exorto, está quieto! |
| *M:* Van'wanyana va ku byela a nga tshami laaka kaya | *L:* Outros dizem que não fico em casa. |
| *V:* Ho za miyela | *C:* Exorto, está quieto! |
| *M:* Van'wanyana va ku byela i bhemba | *L:* Outros vão te dizer que sou louca |
| *V:* Ho za miyela | *C:* Exorto, está quieto! |
| *M:* Miyela, miyelani n'wananga | *L:* Está quieta, está quieta, minha filha |
| *V:* Leswi u vuyaka hi le Joni | *C:* Agora que volta de Joni! |
| *M:* Van'wanyana va ku byela i bhemba | *L:* Outros dizem que sou parva |
| *V:* Ho za miyela | *C:* Exorto, está quieto! |
| *M:* Van'wanyana va ku byela i ximphuta | *L:* Outros dizem que sou malouca |
| *V:* Ho za miyeloo! | *C:* Exorto, está quieto! |

*Manghezi:* Isto quer dizer que entre os residentes de uma área há bisbilhoteiros que contam mentiras ao teu marido, quando volta do Joni?

*Líder:* Eles dizem ao meu marido, que olha: esta tua mulher é preguiçosa, é louca, é ignorante, não fica em casa, é prostituta. Outros podem lhe dizer que ela ignora todas as bisbilhotices, então o meu pai também diz: 'Está quieta minha filha, sei que não é nada daquilo que andam a dizer!'

[2] Ver entrevista, no fim do capítulo.

Um indicador da insuficiência da produção agrícola e da dependência em relação ao salário pode retirar-se da avaliação do nível de custo de vida para uma família rural, de dimensão média, elaborada por um grupo de trabalho em 1973. Enquanto que no caso de Massinga, Inharrime e Homoíne esse nível é estabelecido entre 800$00 e 1.000$00 mensais, o montante para Sitila era elevado em 2.700$00. A maior parte na distribuição desta soma cabia à alimentação (1.500$00).

O problema fundamental de Sitila centra-se na falta de água. Em todas as entrevistas se notou a preocupação relativamente a este problema. Os furos de água que funcionam no período colonial, porque muito profundo, trazem água salgada de pouco préstimo para a agricultura. Mesmo esses furos se encontram actualmente avariados.

A gravidade que se reveste o problema da água surge se tivermos presente que as pessoas da área se têm de deslocar a distâncias superiores a 20km (caso da célula de Ngomani). Isto significa em termos práticos que as mulheres permanecem grande parte da sua vida diária afastadas do agregado familiar a percorrer as distâncias necessárias para acarretar a água. O preço de um tambor de 20 l. de água potável em anos secos chega a atingir, mesmo nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, 100$00, o que dá aos proprietários de viaturas a possibilidade de efectuar um comércio bastante lucrativo. Por outro lado, a falta de água impede a criação de gado. O gado é raro e caro (1975—1 cabeça de gado: 5 contos; 1977—1 cabeça de gado: 7 contos).

Podemos estabelecer um circuito entre a falta de água, o ciclo de produção agrícola e a necessidade de arranjar dinheiro. Os homens vão trabalhar nas minas para compensar a insuficiência da produção agrícola, mas também para assegurar uma melhoria de resultados no sector agrícola, para garantir um produção contínua. Assim o excedente de dinheiro, sempre que existe, é investido em cisternas e poços (um poço pequeno, de 1,5/2m de raio, custa 5 a 7 contos). Dos 25 agregados inquiridos 18 têm cisternas e/ou poços.

Tomando em conta as dificuldades climáticas e as limitações de produção agrícola, compreende-se a importância de que se reveste para os homens a migração para a África do Sul ou outros locais de trabalho como, por exemplo, os Caminhos de Ferro e Cahora Bassa. Compreende-se também que as populações considerem o fluxo para as minas como motivo de progresso e a sua paragem como retrocesso. Eis uma passagem bastante esclarecedora e que nos foi transmitida numa reunião da OMM:

> 'Quando era pequena não sabia para que serviam os embondeiros, mas via a minha mãe e o meu pai a abrirem buracos no topo dos embondeiros. Quando chovia havia muita alegria em casa e os meus pais e irmãos mais velhos saiam para o mato com recipientes e latas para a água. Demoravam-se lá fora muito tempo. Nós ficavamos em casa à espera. Depois, por vezes dias depois, a família regressava com latas cheias de água e durante algum tempo não tinhamos problemas de água porque, como depois descobri, os embondeiros conservavam água durante algum tempo.
>
> 'Quando me casei estava aberto o caminho para a África do Sul e o meu marido foi aí muitas vezes. Com o dinheiro que ele trazia conseguimos arranjar uma cisterna muito grande e nunca mais precisei de ir acarretar água a lugares distantes ou a ter que abrir buracos no embondeiro. Passei a estar mais tempo em casa e a ter água todo o ano. Se proibem os nossos homens de ir as minas, a nossa vida vai andar para trás e teremos de voltar aos tempos dos pais dos nossos pais'.[3]

Nos 25 inquéritos agrícolas efectuados, 21 tinham experiência de trabalho nas minas e 1 tinha emprego em Moçambique, fora da Sitila (Caminhos de Ferro). Em 9 casos há, actualmente, alguém da família—irmãos, filhos—a trabalhar nas minas. Nove dos chefes de família presentes em Sitila tem rendimentos em dinheiro como condutores, pedreiros, carpinteiros, biscateiros de bicicletas, bate chapas e alfaiates.

Isto leva a dimensionar a dependência de Sitila relativamente ao dinheiro das minas. Uma parte do dinheiro dos mineiros foi utilizado para consumo produtivo, quer dizer, para a construção de um poço e cisternas, e para a compra de camiões, carros, casas e móveis. Tudo isto possibilitava (e possibilitará ainda) a criação de uma série de postos de trabalho local como pedreiro, carpinteiros e condutores. Um pedreiro, por exemplo, ganhava na construção de um poço pequeno 1.200$00. O rendimento destas pessoas depende quase exclusivamente da entrada do dinheiro dos mineiros.

Em suma podemos afirmar que Sitila é uma área onde a população masculina está ligada de forma clara ao trabalho assalariado (e ao trabalho com receitas em dinheiro). A sua participação na agricultura é insignificante. O dinheiro vem das minas e neste momento os efeitos da paralisação da saída de trabalhadores ainda se não fizerem sentir em toda a extensão uma vez que diversos agregados familiares estão ainda a trabalhar na África do Sul

[3] Reunião no dia 16 de Julho de 1977, Sitila.

mandando regularmente dinheiro para as famílias. No comércio as compras são efectuadas a dinheiro. Um indicador da integração avançada desta região na economia monetária, mesmo no período colonial, é o preço extraordinariamente elevado do *lobolo*: entre 1 e 2 contos.

Vê-se assim como a diferenciação social em Sitila está relacionada antes de mais com o nível de salários auferidos, sobretudo nas minas. A diferenciação social local era originada pela diferenciação salarial nas minas. Especialmente nos anos 70 começou a fazer-se notar uma diferenciação muito clara entre os agregados familiares cujos chefes ocupavam cargos de *boss boy*, *induna* e os restantes.

No futuro, as possibilidades de Sitila passam pela necessidade de se efectuar um estudo racional das possibilidades agrícolas da zona. Sabe-se, por exemplo, que havia planos coloniais para o aproveitamento de toda a área para a cultura de algodão. Assim no Sul do ex-regulado de Unguane a que pertencia Sitila, existia uma delegação do Instituto de Algodão que, herdeira das instalações da empresa Algodoeira do Sul do Save, aí mantinha um parque de máquinas agrícolas para aluguer aos produtores, apoiava tecnicamente a produção e incentivava a criação de ordenamentos (tipo de povoamento com características de fixação espontânea em que o agricultor comparticipava activamente na sua instalação). No entanto, a interferência das autoridades administrativas locais e dos chefes indígenas na cultura tornou sempre a produção de algodão pouco popular. Hoje a cultura do algodão é inexistente e só uma campanha de esclarecimento correcta poderá levar à alteração da situação. Seria necessário também a criação das condições mínimas de apoio por parte da província: a montagem de uma estrutura de transporte que vá buscar o produto; a distribuição em tempo de sementes; o fornecimento de alfaias.

## DEZASSEIS AGREGADOS FAMILIARES RURAIS

### Agregados familiares de camponeses médios

Ex-mineiro/camponês médio

Agregado familiar: chefe de família com 52 anos de idade, 2 mulheres, um filho adulto, dois filhos a estudar e três crianças de menos de 10 anos.

Timóteo trabalhou como rendeiro/trabalhador até 1974 para o proprietário António Ribeiro. Permitiam-lhe viver nesta terra em troco de trabalho

gratuito, o qual era registado em cartões. Em contrapartida concediam-lhe protecção contra o *Chibalo*. Timóteo era obrigado a pagar um tributo em dinheiro e em espécie após cada colheita. Independentemente das quantidades colhidas, tinha a pagar 40$00 pelo algodão produzido e, pelo uso de uma parcela de terreno de *machongo* de 80 m2 para cultivo de arroz, tinha a dar ao proprietário 2 latas de arroz. Em 1954 foi levado para o *chibalo* por falta de cumprimento das condições de ocupação da terra. Regressou a casa 2 meses depois quando o Cabo interveio a seu favor.

Timóteo trabalhou também como mineiro e teve 5 contratos entre 1944 e 1969. A impressão de Temóteo era que a ida para as minas era contrária aos termos da sua ocupação da terra do latifundiário, mas que este não tomou medidas porque ele tinha pago em dinheiro o uso da terra. Timóteo é de opinião que o sistema de rendeiro-trabalhador era um sistema corrupto.

Com os salários auferidos nas minas, comprou bois, uma charrua e uma máquina de costura. Espera que os lucros da venda das colheitas lhe permitam um dia construir uma casa de alvenaria. A propriedade é de 9,5 ha de terra *nhaca*, na qual cultiva algodão, batata e alhos para venda e milho, feijão, mandioca e amendoim para consumo doméstico. Tem também uma terra de *machongo* onde produz arroz, batata-doce e vegetais. Não parece haver escassez de terra *nhaca*.

Família de um camponês médio/mineiro

Agregado familiar: chefe de família de 42 anos de idade, esposa e três crianças pequenas, uma das quais de uma segunda mulher que o abandonou.

António, de 42 anos, teve 4 contratos nas minas entre 1953 e 1976. Durante este período trabalhou também 5 anos na Maxixe na construção de estradas e 4 anos como alfaiate numa loja de Homoíne. A primeira vez que foi para as minas foi em 1953, com 18 anos. Afirma que nunca foi levado para o *chibalo* por ser futebolista. Durante os 4 contratos nas minas o futebol salvou-o mais uma vez—jogava numa equipa da mina e trabalhava apenas 4 dias por semana: no resto do tempo era dispensado para poder jogar contra os grupos de lugares distantes, tais como Joanesburgo. Trabalhava na mina de ouro de Sheba no Transvaal Oriental para a qual foi recrutado pela ATAS, visto esta mina não estar filiada na Chamber of Mines.

António afirma estar tão interessado no trabalho das minas como no da *machamba* se bem que pense que o trabalho das minas não lhe trouxe verdadeiramente qualquer benefício material; 'Não tenho nada para mostrar

dos anos em que estive nas minas'. Trabalha uma área de terreno bastante extensa: 4 ha. de solo vermelho e 4 ha de *nhaca*. Tinha também um hectare de *machongo* mas afirmou tê-lo perdido durante uma das suas ausências nas minas. António, que é membro de Grupo Dinamizador, propõe-se levar esta questão ao tribunal popular para deliberação e julgamento, estando certo de que a sua terra de *machongo* lhe será devolvida, 'porque todos sabem que ela foi sempre minha'.

Tem 50 cajueiros e cerca de 30 coqueirôs, mas afirma não saber qual a quantidade de castanhas que a sua mulher vendeu na sua ausência durante o último contrato em 1976. Deste contrato trouxe 3.500$00 em dinheiro e 50 contos em Pagamento Diferido.

O *bonus certificate* expirou, devido a problemas familiares: a deserção da segunda mulher que o impediu de regressar às minas dentro do período legal de 8 meses. Se houvesse possibilidade de fazer novo contrato aceitá-la-ia sem sombra de dúvida, disse o António.

Família de camponês médio

Agregado familiar: marido e mulher, ambos com cerca de 60 anos, 2 filhos adolescentes, frequentando a escola, 3 crianças de idade inferior a 10 anos, uma das quais cuida dos animais.

Ausentes: 2 filhos a trabalhar no Maputo, um nos serviços de Veterinária e outro numa plantação de citrinos, a mãe do chefe da família.

Alfeu teve 6 contratos nas minas, sendo o último em 1959. Durante esse período da sua vida trabalhou também uma vez no *chibalo* nos Caminhos de Ferro. Com o salário das minas pagou o *lobolo* e estabeleceu-se então a cultivar 3 *machambas*, pelas quais pagou 10 escudos ao cabo e o tributo anual habitual; nelas cultiva milho, amendoim, batata doce e abóboras. Em 1976 adquiriu mais 2 *machambas*, ambas de *machongo*, uma das quais a duas horas de caminho, atribuída pelo Grupo Dinamizador duma célula vizinha. Possui 10 cajueiros e menos de uma dúzia de coqueiros, além de alguns citrinos. As suas principais vendas são de castanha de caju. Na última colheita vendeu apenas 3 sacos em 3 células diferentes (num total de 870$00) mas em tempos passados, com melhores colheitas, comprou os primeiros bois (em 1962) e uma charrua. Tem agora 2 bois, 5 vacas, 2 burros e 10 galinhas. Tem criado a maior parte do seu gado. A produção agrícola diminuiu nos últimos tempos, devido não só à falta de chuvas mas também ao insecto *mafekifeki*. Ainda tem castanhas para vender, mas não colhe

nenhum excedente do *machongo*. Aluga os seus bois e a charrua, paga sempre os seus impostos e nunca teve falta de alimentação.

Os dois filhos adultos trabalham na Província de Maputo. O mais velho perdeu um olho num acidente e com o dinheiro da indemnização o pai arranjou-lhe o casamento. Este filho trabalha fora há três anos. O mais novo teve um contrato nas minas em 1974, empregando-se depois numa machamba de citrinos na Província de Maputo.

Família de um mineiro camponês médio, ausente

Agregado familiar: mulher e um sobrinho de 10 anos.

Ausente: chefe de família de 58 anos de idade, trabalhando nas minas.

Ernesto de 58 anos, está a trabalhar nas minas, cumprindo o seu 18º contrato. Foi contratado pela primeira vez para trabalhar nas minas em 1920 quando tinha 21 anos. Actualmente é *boss-boy*. A sua mulher é 14 anos mais nova que ele e trabalha a terra durante as suas ausências na África do Sul. Não tem filhos, mas tem a seu cargo um sobrinho de 10 anos que anda na escola.

A família começou a trabalhar esta terra em 1954; anteriormente tinham vivido em terra da Missão. Têm uma boa terra de *machongo* e o suficiente para deixar alguma terra em pousio por períodos de vários anos. Cultivam milho, amendoim e mandioca e produzem o suficiente para comer e o excedente da mandioca e citrino que vendem. Têm 150 coqueiros e 160 cajueiros e na última colheita venderam castanhas de caju no valor de 1.300$00.

Não possuem meios de produção, mas alugam charrua e bois durante várias semanas do ano, tendo da última vez pago 600$00. Quando Ernesto está ausente, os vizinhos ajudam no trabalho de terra. Embora não diga à mulher quanto ganha, Ernesto tem a preocupação de lhe enviar dinheiro. A casa redonda de cimento coberta a colmo onde a família vive foi construida com o dinheiro de contratos anteriores. A casa tem uma divisão para dormir e comer e está mobilada simplesmente com cadeiras, mesa e armário. Durante o presente contrato, Ernesto enviou dinheiro à mulher por duas vezes: 3.000$00 de cada vez. Desta soma ela comprou cimento e contratou um homem para fazer blocos para a nova casa agora em construção. Tencionam comprar gado depois.

O marido enviou 24.000$00 por um amigo que regressou à casa, mas a mulher ainda não recebeu essa quantia. O marido pensa em acabar com o trabalho nas minas, mas tem continuado na esperança de que lhe seja atribuido o Prémio por Serviço Prolongado.

Mineiro de muitos contratos/camponês médio

Agregado familiar: mulher de 41 anos de idade, filho de dez e uma 'futura mulher'.

Alexandre teve 14 contratos na África do Sul, de 16 meses ou mais, na maioria. Deste modo esteve quase permanentemente ausente desde o 1º contrato em 1947. Fez também trabalho forçado no Maputo por 3 vezes, recebendo 100$00 por mês.

Tem 2 casas de cimento e um grande celeiro. Com o dinheiro das minas comprou um rádio, uma máquina de costura e uma relógio. Durante o último contrato enviou para casa 14.000$00 e recebeu 18.000$00 em pagamento diferido. Aprendeu na África do Sul a profissão de alfaiate, mas ainda não começou a dedicar-se ao ofício.

Esta família tem *machambas* em que usa o sistema de rotação de culturas. Este ano tem sido tão mau que não produziram o suficiente para se alimentarem, e dispenderem algum dinheiro na compra de produtos de primeira necessidade. Normalmente venderiam 2 sacos de milho e 20 de amendoim. Possuem 400 cajueiros e 150 coqueiros. Têm também um burro, 5 cabras, 1 porco e 8 galinhas. Pagaram 800$00 no ano passado para terem a sua terra lavrada.

Camponês médio/cantineiro

Agregado familiar: mulher e 7 pessoas dependentes (filhos e primos)

Alemão é cantineiro nesta célula. A loja foi aberta, primeiramente, pelo latifundiário na sua propriedade. Alemão tomou conta dela em 1975. Depois disso foi nacionalizada e ele paga uma renda mensal de 2.000$00. Trabalhou durante 10 anos para o latifundiário no seu negócio na Maxixe, tendo estado, antes disso, 3 anos no exército e outros tantos na policia. Foi o primeiro africano a ser encarregado de um negócio na Maxixe.

Casou em 1966 e adquiriu o terreno que agora circunda a sua casa por um preço fictício (10$00); a terra era nessa altura de fácil obtenção, porque muita gente fugia da região de trabalho obrigatório. Considera a terra insuficiente para as necessidades da família, não obstante ter 200 cajueiros, 150 coqueiros, alguns citrinos, papaieiras, bananeiras e mangueiras. Este ano produziu 10 sacos de milho, 7 de mandioca, 17 de amendoim e alguns outros vegetais. As secas e doenças reduziram a produção que, na sua maior parte, foi reservada ao consumo caseiro. Obteve 2.700$00 de venda de milho e mandioca. Tem também galinhas, 3 cabras, patos e um porco. Possui um carro com o qual sofreu um acidente grave e tem agora a pagar 2.000$00 por mês de indemnização, sem o que o carro lhe seria confiscado.

A esposa e 2 empregados assalariados ajudam-no na loja. Presentemente os lucros das vendas cobrem os salários, a venda e o custo de novas mercadorias. Contudo, recebeu agora uma licença que lhe permitirá vender uma maior variedade de produtos—ovos, açucar, arroz. Só os lucros destes produtos terão cerca de 3.500$00 por mês. Construiu a sua casa de alvenaria de 5 divisões, descontando mensalmente nos seus salários para cimento, madeira e outros materiais. A casa tem, em separado, uma sala de jantar e uma casa de banho, bem como uma barraca para cozinhar e armazenar produtos.

Alemão foi secretário do Grupo Dinamizador da célula. Segundo os membros do Grupo Dinamizador do círculo, realizou um bom trabalho, tendo a mobilização diminuido após a sua saída. É sem dúvida um dos camponeses mais abastados da área. O seu futuro depende da cantina, que a Administração pode vir a converter em cooperativa de consumo.

Artesão/camponês médio

Agregado familiar: 2 mulheres e uma criança de 2 anos de idade.

Hilário teve 8 contratos nas minas mas passou os últimos 25 anos quase sempre fora. O seu primeiro contrato foi em 1951 e completou 8 contratos nos 12 anos seguintes. Depois de regressar da África do Sul, com uma máquina de costura comprada com o salário das minas, começou a trabalhar como alfaiate numa cantina do Distrito de Morrumbene. Aí trabalhou durante 11 anos e só este ano regressou à terra. Está a construir uma casa de alvenaria. Actualmente tem uma casa de cimento, 2 palhotas e 2 celeiros. Comprou material para fazer um tanque de água. O dinheiro da África do Sul foi também utilizado na compra de um rádio, um gira-discos, 2 relógios, um moínho e uma charrua. Esta é alugada por 100$00 de cada vez.

Enquanto esteve na África do Sul mandou 7.000$00, roupa e alimentação para a família. Cobra cerca de 100$00 por cada peça de roupa que confecciona. A família tem um burro, patos e galinhas e 7 porcos que se encontram ao cuidado das mulheres.

Hilário herdou a *machamba* do pai há 20 anos e cultivam-na as duas mulheres. Na última colheita venderam dois sacos de farinha de mandioca por 600$00 e trocaram 3 latas de mafurra por 9 kg de sal. Nos bons anos agrícolas ganhavam 4.500$00 com a venda de amendoim, mas este ano a produção baixa é apenas suficiente para o consumo da casa. Têm tambem 150 cajueiros que produziram 9 latas de castanha, tudo para consumo doméstico, 40 coqueiros foram também usados para alimentar a família. 8 pequenos citrinos ainda não se encontram a produzir.

Família de camponês médio/ex-carpinteiro

Agregado familiar: chefe de família de 72 anos de idade, esposa de 67 e uma filha casada com três filhos pequenos.

Ausentes: uma filha casada que trabalha como enfermeira e está a pagar as despesas com a construção de uma nova casa de alvenaria para os pais.

Ernesto teve 6 contratos na África do Sul entre 1928 e 1936. Com o salário das minas comprou 3 cabeças de gado e ferramentas de carpintaria e depois do último contrato dedicou-se ao trabalho da sua *machamba* e carpintaria. Comprou uma charrua e construiu a sua primeira casa de tijolos com os rendimentos auferidos daquelas duas actividades. Tem 3 ha de terreno, sendo 1 ha de solo vermelho, outro ha arrenoso e o terceiro de *machongo*. Tem 400 cajueiros, 500 coqueiros e 40 tangerineiras.

Em 1974 vendeu 12 sacos de castanhas e 8 de arroz. A colheita de 1976 produziu 11 sacos de algodão e 12 sacos de coco. Colheitas anteriores foram ainda melhores, como por exemplo a de 1964 em que produziu e vendeu 60 sacos de amendoim. Possui uma charrua e utiliza-a para trabalhar nos campos de outras pessoas; tem também 3 bois, 3 vacas, 2 burros, coelhos perus e patos. Os burros são utilizados para tirar água do rio e levá-la até as *machambas*.

Ernesto abandonou o trabalho de carpintaria há alguns anos porque as mãos se lhe tornaram trémulas. Continua a orgulhar-se dos seus sucessos como agricultor e interessa-se grandemente pela agricultura do Distrito. Não

concorda com a maneira como tem sido reorganizado o trabalho em Homoíne. Considera um erro impedir ou desencorajar as pessoas de usar a *matsima* pois vê-a como uma forma de organização de trabalho melhor do que a que está agora a ser introduzida. É de opinião que sem o uso da *matsima* a produção diminuirá substancialmente: isto porque os que 'realmente conhecem algo de agricultura' dependeram sempre da *matsima*. Afirma que estes agricultores têm sido atacados, dizendo-se que foram favorecidos pelos administradores coloniais:

> 'Dizem que somos pessoas de mentalidade colonial que aceitaram metodos de produção capitalistas. Dizem aos outros para rejeitarem os nossos metodos e ideias. Dizem que dantes não se produziu alimentação suficiente porque eram explorados e porque trabalhavam individualmente e que só o trabalho de grupos em *machambas* colectivas assegurará produção alimentar bastante no futuro. Agora trabalhamos em grupos, mas muitas pessoas não aparecem. Proibem-nos de alugar tractores, como alguns faziam dantes, só as aldeias comunais e cooperativas podem alugar tractores'.

É evidente que Ernesto exprime ideias comuns a outros camponeses na mesma posição sócio-económica. Ele gostaria não só de poder alugar um tractor, mas até de o comprar, ainda que mais tarde tenha afirmado que não tinha dinheiro suficiente para essa aquisição. Provavelmente subestimou a extensão das suas propriedades. Mostrou-se nervoso durante a entrevista e perguntou que decisões seriam de esperar do Maputo.

Família de um construtor

Agregado familiar: marido de 26 anos de idade, 2 mulheres, tia de 60 anos e 3 crianças com menos de 10 anos.

A família de Edmundo cultiva 3 machambas, duas recebidas de um tio que pagava anteriormente um tributo anual ao latifundiário e a terceira que fora dantes trabalhada pela velha tia (o pai tinha sido capataz de algodão, mas morreu quando Edmundo era ainda criança). Começaram a trabalhar a terra quando Edmundo voltou da Beira onde trabalhou 4 anos como construtor, tendo então regressado a casa para se dedicar a esta profissão.

Esta é a sua principal fonte de rendimento e durante os primeiros 7 meses de 1977 fez com o seu negócio cerca de 25 contos, embora o custo do material deva ser deduzido deste montante. As ferramentas que utiliza incluem uma colher de pedreiro (colherim), um fio de prumo e um rolo de cordel, que

comprou quando trabalhava na Beira. A produção agrícola familiar é insignificante: poucos sacos de mandioca e amendoim, alguns cocos e produtos de laranjas.

Durante o ano vendeu 4 porcos no valor de 1.400$00. Utilizando o dinheiro do seu trabalho de construção, Edmundo comprou 5 sacos de farinha de milho, 3 latas de arroz e 2 sacos de amendoim. Viajou até Vilanculos especialmente para fazer estas compras por os preços serem ali mais baixos, ainda que o custo do seu transporte e dos seus sacos tenham absorvido grande parte da economia feita. A família vive em várias palhotas cobertas a colmo, mas estão em construção duas casas de alvenaria. Dentro da casa havia apenas uma mesa e bancos.

Edmundo nunca trabalhou nas minas, mas firmaria agora um contrato se tivesse essa possibilidade. A terra não tem produzido o suficiente para comer, e o negócio de construção de casas está em vias de extinção, uma vez que a ida para as minas cabe apenas a alguns.

Agregado de um artesão

Agregado familiar: esposa e 5 crianças.

Eugénio é pedreiro e nunca trabalhou nas minas. Para aprender esta arte foi para Inhambane, tendo pago 3.000$00 da aprendizagem. Praticou durante 7 anos, sem ter recebido qualquer salário e tendo de pagar renda e alimentação com as pequenas quantias que o pai lhe enviava. Depois de ter estado 3 anos em Vilanculos, regressou ao seu local de nascimento, Chokwe, para se casar. Trabalhou um ano a receber 40$00 por dia, decidindo então estabelecer-se por conta própria. Encontra-se em Buvane há 9 anos.

Actualmente trabalha com mais 4 homens como construtor cobrando 2.500$00 por cada casa que faz. Presentemente é difícil encontrar trabalho e nos últimos 4 meses tem estado doente e incapaz de trabalhar. Eugénio tem 3 *machambas* nas quais trabalham ele, sua mulher e os filhos, depois de regressarem da escola. A terceira *machamba* dista 3 km da casa—Eugénio e a esposa levantam-se antes do amanhecer para irem a machamba. Ele cultiva durante algumas horas, dirigindo-se depois para Morrumbene, onde usualmente trabalha. Não tem terra de *machongo* e, por isso, dizem que a terra que possuem não chega para as suas necessidades. A falta de chuvas e os ataques dos insectos diminuiu a produção este ano. Tem 140 cajueiros e 124 coqueiros, assim como algumas árvores de frutas como papaieiras, bananeiras, citrinos e pessegueiros.

Cultiva amendoim, batata-doce, milho e mandioca, mas este ano não houve excedentes destas produções, tendo sido todas consumidas pela família. Tem 4 bois e 1 vaca, um porco e patos, de que vendeu alguns este ano. Tem uma charrua e um moinho, mas não os aluga.

O trabalho de Eugénio como pedreiro dá-lhe cerca de 18 contos por ano e este dinheiro é utilizado para completar a alimentação bem como adquirir sabão, petróleo e açúcar. Devido à doença pediu emprestado 4 contos a fim de comprar géneros necessários para a sobrevivência da família. Terá de restituir pelo menos 2 contos até Dezembro, e está preocupado porque não sabe se terá o dinheiro. Tem uma casa de alvenaria inacabada, duas palhotas cobertas a colmo e uma cozinha. Presentemente Eugénio e a família atravessam um período muito difícil quer devido à doença dele, quer às más colheitas.

**Agregados familiares de camponeses pobres**

Uma jovem família pobre

Agregado familiar: chefe de família, mulher e uma criança de 2 anos.

Armando viveu, até há 2 anos, com os seus pais, altura em que o seu pai lhe deu um pedaço de terra, tendo recebido outro de *machongo* do Grupo Dinamizador durante a distribuição de terra de 1977. Não possui quaisquer meios de produção, a não ser uma enxada e uma catana, mas pediu emprestado ao pai uma charrua para as suas terras. As suas terras e árvores (15 coqueiros e 30 cajueiros) não começaram ainda a produzir. Cultivaram pequenas quantidades de milho, amendoim e mandioca, mas no que respeita ao amendoim há que ter o cuidado de deixar semente para o próximo ano.

Das 7 papaieiras, 6 estão a produzir. A família tem 2 galinhas e 1 porco que compraram ainda pequenos por 300$00 e que é alimentado a papaias, à falta de melhor. Quando teve lugar a entrevista a mulher estava a descascar o arroz à mão.

A alimentação desta família consiste em mandioca, farinha de milho e folhas de abóbora, colhidos nas machambas dos vizinhos, visto já terem esgotado as suas. Quando não há mandioca alimentam-se das folhas da planta. Passam uma refeição por dia, à noite. Nunca têm carne, nem peixe. A mãe da mulher ofereceu há dois meses 2 latas de milho, mas também não dispõem

do suficiente para sustentar os filhos. A família vive numa palhota e tem outra palhota mais pequena para cozinhar, mas não tem nenhum celeiro; de qualquer modo, raramente há comida para armazenar. É uma família pobre e faminta. Não há dinheiro para comprar petróleo para o candeeiro, pelo que se deitam sem luz.

Armando teve 4 contratos nas minas, entre 1965 e 1976 e deseja desesperadamente regressar às minas ou encontrar trabalho que alivie a sua pobreza. No primeiro contrato engajou-se como trabalhador na mina Rand Leases com 17$00 por dia. Os dois contratos seguintes foram na Durban Deep como *pipe boy* e depois como *store boy,* recebendo 22$00 por dia. O último contrato foi em Venterspost em 1975/76. Como *pickanin boss boy* recebia por dia R1.03 e mais tarde R1.52. Depois deste ultimo contrato a empresa mineira recusou-se a dar ao seu grupo cartões de *bónus* porque constava que o Governo moçambicano iria recusar a autorização para a ida de mais mineiros. Durante o último ano Armando tentou obter emprego nas *machambas* de outras pessoas, mas conseguiu apenas receber 50$00 por 2 dias de trabalho. Pediu emprestado 500$00 para comprar sabão, petróleo e sal.

Família pobre de um ex-mineiro doente

Agregado familiar: esposa e 3 crianças pequenas.

Augusto tem 30 anos e está agora incapacitado por doença. O primeiro contrato nas minas foi em 1968. Empregou-se depois nos Caminhos de Ferro em trabalho compelido e economizou 2.500$00. Não conseguiu acabar o seu segundo contrato nas minas devido à doença e recebeu apenas 150$00 de indemnização da administração de Morrumbene. Pensa que o resto do dinheiro tenha sido roubado 'em trânsito'. Em 1976 empregou-se como ajudante de motorista da cantina local. Economizou algum dinheiro que utilizou na compra de cimento. Está a construir uma casa de tijolos, mas uma vez que se encontra desempregado está novamente sem dinheiro. Esta família tem três machambas, incluindo um hectare de *machongo*. Cultivam normalmente milho, mandioca e amendoim. Neste mau ano agrícola somente os dois últimos produziram alguma coisa, mas não há excedente para vender.

Augusto tem também 47 cajueiros e 17 coqueiros assim como alguns citrinos, bananeiras e mangueiras. As árvores são demasiado pequenas para produzir, de modo que a família não conseguiu vender absolutamente nada este ano. O gado que possuíam morreu todo. Pagavam 350$00 pelo aluguer de bois durante uma semana. Esta família depende da ajuda dos parentes

para comprar petróleo, açúcar, sabão e sal. Nas meses maus a família passa fome.

Um casal idoso e pobre/mineiro aposentado

Feniosse herdeu do pai a terra que agora trabalha. Há 5 anos adquiriu um pequeno pedaço de terra de *machongo*. Quando era rapaz trabalhou como pastor do pai e mais tarde empregou-se no latifúndio de Rocha, recebendo 25$00 por mês e fazendo todo o serviço.

Em 1948, teve o seu primeiro contrato nas minas, e depois do segundo contrato foi forçado a trabalhar em Chimoio no departamento florestal da Administração. Trabalho obrigatório significava todos os homens entre os 15 e 65 anos serem arrebanhados à noite e levados para trabalhar em diferentes áreas. Dos mil escudos que ganhou no período de 11 meses, 1/3 foi gasto em impostos. Ao regressar a casa foi forçado a trabalhar 3 dias por semana no latifúndio de Rocha, desta vez recebendo 50$00 por 30 dias de trabalho. Pelo mesmo período as mulheres recebiam 50 cm de tecido. Três meses depois Finiosse ainda não havia recebido os seus salários, pelo que fugiu com destino a África do Sul para ganhar o necessário para os impostos em atraso. Completou mais 7 contratos até 1964, quando fez 52 anos e deixou de trabalhar nas minas.

Novas leis surgidas nesta altura obrigavam a um controlo rígido no cultivo de certos produtos. Isto fez com que Rocha passasse a empregar menos pessoal, a fim de produzir menos mas de melhor qualidade. Finiosse pode então permanecer na área sem ter de trabalhar para Rocha.

A terra que possui é suficiente para as necessidades dele e da mulher nos bons anos agrícolas. Tem entre 200 e 300 cajueiros; os excedentes produzidos (3 sacos na última colheita) são vendidos para adquirir outros géneros alimentares. Também vende bananas, tendo ganho um total de 600$00 na última colheita. Tem alguns coqueiros e citrinos e cultiva milho, amendoim e arroz. Não tem gado, à excepção de um porco, e nenhuns instrumentos ou máquinas além de uma faca e um machado. No ano passado pagou 100$00 para ter a sua terra lavrada. 14 anos de trabalho nas minas não garantiram segurança na velhice a este casal, pois nem árvores, nem terra lhes asseguram rendimento suficiente.

## Velho ex-mineiro, só

Notico tem 80 anos e uma longa história de trabalho nas minas e de trabalho forçado. Teve 9 contratos nas minas, num total de 16 anos. Cumpriu também 9 períodos de trabalho obrigatório nos arredores da Maxixe entre 3 e 6 meses de cada vez. O pagamento era mínimo (60$00). Notico vive numa só palhota. O dinheiro que ganhou na África do Sul usou no pagamento de impostos, *lobolando* 3 mulheres e ainda comprando produtos de primeira necessidade. Não adquiriu nenhuns bens materiais (à excepção de uma enxada) e costumava ganhar qualquer coisa como carpinteiro fazendo caixilhos de janelas. Não tem gado. Possui 3 machambas pequenas perto de casa. Este ano colheu 2 sacos de mandioca e 2 de amendoim, o que é suficiente para subsistir. Vendeu um saco de amendoim por 360$00 e outro de mandioca por 240$00, tendo sido este o seu único rendimento. Em anos bons, espera vender castanhas e maiores quantidades de amendoim e mandioca.

Este ano os seus cajueiros foram atacados por uma doença e colheu apenas 1 saco de castanhas. Tem também 2 coqueiros. As receitas das colheitas são usadas na compra de géneros alimentícios suplementares.

Notico não consegue sobreviver e não tem economias a que possa recorrer. Tem filhos que nunca o ajudaram no que quer que seja, mas estão sempre dispostos a ajudá-lo a consumir os seus produtos nos anos bons. O Grupo Dinamizador foi contactado para ver se os filhos poderiam, de algum modo, ajudar o pai.

## Uma viúva de mineiro

Agregado familiar: mulher e três crianças

Saulina foi casada com um mineiro que morreu na África do Sul em 1974. Recebeu 10.000$00 de indemnização, que já foram totalmente gastos. A família tem 2 *machambas* adquiridas há 4 anos. Tem 13 cajueiros, 13 coqueiros, 11 papaieiras e 3 tangerineiras. As outras árvores ainda não produzem. A colheita deste ano forneceu apenas o suficiente para o consumo da casa e para semente. Tem apenas 3 galinhas e uma enxada. Vivem em 2 palhotas em condições extremamente más. Quando o marido era vivo conseguiam manter-se com o salário das minas e os rendimentos da *machamba* conjuntamente. Agora tem de depender de parentes, especialmente do cunhado, para a ajudar. Desde que o marido morreu a produção da machamba tem diminuído.

Duas mulheres sós

Salemina tem 43 anos e vive com a mãe idosa numa só palhota. Os maridos destas duas mulheres trabalharam na África do Sul; são ambas divorciadas. O pai de Salemina morreu há 2 anos. A mãe tem estado doente ultimamente, o que impediu a filha de ir trabalhar numa grande propriedade na Maxixe. No ano passado Salemina recebeu 300$00 e casa e comida por mês de trabalho; trabalhou ao todo 5 meses. Ela não queria fazer um trabalho tão mal pago, mas foi a única maneira de obter dinheiro suficiente para sobreviver. A grande propriedade pertence a um moçambicano que a dividiu em talhões para serem cultivados por trabalhadores individuais.

Da colheita deste ano, as duas mulheres venderam apenas uma lata de castanha por 45$00. Num ano normal esperariam dos seus 20 cajueiros uma produção 5 vezes maior. Esperariam também produzir, num ano bom, 2 sacos de milho e outros tantos de amendoim. Este ano mal obtiveram o suficiente para as suas subsistências. As 2 pequenas *machambas* foram-lhes dadas há 4 anos por vizinhos e a maior parte do terreno é utilizada em mandioca para a alimentação.

Não tem gado e apenas uma enxada para trabalhar a terra. No ano passado, em Dezembro receberam 1.500$00 pelo trabalho de Salemina, mas foi todo gasto no pagamento de dívidas. Qualquer dinheiro que tenham é para comprar comida, roupa e cobertores.

Costumavam fazer cestos mas agora falta-lhes material. São extremamente pobres, com poucas possibilidades de que a situação mude. Salemina não pode trabalhar enquanto a mãe estiver doente, o que significa que há agora menos comida do que nunca, e não há dinheiro para medicamentos.

*Canção de trabalho*
*NDZI RILA WA MINA NUNA ANGA FELA JONI* – **Choro pelo meu marido que morreu.**
Dora Sathani Gwembe, Khambane, Homoíne, 11.7.1979

| | |
|---|---|
| *Musumi:* Ndza haya lekayo-o Mamani khombo ga mina vavasati kulorhi mihumbu ya mina-a, khombo gakau kala ni nuna dzi ta sala ni mane! | *Líder:* Eu regresso a casa (dos meus pais). Mãe, companheiros, a minha desgraça de não ter marido. Com quem hei-de ficar? |
| *Vapangalati:* Nda haya kayo-o, ndza haya lekayo-o | *Coro:* Eu regresso a casa, regresso a casa. |
| *M* Yowee, mamani na ku kala ni mihloti yaku rila, ndzi rila wa mina nuna anga fela Joni. | *L:* Oh! Minha mãe, não tenho mais lágrimas, para chorar pelo meu marido que morreu no Joni. |
| *V:* Ndza haya kayo-o, ndza haya lekayo-o | *C:* Eu regresso a casa, regresso a casa. |
| *M:* Naku hlaya ni masiku ya vasati kulorhi, a chikileke tolo nuna wa wena. | *L:* Só conto os dias das outras mulheres, chegeou ontem o teu marido |
| *V:* Ndza haya kayo-o, ndza haya lekayo-o. | *C:* Eu regresso a casa, regresso a casa. |
| *M:* Mamano, ndza ku tala ni mihloti ya vusiku gontle ndzi navelaka wena unga vuyeriwa hi nuna mino-o. | *L:* Eu choro toda a noite, com inveja de vocês cujos maridos voltaram. |
| *V:* Ndza haya kayo-o, ndza haya lekayo-o | *C:* Eu regresso a casa, regresso a casa. |
| *M:* Mamane, ndzi rila nuna wa mina waku vuya hi vhilopho, ndzi ta tshama na mina a rhumbini ga mina | *L:* Mãe, eu choro do meu marido que 'voltou pelo envelope', com quem hei-de viver nesta minha ruína? |
| *V:* Ndza haya kayo-o, ndza haya lekayo-o | *C:* Eu regresso a casa, regresso a casa. |
| *M:* Mamane, kasi vasati kulorhi va ghanyile n'wina. Vanga ghanya ku tswala ku beleka mino-o | *L:* Mãe, afinal as outras mulheres são ricas. São ricas: não poder dar filhos, eu... |
| *V:* Ndza haya kayo-o, ndza haya lekayo-o | *C:* Eu regresso a casa, regresso a casa. |
| *M:* Mamano-o, kuna vanhu vaku dhakwa. Ku ghanyile n'wina, legiya ga mina nto fisa .... | *L:* Mãe, há pessoas embriagadas, são ricas, a minha desgraça, hei de morrer no mato. |
| *V:* Hiyoo hee-hee, hiyo hee-e. | *C:* Hiyoo hee-hee, hiyo hee-e. |
| *M:* Mamane, hinga vona yindlu ya mina ya pfuta | *L:* Mãe, repara na minha palhota, verte! |
| *V:* Hiyoo, hee-hee, hiyo-hee-e | *C:* Hiyoo hee-hee, hiyo hee-e. |
| *M:* Mamane, kuna vanhu vaku dhakwa, va ghanyile. Mina mihumbu ya mina ndzita fela khwatini | *L:* Mãe, há pessoas embriagadas, são ricas. A minha desgraça, morrerei no mato. |
| *V:* Hiyoo hee-hee, hiyo hee-e | *C:* Hiyoo hee-hee, hiyo hee-e. |
| *M:* Mamane, kasi lava ndzi vonaka va | *L:* Mãe, aqueles que me vêem se riem |

| | |
|---|---|
| hleka mina-a | |
| *V:* Hiyoo hee-hee, hiyo-hee-e | *C:* Hiyoo hee-hee, hiyo hee-e.. |
| *M:* Ndzinga mheta ni masaka..., ndzita pfuna hi mani mihumbu ya mina | *L:* Que acabei os sacos..., quem me há-de ajudar? |
| *V:* Hiyoo hee-hee, hiyo-hee-e | *C:* Hiyoo hee-hee, hiyo hee-e. |
| *M:* Mamane, lavaya va ndzi vonaka tikweni ga Hobo, va tshama hi mina mihumbu ya mina | *L:* Mãe, aqueles vêem aqui na terra de Hobo, divertem-se comigo, da minha desgraça |
| *V:* Hiyoo, hee-hee, hiyo-hee-e | *C:* Hiyoo hee-hee, hiyo hee-e. |
| *M:* Mamane, khombo gaku tekiwa ni mihumbu, Niku rhula vaha mamane, ndzita famba ndziva lava kaya mina | *L:* Mãe, o azar de casar na desgraça, até a mama está em paz. Hei-de procurá-los em casa |
| *V:* Hiyoo hee-hee, hiyo-hee-e | *C:* Hiyoo hee-hee, hiyo hee-e. |
| *M:* Mamane, ndzi lava lekaya ndzi famba ... ndziya humula | *L:* Mãe, quero regressar à casa para descansar |
| *V:* Hiyoo hee-hee, hiyohee-e | *C:* Hiyoo hee-hee, hiyo hee-e |
| *M:* Mamane, ndzi lava lekaya, andzi ku kumi, ndzita famba hikwihi ndziya humula | *L:* Mãe, procuro a casa, não encontro onde é que hei-de ir descansar |
| *V:* Hiyoo hee-hee, hiyo-hee-e | *C:* Hiyoo hee-hee, hiyo hee-e. |
| *M:* Mamane, a tiko legi gaka khambani va tshama hi mina, wutsumbu ga mina | *L:* Mãe, todos falam de mim nesta terra dos Khambane. |
| *V:* Hiyoo hee-hee, hiyo-hee-e | *C:* Hiyoo hee-hee, hiyo-hee-e |
| *M:* Mamane, kasive hi mina mane? Hi minawe, hi Doranyane lowa Sathani | *L:* Mas afinal quem julgam que sou? Sou eu, Doranyane Sathani |
| *V:* Hiyoo hee-hee, hiyo-hee-o | *C:* Hiyoo hee-hee, hiyo-hee-e |
| *M:* Mamane, mina waku tekiwa hi tingwana, makhokhokho, Tatana mihumbu ya mina, ndzita famba na mani mina? | *L:* Mãe, casei-me com cães e ladrões, Pai, a minha desgraça, com quem hei-de ir? |
| *V:* Hiyoo hee-hee, hiyo-hee-e | *C:* Hiyoo hee-hee, hiyo hee-e. |
| *M:* O-ho-o, khombo gaku kala nile kala, vasati kulorhi! Ndzita fisa vumbyana ni vumbhongolo, mino-o! | *L:* Oh! O azar de não ter casa, companheiras! Morrerei como cadela ou burra. |
| *V:* Hiyoo hee, hiyo-hee-e! | *C:* Hiyoo hee-hee, hiyo-hee-e |

Esta canção refere-se ao seu antigo marido que a deixou, casando, posteriormente, com a irmã mais nova; refere-se também ao seu actual marido, comparando-o a um vagabundo e bêbado.

| *Canção de trabalho*<br>***NTAMU WA MINA – Desperdiço a minha força***<br>Luisa Agosto Mbatini, Khambane, Homoíne, 11.09.79 | |
|---|---|
| *Musumi:* Hi ka n'wina wee wa luza ntamu wa mina | *Líder:* Por vocês desperdiço a minha força |
| *Vapangalati:* Wa luza ntamu wa mina Wa luza ntamu | *C:* Desperdiço a minha força, desperdiço |
| *M:* Loko ndzi aka muti | *L:* Quando construo o lar |
| *V:* Wa luza ntamu wa mina Wa luza ntamo | *C:* Desperdiço a minha força, desperdiço |
| *M:* Loko ndzi khuvula yindlu | *L:* Quando eu matiquei a palhota. |
| *V:* Wa luza ntamu wa mina Wa luza ntamo | *C:* Desperdiço a minha força, desperdiço |
| *M:* A mi ndzi rileleni | *L:* Não me ajudam a chorar? |
| *V:* Wa luza ntamo wa mina Wa luza ntamo | *C:* Desperdiço a minha força, desperdiço |
| *M:* A ku rima timanga | *L:* Quando eu cultivava amendoim. |
| *V:* Wa luza ntamo wa mina Wa luza ntamo | *C:* Desperdiço a minha força, desperdiço |
| *M:* Loko ndzi aka muti | *L:* Quando construo o lar |
| *V:* Wa luza ntamo wa mina Wa luza ntamo | *C:* Desperdiço a minha força, desperdiço |
| *M:* Va ndzi hlongorile | *L:* Expulsaram-me. |
| *V:* Wa luza ntamo wa mina Wa luza ntamo | *C:* Desperdiço a minha força, desperdiço |
| *M:* A ku rima masimu | *L:* Quando cultivava machambas. |
| *V:* Wa luza ntamo wa mina Wa luza ntamo | *C:* Desperdiço a minha força, desperdiço |
| *M:* Ndzi rimile ncongo | *L:* Cultivei *machongo* |
| *V:* Wa luza ntamo wa mina Wa luza ntamo | *C:* Desperdiço a minha força, desperdiço |
| *M:* Va ka hina vavasati | *L:* Minhas compatriotas |
| *V:* Ho luza ntamo wa hina Ho luza ntamo | *C:* Desperdiço a minha força, desperdiço |
| *M:* Mina a ndzi na kaya | *L:* Eu não tenho casa |
| *V:* Wa luza ntamo wa mina Wa luza ntamo | *C:* Desperdiço a minha força, desperdiço |
| *M:* A ndzi rima mitsumbula | *L:* Quando eu plantava mandioca. |
| *V:* Wa luza ntamo wa mina Wa luza ntamo | *C:* Desperdiço a minha força, desperdiço |
| *M:* Ndzi nga rima timanga | *L:* Quando eu cultivava amendoim. |
| Chours: Wa luza ntamo wa mina Wa luza ntamo | *C:* Desperdiço a minha força, desperdiço |
| *M:* Va ndzi tshikile | *L:* Eles deixaram-me. |
| *V:* Wa luza ntamo wa mina Wa luza ntamooo! | *C:* Desperdiço a minha força, desperdiço |

No fim da canção, uma das mulheres fez o seguinte apelo às mulheres visadas: 'o teu marido não te abandonou de propósito, os brancos é que são responsáveis disto! Fica onde estiveres mesmo sofrendo. Permanece aí fazendo *machambas* e cuidando dos teus filhos. Este é um conselho das tuas companheiras resultado da experiência—nós assistimos sofrimentos também. Não quer dizer que o teu marido te abandonou ou te deixou; ele é vítima da maneira de viver dos brancos. Ele há-de vir encontrar-te aqui'.

*Manghezi:* A canção diz que você 'chora' porque o seu marido a deixou sozinha, mas não a abandonou!

*Líder:* Eu fico sozinha aqui, desperdiço a minha força a fazer machambas, cuidar do lar, e quando ele voltar dirá que já não me ama.

*Manghezi:* Porque ele volta com uma outra mulher do Joni?

*Líder:* Hoje ele volta com uma outra mulher de lá, e toda a minha força fica desperdiçada. É a mesma coisa para os homens. Trabalham e mandam dinheiro para construir casas, mas quando voltam para casa encontram a mulher casada com um outro homem.

## Entrevistas

**Emereciana Alfredo Mazive**
Khambane, Homoíne, 15.09.79

*Manghezi:* Emereciana, primeiro quero saber quantos anos é que tens?
*Emereciana:* Tenho 24.
*Manghezi:* Tens 24. Onde é que nasceste?
*Emereciana:* Nascí aqui em Khambane.
*Manghezi:* O teu pai ou os teus irmãos trabalharam nas minas?
*Emereciana:* O meu irmão está ali em casa; as minhas irmãs estão aqui na zona, as outras estão nos lares.
*Manghezi:* E o teu pai trabalhou na mina?
*Emereciana:* Trabalhou.
*Manghezi:* Sabes quantas vezes foi?
*Emereciana:* Não sei porque ainda era menor. Vinha ficar um pouco quando eu ainda era criança.
*Manghezi:* O que é que tu fazias quando eras menor?

*Emereciana:* Eu ia à escola, ia à machamba, tirava água, cozinhava.
*Manghezi:* Quantos anos é que estiveste na escola?
Filomena: Dois anos.
*Manghezi:* Dois anos? És como a Luísa ali! Porque é que estudaste só dois anos?
*Emereciana:* Deixei para me casar.
*Manghezi:* Deixaste de ir à escola porque querias ir casar.
*Emereciana:* Sim!
*Manghezi:* Ainda sabes escrever, uma vez que só estudaste dois anos?
*Emereciana:* Ainda sei um pouco. Também já frequento a alfabetização.
*Manghezi:* Estás a continuar. E dizes que sabes um pouco, mas consegues escrever uma carta para o teu marido?
*Emereciana:* Isso não sei.
*Manghezi:* Não sabes?
*Emereciana:* Sim.
*Manghezi:* Agora, só pedes às amigas para te ajudarem quando queres escrever para o teu marido?
*Emereciana:* Sim!
*Manghezi:* E sabes ler? Quando o teu marido escreve sabes ler ou também pedes às amigas para lerem?
*Emereciana:* Leio, mas ajudam-me em caso de dificuldades.
*Manghezi:* Qual é a tua amiga que te ajuda quando tiveres estas questões?
*Emereciana:* É a Luísa.
*Manghezi:* É ela que conhece os segredos ...!
*Emereciana:* [riram-se muito ela e Luísa].
*Manghezi:* É bom porque esta é uma mulher como tu. Eu na altura em que estudava ainda menor, lá na nossa terra, é como aqui em Khambane, não havia escolas. A escola estava muito longe. Agora, nós que conseguíamos ir à escola, quando voltássemos da escola andávamos pelas casas a lermos as cartas – a escrevermos, porque é como aqui – os nossos irmãos, os nossos pais trabalhavam nas minas. Então andávamos a escrever para as mamãs, aquelas que não sabem escrever. ... O teu marido escreve quantas vezes por mês?
*Emereciana:* Por mês escreve duas, três vezes.
*Manghezi:* Não é preguiçoso. E tú também escreves assim, duas, três vezes por mês?
Emereceiana: Sim! De quê é conversam já que escrevem duas a três vezes por mês?
*Emereciana:* [Riu-se] ...
*Manghezi:* Não queremos os segredos, queremos aquilo que podes falar connosco. Não queremos aquilo que falas com a Luísa.
*Emereciana:* Ele quer voltar e vir me encontrar. Eu também digo que quando vier há-de vir encontrar-me. Aqui em casa eu faço aquilo que

quando voltar irá deixá-lo satisfeito. Ir à machamba, se houver porcos ou cuidar dos pais dele aqui em casa.
*Manghezi:* É o que escreve ...?
*Emereciana:* Procura saber da saúde dos pais. E respondo que estão de boa saúde.
*Manghezi:* E tu também escreves a dizer o quê? Que ele deve cuidar-se onde trabalha?
*Emereciana:* Dizer cuida-te aí até voltares.
*Manghezi:* Tens tido medo que ele não volte?
*Emereciana:* Às vezes tenho tido medo porque não conheço o Joni.
*Manghezi:* O que é que te assusta?
*Emereciana:* De Joni não sei, nem sei onde é que é! Só ouço dizer que caiu uma pedra; está assim, não sei! Tenho medo porque não sei como é que ele está no Joni.
*Manghezi:* O teu marido diz que na mina às vezes há acidentes, caem pedras?
*Emereciana:* Diz.
*Manghezi:* E isto mete medo não é?
*Emereciana:* Sim! Para mim que não sei, mete medo.
*Manghezi:* Mesmo se souberes, mete medo. Há outras coisas de que tem falado e que metem medo?
*Emereciana:* Náo sei mais nada.
*Manghezi:* Não fala da existência de bandidos lá?
*Emereciana:* Fala. Que existem bandidos que quando te apanham no caminho batem, arrancam o dinheiro. Mesmo nos bares frequentam.
*Manghezi:* Estas coisas também te assustam?
*Emereciana:* Assustam porque se os bandidos o baterem e matarem ele não pode voltar mais!
*Manghezi:* É o acidente de trabalho que te preocupa; fora da mina pode passear e encontrar-se com os bandidos. Há outras coisas que te preocupam quando pensas no teu marido?
*Emereciana:* Não sei mais nada.
*Manghezi:* Não sabes mais nada? Não temes que ele se encontre com outras mulheres que o enganarem e se esqueça de voltar à casa?
*Emereciana:* [Riu-se. Nem consegue falar bem]. Quando se fala destas mulheres, eu sei que existem porque vejo aqueles que voltam com mulheres cá.
*Manghezi:* Quando os homens falam ...
*Emereciana:* Dizem que não há mulheres!
*Manghezi:* O teu marido diz que não há mulheres lá?
*Emereciana:* Sim! Mas como as vejo eu sei que existem.
*Guambe:* Ó Emereciana. Tenta contar-nos um pouco, porque isto aconteceu ali na vossa célula Khambane, quando voltou o Alfredo, voltou

com uma mulher, filhos e um carro e disse àquela mulher que olha, eu não tenho mulher em casa; aquelas que cuidam da minha casa são minhas tias, minhas irmãs. Vamos para casa você. Quando chegou disse: 'São estas as minhas tias' – enquanto eram mulheres dele. Na altura em que isto aconteceu como é que vocês resolveram na vossa célula?
*Emereciana:* Nós perguntamos: 'Afinal o que é que esta é para ti'? A nós que conheciamos já não podia dizer que era tia.
*Guambe:* E vocês senhoras o que é que fizeram?
*Emereciana:* Não dissemos nada. Nós dissemos: 'Camarada, esta não é tia dele, é esposa dele, com quem nasceu estes filhos que vês aqui em casa. Não é irmão dela!
*Guambe:* E ela o que é que disse?
*Emereciana:* Isso não sei porque no dia em que foram resolvidos os problemas eu não estava.
*Guambe:* Aquela mulher acabou por abandonar dizendo: 'Eu não sou tua tia e para provar isso eu vou embora para casa dos meus pais'. Com a intervenção das senhoras ele disse: 'Eeu já deixei, é minha mulher. O que é que vocês fizeram'?
*Emereciana:* Eh! Isto eu não sei.
*Guambe:* Achamos que quando escreves as cartas para o teu marido, sempre desejas que ele volte a te encontrar, que conservas as coisas dele; também gostarias que ele voltasse bem. Parece que também pensas nesta questão de que tu não arranjas outro homem e ele volta com outra mulher, então chega e trata-te por tia. Não é isso que pensam quando trocam a correspondência?
*Emereciana:* Eu não tenho conhecimento de que quando vai para Joni, vai buscar outras mulheres. Eu sei que ele vai lá trabalhar. Se for dizer que em casa não tem mulher, e considerar-me de tia, já não sei. Ele não me disse que ia lá buscar outra mulher. Eu sei que lá está sozinho, não tenho conhecimento da existência da outra mulher.
*Manghezi:* Não quero dizer que a mulher fica à espera (no Joni). Às vezes acontece. Pode sair dizendo que vai trabalhar e, contra toda a sua previsão, isso pode acontecer. Isso acontece a partir de um encontro casual com as mulheres. Natureza é natureza! Tu vais ficar dois anos no *compound* sem ver a mulher. No dia em que saires e veres uma mulher o que é que acontece? É isto que é difícil. É isto também que preocupa as senhoras quando os maridos estão nas minas. Ficam com os corações a bater devido à incerteza. Ele também pensa que: não sei o que é que há-de acontecer lá em casa! Não sei se chegarão outros de Maputo a atrapalharem-me...
*Emereciana/Luísa/Guambe*: [Riram-se muito].
*Emereciana:* Eles também pensam isso no Joni, que não hei-de vê-la, chegarei enquanto foi carregada pelo governo ...

*Manghezi:* Deixaste de estudar depois de dois anos porque querias casar; antes de casar, tiveste encontros com o teu marido, conversaram assim como estamos a fazer agora?
*Emereciana:* Cumprimentámo-nos apenas. Foi lá em casa.
*Manghezi:* Foi à casa! Quando foi lá à casa, já o tinhas visto, cumprimentavam-se quando se encontravam no caminho. Não significa que nunca tinha o visto, é uma pessoa que já conhecias.
*Emereciana:* Já o tinha visto porque a casa dele é aqui perto.
*Manghezi:* É isso que estou a dizer! Então quando chegou, falou com os mais velhos, dizendo que te amava, e tu,duvidaste ou não – como é que foi?
*Emereciana:* Não duvidei.
*Manghezi:* Amou-o logo.
*Emereciana:* Sim!
*Manghezi:* Então casaram-se. Tens quantos anos de casada?
*Emereciana:* Tenho 7 anos.
*Manghezi:* Este tempo todo viveste ali na tua casa?
*Emereciana:* Sai o ano passado para ali.
*Manghezi:* Onde é que viviam antes?
*Emereciana:* Em casa dos meus sogros. Aqui perto.
*Manghezi:* Viveste com os teus sogros desde que se casaram até o ano passado?
*Emereciana:* Sim.
*Manghezi:* Estavam bem, ou havia problemas na ausência do teu marido?
*Emereciana:* Não havia problemas, mas depois de voltar às vezes havia problemas porque o meu sogro, quando eu estivesse quase aprontar a refeição ia-se embora! Quando eu lhe servisse deixava e ia-se embora, e eu não sabia porquê! Até que mudamos e fomos construir ali.
*Manghezi:* Mas quando o teu marido estava nas minas, e tu cozinhavas, comia?
*Emereciana:* Noutros dias não comia, saía, ia-se embora.
*Manghezi:* E o que é que quer dizer isto, queria que o teu marido fosse construir a casa dele?
*Emereciana:* Queria isso!
*Manghezi:* Quando o teu marido saiu, despediram-se bem ou houve contradições?
*Emereciana:* Não tiveram contradições.
*Manghezi:* Mas o teu marido saíu por ver que não era agradável viverem ali em casa dos pais dele?
*Emereciana:* Sim!
*Manghezi:* Agora que vivem aqui, visita-vos o teu sogro?
*Emereciana:* Vem.
*Manghezi:* Não há dificuldades?

*Emereciana:* Não há.
*Manghezi:* Contenta-se com as tuas acções?
*Emereciana:* Todos os familiares do meu marido vêm aqui em casa.
*Manghezi:* Está bem. Quando o teu marido está lá no Joni, que dificuldades é que tens?
*Emereciana:* Lamento quando recebo cartas; quero que me escreva contar a acerca da saúde dele, eu também a escrever e dizer da minha saúde.
*Manghezi:* Quando manda dinheiro o que é que faz com ele? Manda bem?
*Emereciana:* Manda. Construimos a casa; ali ainda não construimos porque há falta de cimento. Já comprámos blocos. Lá onde estávamos construímos uma casa grande!
*Manghezi:* Lá de onde saíram?
*Emereciana:* Sim!
*Manghezi:* Agora deixaram lá?
*Emereciana:* Ficou!
*Manghezi:* É igual a esta? [da Luísa Mbathini]
*Emereciana:* É mais grande que esta. E saímos, viemos ficar aqui. Agora queremos construir outra, com estes blocos.
*Manghezi:* Eu vi ali em casa. Vocês compram ou fazem por si?
*Emereciana:* Mandamos uma pessoa fazer.
*Manghezi:* Há pessoas que fazem blocos aqui? Quanto é que cobram?
*Emereciana:* Por aqueles blocos demos 550$00.
*Manghezi:* Se apanharem cimento vão arranjar uma pessoa para construir uma casa como esta?
*Emereciana:* Havemos de arranjar.
*Manghezi:* Há pessoas que constroem casas assim? Quanto é que cobram?
*Luísa:* Nós pagamos 4.000$00.
*Manghezi:* Que outras coisas vos preocupam? E a machamba, cultivas? Não têm machambas grandes?
*Emereciana:* Não tenho *machambas* grandes, porque mesmo que eu lavre, não hei-de semear nada, não há produtos. Não é por falta de dinheiro, é falta de sementes, mesmo nas lojas.
*Manghezi:* Uma vez que não sai nada na machamba, vocês que têm os maridos ou filhos nas minas orientam-se com o dinheiro que eles mandam para comprar arroz ...?
*Emereciana:* O arroz produzimos, mandioca também e preparamos farinha.
*Manghezi:* Quer dizer que tens *machamba* no *machongo*?
*Emereciana:* Tenho. Já é das cooperativas.
*Manghezi:* Não tens uma *machamba* que te pertenca?
*Emereciana: Machongos* ainda não temos.
*Manghezi:* Onde é que cultivam o arroz?
*Emereciana:* Cultivamos ali mesmo, porque esta coisa de cooperativa é recente.

*Manghezi:* Não compreendo bem. Quero saber se hoje mesmo tens uma *machamba* nos *machongos* cultivas o arroz, e que te pertence?
*Emereciana:* Agora não tenho.
*Manghezi:* Achas que vais arranjar?
*Emereciana:* Não sei, hei-de arranjar!
*Manghezi:* Não têm crianças em casa?
*Emereciana:* Existem.
*Manghezi:* Agora vives sozinha aqui? Não tens medo?
*Emereciana:* Por mais que tenha medo, o que é que hei-de fazer?
*Manghezi:* Se fosse eu teu marido nas minas, a saber que vives sozinha ficaria preocupado. Porque, se vives sozinha com quem conversas?
*Emereciana:* Fico!
*Manghezi:* Só é mais ou menos porque tens amigas para conversar. Emereciana e Luisa, quero que me expliquem como é que são vistas aquelas mulheres cujos maridos se encontram nas minas, pelas mulheres cujos maridos não trabalham nas minas, ou que não têm maridos? Começa Emereciana. Qual é a tua opinião?
*Emereciana:* Nós que temos estas capulanas?
*Manghezi:* Sim!
*Emereciana:* Aquelas que não têm maridos nas minas, outras apanham comprando nas outras. Aquela que não apanha odeia! Como vê *muzati* enquanto o meu marido é que compra, se o marido dela não compra é com ela. Não é minha culpa.
*Manghezi:* Como é que odeiam?
*Emereciana:* Falam aquilo que elas entendem!
*Manghezi:* E não te chateias quando ouvires a falarem de ti. 'Veja aquela, tem capulana de Joni? É de Joni aquela que amarou agora'?
*Emereciana:* Preocupa-me, mas não falo nada. Só se vivêssemos juntas, comprarem para mim e não comprarem para ela. Mas vivemos em casas diferentes (não somos rivais).
*Manghezi:* E tu Luísa, o que dizes disto?
*Luísa:* Eu acompanho quando conversam; não te dirigem directamente, falam entre elas dizendo – não vês a fulana que usa a roupa da África do Sul enquanto nós não temos? Nem nos vê como pessoas, só por causa do marido nas minas.
*Manghezi:* Dizem que vocês se orgulham?
*Luísa:* Sim! Enquanto não nos orgulhamos porque se vier pedir emprestado eu empresto para usar e depois devolver.
*Manghezi:* As pessoas vêm pedir quando querem viajar?
*Luísa:* Pedem. Mesmo eu aquela que não tenho vou pedir às amigas para usar, e depois devolver.
*Manghezi:* Em que circunstâncias é que pedem emprestado roupa?

*Luísa:* Para viajar, ou para ir às reuniões no comité, posso preferir de uma amiga, levar e usar.
*Manghezi:* O que mais se emprestam as senhoras? Dinheiro?
*Luísa:* Pode pedir, utilizar, e depois devolver quando apanhar.
*Manghezi:* Quem consegue emprestar dinheiro não são vocês que têm maridos nas minas?
*Luísa:* Mesmo aquela que não têm marido nas minas se tiver dinheiro empresta.
*Manghezi:* Nunca cria problemas isto de dinheiro? Se não poder pagar?
*Luísa:* Cria problemas porque se precisar vem exigir!
*Manghezi:* Se os vossos maridos falharem, não enviarem dinheiro durante dois ou três meses, o que é que fazem?
*Luísa:* Escrevo a informar que cá em casa tenho falta de dinheiro para as compras!
*Manghezi:* E se não mandar, o que é que fazes?
*Luísa:* Calo-me e fico!
*Manghezi:* Não anda a emprestar?
*Luísa:* Se eu prever que hei-de apanhar para pagar, vou. Mas se eu ver que quando peço demora a enviar, fico.
*Manghezi:* Outra coisa que ouví em Manjacaze, em Marangwe, é que aquelas mulheres cujos maridos estão nas minas, não trabalham na machamba, porque têm dinheiro. Acontece isso?
*Luísa:* Mesmo aquela que não tem marido no Joni, fica sem trabalhar. Porque trabalhar é uma questão de gosto.
*Manghezi:* Mas se não tiver marido que trabalha, o que é que há-de comer sem trabalhar?
*Luísa:* Não sei. Outras andam a aldrabar a nós que temos maridos nas minas. Comer a nossa custa!
*Emereciana:* A pessoa sabe como é que há-de viver sem trabalhar. E tu que não tens nenhum recurso, tens de trabalhar sempre.
*Manghezi:* A Luísa diz que às vezes aldrabam-vos, como é que procedem?
*Luísa:* É encontrar a sós e pedir.
*Manghezi:* Quer dizer quando o marido volta, põe-se a passear por aqui e cruza-se com uma pessoa que não tem dinheiro e pede. É isso?
*Luísa:* Sim! Existem aquelas que fazem isso!
*Manghezi:* De facto, é aldrabar. E se se descobrir o que é que fazem?
*Luísa:* Não faço nada!
*Manghezi:* Não consegues falar com o teu marido, chamar à atenção?
*Luísa:* Sim! Falo com ele. E ele diz – pediu até eu dar.
*Manghezi:* Pode acrescentar alguma coisa Emereciana?
*Emereciana:* Não há!
*Manghezi:* Já não há nada? Aquela canção que entoou de 'Miyela', (esquecí de perguntar) tu é que entoaste?

*Emereciana:* Não é da minha autoria. Ouví na machamba, a cantarmos.
*Manghezi:* Quando é que cantam? Quando estão a cultivar em colectivo?
*Emereciana:* Sim! Mesmo com o sistema de ajuda mútua, *swivunga*.
*Manghezi:* Que diferença é que existe?
*Emereciana:* O trabalho colectivo denominado *tsima* consiste em andar a convidar pessoas para trabalhar aqui e no dia seguinte não tem que ir a casa de outra pessoa.
*Manghezi:* E *swivunga*?
*Emereciana:* Em cada dia vamos trabalhar na machamba de alguém do grupo previamente formado e acordado.
*Manghezi:* Está certo. Obrigado! Acho que já chega.

## Luísa Agosto Mbatini

(Khambane, Homoíne, 15.09.79)

*Manghezi:* Hoje estamos em casa da Luísa Mbatini. Conversaremos com ela sobre a sua vida. Luísa, sabe quantos anos tem agora?
*Luísa:*: Não sei. Só sei que nascí em 58.
*Manghezi:* Em 58. Está bem, é suficiente, havemos de saber quantos anos tem. Se é que nasceste em 58, quer dizer que tens 21 anos. Mas pareces ter mais anos do que isso
*Luísa:* No meu bilhete escreveram isso.
*Manghezi:* Nasceste em 58. Onde é que nasceste?
*Luísa:* Aqui em Khambane.
*Manghezi:* Aqui em Khambane! Tens irmãos?
*Luísa:* Tenho: mas não nascí com eles. Eu nascí sozinha.
*Manghezi:* Nasceu sozinha?
*Luísa:* Os meus irmãos faleceram todos.
*Manghezi:* Nasceste e cresceste em Khambane. O teu pai trabalhou na mina?
*Luísa:* Trabalhava, mas morreu quando eu era ainda menor.
*Manghezi:* Mas por ouvir dizer, ele trabalhava na mina?
*Luísa:* Trabalhava.
*Manghezi:* Durante a tua juventude, o que é que as meninas faziam? Porque os rapazes pastavam gado, e as meninas o que é que faziam?
*Luísa:* Eu só ficava. Depois da morte do meu pai, comecei a estudar.
*Manghezi:* Sabes quantos anos tinhas quando começaste a estudar?
*Luísa:* Sei.
*Manghezi:* Quantos tinhas?
*Luísa:* Comecei a estudar com 12 anos.

*Manghezi:* Tinhas 12. Frequentaste quantos anos?
*Luísa:* Só dois!
*Manghezi:* Só dois! Porque é que deixaste de estudar?
*Luísa:* Por causa de brincadeiras só.
*Manghezi:* Não gostavas da escola?
*Luísa:* Foi devido às brincadeiras só
*Manghezi:* O que é que quer dizer brincadeiras?
*Luísa:* Quando me falavam em ir à escola eu recusava, o que é que hei-de dizer?
*Manghezi:* Ainda sabes escrever e contar?
*Luísa:* Sei
*Manghezi:* Sabes! É bom. Uma vez que sabes escrever e contar, quer dizer que se o teu marido enviar cartas do Joni (está no Joni o teu marido?)
*Luísa:* Sim, está no Joni.
*Manghezi:* ... Quando escreve, não tens que andar a pedir pessoas?
*Luísa:* Não tenho que mandar ninguém.
*Manghezi:* Escreves, por ti?
*Luísa:* Sim.
*Manghezi:* Ele também escreve?
*Luísa:* Escreve.
*Manghezi:* Sabe escrever também?
*Luísa:* Sim!
*Manghezi:* Então os dois escrevem, é melhor; aqueles que não sabem escrever têm que andar a pedir às pessoas, e pagam dinheiro. Quando é que recebeste a última carta?
*Luísa:* Há alguns dias.
*Manghezi:* Foi neste mês?
*Luísa:* Parece-me que foi no mês passado
*Manghezi:* De que é que falou, do Joni, na carta?
*Luísa:* [riu] Disse que havia de vir de férias.
*Manghezi:* Quando é que há-de vir?
*Luísa:* Não disse o dia.
*Manghezi:* Não disse?
*Luísa:* Nem o mês, mas disse que em breve há-de vir.
*Manghezi:* Agora estás a espera dele?
*Luísa:* [Mordeu-se o dedo]. Estou a espera! [rimos muito!]
*Manghezi:* Será bonito quando ele chegar. Há-de vir ficar quantos meses?
*Luísa:* Não sei. É um tempo determinado.
*Manghezi:* Mas quanto tempo é que tu gostarias que ele ficasse, se fosse possível?
*Luísa:* Mesmo que voltasse definitivamente! Eu quero tudo.
*Manghezi:* Se ele voltasse definitivamente, como é que haveria de arranjar dinheiro?

*Luísa:* Há falta!
*Manghezi:* Porque não há emprego aqui!
*Luísa:* Sim!
*Manghezi:* Vocês conservam a correspondência que trocam?
*Luísa:* Sim!
*Manghezi:* Não rasgam?
*Luísa:* Não.
*Manghezi:* Não sei se num outro dia me poderá falar do conteúdo das vossas cartas - aquilo que não constitui vosso segredo; não quero saber do vosso segredo
*Luísa:* Sim!
*Manghezi:* Depois de deixar de estudar o que é que fazias?
*Luísa:* Acabei um ano, no segundo vim ficar aqui! Não fui *lobolada*, só vim ficar aqui!
*Manghezi:* Aha! Como é que se amaram, onde é que viste o teu marido?
*Luísa:* Ele é daqui e eu também sou daqui, conhecemo-nos aqui.
*Manghezi:* Quer dizer que tiveram encontros de conversa, para depois decidires amá-lo.
*Luísa:* [riu-se] Veio à casa.
*Manghezi:* Ah! Veio falar contigo em casa, dizendo que te amava?
*Luísa:* Sim! Sim!
*Manghezi:* Não tiveram um encontro primeiro, para se conhecerem?
*Luísa:* Conhecia-me porque éramos vizinhos.
*Manghezi:* Aha! Não tiveram um encontro para se apreciarem, conversarem e tal?
*Luísa:* [risos] Ee!
*Manghezi:* Aa! Estás a mentir!
*Luísa:* Veio me pedir em casa.
*Manghezi:* E aceitaram lá em casa?
*Luísa:* Não aceitaram.
*Manghezi:* Porque é que não aceitaram?
*Luísa:* Diziam que eu ainda era menor.
*Manghezi:* Começaste a estudar com 12 anos, e dois anos depois deixou, o que significa que tinhas 14 anos. Então diziam que ainda era menor!
*Luísa:* Sim!
*Manghezi:* Quem é que dizia isso?
*Luísa:* É a mamã!
*Manghezi:* É a mamã! E qual foi a tua reacção?
*Luísa:* Eu neguei, preferindo ir ficar, porque o amava.
*Manghezi:* E então?
*Luísa:* Negou. E eu sai vim ficar.
*Manghezi:* Já tinha construído esta casa?

*Luísa:* Sim! Já tinha construido. Depois saíu a mulher com quem construíu, foi para Beira.
*Manghezi:* Aha! Tinha mulher. E a mulher dele foi para a Beira. Despediu-se e foi embora?
*Luísa:* Sim!
*Manghezi:* Não tinham filhos juntos?
*Luísa:* Têm um.
*Manghezi:* Foi com ele para Beira?
*Luísa:* Não.
*Manghezi:* Está aqui.
*Luísa:* Foi à escola.
*Manghezi:* Quantos anos é que tem?
*Luísa:* Tem 15.
*Manghezi:* É uma menina ou um rapaz?
*Luísa:* É uma mènina.
*Manghezi:* E quando a tua mãe negou, preferiste ir ficar em casa dele. A que horas é que saiste, de noite ou de dia? Explica-me como é que procedeste.
*Luísa:* Já não me recordo, se saí de noite ou de dia [riu-se].
*Manghezi:* Como é que fizeste, levaste a tua roupa ...?
*Luísa:* Eu cheguei e fiquei só!
*Manghezi:* E qual foi a reacção dele?
*Luísa:* Ele foi informar lá em casa. E a mamã disse: 'Já que ela insiste em ir ficar lá, o que é que hei de fazer? Que fique'!
*Manghezi:* E o teu marido foi *lobolar*?
*Luísa:* Não.
*Manghezi:* Não *lobolou*? Até agora não *lobolou*?
*Luísa:* Negam os mais velhos, porque eu não tenho pai e para quem é que se vai destinar o *lobolo*?
*Manghezi:* A tua mãe é que não quer que sejas *lobolada*?
*Luísa:* É ela, porque não temos família, e quem é que há-de 'comer' o dinheiro?
*Manghezi:* E a tua mãe?
*Luísa:* Tem família, mas não quer que 'comam' o dinheiro do meu *lobolo*.
*Manghezi:* A tua mãe não quer que o teu *lobolo* se destine às outras pessoas? E prefere que fiques aqui sem ser *lobolada*! E tu como é que achas?
*Luísa:* Aa! O que é que hei-de fazer, sem ter alguém?
*Manghezi:* Mas gostarias de ser lobolada?
*Luísa:* Sim! Ir dar gratificação, afinal não nascí numa casa?
*Manghezi:* Quer dizer que ele deve agradecer a tua mãe, não é?
*Luísa:* Uma vez que cuida dela, já é bom!
*Manghezi:* O teu marido cuida da tua mãe?

*Luísa:* Sim!
*Manghezi:* Onde é que vive a tua mãe?
*Luísa:* Vive nesta zona, é ali a casa dela!
*Manghezi:* Vive sozinha?
*Luísa:* Juntou-se com uma pessoa (um homem).
*Manghezi:* Aha! E o teu marido cuida bem dela!
*Luísa:* Sim!
*Manghezi:* Está certo. Há quantos anos estás aqui no lar, sabes?
*Luísa:* Vim viver aqui em 74.
*Manghezi:* Em 74. Ainda não tiveram filhos?
*Luísa:* Não!
*Manghezi:* Têm dificuldades?
*Luísa:* Não está a ser possível!
*Manghezi:* Foram consultar o médico no hospital? Para vos ajudar?
*Luísa:* Não!
*Manghezi:* Devem experimentar; é essa a solução. Não devem ficar, é melhor consultarem se encontrarem um especialista, há-de saber o que é que se passa.
*Luísa:* Sim!
*Manghezi:* Há muito tempo que o teu marido trabalha no Joni?
*Luísa:* Há muito tempo. Vim encontrá-lo a trabalhar no Joni.
*Manghezi:* Sabes quantos contratos já cumpriu até aqui?
*Luísa:* Aqueles que trabalhou antes de estar comigo, não! Só sei daqueles que trabalhou a partir da altura que me juntei com ele.
*Manghezi:* Quantos são?
*Luísa:* Este é o quarto.
*Manghezi:* Conheces a mina em que trabalha (o nome)?
*Luísa:* Não!
*Manghezi:* Sabes, porque escreves para ele! Para onde é que envias as cartas que escreves?
*Luísa:* Só sei, vendo o endereço, de cor não sei.
*Manghezi:* É difícil decorar, está certo! Trabalha na mesma mina durante este tempo todo?
*Luísa:* Mudou uma vez.
*Manghezi:* Quando escreve, conta que trabalha bem?
*Luísa:* Diz que trabalha bem.
*Manghezi:* Que trabalho é que faz? Ele entra na mina?
*Luísa:* Sim!
*Manghezi:* Diz que como é que trabalha?
*Luísa:* Não sei como é que trabalha!
*Manghezi:* Não sabes. Quando volta não perguntas?
*Luísa:* Mesmo que eu pergunte, não chego a saber.

*Manghezi:* Está certo. Vocês trocam correspondência, uma vez que os dois sabem escrever! E o dinheiro, manda mensalmente ou como é que manda?
*Luísa:* Não manda mensalmente. Manda uma vez e outra.
*Manghezi:* Manda pelos correios ou com as pessoas?
*Luísa:* Manda com as pessoas.
*Manghezi:* Porque é que não manda pelos correios?
*Luísa:* Não gosta de mandar pelos correios.
*Manghezi:* Está bem. E esta casa, foi construída antes ou depois de estares aqui?
*Luísa:* Foi construída quando eu já estava aqui.
*Manghezi:* Ainda não acabou, será por falta de cimento e outro material necessário?
*Luísa:* Temos falta de cimento.
*Manghezi:* Tem quantos quartos?
*Luísa:* Tem dois quartos e uma sala.
*Manghezi:* E aquela outra, quando chegaste já estava construída? (aquela redonda).
*Luísa:* Sim!
*Manghezi:* Sabes quantos anos é que o teu marido tem?
*Luísa:* Não sei.
*Manghezi:* Não sabes! Não perguntas?
*Luísa:* Ee! Não!
*Manghezi:* Que dificuldades é que enfrentas, quando o teu marido está no Joni?
*Luísa:* Nunca tive dificuldades. Só fico a cultivar, há-de vir me encontrar.
*Manghezi:* Tem machambas grandes?
*Luísa:* Devido à falta de sementes, não cultivamos bem. Temos machambas, é só falta de sementes.
*Manghezi:* Não é possível ires comprar sementes em Manyike (Homoíne)? Quando ele mandar dinheiro?
*Luísa:* Não há nas lojas, onde é que havemos de apanhar?
*Manghezi:* Não há! E o teu marido tem bois?
*Luísa:* Não temos bois.
*Manghezi:* Não chegou a comprar bois?
*Luísa:* Não!
*Manghezi:* Cultivam à mão! E aqui em casa, tens porcos?
*Luísa:* Tenho um pequeno.
*Manghezi:* É só um?
*Luísa:* Sim!
*Manghezi:* E quando o teu marido estiver cá, trabalham juntos na *machamba* ou ele fica dizendo 'olha! Eu sou *magaíza*; ainda estou a descansar, trabalhei muito no Joni'?
*Luísa:* Não! Trabalho com ele, trabalha aqui em casa.

*Manghezi:* Costuma ficar quantos meses quando volta?
*Luísa:* São quatro ou cinco, e nunca fica seis meses.
*Manghezi:* Dizes que trabalham juntos quando ele estiver aqui em casa?
*Luísa:* Sim! Trabalhamos juntos.
*Manghezi:* A canção que entoaste de que 'desperdiço a minha força', é da tua autoria ou ouviste de outras pessoas a cantarem?
*Luísa:* Ouvi outras pessoas a cantarem.
*Manghezi:* Quer dizer que acontece com muitas pessoas, desperdiçarem a força delas?
*Luísa:* Acontece. Tanto com os homens como com as mulheres, acontece.
*Manghezi:* Como é que acontece com os homens?
*Luísa:* Pode *lobolar* uma mulher e sair para o Joni, e esta abandonar; desperdiçou a força dele ... amantizou, e tudo mais! Em alguns casos ele fez outras despesas, então desperdiçou a força dele.
*Manghezi:* Está bem. Participas nas reuniões no comité?
*Luísa:* Participo.
*Manghezi:* Agora que chegou a Frelimo, diz-se que as mulheres têm que estar emancipadas. O que é que tu achas disto?
*Luísa:* Oo! É bom!
*Manghezi:* Porque é que é bom?
*Luísa:* Porque os homens já não fazem aquilo que os nossos pais faziam.
*Manghezi:* O que é que faziam?
*Luísa:* [Riu-se muito] Batiam nas nossas mães com chicote e paus! A nós não batem com chicote e paus. Mesmo se baterem, não é da mesma forma; batem por justa causa! [rimos!]
*Manghezi:* O teu marido alguma vez te bateu?
*Luísa:* O meu marido nunca me bateu!
*Manghezi:* Nunca te bateu! [rimos muito!] Essa é que é a diferença. Tu já não levas porrada estes dias. É isto que te agrada quando a Frelimo diz que a mulher deve estar emancipada?
*Luísa:* Sim!
*Manghezi:* Qual é a outra vantagem da emancipação da mulher?
*Luísa:* Não sei mais nada.
*Manghezi:* Não sabe mais nada? Está certo. Obrigado!

# V. CONCLUSÕES E COMENTÁRIOS

Esta investigação tornou patente, do princípio ao fim, a extensão da exportação de mão de obra nas três províncias do Sul. As nossas brigadas de campo quase não encontraram ninguém que não tivesse, num momento ou noutro, cumprido um contrato mineiro. As únicas excepções foram homens doentes e incapacitados ou então professores ou artífices, tais como carpinteiros. Além disso, os homens não cumprem apenas um contrato ocasional, no início das suas vidas do trabalho, quando são jovens e necessitam de dinheiro para casar. Pelo contrário, os homens cumprem grande número de longos contratos; passam grande parte da sua vida de trabalho como operários nas minas.

No Capítulo II, descrevemos, com certo detalhe, as transformações que se registam na força de trabalho mineiro moçambicano desde os anos 70. Enquanto que 1975 foi um dos anos de maior recrutamento de mão de obra mineira moçambicana (foi contratado o número recorde de 115.300 operários), em 1976 e 1977 os números caíram para o nível mais baixo de sempre.

Do lado moçambicano, entre as razões para o declínio registado em 1976, encontra-se o estabelecimento de novas formas de controlo da migração pelo Governo Independente. Daqui resultou a redução dos campos de recrutamento da Wenela de 21 para 4.

Do lado sul-africano, por volta de Outubro de 1976, a Câmara das Minas e as suas organizações de recrutamento (WENELA/MLO) tinham definido uma política de restrição do recrutamento de mão de obra estrangeira, o que se traduziu na atribuição de uma quota de apenas 30.000 mineiros moçambicanos para 1977. Fora decidido que: (1) não seriam contratados quaisquer novos mineiros; (2) só os portadores de certificados de emprego ou cartões de *bónus* se poderiam candidatar a novo recrutamento; (3) os mineiros experientes possuidores de certificados caducados poderiam ser recrutados apenas quando fossem emitidos através da Wenela ordens específicas para a sua readmissão. Um reduzido número de minas recrutou mão de obra moçambicana durante 1977. Em fins de Agosto de 1977 a cifra total de recrutamento do ano encontrava-se em 25.561. Em meados de 1977 a mão de obra do Malawi, retirada das minas desde Abril de 1974, começou a regressar, o que tornava plausível a ideia de que a Câmara das Minas iria

manobrar com as duas fontes de fornecimentos em detrimento da mão de obra moçambicana, embora esta última (devido à abolição da cláusula do prémio de ouro da Convenção de Moçambique) se pudesse tornar competitiva para os empregadores mineiros.

A política da Câmara das Minas de reduzir a força de trabalho moçambicana e recrutar apenas determinadas categorias de operários teve como efeito passarem os trabalhadores moçambicanos que continuaram a ser recrutados a constituir uma categoria muito particular, relativamente especializada, de força de trabalho.

A análise feita em Capítulos III e IV mostra que o sistema de trabalho migratório há muito estabelecido, organizado há mais de oito décadas, produziu graves distorções na economia camponesa, por interferir com modelos pré-coloniais de produção e distribuição.

- Os camponeses pobres dependem dos salários do trabalho mineiro para a sua própria reprodução, ou seja, para a compra dos produtos de primeira necessidade para a sua vida familiar.
- Grande parte dos agregados familiares camponeses tem dependido do trabalho assalariado, e não da agricultura, para a compra de instrumentos de produção tais como arados, gado bovino e moinhos.
- Uma vez que os padrões pré-coloniais de produção e distribuição se desintegraram, tem-se vindo a criar um excedente de mão de obra na economia camponesa, isto é, a agricultura tem sofrido tantas interferências e distorções que a base camponesa não pode sustentar a população.
- As artes e ofícios tornaram-se dependentes do produto do trabalho mineiro. A pequena produção mercantil depende, assim, do dinheiro ganho fora da economia camponesa.
- As jovens famílias das áreas rurais não podem constituir os seus próprios agregados familiares—construir as suas casas, estabelecer a produção agrícola - sem se socorrerem do trabalho assalariado a fim de iniciarem o ciclo.

Os efeitos na agricultura poderão tornar-se sérios. Estamos em crer que, a prazo não muito longo, poderá surgir uma nova crise, devido à combinação de diversos factores: por um lado, uma vez que o recrutamento mineiro é agora reduzido, os rendimentos monetários provenientes do trabalho assalariado que circulam na economia camponesa baixaram verticalmente; em segundo lugar, a pequena produção mercantil está a ser reduzida, e a subsistência tanto de pequenos produtores independentes como de trabalhadores assalariados se encontra em perigo; em terceiro lugar, os

efeitos da distorção sofrida pela agricultura durante o período colonial estão agora a fazer-se sentir de forma grave.

Gostaríamos de analisar sumariamente a crise gerada pelo período colonial para defender o ponto de vista de que os padrões de cultivo instituídos pelo Estado colonial não poderão resolver o problema de mão de obra mineira excedentária. Isto quer dizer que, a menos que se verifique uma ruptura com os modelos coloniais de agricultura, incluindo os relativos às culturas, o campo será incapaz não só de absorver a mão de obra extra— ou seja, a mão de obra que não migra— como registará, em qualquer caso, condições de crise na produção.

A crise na agricultura gerada pelo colonialismo consiste no seguinte: desde os anos 40 que nas províncias do Sul o Estado colonial obrigava os camponeses a cultivarem determinados produtos. Estes eram o algodão (para exportação) e o arroz (para o mercado interno). Cultivavam-se também coqueiros para a extração de fibras. A comercialização em cultivo forçado e a introduçaõ de novas culturas entraram em conflito com a utilização da sua mão de obra durante as épocas de ponta na agricultura. Para dar apenas um exemplo, a terra necessária para o caju foi usada na produção de amendoim. O produtor camponês que tinha de assegurar a sobrevivência da sua família foi por isso obrigado a praticar a inter-cultura. Quer dizer, cultivou milho e cajueiros lado a lado, praticou culturas de mercado que levavam tempo a produzir, bem como culturas alimentares, para se salvaguardar de épocas de seca. Tentamos explicar estes mecanismos em Estudos de caso das diferentes investigações de campo.

Em resumo, a terra era sobre-utilizada. A sua fertilidade baixou e há que fazer planos sérios de renovação do solos e sementes; acima de tudo, há que pensar em alterar os padrões coloniais de cultivo agrícola. A planificação das culturas é essencial para restabelecer a fertilidade do solo, para economizar trabalho e garantir a segurança e sobrevivência da família camponesa. O nosso calendário de épocas de produção agrícola mostra que, em certas alturas do ano, por exemplo, durante Dezembro e Janeiro, a monda do amendoim e a colheita do caju têm de ser feitas ao mesmo tempo. O algodão tem de ser plantado na mesma ocasião das culturas alimentares. Torna-se, pois, necessário uma cuidadosa planificação dos padrões de culturas e, portanto, da utilização da mão de obra.

Este é apenas um aspecto da necessária transformação da agricultura no período de transição. A transformação da agricultura terá obviamente lugar através da construção de aldeias comunais. Mas, dentro da política de aldeias comunais e de produção colectiva (e não individual), gostaríamos de chamar

a atenção para algumas considerações importantes, baseadas no estudo que realizámos na província de Inhambane.

No âmbito da política de aldeias comunais, o estudo e planificação dos padrões de cultura acima mencionados são particularmente importantes. De outro modo surgirão problemas de produção, além de que os camponeses não só sentirão em risco a sua segurança como não confiarão naquela política.

Dentro das aldeias comunais há que organizar uma certa divisão de trabalho ou seja, especialização de funções, como por exemplo de artesãos e homens conhecedores de ofícios. De contrário, as novas formas de organização agrícola voltarão a agrupar-se segundo os mais baixos níveis de divisão de trabalho e, portanto, de produção. Gostariamos de realçar a importância de se estabelecerem, por exemplo, pequenas oficinas de reparação de maquinaria agrícola. Haveria que abastecê-las de metal para reparação de charruas usadas, mas poderia constituir uma excelente forma de reintegrar antigos trabalhadores migrantes assalariados.

Poderiam organizar-se cooperativas de produção mercantil de consumo, após um estudo cuidadoso das bases para tais cooperativas, atentando-se no seu papel no aumento de produção pela introdução de melhores instrumentos de produção e melhores formas de organização da produção.

A localização das aldeias comunais é fundamental. Por exemplo, no caso de Sitila, não pode haver solução para a produção agrícola sob a forma de aldeias comunais a menos que se encontre solução para a carência de água. O problema começa com a água: constituir habitações sem resolver a questão da água só criará problemas. A população vive em agregados dispersos precisamente devido à falta de água. Investir os salários das minas em tanques de água tem sido pois uma pré-condição de sobrevivência.

Verificam-se outros problemas na constituição de aldeias comunais no litoral costeiro onde não existe propriedade privada da terra, mas há propriedade privada de árvores. Estas áreas necessitam de estudo especial. Não tivemos tempo, nem oportunidade de efectuar qualquer estudo especial destes problemas.

Em discussões com camponeses de diferentes áreas inteiramo-nos dos conhecimentos que eles próprios possuem acerca da produção, espécies de culturas e solos e razões do decréscimo da produtividade. Claro que é princípio da Frelimo que o trabalho de massas entre os camponeses consista em aprender com eles ao mesmo tempo que se lhes ensina. Sugeríamos que a

dimensão das aldeias estivesse directamente relacionada não só com as formas pelas quais a produção possa ser bem organizada e mantida, mas também com formas que assegurem que os camponeses possam, eles próprios, tomar parte na discussão democrática e mobilização para a produção.

Em conversas havidas em agregados familiares camponeses notámos existir considerável dose de ignorância e de dúvida quanto aos efeitos das aldeias comunais e formas como funcionarão. O que não quer dizer que exista hostilidade relativamente às aldeias comunais. De um modo geral há uma enorme confiança na Frelimo, mas são poucos os dados sobre a forma como funcionarão as aldeias comunais e como irão afectar os diferentes estratos do campesinato. Sugeríamos a elaboração de linhas de orientação sobre determinadas questões que seriam divulgadas entre a população do campo. Mas o modo como a política das aldeias comunais irá afectar o campesinato leva-nos a uma discussão sobre a composição de classes ou de estratos do campesinato.

É importante considerar o campesinato em termos de classe. O campesinato não é uma massa homogénea. Na nossa secção 'Diferenciação Social no Campo' mostrámos que a grande maioria dos produtores rurais é constituída por camponeses médios ou pobres. Estabelecemos critérios para os dois grupos. Há camponeses ricos, que empregam alguma mão de obra assalariada, muitas vezes em *part-time*, mas constituem um grupo extremamente pequeno. Há também pequenos comerciantes e transportadores africanos que formam o núcleo de uma pequena burguesia comercial, mas esta classe é pequena e instável. Há muito poucos trabalhadores assalariados agrícolas, embora esta classe possa vir a aumentar como resultado de redução do trabalho assalariado mineiro.

Os camponeses pobres e médios dependem em grau variável do trabalho assalariado mineiro. A diferença fundamental entre eles (segundo critérios de detenção dos meios de produção, importância da força de trabalho da família, número de árvores que possuem, extensão da terra e quantitativos provenientes da pequena produção mercantil) é o campesinato pobre estar totalmente dependente dos rendimentos do trabalho mineiro para a reprodução da família. Os camponeses médios cumpriram igualmente alguns contratos nas minas mas conseguiram libertar-se e constituir uma base agrícola mais sólida.

Os camponeses médios são a espinha dorsal da produção agrícola na economia camponesa. Muitos deles são excelentes agricultores e trabalham na terra com afinco. É, porém, esta a classe de camponeses que se sente mais apreensiva e mal-informada sobre a política de aldeias comunais. Adquiriram

meios de produção e grande número de árvores à custa de trabalho árduo e ignoram o que lhes acontecerá a si e aos seus bens se se integrarem em unidades de produção comunal. Afigura-se-nos que se impõe um estudo cuidadoso sobre a táctica a seguir relativamente ao camponês médio. Estes quererão saber em pormenor o que acontecerá aos seus arados e ao seu gado, aos seus moinhos e às suas árvores. Não estão ao corrente de planos detalhados no sentido de porem em conjunto os seus meios de produção, vindo mais tarde a ser pagos do excedente originado pela produção comunal.

Parece-nos que formas intermédias de trabalho mútuo seriam um bom ponto de partida para as aldeias comunais, fazendo nascer a confiança e estabelecer a prática do trabalho colectivo. As machambas do povo são um pequeno passo nesta direcção mas nem sempre bem sucedido, além de não ser evidente que promovam a elevação do nível de trabalho colectivo. Há que preparar directrizes bem explícitas se se quiser conquistar os camponeses médios para a revolução rural. Eles não se encontram em relações de exploração com os camponeses pobres, mas sentem-se inquietos com o que consideram uma 'orientação para camponeses pobres', receando que esta faça descer o seu nível de vida.

Quaisquer medidas destinadas a melhorar o problema dos mineiros que já não podem emigrar para a África do Sul teriam de visar em primeiro lugar os problemas dos camponeses pobres e mais jovens. Os jovens são pobres porque ainda não encontraram forma de estabelecer uma produção agrícola (ver os relatório dos casos Maimela e Homoíne). As medidas necessárias podem incluir: a concessão individual ou colectiva de boa terra em quantidade suficiente na área de que provêm ou em qualquer outro lugar, de modo a permitir-lhes iniciar a produção; assistência quer através da sua integração em empresas comunais já estabelecidas, quer pela concessão de créditos para novas empresas comunais.

Algumas áreas apresentam problemas mais graves do que outras. Por um lado, há que dar prioridade, ao formular soluções, a zonas tais como Sitila e Pembe que estão longe do litoral ou ainda a áreas agrícolas pobres. Nestas, a dependência do trabalho mineiro é tão aguda que qualquer novo corte em oportunidades de aquisição de salários poderia provocar consequências assustadoramentes graves. Por outro, existem problemas sérios no que respeita ao gado. Há provas de que a reprodução do gado é imprevisível. Ou seja, de um ano para o outro pode morrer grande número de cabeças, especialmente em anos de seca. Parecem-nos necessários directivas e conselhos sobre tratamentos de gado.

A questão da comercialização é importante. É possível aumentar os excedentes camponeses prestando atenção aos métodos e formas de produção, mas parecem existir sérias dificuldades em conseguir levar esses excedentes até ao mercado. No período colonial, quando havia motivação para as culturas de exportação, a rede de lojas e negócios privados recolhia as colheitas do campesinato e transportavam-as para o mercado. Este sector privado recebia também empréstimos a curto prazo dos bancos e pagava aos agricultores no acto de entrega das respectivas colheitas.

Julgamos saber que o propósito é que as lojas do povo funcionam não só como centros de venda a retalho, mas também como centros de recolha e compra das colheitas dos camponeses. Até que isto seja possível haverá sérios engarrafamentos no escoamento dos excedentes para o mercado. Este congestionamento terá, por sua vez, efeitos adversos na produção de excedentes pela economia camponesa.

Estas questões, segundo nos parece, não são de carácter regional nem dizem respeito somente a um ou outro dos Ministérios—o da Agricultura ou o do Trabalho. São problemas que se situam no próprio centro da planificação económica do país e, em especial, no centro de determinados conceitos básicos de planificação.

A estratégia básica do Plano Económico no período que se segue parece ser a da concentração em machambas estatais a fim de assegurar o fornecimento de alimentação ao país, e o de que o excedente proveniente deste sector venha mais tarde a encontrar-se disponível, para com ele construir o sector camponês.

O problema é que a extinção progressiva do trabalho mineiro reduziu o tempo disponível para a extensão deste plano. O sector camponês está, pois, a operar, não ao nível anterior, mas a níveis consideravelmente mais baixos. A planificação económica e a relacionação dos dois sectores agrícolas deverá ter em conta, segundo pensamos, esta quebra súbita no trabalho mineiro e consequente baixa de disponibilidade monetária no sector camponês, de que resultam ameaças à produção e nível de vida dos camponeses.

Isto faz-nos voltar a questão da distribuição de recursos. Se a táctica consiste em concentrar recursos no sector das machambas estatais, haverá uma correspondente diminuição no montante destinado ao sector camponês. Este sector já não tem, como no passado, a alternativa de obter salários nas minas. Insistimos para que seja estudada esta questão da distribuição dos recursos ao sector camponês no período que se segue. Desejaríamos sublinhar relativamente a este aspecto, que um excedente de mão de obra, ainda que

apenas provisório, enquanto não desaparece o trabalho nas minas e a economia não é reestruturada, parece exigir uma política baseada em métodos de produção de utilização intensiva de mão de obra e não do capital.

Um dos nossos principais objectivos neste relatório foi mostrar o modo como as sociedades camponesas do sul de Moçambique foram subordinadas às exigências da acumulação capitalista. Mostramos que, longe de se tratar de um 'sector tradicional', existindo a par de um 'sector moderno', sem que se verifiquem inter-relações, como é definido pela teoria burguesa convencional, a acumulação capitalista se processa com base no trabalho excedentário extraído da economia camponesa. A função principal das sociedades camponesas passou a ser, como resultado da dominação colonial e exploração capitalista, a de servir como um exército de reserva de força de trabalho barata com vista à acumulação de capital. Sob o domínio do modo de produção capitalista, o ciclo 'tradicional' de produção, distribuição e consumo da economia camponesa foi parcialmente destruido de forma a criar uma força de trabalho excedentária continuamente reproduzida, a qual, por necessidade económica do campesinato, se transformou numa fonte barata de trabalho assalariado.

Assim, a reprodução, inerente ao sistema, de um excedente de força de trabalho e a consequente dependência desse excedente das receitas salariais para garantir a reprodução da própria economia camponesa, constituem os dois traços característicos da subordinação do campesinato em relação ao modo de produção capitalista, no sul de Moçambique.

Este processo de acumulação de capital com base na dissolução/conservação dos modos produção pré-capitalistas, criou o operário-camponês que nem se encontra completamente divorciado dos seus meios de produção, nem é produtor independente, contando unicamente com os seus meios de produção. Isto levanta a questão da determinação de classe deste grupo social de operários-camponeses. Fazem eles parte do proletariado ou do campesinato? A nossa investigação, até ao momento, não nos permite atacar estas questões em toda a sua complexidade, pelo que nos limitaremos a apontar alguns elementos que podem facilitar a sua análise aprofundada.

Uma coisa é clara: estamos perante formas de transição, na medida em que se trata da dominação do modo de produção capitalista sobre modos pré-capitalistas, através da dissolução parcial e também da reprodução parcial destes últimos de maneira a extrair trabalho excedente—a fonte do trabalho assalariado barato. Segue-se que tais formas de produção, de transição ou intermédias, não podem ser analisadas somente em termos de contradições de

classe dentro do modo de produção capitalista, propriamente dito. Devem de preferência ser analisadas como processos de formação e destruição de classes. As formas de produção de transição não devem, contudo, ser interpretadas como sendo necessariamente de curta duração: a sua duração dependerá do facto de continuarem ou não a servir as necessidades do capital por um lado[1] e, por outro, da capacidade de a economia camponesa suportar a drenagem contínua de força de trabalho sem se desintegrar completamente.[2]

O operário-camponês tem um pé na produção camponesa e o outro na produção industrial. Como tal, adquiriu experiência de organização de trabalho e a disciplina do proletariado moderno, assim como uma certa especialização na tecnologia moderna. Como operário das minas, sofreu a opressão directa do capital e participou na luta dos operários contra o capital. Deste modo, parte da sua consciência foi moldada pela sua experiência proletária. Mas, por outro lado, não foi totalmente liberto das aspirações pequeno-burguesas: estabelecer-se como camponês-agricultor, artesão ou pequeno comerciante, continua a ser uma possibilidade ao alcance de alguns. O camponês e o operário combinam-se no mesmo indivíduo, produzindo uma perspectiva ideológica decorrente de ambos.

Esta contradição dentro do sistema de trabalho migratório pode também ser considerada como um processo contínuo de concentração e dispersão da força de trabalho. Enquanto mineiro, ele é parte de uma força de trabalho concentrada, enquanto que, regressado à casa, essa força de trabalho é dispersa pela economia camponesa. Este processo impõe limitações às formas de organização e acção dos trabalhadores, isto é, ao grau de envolvimento do operário-camponês na luta de classes.

Contudo, o processo de semi-proletarização do campesinato não é uniforme, nem se verifica com igual intensidade nos diferentes estratos do campesinato. Praticamente todos os homens, salvos raras excepções, foram às minas, mas a acuidade e extensão da dependência em relação ao trabalho mineiro não eram homogéneas. Uns conseguiram estabelecer-se como produtores independentes na agricultura ou actividades artesanais ou em ambas, enquanto outros

---

[1] Por exemplo, a crescente mecanização da indústria mineira pode eventualmente requerer uma força de trabalho estável de forma a garantir a extração máxima de mais-valia: pode acontecer porque o sistema de trabalho migratório impõe limitações à aquisição de especialização por parte dos trabalhadores.

[2] O caso do Transkei, por exemplo, parece indicar que o confinamento no bantustão conjuntamente com o trabalho migratório levaram à erosão da base camponesa em tal medida que o trabalho mineiro se tornou factor predominante para a sobrevivência da população (veja-se em especial os trabalhos de Colin Bundy e Roger Leys, indicados na bibliografia).

continuaram a depender do trabalho mineiro durante toda a vida. Para os primeiros, o trabalho nas minas foi um meio para alcançar um fim, enquanto para os últimos se tornou um fim em si mesmo. A linha de separação entre os dois grupos não está claramente definida, o que prova que a diferenciação dentro do campesinato em Inhambane, não é ainda muito pronunciada. É evidente que a consciência da propriedade se revestirá de importância muito maior para os que conseguiram estabelecer-se como camponeses médios (normalmente exercendo também actividades artesanais), e que se tornaram, por isso, menos dependentes das receitas dos trabalho nas minas.

Com efeito, a posição do camponês médio permanece intrinsecamente instável—casos de doença da família, perda de gado, secas e cheias ameaçam continuamente a sua base de existência. Presentemente, com a redução no recrutamento de mineiros, a precária posição do camponês médio encontra-se ainda mais complicada pelo facto de o trabalho nas minas ter deixado de existir como alternativa para possíveis contratempos e ainda porque na medida em que dependem de proventos de actividades artesanais, dependem, em grande parte, do fluxo constante de dinheiro proveniente do trabalho migratório de outros operários-camponeses. A experiência que o camponês médio teve como operário, assim como a sua posição precária enquanto camponês, torna-lo-ão porventura mais receptivo à introdução de formas colectivas de produção agrícola, tais como cooperativas, desde que a mobilização seja feita tendo em conta a sua perspectiva ideológica específica e a sua situação material.

A consciência da propriedade leva-o a recear quaisquer formas de produção colectiva, pois que muitas vezes as interpreta como tentativas de confiscar ('nacionalizar') o seu gado, as suas árvores, as suas galinhas, e a sua charrua. Um esclarecimento adequado sobre o alcance das cooperativas pode reduzir a sua aversão por tais formas de produção colectiva. Em particular, a adopção de uma 'política de camponeses pobres' pode suscitar antagonismos por parte dos camponeses médios e alienar assim um sector importante do campesinato—justamente o sector que está mais capacitado para produzir excedentes comercializáveis.

Para o camponês médio, o trabalho nas minas tornou-se um suplemento da produção agrícola e artesanal, ao passo que para o camponês pobre ele constitui a fonte principal da sua subsistência. Até as necessidades quotidianas de bens de consumo da sua família se tornaram dependentes do dinheiro obtido pelo trabalho migratório, e nessa medida a sua posição social assemelha-se cada vez mais à da propria classe operária. Este grupo considerar-se-á efectivamente desempregado se não estiver engajado em trabalho assalariado, uma vez que a sua base agrícola não constitui alternativa

viável. A fraca base material que a agricultura lhes proporciona não permite estabelecerem-se independentemente como produtores agrícolas dentro do actual sistema. A sua consciência situa-se, provavelmente, muito próximo da do operário e por isso parece-nos que este grupo de camponeses pobres constitui uma força importante na transição para o socialismo. Uma parte deles pode ser transformada numa força de trabalho assalariado industrial ou agrícola estável, ou constituir um núcleo à volta do qual se podem constituir cooperativas e aldeias comunais.[3] A sua experiência de organização do trabalho e disciplina, e frequentemente a sua especialização técnica, poderia ser uma base forte para a criação de novas relações sociais nas áreas rurais, embora isto obrigue a um programa de mobilização e organização cuidadosamente preparado pelas estruturas políticas e administrativas.

A mobilização deste estrato mais pobre de operários-camponeses, que inclui a grande maioria dos jovens, parece-nos constituir uma tarefa imediata devido à posição precária em que actualmente se encontra este grupo, resultante da drástica redução do recrutamento. Não o conseguir pode significar ou a constituição de um proletáriado rural de camponeses pobres trabalhando a terra dos camponeses mais ricos, ou uma fuga para as cidades onde iriam engrossar as fileiras de desempregados. Um processo deste tipo arrastaria consigo uma séria desmobilização do que pode constituir uma poderosa força de transição para o socialismo.

[3] Na Tanzânia, por exemplo, algumas aldeias *Ujamaa* extremamente bem sucedidas constituiram-se à base de ex-trabalhadores de plantações, especialmente de sisal, isto é, camponeses com uma experiência proletária. Na província de Gaza, há indicações de que antigos trabalhadores das minas estão a desempenhar um papel de primeiro plano na construção de aldeias comunais.

# ANEXOS

## Lista de Quadros


Quadro 1 Distribuição percentual de trabalhadores recrutados pela Wenela, Atas, Camon e Algos, 1967-1977

Quadro 2 Composição da força de trabalho nas minas de África do Sul por país de origem, anos seleccionados, 1904-1976

Quadro 3 Evolução dos salários (mínimo e médio) 1910-1976

Quadro 4 Percentagem de trabalhadores sem experiência admitidos pela Wenela nos anos 1961-1977

Quadro 5 Recrutamento por mês nos anos 1970 e 1975-1978

Quadro 6 Distribuição percentual de tempo dispendido no trabalho mineiro em relação à vida de trabalho activo

Quadro 7 Período médio de contrato em meses com base em métodos diferentes

Quadro 8 Período médio de contrato em meses com base nas entrevistas

Quadro 9 Média do pagamento diferido e média das receitas por trabalhador e por contrato, em escudos, 1962-1977

Quadro 10 Especializações nas minas e grau de escolarização

Quadro 11 Percentagem de saída de trabalhadores da Província de Inhambane para a África do Sul, 1940-1976

Quadro 12 Média de distribuição de recrutamento por mês nos anos 1966, 1971, 1973

Quadro 13 Percentagem de saída de trabalhadores para a África do Sul no distrito de Massinga 1960-1976

Quadro 14 Percentagem de saída de trabalhadores para a África do Sul no distrito de Zavala 1960-1976

Quadro 15 Percentagem de saída de trabalhadores para a África do Sul no distrito de Morrumbene 1960-1976

Quadro 16 Mine labour organisations (Wenela) Ltd., East Coast Administation. Progressive comparative statement of output, 1975-1976

Quadro 17 Distribuição por distrito das explorações agrícolas do tipo empresarial

Quadro 18 Média de produção em Inhambane por ha das principais culturas

Quadro 19 Distribuição dos operários na indústria extractiva transformadora em Inhambane (1972)

Quadro 20 Estabelecimentos industriais, segundo o ano de entrada em actividade para Inhambane e Maputo

Quadro 21 Orçamento do Distrito de Inhambane para 1913-1914
Quadro 22 Banco de Moçambique. Crédito para caju (por campanha)
Quadro 23 Créditos aos comerciantes em número e em valores (contos), 1968-1977
Quadro 24 Idade e número de contratos por camponeses médios e pobres
Quadro 25 Homens (chefes da família) ausentes na África do Sul por cabado 1975
Quadro 26 Diferenciação social entre os trabalhadores migrantes, Pembe, Homoíne
Quadro 27 Distribuição de contratos em quatro células de Pembe até 1977

# QUADRO 1
# DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE TRABALHADORES RECRUTADOS PELA WENELA, ATAS, CAMON E ALGOS, 1967-1977

| Ano | Recrutados | | | | | | Percentagem | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total | Wenela | Outras | Atas | Camon | Algos | Wenela | Outras |
| 1967 | 90.059 | 79.463 | 10.596 | 8.221 | 1.555 | 820 | 88 | 12 |
| 1968 | 96.119 | 82.506 | 13.613 | 7.920 | 1.856 | 3.837 | 86 | 14 |
| 1969 | 92.704 | 75.425 | 17.279 | — | — | | 81 | 19 |
| 1970 | 115.391 | 94.525 | 20.866 | 11.066 | 5.488 | 4.312 | 82 | 18 |
| 1971 | 91.727 | 75.517 | 16.210 | 6.041 | 4.991 | 5.178 | 82 | 18 |
| 1972 | 89.612 | 73.735 | 15.877 | 6.381 | 5.551 | 3.945 | 82 | 18 |
| 1973 | — | 74.689 | — | — | — | — | — | — |
| 1974 | 106.937 | 87.169 | 19.768 | 9.923 | 4.168 | 5.677 | 81 | 19 |
| 1975 | 128.381 | 115.309 | 13.872 | 4.520 | 3.184 | 5.368 | 90 | 10 |
| 1976 | 43.488 | 32.803 | 10.685 | — | — | — | 75 | 25 |
| 1977 | — | 8.825 | 4.684 | 2.490 | 709 | 1.485 | — | — |

# QUADRO 2
# COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NAS MINAS DE ÁFRICA DO SUL POR PAÍS DE ORIGEM, ANOS SELECCIONADOS, 1904-1976

| | África do Sul | Moçambique | Botswana | Suazilândia | Lesotho | Rodésias e Niassalândia | Total | Estrangeiros como % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1904 | 18.057 | 50.997 | 531 | 492 | 2.240 | 4.550 | 77.000 | 76,4 |
| 1905 | 11.842 | 59.284 | 591 | 639 | 1.571 | 3.005 | 81.000 | 85,4 |
| 1908 | 58.303 | 81.920 | 1.221 | 1.509 | 4.604 | 1.266 | 149.000 | 60,8 |
| 1909 | 61.135 | 85.282 | 1.020 | 1.413 | 3.895 | 4.160 | 157.000 | 61,0 |
| 1912 | 64.710 | 91.546 | 1.146 | 8.705 | 9.970 | 2.941 | 191.000 | 57,2 |
| 1913 | 58.497 | 80.832 | 1.800 | 2.898 | 8.804 | 2.597 | 183.000 | 62,2 |
| 1915 | 93.396 | 83.338 | 2.950 | 4.910 | 12.355 | 1.148 | 198.000 | 52,8 |
| 1918 | 59.534 | 81.306 | 1.817 | 4.123 | 10.349 | 805 | 158.000 | 62,3 |
| 1920 | 59.269 | 96.188 | 1.435 | 2.802 | 12.680 | 605 | 173.000 | 63,7 |
| 1922 | 78.983 | 80.959 | 2.690 | 5.472 | 14.475 | 403 | 183.000 | 56,8 |
| 1927 | 84.495 | 107.672 | 1.483 | 3.655 | 17.264 | 430 | 215.000 | 60,7 |
| 1929 | 79.950 | 96.567 | 2.337 | 3.977 | 21.586 | 389 | 205.000 | 61,0 |
| 1931 | 112.548 | 73.924 | 3.367 | 5.062 | 30.781 | 316 | 226.000 | 50,2 |
| 1932 | 131.692 | 58.483 | 4.963 | 5.872 | 31.711 | 280 | 233.000 | 43,5 |
| 1936 | 165.933 | 88.499 | 7.155 | 7.027 | 45.982 | 3.402 | 318.000 | 47,8 |
| 1939 | 155.398 | 84.335 | 8.785 | 6.686 | 48.385 | 1.941 | 323.000 | 51,9 |
| 1942 | 214.243 | 74.507 | — | — | — | 21.656 | 310.406 | 31,0 |
| 1943 | 207.379 | 84.172 | — | — | — | 22.248 | 315.071 | 34,2 |
| 1944 | 185.658 | 78.950 | — | — | — | 26.770 | 291.378 | 36,3 |
| 1945 | 210.485 | 78.806 | — | — | — | 35.856 | 320.147 | 34,3 |
| 1946 | 126.000 | 96.300 | 7.000 | 5.500 | 38.200 | 32.400 | 305.400 | 58,7 |
| 1951 | 108.000 | 106.500 | 9.100 | 5.600 | 35.700 | 41.200 | 306.100 | 64,7 |
| 1956 | 116.100 | 182.900 | 10.400 | 5.400 | 39.900 | 59.800 | 334.500 | 65,3 |
| 1960 | 150.900 | 95.500 | 16.000 | 5.600 | 51.400 | 82.800 | 396.700 | 63,3 |
| 1961 | 150.900 | 100.200 | 13.200 | 6.500 | 53.900 | 89.100 | 413.900 | 63,5 |
| 1963 | 153.800 | 88.700 | 15.300 | 5.800 | 56.500 | 74.200 | 394.300 | 60,9 |
| 1964 | 139.400 | 97.500 | 16.000 | 5.500 | 58.500 | 71.800 | 388.800 | 64,1 |
| 1966 | 130.500 | 109.000 | 19.000 | 4.300 | 64.300 | 56.300 | 383.000 | 65,9 |
| 1969 | 116.500 | 99.800 | 14.800 | 5.000 | 65.000 | 69.900 | 371.100 | 68,8 |
| 1970 | 96.900 | 113.300 | 16.300 | 5.400 | 71.100 | 98.200 | 401.200 | 75,8 |
| 1971 | 86.500 | 102.400 | 16.000 | 4.800 | 68.700 | 107.800 | 386.000 | 77,6 |
| 1972 | 87.200 | 97.700 | 17.500 | 4.300 | 78.500 | 129.200 | 414.300 | 78,9 |
| 1973 | 86.200 | 99.400 | 16.800 | 4.500 | 87.200 | 128.000 | 422.200 | 79,5 |
| 1974 | 90.100 | 101.800 | 14.700 | 5.500 | 78.300 | 73.100 | 363.500 | 75,2 |
| 1975 | 121.800 | 118.000 | 16.600 | 7.200 | 85.500 | 15.500 | 364.700 | 66,6 |
| 6-1976 | 170.000 | 79.000 | 26.000 | 13.000 | 85.500 | 20.882 | 393.800 | 56,8 |
| 12-1976 | 142.100 | 44.100 | 18.800 | 8.300 | 85.300 | 30.300 | 331.000 | 57,1 |

## QUADRO 3
## EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS (MÍNIMO E MÉDIO)
## 1910-1976

| Anos | Salário (por Turno) | |
|---|---|---|
| | Mínimo | Médio |
| 1910 | — | 18c |
| 1911-16 | — | 20c |
| 1921-30 | — | 22c |
| 1931 | < 17c | 22c |
| 1936-41 | — | 23c |
| 1943 | < 18c | 23c |
| 1946 | 22c | 29c |
| 1948 | 24c | 29c |
| 1949 | 27c | 29c |
| 1951 | 30c | 36c |
| 1956 | 30c | 43c |
| 1961 | 30c | 48c |
| 1964 | 34c | — |
| 1966 | — | 59c |
| 1969 | 40c | 65c |
| 1971 | 42c | — |
| 1972 | 50c | 81c |
| 1973 | 72c | R1.10 |
| 1974 | R1.60 | R1.78 |
| 1975 | R2.20 | R3.00 |
| 1976 | R2.50 | — |

## QUADRO 4
## PERCENTAGEM DE TRABALHADORES SEM EXPERIÊNCIA ADMITIDOS PELA WENELA NOS ANOS 1961-1977

| Anos | Total de Trabalhadores Recrutados pela Wenela | Nº de Trabalhadores sem Experiência | Percentagem de Trabalhadores sem Expêriencia |
|---|---|---|---|
| 1961 | 64.145 | 8.359 | 13 |
| 1962 | 64.941 | 8.509 | 13 |
| 1963 | 56.780 | 7.019 | 12 |
| 1964 | 68.503 | 10.165 | 15 |
| 1965 | 72.902 | 11.859 | 16 |
| 1966 | 85.203 | 10.574 | 12 |
| 1967 | 79.463 | 9.466 | 12 |
| 1968 | 82.506 | 8.910 | 11 |
| 1969 | 75.425 | 7.586 | 10 |
| 1970 | 94.525 | 8.386 | 9 |
| 1971 | 75.517 | 8.006 | 11 |
| 1972 | 73.735 | 8.983 | 12 |
| 1973 | 74.689 | 5.840 | 8 |
| 1974 | 87.169 | 10.445 | 12 |
| 1975 | 115.309 | 19.852 | 17 |
| 1976 | 32.803 | 735 | 2 |
| 1977* | 8.825 | 470 | 5 |

*Até Março

## QUADRO 5
## RECRUTAMENTO POR MÊS NOS ANOS 1970 E 1975-1978

| Meses | 1970 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | |
| Janeiro | 7.079 | 8.291 | 4.406 | 4.942 | 2.020 |
| Fevereiro | 8.207 | 9.613 | 2.581 | 3.584 | 1.922 |
| Março | 9.070 | 8.980 | 2.863 | 1.992 | 1.806 |
| Abril | 8.412 | 9.872 | 2.641 | 4.648 | 1.913 |
| Maio | 9.384 | 11.626 | 1.289 | 4.762 | 3.233 |
| Junho | 9.542 | 6.412 | 763 | 3.644 | 4.338 |
| Julho | 9.097 | 4.662 | 1.824 | 3.419 | 3.714 |
| Agosto | 7.459 | 8.368 | 1.730 | 3.785 | 5.661 |
| Setembro | 8.647 | 12.055 | 1.763 | 3.297 | 4.758 |
| Outubro | 8.248 | 14.411 | 2.844 | 2.751 | 6.265 |
| Novembro | 6.230 | 13.729 | 5.755 | 3.401 | 4.207 |
| Dezembro | 3.938 | 8.502 | 4.344 | 3.227 | 2.753 |
| TOTAL | 94.525 | 115.309 | 32.803 | 43.862 | 42.590 |

## QUADRO 6
## DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE TEMPO DISPENDIDO NO TRABALHO MINEIRO EM RELAÇÃO À VIDA DE TRABALHO ACTIVO

| Tempo de trabalho nas minas como percentagem do tempo total de vida de trabalho | Inhambane (145 entrevistados) | | Inhambane (146 entrevistados)[1] | |
|---|---|---|---|---|
| | Número de entrevistados | Percentagem de trabalhadores entrevistados | Número de entrevistados | Percentagem de trabalhadores entrevistados |
| 0-9% | 3 | 2% | 3 | 2% |
| 10-19% | 13 | 9% | 15 | 10% |
| 20-29% | 22 | 15% | 15 | 10% |
| 30-39% | 30 | 21% | 23 | 16% |
| 40-49% | 29 | 20% | 22 | 15% |
| 50-59% | 18 | 12% | 26 | 18% |
| 60-69% | 20 | 14% | 16 | 11% |
| 70-79% | 6 | 4% | 8 | 6% |
| 80-89% | 4 | 3% | 18 | 12% |

[1] Com certificado de *bónus*, entrevistados nos *compounds* da Wenela.

## QUADRO 7
## PERÍODO MÉDIO DE CONTRATO EM MESES COM BASE EM MÉTODOS DIFERENTES

| Ano | Método 1 | Método 2 |
|---|---|---|
| 1969 | 15,9 | 15,7 |
| 1970 | 14,4 | 15,3 |
| 1971 | 16,3 | 16,0 |
| 1972 | 15,9 | 16,3 |
| 1973 | 16,0 | 16,0 |
| 1974 | 14,0 | 15,0 |
| 1975 | 12,3 | 12,6 |
| 1976 | 15,8 | 13,0 |

**Observações:**

A duração média dos contratos

Os acordos efectuados entre o estado colonial português e o estado sul-africano em 1964, especificam que o período normal de contrato é de 12 meses, podendo ser prolongado por mais 6 meses. Assim, a não ser em casos excepcionais, o mineiro moçambicano trabalhava normalmente por um período de 12 a 18 meses. No nosso estudo tentámos determinar mais precisamente a duração média do contrato do mineiro moçambicano, tendo utilizado para isso três processos de cálculos diferentes. Dois deles baseiam-se nas informações obtidas da Wenela sobre a força de trabalho existente nas minas e os números de recrutamento mensal, e o terceiro baseia-se em informações obtidas a partir de entrevistas efectuadas aos mineiros.

Métodos baseados em informação obtida da Wenela

Usamos dois métodos de cálculo, um derivado do estudo de Duncan Clarke e um outro por simples processo iterativo.

Os resultados obtidos para o período médio de contrato em meses, com base no número de trabalhadores moçambicanos existentes nas minas em 31 Dezembro, durante os anos de 1969 a 1976, são os que figuram no seguinte:

*Método 1*: Se x 12 for a força de trabalho moçambicano permanente nas minas a 31 de Dezembro de um dado ano, e xi, i=1,...12, o número de recrutados mensais enviados para as minas nesse ano. Então, a duração média de contrato será:

$$\frac{12}{\sum_{i=1}^{12} x_i/x_{12}}$$

*Método 2:* Consiste em achar o número total de meses necessários para que o número de recrutados durante esses meses seja igual à força de trabalho existente no final do último mês.

Note-se que depois da independência, e especialmente em 1975, a média anual baixou, o que se deveu provavelmente ao próprio acontecimento histórico da Indapendência, pois em seguida a média subiu de novo.

Em conclusão, de acordo com ambos os métodos, a duração média de contratos, situa-se provavelmente perto dos 16 meses, entre 15 e 16 meses.

Método baseado nas entrevistas com os mineiros

As entrevistas com os mineiros forneceram-nos informações detalhadas sobre o número de contratos feitos por cada um e a duração de cada contrato. Apresentamos, a seguir, os resultados das entrevistas feitas em *compounds* da Wenela, que confirmam os obtidos através dos métodos anteriormente expostos, sendo a duração média dos contratos provavelmente de entre os 15 e 16 meses:

## QUADRO 8
## PERÍODO MÉDIO DE CONTRATO EM MESES COM BASE NAS ENTREVISTAS

| Compound | Número de mineiros entrevistados | Duração média dos contratos |
|---|---|---|
| Alto Maé e Ressano Garcia | 215 | 16,5 |
| Maxixe | 92 | 15,1 |
| Total | 307 | 16,1 |

## QUADRO 9
## MÉDIA DO PAGAMENTO DIFERIDO E MÉDIA DAS RECEITAS POR TRABALHADOR E POR CONTRATO, EM ESCUDOS, 1962-1977

| | Pagamento diferido, trabalhador-contrato | Receitas médias/ trabalhador-contrato | Receitas médias mensais |
|---|---|---|---|
| 1962 | 1.434$21 | 3.824$56 | 239$00 |
| 1963 | 1.464$50 | 3.905$33 | 244$00 |
| 1964 | 1.504$73 | 4.012$61 | 250$80 |
| 1965 | 1.883$71 | 5.023$20 | 3.3$80 |
| 1966 | 3.113$09 | 8.301$44 | 518$80 |
| 1967 | 3.887$80 | 10.367$36 | 647$96 |
| 1968 | 3.920$86 | 10.455$52 | 653$47 |
| 1969 | 4.104$27 | 10.955$64 | 684$04 |
| 1970 | 4.351$23 | 11.603$20 | 725$20 |
| 1971 | 4.449$29 | 11.864$64 | 741$54 |
| 1972 | 4.541$23 | 12.110$00 | 756$88 |
| 1973 | 5.695$74 | 15.188$64 | 949$29 |
| 1974 | 9.130$50 | 24.348$00 | 1.521$75 |
| 1975 | 13.388$00 | 35.701$28 | 2.231$33 |
| 1976 | 17.263$78 | 46.036$64 | 2.877$29 |
| 1977 (Agosto) | 27.703$50 | 73.876$00 | 4.617$25 |

## QUADRO 10
## ESPECIALIZAÇÕES NAS MINAS E GRAU DE ESCOLARIZAÇÃO

| Grau de escolarização | | Sem escolarização | 1ª classe | 2ª classe | 3ª classe | 4ª classe | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Categorias dos mineiros | VIII | 5 | 1 | 1 | 3 | 0 | 10 |
| | VII | 9 | 4 | 6 | 2 | 6 | 27 |
| | VI | 15 | 3 | 7 | 5 | 3 | 33 |
| | V | 37 | 4 | 10 | 10 | 7 | 68 |
| | IV | 36 | 6 | 14 | 9 | 5 | 70 |
| | III | 29 | 7 | 9 | 10 | 2 | 57 |
| | II | 15 | 4 | 7 | 4 | 0 | 30 |
| | I | 19 | 0 | 6 | 4 | 0 | 29 |
| Trabalhadores à superfície | | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 4 |
| Outras qualificações | | 12 | 6 | 4 | 7 | 1 | 30 |
| Total | | 178 | 36 | 65 | 55 | 24 | 358 |

*Categoria VIII*—Instrutores, induna.
*Categoria VII*—Chefes de equipa de escavação.
*Categoria VI*—Artífices ajudantes de mecânica, supervisores de transporte (por exemplo canalizadores, fundidores, carpinteiros)
*Categoria V*—Supervisores de grupo, polícias.
*Categoria IV*—Bombeiros, motoristas de monta-cargas, maquinistas de locomotiva, motoristas, supervisores vários.
*Categoria III*—Assentadores de rastilhos, ajudantes de mineiro, ajudantes de mecânica, escavadores.
*Categoria II*—Guardas de comboio, verificadores de carreiras, serventes de amostras de rochas, serventes de tubagem e vias, erectores de escoras de travamento.
*Categoria I*—Porteiros, serventes de armazém, serventes de vagonetas, carregadores de vagonetas, varredores, manipuladores de cabos, serventes de agrimensor.
*Outras qualificações*—Cozinheiros, enfermeiros, pintores, pedreiros.

## QUADRO 11
## PERCENTAGEM DE SAÍDA DE TRABALHADORES DA PROVÍNCIA DE INHAMBANE PARA A ÁFRICA DO SUL 1940-1976

| Ano | População Activa Masculina | Movimento Migratório | Percentagem de Migrantes |
|---|---|---|---|
| 1940 | 89.944 | 23.597 | 26 |
| 1941 | 90.975 | 25.522 | 28 |
| 1942 | 92.006 | 23.776 | 26 |
| 1943 | 93.037 | 24.874 | 27 |
| 1944 | 94.068 | 29.272 | 31 |
| 1945 | 95.099 | 27.824 | 29 |
| 1946 | 96.130 | 27.405 | 28 |
| 1947 | 97.161 | 26.447 | 27 |
| 1948 | 98.162 | 25.582 | 26 |
| 1949 | 99.223 | 27.789 | 28 |
| 1950 | 100.258 | 23.876 | 24 |
| 1951 | 102.320 | 27.449 | 27 |
| 1952 | 104.382 | 21.260 | 20 |
| 1953 | 106.444 | 26.144 | 25 |
| 1954 | 108.506 | 27.115 | 25 |
| 1955 | 110.568 | 25.814 | 23 |
| 1956 | 112.630 | 23.716 | 21 |
| 1957 | 114.692 | 22.899 | 20 |
| 1958 | 116.754 | — | — |
| 1959 | 118.816 | 23.308 | 20 |
| 1960 | 120.877 | 18.499 | 15 |
| 1961 | 124.084 | 18.269 | 15 |
| 1962 | 127.291 | 17.754 | 14 |
| 1963 | 130.498 | 19.274 | 15 |
| 1964 | 133.705 | 24.108 | 18 |
| 1965 | 136.912 | 19.444 | 14 |
| 1966 | 140.119 | 25.054 | 18 |
| 1967 | 143.326 | 20.144 | 14 |
| 1968 | 146.534 | 19.950 | 14 |
| 1969 | 149.741 | 19.021 | 13 |
| 1970 | 152.950 | 24.664 | 16 |
| 1971 | 157.860 | 19.045 | 12 |
| 1972 | 162.770 | 20.309 | 12 |
| 1973 | 167.680 | 18.722 | 11 |
| 1974 | 172.590 | 20.420 | 12 |
| 1975 | 177.500 | 24.003 | 14 |
| 1976 | 182.410 | 8.733 | 5 |

## QUADRO 12
## MÉDIA DE DISTRIBUIÇÃO DE RECRUTAMENTO POR MÊS NOS ANOS 1966, 1971, 1973

| Mês | Percentagem de recrutamento total |
|---|---|
| Janeiro | 8,8% |
| Fevereiro | 11,3% |
| Março | 9,0% |
| Abril | 8,8% |
| Maio | 9,1% |
| Junho | 7,7% |
| Julho | 8,3% |
| Agosto | 8,8% |
| Setembro | 8,3% |
| Outubro | 8,4% |
| Novembro | 6,5% |
| Dezembro | 4,6% |
| Média | 8,33% |

## QUADRO 13
## PERCENTAGEM DE SAÍDA DE TRABALHADORES PARA A ÁFRICA DO SUL NO DISTRITO DE MASSINGA 1960-1976

| Anos | População Activa Masculina | Movimento Migratório | Percentagem de Migrantes |
|---|---|---|---|
| 1960 | 23 602 | 4846 | 20 |
| 1961 | 21 473 | 4390 | 18 |
| 1962 | 25 344 | 4170 | 16 |
| 1963 | 26 215 | 4516 | 17 |
| 1964 | 27 086 | 5431 | 20 |
| 1965 | 27 957 | 4595 | 16 |
| 1966 | 28 828 | 5225 | 18 |
| 1967 | 29 699 | 4320 | 14 |
| 1968 | 30 570 | 4184 | 14 |
| 1969 | 31 441 | 4057 | 13 |
| 1970 | 32 311 | 5656 | 17 |
| 1971 | 33 618 | 4308 | 13 |
| 1972 | 34 925 | 4878 | 14 |
| 1973 | 36 232 | 3795 | 10 |
| 1974 | 37 539 | 4226 | 11 |
| 1975 | 38 846 | 4178 | 11 |
| 1976 | 40 153 | 607 | 2 |

Nota: os números considerados referem-se unicamente aos trabalhadores recrutados pela Wenela.

## QUADRO 14
## PERCENTAGEM DE SAÍDA DE TRABALHADORES PARA A ÁFRICA DO SUL NO DISTRITO DE ZAVALA 1960-1976

| Anos | População Activa Masculina | Movimento Migratório | Percentagem de Migrantes |
|---|---|---|---|
| 1960 | 13 787 | 2660 | 19 |
| 1961 | 13 941 | 2765 | 20 |
| 1962 | 14 095 | 2549 | 18 |
| 1963 | 14 249 | 2086 | 15 |
| 1964 | 14 403 | 2285 | 16 |
| 1965 | 14 557 | 2095 | 14 |
| 1966 | 14 711 | 3120 | 21 |
| 1967 | 14 865 | 2329 | 16 |
| 1968 | 15 019 | 2502 | 17 |
| 1969 | 15 173 | 2280 | 15 |
| 1970 | 15 326 | 2454 | 16 |
| 1971 | 15 557 | 2126 | 14 |
| 1972 | 15 788 | 2512 | 16 |
| 1973 | 16 019 | 2035 | 13 |
| 1974 | 16 250 | 3008 | 18 |
| 1975 | 16 481 | 3701 | 22 |
| 1976 | 16 712 | 528 | 3 |

Nota: os números considerados referem-se unicamente aos trabalhadores recrutados pela Wenela.

## QUADRO 15
## PERCENTAGEM DE SAÍDA DE TRABALHADORES PARA A ÁFRICA DO SUL NO DISTRITO DE MORRUMBENE 1960-1976

| Anos | População Activa Masculina | Movimento Migratório | Percentagem de Migrantes |
|---|---|---|---|
| 1960 | 14 514 | 2751 | 19 |
| 1961 | 14 591 | 2854 | 19 |
| 1962 | 14 668 | 2666 | 18 |
| 1963 | 14 745 | 2821 | 19 |
| 1964 | 14 822 | 3175 | 21 |
| 1965 | 14 899 | 1919 | 13 |
| 1966 | 14 976 | 3045 | 20 |
| 1967 | 15 053 | 2341 | 15 |
| 1968 | 15 130 | 2414 | 16 |
| 1969 | 15 207 | 2340 | 15 |
| 1970 | 15 279 | 2795 | 18 |
| 1971 | 15 395 | 2118 | 14 |
| 1972 | 15 511 | 2393 | 15 |
| 1973 | 15 627 | 2025 | 13 |
| 1974 | 15 743 | 2503 | 16 |
| 1975 | 15 859 | 2580 | 16 |
| 1976 | 15 975 | 502 | 3 |

Nota: os números considerados referem-se unicamente aos trabalhadores recrutados pela Wenela.

# QUADRO 16
# MINE LABOUR ORGANISATIONS (WENELA) LTD.
# EAST COAST ADMINISTATION
# PROGRESSIVE COMPARATIVE STATEMENT OF OUTPUT, 1975-1976

| Camps | November 1976 | January 1976 | November 1975 | Increase | Decrease |
|---|---|---|---|---|---|
| **Maputo District** | | | | | |
| Alto Mahé | 537 | 4.154 | 10.527 | — | 6.373 |
| Guijá | — | 807 | 6.508 | — | 5.701 |
| Macia | — | 1.820 | 6.154 | — | 4.334 |
| Magude | — | 578 | 3.576 | — | 2.998 |
| Manhiça | — | 863 | 4.726 | — | 3.863 |
| Moamba | 1.656 | 7.293 | 2.642 | 4.651 | — |
| Xinavane | — | 386 | 2.186 | — | 1.800 |
| **TOTAL** | 2.193 | 15.901 | 36.319 | — | 20.418 |
| **Gazaland District** | | | | | |
| Xai-Xai | 1.623 | 2.915 | 7.498 | — | 4.583 |
| Alto Changane | — | 79 | 1.950 | — | 1.871 |
| Chibuto | — | 629 | 5.251 | — | 4.622 |
| Inharrime | — | 425 | 2.134 | — | 1.709 |
| Manjacaze | — | 694 | 7.962 | — | 7.268 |
| Zavala | — | 528 | 3.453 | — | 2.925 |
| **TOTAL** | 1.623 | 5.270 | 28.248 | — | 22.978 |
| **Inhambane District** | | | | | |
| Maxixe | 2037 | 2.658 | 1.057 | 1601 | — |
| Funhalouro | | 173 | 2.472 | — | 2.299 |
| Homoíne | | 528 | 2.537 | — | 2.009 |
| Jangamo | | 539 | 2.731 | — | 2.192 |
| Massinga | | 607 | 3.635 | — | 3.028 |
| Morrumbene | | 502 | 2.339 | — | 1.837 |
| Panda | | 230 | 938 | — | 708 |
| Vilanculos | | 1.049 | 5.614 | — | 4.565 |
| **TOTAL** | 2.037 | 8.286 | 21.323 | | 15.037 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Detentions forwarded** | 846 | 2.130 | 6.251 | | 4.121 |
| **TOTAL** | 6,699 | 29,587 | 92.141 | | 62.544 |
| | | | | | |
| Rejects | 12 | 89 | 363 | | 274 |
| Detained | 932 | 2.230 | 6.432 | | 4.202 |
| Deserted | — | 21 | 90 | | 69 |
| **Total** | 944 | 2.340 | 6.885 | | 4.545 |
| | | | | | |
| Gold | 5.428 | 23.959 | 76.064 | | 52.105 |
| Coal | 327 | 3.288 | 9.192 | | 5.904 |
| | | | | | |
| Total via Ressano Garcia | 5.755 | 27.247 | 82.256 | | 58.009 |
| Via Pafuri | | 1.212 | 21.551 | | 20.339 |
| **Grand Total** | 5.755 | 28.459 | 106.807 | | 78.348 |
| | | | | | |
| Novices Gold | 2 | 684 | 18.486 | | 17.802 |
| Novices Coal | — | 1 | 263 | | 262 |
| **Total** | 2 | 685 | 18.749 | | 18.064 |

Maputo, 30th November, 1976

Observação: Os totais de recrutamento constituem um índice de movimento de mão de obra nos diferentes períodos e em diferentes áreas de recrutamento. Mas não constituem um índice correcto no que respeita à origem da mão de obra recrutada, porque os números de recrutamento são registados de acordo com a estação da Wenela em que os homens são admitidos. Em muitos casos, os homens dirigem-se à estação mais próxima das suas casas para serem recrutados, mas nem sempre acontece assim, pois os homens provenientes de zonas a norte da latitude 22° sul têm de se inscrever numa estação fora da área da sua terra.

## QUADRO 17
## DISTRIBUIÇÃO POR DISTRITO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DO TIPO EMPRESARIAL

| Distrito | Número | Exploração | |
|---|---|---|---|
| | | Área (ha.) | Área ocupada por cada exploração (ha.) |
| Govuro | 3 | 10.209,7 | 3.403 |
| Homoíne | 21 | 15.261,6 | 727 |
| Inhambane | 55 | 34.459,9 | 627 |
| Inharrime | 20 | 11.544,9 | 577 |
| Massinga | 19 | 12.906,5 | 679 |
| Maxixe | 15 | 10.914,2 | 728 |
| Morrumbene | 44 | 20.923,5 | 455 |
| Panda | 3 | 649,6 | 217 |
| Vilanculos | 2 | 4.600,0 | 2.300 |
| Zavala | 3 | 894,5 | 298 |

## QUADRO 18
## MÉDIA DE PRODUÇÃO EM INHAMBANE POR HA DAS PRINCIPAIS CULTURAS

| Produtos | Média Nacional (tonelada/ha.) | Inhambane (tonelada/ha.) |
|---|---|---|
| Algodão | 0,30 | 0,11 |
| Amendoim | 0,22 | 0,11 |
| Arroz | 0,91 | 0,43 |
| Feijão regional | 0,35 | 0,10 |
| Mandioca | 5,68 | 2,77 |
| Mexoeira | 0,29 | 0,01 |
| Milho | 0,42 | 0,13 |

## QUADRO 19
## DISTRIBUIÇÃO DOS OPERÁRIOS NA INDÚSTRIA EXTRACTIVA TRANSFORMADORA EM INHAMBANE (1972)

| Sector | Número de operários | Renumeração média por mês |
|---|---|---|
| Alimentação | 761 | 737$00 |
| Téxteis | 25 | 1.130$00 |
| Madeira | 1.735 | 454$00 |
| Papel | 16 | 1.406$00 |
| Electricidade/água | 51 | 2.107$00 |
| Total em Inhambane | 2.588 | |
| Total em Moçambique | 94.847 | |

## QUADRO 20
## ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, SEGUNDO O ANO DE ENTRADA EM ACTIVIDADE PARA INHAMBANE E MAPUTO

| | Inhambane | Maputo |
|---|---|---|
| Anteriores a 1965 | 38 | 380 |
| De 1965 a 1970 | 34 | 271 |
| De 1971 a 1973 | 10 | 189 |
| Total | 82 | 840 |

## QUADRO 21
## ORÇAMENTO DO DISTRITO DE INHAMBANE PARA 1913-1914

| | | |
|---|---|---|
| Receitas totais | 1.072.550$00 | 100,0% |
| Imposto de palhota | 650.000$00 | 60,6% |
| Rendimento da emigração (taxa paga pelos mineiros) | 200.000$00 | 18,6% |
| | | 79,2% |

Fonte: *Relatório do Governador 1911-1912, Distrito de Inhambane*, (Lourenço Marques, 1912), pág.70.

## QUADRO 22
## BANCO DE MOÇAMBIQUE
## CRÉDITO PARA CAJU
## (POR CAMPANHA)

| | 1973/74 | 1974/75 | 1975/76 | 1976/77 |
|---|---|---|---|---|
| Govuro | 10.000 | | | |
| Homoíne | 4.700.000 | 1.100.000 | 150.000 | 350.000 |
| Inhambane | 300.000 | 75.000 | | |
| Inharrime | 200.000 | 230.000 | 200.000 | 100.000 |
| Massinga | 2.725.000 | 400.000 | 250.000 | |
| Maxixe | 16.859.000 | 2.190.000 | 975.000 | 200.000 |
| Morrumbene | 1.125.000 | 100.000 | 150.000 | |
| Panda | 685.000 | 300.000 | 300.000 | 100.000 |
| Vilanculos | 600.000 | 200.000 | | |
| TOTAL | 27.294.000 | 4.595.000 | 2.025.000 | 750.000 |

## QUADRO 23
## CRÉDITOS AOS COMERCIANTES EM NÚMERO E EM VALORES (CONTOS), 1968-1977

| | 1968 | 1970 | 1972 | 1974 | 1975 | 1976 | 1977* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Massinga | 7 | 12 | 10 | 10 | 5 | — | — |
| (em contos) | 740 | 1.220 | 1.250 | 1.625 | 1.200 | | |
| Maxixe | 18 | 51 | 75 | 79 | 38 | 36 | 30 |
| (em contos) | 4.575 | 7.292 | 14.750 | 22.566 | 9.975 | 17.340 | 7.333 |
| Homoíne | 2 | 5 | 13 | 32 | 6 | 1 | 3 |
| (em contos) | 125 | 675 | 1.750 | 5.045 | 750 | 400 | 450 |
| Panda | 2 | 5 | 8 | 6 | 1 | 1 | 1 |
| (em contos) | 150 | 705 | 595 | 1.135 | 30 | 300 | 100 |
| Inharrime | 1 | 1 | 1 | 5 | 3 | 1 | 1 |
| (em contos) | 30 | 100 | 100 | 330 | 330 | 200 | 100 |
| Morrumbene | 2 | 2 | 5 | 13 | 4 | 3 | 1 |
| (em contos) | 300 | 300 | 517 | 1.905 | 500 | 350 | 120 |
| Zavala | 1 | — | — | — | — | — | — |
| (em contos) | 50 | | | | | | |
| Jangamo | 2 | — | — | 3 | 1 | — | — |
| (em contos) | 110 | | | 225 | 50 | | |
| Vilanculos | — | — | 4 | 3 | 1 | — | — |
| (em contos) | | | 550 | 450 | 200 | | |
| Mambone | — | — | 6 | 3 | 1 | — | — |
| (em contos) | | | 260 | 550 | 940 | | |
| Mavanza | — | — | — | 1 | — | — | — |
| (em contos) | | | | 700 | | | |
| Total | 35 | 76 | 122 | 155 | 61 | 42 | 36 |
| | 6.080 | 10.192 | 19.864 | 34.511 | 13.975 | 18.590 | 8.103 |

* Até 28 de Julho

# QUADRO 24
# IDADE E NÚMERO DE CONTRATOS POR CAMPONESES MÉDIOS E POBRES

| | Camponeses Médios | Camponeses Pobres | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Área | Nº médio de contratos | Idade Média | Tamanho da amostra | Nº Médio de contratos | Idade média | Tamanho da Amostra |
| Zacanhe | 4,8 | 49 | 14 | 20,6 | 59 | 3 |
| Muchava | 6,5 | 49 | 9 | 13,2 | 52 | 19 |
| Meu | 5,7 | 53 | 12 | 5,2 | 42 | 13 |
| Safane | 6,7 | 55 | 9 | 10,3 | 63 | 6 |
| Vavate | 4,8 | 56 | 5 | 8,6 | 60 | 8 |
| Como | 6,2 | 57 | 8 | 8,2 | 43 | 6 |
| Buvane | 7,6 | 46 | 8 | 11,2 | 47 | 10 |
| Maimela | 10.0 | 55 | 9 | 10.0 | 45 | 10 |
| Mindu | 2,7 | 29 | 4 | 7,7 | 46 | 49 |
| Canda | 2,4 | 62 | 5 | 8 | 46 | 19 |

## QUADRO 25
## HOMENS (CHEFES DA FAMÍLIA) AUSENTES NA ÁFRICA DO SUL POR CABADO 1975

| Cabado | Homens ausentes 1975 | Homens com mais de 18 anos | % | Riqueza agricola do cabado |
|---|---|---|---|---|
| Como | 68 | 429 | 15,8 | Rico |
| Chirrengeti | 23 | 120 | 19,2 | Médio |
| Catine-1 | 23 | 204 | 11,3 | Rico |
| Catine-2 | 21 | 146 | 14,6 | Rico |
| Dole | 18 | 189 | 9,5 | Médio |
| P.R. de Pembe-Quemenhana | 42 | 337 | 12,5 | Médio |
| P.R. de Pembe-Zacanha | 66 | 378 | 17,5 | Rico |
| Benhane-1 | 29 | 210 | 13,8 | Rico |
| Benhane-2 | 27 | 272 | 13,4 | Rico |
| Benhane-3 | 44 | 199 | 22,1 | Rico |
| Malate | 29 | 212 | 13,7 | Rico |
| Binguane | 17 | 200 | 8,5 | Pobre |
| Sefane | 21 | 131 | 16,2 | Pobre |
| Dorote | 13 | 118 | 11,0 | Pobre |
| Dindane | 10 | 95 | 10,5 | Pobre |
| Vavate | 21 | 172 | 12,2 | Pobre |
| Vuca | 13 | 115 | 11,3 | Pobre |
| TOTAL | 485 | 3596 | 13,5 | |

## QUADRO 26
## DIFERENCIAÇÃO SOCIAL ENTRE OS TRABALHADORES MIGRANTES PEMBE, HOMOÍNE

| | Camponeses Médios | | | Camponeses Pobres | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Célula | Média de Contratos | Anos nas Minas | Idade | Média de Contratos | Anos nas Minas | Idade |
| Como | 6,3 | 9,1 | 57 | 8,2 | 11,2 | 43 |
| Zecanhe | 7,6 | 8,9 | 46 | 11,2 | 14,2 | 47 |
| Sefane | 6,7 | 9,5 | 55 | 10,3 | 12,7 | 63 |
| Vavate | 4,8 | 5,5 | 53 | 8,6 | 10,6 | 60 |
| Média | 6,5 | 8,2 | 53 | 9,7 | 12,2 | 53 |

## QUADRO 27
## DISTRIBUIÇÃO DE CONTRATOS EM QUATRO CÉLULAS DE PEMBE ATÉ 1977

| Número de contratos | Percentagem do tempo nas minas entre o primeiro e o último contrato | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | > 70 | 67-74 | 50-66 | 33-49 | 0-32 |
| 3-4 | 6 | 5 | 11 | 5 | 8 |
| 5-6 | 7 | 3 | 8 | 9 | 6 |
| 7-8 | 2 | 1 | 6 | 5 | |
| 9-10 | 3 | 0 | 2 | 2 | |
| 11-15 | 4 | 0 | 3 | 2 | |
| > 16 | 4 | | | | |

# BIBLIOGRAFIA


Adam, Yussuf, 'Cooperativização agrícola e modificação das relações de produção no período colonial em Moçambique', Trabalho de Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1985.

Albuquerque, Joaquim Mouzinho de, *Moçambique: 1896-1898,* Lisboa: Manoel Gomes, 1899.

Alden, Chris and Simpson, Mark, 'Mozambique: a delicate peace' *Journal of Modern African Studies*, 31, 1(1993), pp.109-130.

Allister, Patrick, 'The rituals of labour migration among the Gcaleka', MA thesis, Rhodes University, Grahamstown, 1979.

Almada, João de, *Salazar: 1889-1970*, Rio de Janeiro: Editora Três, 1974.

Almada, José de, 'Relações de vizinhança das colónias portuguesas com os territórios limítrofes' *Boletim Geral das Colónias*, no.232 (1944).

---------- *Relações com a Africa do sul: negociações, 1922-1927*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1929.

Almeida, Américo Chaves de, *O problema da Africa Oriental Portuguesa: a restauração de Moçambique,* Lisboa: Tipografia Inglesa, 1932.

Almeida, António Lopes de, 'Colonato do Limpopo: constituição de cooperativa agrícola no desenvolvimento sócio-económico', Dissertação de Licenciatura, Lisboa, 1970.

Almeida, Eugénio Ferreira de, *Relatório do governo do Distrito de Moçambique*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1957.

---------- *Aspectos do trabalho indígena: o sisal*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1957

Alpers, Edward A., 'State, merchant capital, and gender relations in southern Mozambique to to end of nineteenth century: some tentative hypotheses', *African Economic History*, 13 (1984), pp.23-55

Alves, Manuel Augusto, *Convenção de 1909: relatório acerca da emigração para o Transvaal*, Massinga: Administração da Circunscrição de Massinga, 1921.

Andrade, Alfredo Freire de, 'Explorações portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane: relatório da comissão de delimitação da fronteira de Lourenço Marques' *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 13, 5 (1894).

---------- *Relatórios sobre Moçambique*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1907.

*Anuário Estatístico de Lourenço Marques: manual de informações da cidade de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, 1922.

Arrighi, G., 'Labour suppliers in historical perspective: a study of the proletarianization of the African peasantry in Rhodesia', *Journal of Development Studies*, 6 (1970) pp. 197-234.

Balfour, J. A., *Relatório sobre a irrigação do Vale do Baixo Limpopo com o projecto preliminar*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1921.

---------- *Relatório sôbre a irrigação nos Vales do Incomati, Maputo e Umbeluzi,* Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1922.

---------- *Relatório sôbre irrigação com referência especial ao Vale do Limpopo*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1920.

Ballard, Charles, 'John Dunn and Cetshwayo: the material foundations of political power in the Zulu Kingdom, 1857-1878' *Journal of African History*, 21, 1 (1980), pp.75-91

---------- 'Trade, tribute and migrant labour: Zulu and colonial ex-ploitation of the Delagoa Bay hinterland, 1818-1879', Unpublished seminar paper, Rhodes University, 1979.

Beinart, William e outros (org.) *Putting a plough to the ground: accumulation and dispossession in rural South Africa, 1850-1930* Johannesburg: Ravan Press, 1986.

Beinart, William, 'Transkeian migrant workers and youth labour on the Natal sugar estates, 1918-1948', *Journal of African History,* 32,1 (1991), pp.41-63.

---------- *The political economy of Pondoland, 1860-1930*, Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

----------'Report on Field and archival research in South Africa in the economic history of Pondoland c.1880-1930', Paper presented to the African History Seminar, SOAS/ICS, University of London, 2 November 1977.

Berg, Jelle Van den, 'A peasant form of production: wage dependent agriculture in Southern Mozambique', *Canadian Journal of African Studies* 21, 3 (1987) pp.375-389.

Bettencourt, José Tristão de, *Relatório do Governador Geral de Moçambique,* Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945.

Birmingham, David, *Frontline nationalism in Angola and Mozambique*, Londres: James Currey, 1992.

Botte, Theodorico Cesar de Sande Pacheco de Sacadura, *Memorias e autobiografia*, 3 vols., Maputo: Minerva Central, 1986.

Bowen, Merle L., 'Beyond reform: adjustment and political power in contemporary Mozambique' *Journal of Modern African Studies,* 30, 2 (1992), pp. 255-279

Bozzoli, Belinda, *Women of Phokeng: consciousness, life strategy, and migrancy in South Africa, 1900-1983*, Londres: James Currey, 1991.

Brito, Luís de, 'Dependência colonial e integração regional', *Estudos Moçambicanos*, 1 (1980), pp.23-32

Brock, Lisa Ann, 'From Kingdom to colonial district: a political economy of social change in Gazaland, southern Mozambique, 1870-1930', Ph.D. thesis, Northwestern University, 1989.

Brunk, Mathias, 'Undocumented migration to South Africa: more questions than answers' *IDASA Public Information Series* no.4 (1986).

Bundy, Colin, *The rise and fall of the South African peasantry*, Londres: Heinemann, 1979. [Veja-se a resenha crítica por Sheila Meintjes, *Journal of African History*, 23, 1 (1982) pp.127-130.

Cabral, António Augusto Pereira, *Raças, usos e costumes dos indígenas da Província de Moçambique,* Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1925.

Cabrita, Henrique, 'O comércio de Moçambique com a União da Africa do Sul e as perspectivas actuais', *Boletim Geral das Colónias* no.288 (1949).

Cagi, David e outros, *Mensagem que os fundadores da vila de João Belo e o Município de Gaza dirigiram a Sua Exa. o Ministro das Colónias* Muchopes, 1932.

Camacho, Brito, *Gente boer: aspectos d'Africa,* Lisboa: Guimarães & Ca., 1930.

Camacho, Brito, *Moçambique: problemas coloniais,* Lisboa: Livraria Editora, 1926.

Camacho, Brito, *Pretos e brancos,* Lisboa: Guimarães e Ca., 1926.

Capela, José, *O vinho para o preto: notas e textos sobre a exportação do vinho para Africa,* Porto: Afrontamento, 1973.

Cardoso, António Maria, 'Relatório do Chefe da expedição às terras do Muzilla em 1882', *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa,* 7, 3 (1887).

Cardoso, J. G. Alfaro, 'A barra do Limpopo' *Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique* 2, 7 (1933) pp.21-31.

Cardozo, José, 'O comércio de Moçambique: sua evolução nos últimos dez anos', *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique* vol.9 (1940), pp. 82-222.

Cartwright, A. P., *Doctors of the mines: a history of the Mine Medical Officers' Association of South Africa*, Cape Town, 1971.

Chamber of Mines of South Africa, *Annual Reports,* Johannesburg: Chamber of Mines of South Africa.

Clarke, D. G., *Contract labour from Rhodesia to the South African gold mines: a study in the international division of a labour reserve*. Cape Town: University of Cape Town, October 1976. [SALDRU Working Paper, no.6].

--------- *Foreign African labour inflows to South Africa and 'unemployment' in southern Africa*, Pietermartizburg: Development Studies Research Group, University of Natal, 1976-1977.

--------- *Foreign African labour supply in South Africa 1960-1977*, Pietermartizburg: Development Studies Research Group, University of Natal, 1976-1977.

--------- *The South African Chamber of Mines: policy and strategy with reference to foreign African labour supply*, Pietermartizburg: Development Studies Research Group, University of Natal, April 1977. [DSRG Working Paper, no.2].

Comaroff, Jean e Comaroff, John, 'Christianity and colonialism in South Africa' *American Ethnologist* 1, 13 (1986) pp.1-22.

---------- 'The colonization of consciousness in South Africa' *Economy and Society* 18 (1989) pp.267-296.

---------- *Of revelation and revolution: Christianity, colonialism and consciousness in South Africa*, Vol.I. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

---------- *The madman and the migrant: work and labor in the historical consciousness of a South African people*, Chicago: University of Chicago Press, 1986.

Comaroff, John e Roberts, Simon, *Rules and processes: the cultural logic of dispute in an African context*, Chicago: University of Chicago Press, 1986.

Costa, Delfim, *Interesses de Moçambique: o problema agrícola ao sul do Save,* Lisboa, 1923.

Costa, Gomes da, *Gaza, 1897-1898*, Lisboa: M. Gomes, 1899.

Costa, Inês Nogueira da, *Contribuição para o estudo do colonial-fascismo em Moçambique*, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1987.

Covane, Luís António, 'A emigração clandestina de moçambicanos para as minas e plantações sul-Africanas, 1897-1913', *Cadernos de História* 8(1990), pp.91-102.

---------- 'Considerações sobre o impacto da penetração capi-talista no Sul de Moçambique, 1850-1875', *Cadernos de História* 7(1988) pp.91-106.

---------- 'Oral fieldwork in a war zone: Mozambique, 1991-1992' *ICS/SSA (University of London) Collected Seminar Papers* vol.20, no.48 (1994) pp.191-196.

---------- 'Southern Mozambique: migrant labour and the post-independence social, economic and political challeges, 1973-1990s', Paper presented to the conference on 'Understanding Changing Patterns of Settlement and Resettlement in Southern Africa' Rhodes University, Grahamstown, África do Sul, 22-26 January 1996.

---------- 'The impact of migrant labour on agriculture in Southern Mozambique, 1920-1964', Seminar paper, Institute of Commonwealth Studies, University of London, 1991.

---------- *As relações económicas entre Moçambique e a Africa do Sul, 1850-1964: acordos e regulamentos principais*, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1989.

Crush, Jonathan e James, Wilmot (org.), *Crossing boundaries: mine migrancy in a democratic South Africa,* Cape Town: IDASA, IDRC, 1995.

Crush, Jonathan, 'Power and surveillance on the South African gold mines' *Journal of Southern African Studies* 18, 4 (1992).

---------- 'Swazi migrant workers and the Witwatersrand gold mines' *Journal of Historical Geography* 12, 1 (1986) pp.27-40.

---------- *The struggle for the Swazi labour, 1890-1920*, Montreal: McGill-Queen's University Press, 1987.

Cruz, *Pe*. Daniel da, *Em terras de Gaza*, Porto: Gazeta das Aldeias, 1910.

Cunha, J. M. da Silva, *O sistema português de política indígena: subsídios para o seu estudo*, Coimbra: Coimbra Editora, 1953.

---------- *O trabalho indígena: estudo de direito colonial*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949.

Darch, Colin, 'Trabalho migratório na África Austral: um apontamento crítico sobre a literatura existente', *Estudos Moçambicanos* no.3 (1981) pp.81-96.

Davenport, T. R. H., *South Africa : a modern history*. 3rd ed. London: Macmillan, 1987.

Davies, Jackie, 'Cross border migration in Southern Africa: mission report' *IDASA Public Information Series* no.14 (1995).

Davies, R. et al, *The struggle for South Africa: a reference guide to movements, organizations and institutions* Vol. I (Londres: Zed Books, 1984).

Davies, Robert H., *Capital, state and white labour in South Africa, 1900-1960: an historical materialist analysis of class relations,* Brighton, Sussex: Harvester Press, 1979.

Dolan, Chris, 'Aliens aboard: Mozambicans in the new South Africa', *Indicator SA*, 12, 3(1995) pp.29-32.

Egerö, Bertil, *Mozambique: a dream undone, the political economy of democracy, 1975-1984*, Uppsala: Nordiska afrikainstitutet, 1987.

Eldredge, Elizabeth A., 'Delagoa Bay and the hinterland in the early nineteenth century: politics, trade, slaves, and slave-raiding' in Elizabeth A. Eldredge e Fred Morton (org.), *Slavery in South Africa: captive labor on the Dutch frontier,* Boulder: Westview Press, 1994.

Ennes, António, *Guerra d'Africa em 1895*, Lisboa, 1898.

Erskine, St. Vincent, 'Journey of exploration to the mouth of the river Limpopo' *Journal of the Royal Geographical Society,* 39(1868), pp.233-273.

----------'Journey to Umzila's S. E. Africa in 1871-1872' *Jour-nal of the Royal Geographical Society*, 45 (1875) pp.45-128.

----------'Third and fourth journey in Gaza or southern Mozambique, 1873-1874 and 1874-1875', *Journal of the Royal Geographical Society*, 48 (1878) pp.25-56.

Feliciano, José Fialho, 'Antropologia económica dos Thonga do Sul de Moçambique', Tese de Doutoramento, Lisboa, 1989.

Figueiredo, Rómulo Cilindro de, 'As relações económicas com a Africa do Sul e o progresso de Moçambique' (Dissertação de Licenciatura, Lisboa, 1961)

First, Ruth, et al., *Black gold: the Mozambican miner, proletarian and peasant*, Brighton, Sussex: Harvester Press, 1983.

Fortuna, Vasco, 'Estruturas económicas de Moçambique' in *Moçambique: curso de extensão universitária ano lectivo de 1964-1965*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina,1965.

Galha, Henrique Terreiro, 'Emigração indígena para o Rand: um problema que preocupa Moçambique',Dissertação de Licenciatura, Lisboa, 1952

Galvão, Lopes, 'Moçambique e União', *O Ilustrado* vol.1, no.17 (1933).

Garcia, José Luís Campos de Lima, 'Moçambique e as relações com os territórios vizinhos: elementos para o estudo da natureza jurídico-diplomático e económico-social das relações entre Moçambique com os territórios vizinhos no período compreendido entre as Guerras Mundiais, 1919-1939', Tese de Mestrado, Lisboa, 1987.

Gool, Selim, *Mining capitalism and black labour in the early industrial period in South Africa: a critic of the new historiography,* Lund, 1983.

Gordon, Elizabeth, 'Easing the plight of migrant workers families in Lesotho' in W. R. Bohning (org.), *Black migration to South Afri-ca: a creation of policy-oriented research* Genebra: ILO, 1981.

Gordon, Robert A. *Mines, masters and migrants: life in a Namibian compound*, Johannesburg: Ravan Press, 1977.

Granger, J., 'Irrigação do vale do Limpopo', *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique* 19 (1934) pp.227-261.

Granger, J., 'Irrigação e colonização do vale do Limpopo' *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique* 24 (1934) pp.445-458.

Griffiths, H. R. e outros, *South African labour economics*, Johannesburg: McGraw-Hill, 1980.

Guerra, D. Santos, *No país dos Vátuas: história da guerra de Lourenço Marques*, Lisboa: Livraria António Maria Perreira, 1896.

Hanlon, Joseph, *Mozambique: the revolution under fire*, Londres: Zed Books, 1990.

-------- *Mozambique: who calls the shots* (Londres: James Currey, 1991).

Harries, Patrick, 'Kinship, ideology and the nature of pre-colonial labour migration: labour migration from Delagoa Bay hinterland to South Africa, up to 1895', in Shula Marks e Richard Rathbone (org.), *Industrialisation and social change in South Africa: African class formation, culture and consciousness 1870-1930*, Novo Iorque: Longman, 1988.

--------- 'Labour migration from Mozambique to South Africa with special reference to the Delagoa bay hinterland, c.1862-1897' Ph.D. thesis, University of London, 1983.

--------- 'Marriage and migrants: the role of chiefs and elders in the pre-colonial labour moviments from Southern Mozambique to South Africa', Paper presented to the African History Seminar, SOAS/ ICS, University of London, 14 December 1979.

Harris, Marvin, 'Labour emigration among the Moçambique Thonga: cultural and political factors' *Africa* vol.29 (1960), pp. 50-65.

Head, Judith Frances, 'State, capital and migrant labour in Zambézia, Mozambique: a study of the labour force of Sena Sugar Estates Limited', Ph.D. thesis, University of Durham, 1980.

Hedges, D. W., 'Trade and politics in southern Mozambique and Zululand in the eighteenth and early nineteenth centuries', Ph.D. thesis, University of London, 1978.

Hedges, David e Rocha, Aurélio, 'Moçambique face à crise económica mundial e o reforço do colonialismo português, 1930-1937' *Cadernos de História* no.4 (1986).

Hedges, David, 'O sul e o trabalho migratório', in Universidade Eduardo Mondlane. Departamento de História, *História de Moçambique. Vol.2: Agressão imperialista, 1886-1930,* Maputo: Cadernos Tempo, 1983.

Hermele, Kenneth, *Land struggles and social differentiation in southern Mozambique: a case study of Chókwe, Limpopo, 1950-1987*, Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies, 1988.

Horner, D. e Kooy, A. *Conflict on South African Mines, 1972-1976*, Cape Town: University of Cape Town, August 1976. [SALDRU Working Paper, no.5].

Houghton, D. Hobart, *The South African economy*, Londres: Oxford University Press, 1976.

Isaacman, Allen e Isaacman, Barbara, *Mozambique: from colonialism to revolution, 1900-1982*, Aldershot: Westview Press, 1983.

Isaacman, Allen, 'Peasants, work and labor process: forced cotton cultivation in colonial Mozambique, 1938-1961' *Journal of Social History* 25, 4(1992) pp.815-855.

James, Wilmot G., *Our precious metal: African labour in South Africa's gold industry, 1970-1990*, Londres: James Currey, 1991.

Jeeves, Alan H. e Crush, Jonathan, 'The failure of stabilization experiments and the entrenchment of migrancy to the South African gold mines' *Labour, Capital and Society*, 25, 1(1992), pp.18-45.

Jeeves, Alan H., 'The control of migratory labour on the South African gold mines in the era of Kruger and Milner' *Journal of Southern African Studies*, 2, 1(1975), pp.3-29.

Johnson, David, 'Clandestine migration in South-Central Africa' *ICS/SSA, (University of London) Collected Seminar Papers* vol.16, no.40 (1990).

Johnstone, F. A., *Class, race and gold: a study of class relations and racial discrimination in South Africa,* Londres: Routledge, 1976.

Júnior, Rodrigues, *A voz dos colonos de Moçambique: inquérito*, Lourenço Marques: Tipografia Notícias, 1945.

Junod, Henrique A., *Usos e costumes dos bantos: a vida duma tribo do sul de África*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1974.

Katzenellenbogen, Simon E., *South Africa and Southern Mozambique: labour, railways and trade in in the making of a relationship,* Manchester: Manchester University Press, 1982. Veja-se resenhas críticas por Patrick Harries, *Journal of Southern African Studies*,11, 2(1984); David Hedges, *Journal of African History,* 24,3(1983) pp.399-400; Jeanne Penvenne, *Africa*, 55, 1(1985) pp.106-107.

Keegan, Tim, 'The origins of agrarian capitalism in South Africa: a reply' *Journal of Southern African Studies*, 15, 4(1989).

--------- *Facing the storm: portraits of black lives in rural South Africa*, Johannesburg: David Philip, 1988.

--------- *Rural transformation in industrializing South Africa: the southern Highveld to 1914*, Braamfontein: Ravan, 1986.

Kruks, Sonia e Wisner, Ben, 'The state, the party and female peasantry in Mozambique' *Journal of Southern African Studies,* 11, 1(1984).

Kyle, Steven, 'Economic reform and armed conflict in Mozambique' *World Development*, 19, 6(1991).

Lang, John, *Bullion Johannesburg: men, mines and the challenge of conflict* Johannesburg: Jonathan Ball, 1986.

Leeuwenberg, J., *The Transkei: a study in economic regression*, Londres: African Publications Trust, 1977.

Legassick, Martin e Innes, Duncan, *Capital restructuring and the South African state: the case of foreign labour,* Warwick: Warwick Research Project, Agosto de 1977.

Legassick, Martin, South African capital accumulation and violence' *Economy and Society*, 3, 3(1974).

-------- 'The analysis of racism in South Africa: the case of the mining economy' (Paper presented to the IDEP, Dar es Salaam, 1975).

Leistner, G. M. E. e Breytenbach, W. J., *The black worker of South Africa,* Pretoria: Africa Institute, 1975.

Leite, Joana Pereira, 'La reproduction du réseau impérial portugais: quelques précisions sur la formation du circuit d'or Mozambique/ Portugal 1959-1973' *Estudos de Economia* 10, 3(1990) pp.365-401.

Letsolo, Essy M., *Land reform in South Africa: a black perspective*, Johannesburgo: Skotaville, 1987.

Leys, Roger, 'Lesotho: development of underdevelopment: towards an analysis of the political economy of the labour reserve' (S.l., s.d., mimeo).

Leys, Roger, 'South African gold mining in 1974: the gold of migrant labour' *African Affairs* vol.74 (1975) pp.196-208.

Liesegang, Gerhard, 'Notes on the internal structure of the Gaza kingdom in Southern Mozambique, 1840-1895' in J. B. Peires (org.), *Before and after Shaka: papers in Nguni history,* Grahamstown: Rhodes University, 1981.

Lima, Alfredo Pereira de, *História dos Caminhos de Ferro de Moçambique* Lourenço Marques: Administração dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique, 1971.

Lopes Júnior, Miguéis, 'O processo de acumulação da RSA e a situação actual no Sul de Moçambique' *Estudos Moçambicanos*, no.1 (1980).

Lopes, Manuel dos Santos, 'Colonato do Limpopo: aspectos sociais do povoamento', Dissertação de Licenciatura, Lisboa, 1968.

Lupi, Eduardo C., 'A campanha contra o Gungunhana' *Anais* 2,2(1949) pp.413-450.

Machingaidze, Victor, 'Report on the field and archival research in the development of capitalist agricultural in Southern Rhodesia, 1908 to 1953' Paper presented to the African History Seminar, SOAS/ICS, University of London, 14 November 1979.

Mackintosh, Maureen, 'Agricultural marketing and socialist accumulation: a case study of maize marketing in Mozambique' *Journal of Peasant Studies*, 14, 2(1987) pp.243-267.

Malton, W. H. C., *The story of the Diocese of Lebombo*, Londres: Lebombo Home Association, 1912.

Manghezi, Alpheus, 'Kuthekela: estratégia de sobrevivência contra a fome no Sul de Moçambique' *Estudos Moçambicanos*, 4 (1983), pp.19-49.

Marks, Shula e Atmore, Anthony (org.), *Economy and society in pre-industrial South Africa* Londres: Longman, 1985.

Marks, Shula e Rathbone, Richard (org.), *Industrialisation and social change in South Africa: African class formation, culture and consciousness, 1870-1930*, Londres: Longman, 1988.

Marks, Shula e Trapido, Stanley (org.), *The politics of race, class and nationalism in twentieth century South Africa* 3ª ed. Londres: Longman, 1990.

Marques, José Carlos d'Almeida e Sousa, 'O lobolo é o preço da criança' *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique* vol.31, no.132 (1962) pp.5-81.

Marques, Mário Ferreira, *A prisão do Gungunhana*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, n.d.

Medina, João, *História contemporânea de Portugal* Lisboa: Multilar, n.d.

Melo, João de, *Os anos da guerra, 1961-1975: os portugueses em África, crónica, ficção e história*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

Middlemas, Keith, *Cabora Bassa: engineering and politics in Southern Africa,* Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1975.

Mittelman, James H., *Underdevelopment and transition to socialism: Mozambique and Tanzania*, Novo Iorque: Academic Press, 1981.

Moçambique. Associação do Fomento Agrícola da Província de Moçambique, *Memorandum sobre a cultura do arroz entregue a Sua. Exª. o Alto Comissário da República em 6 de Julho de 1925*, Lourenço Marques: Tipografia Popular, 1926.

Moçambique. Associações económicas, *Exposição das associações económicas a S. Exª o Senhor Ministro das Colónias entregue durante a sua visita à Colónia de Moçambique em 1942*, Lourenço Marques: Minerva Central, 1942.

Moçambique. Direcção de Agricultura e Florestas, *Inquérito por amostragem à agricultura indígena, 1954-1955. I parte, distritos de Lourenço Marques e Gaza*, Lourenço Marques: Empresa Moderna, 1958.

Moçambique. Direcção dos Serviços de Estatística Geral, *III recenseamento geral da população na província de Moçambique: Distrito de Gaza* Lourenço Marques: Direcção dos Serviços de Estatística Geral, 1960.

Moçambique. Junta de Crédito Agrícola, *Relatório da Junta de Crédito Agrícola na gerência de 1928-1929*, Lourenco Marques: Imprensa Nacional, 1930.

Moçambique. Repartição Técnica de Estatística, *Recenseamento da população não indígena em 12 de Junho de 1945*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1947.

Moçambique. Serviços de Agricultura, *Relatório do Chefe dos Serviços de Agricultura, 1940-1944*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1946.

Moçambique. Serviços de Agricultura, *Relatório do Chefe dos Serviços de Agricultura, 1940-1944*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1946.

Mondlane, Eduardo, *The struggle for Mozambique* Londres: Zed Press, 1983.

Monteiro, José Firmo de Sousa e Fonseca, Viriato Faria de, 'Breve notícia sobre o resgate e parcelamento do machongo da Inhamissa', *Moçambique—Documentário Trimestral,* 71 (1952), pp.5-36.

Monteiro, José Firmo de Sousa, *Relatório sobre o resgate dos machongos do Sul do Save referente a 31 de Dezembro de 1953*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1956.

Monteiro, José Firmo de Sousa, *Relatório sobre o resgate dos machongos do Sul do Save referente a 31 de Dezembro de 1957*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1959.

Montez, Caetano (org.), *Mouzinho: Governador de Lourenço Marques, 1890-1892*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1956.

Morrel, R., 'Competition and cooperation in Middelburg, 1900-1930', in William Beinart et al (org.), *Putting a plough to the ground: accumulation and dispossession in rural South Africa, 1850-1930* Johannesburg: Ravan Press, 1986.

Murray, Colin, 'Migrant labour and changing family structure in the rural periphery of Southern Africa', *Journal of Southern African Studies,* 6, 2 (1980).

Murray, Martin J., 'The origins of agrarian capitalism in South Africa: a critique of the social history perspective' *Journal of Southern African Studies,* 15, 4 1989).

Nelson, Harold D. (org.), *Mozambique a country study* 3ª ed. Washington: Foreign Area Studies, 1985.

Neves, Diocleciano Fernandes das, *Das terras do império Vátua às praças da República boer*, Lisboa: Dom Quixote, 1987.

Neves, Diocleciano Fernandes das, *Itinerário de uma viagem à caça dos elefantes*, Lisboa: Typographia Universal, 1878.

Newitt, Malyn, *Portugal in Africa: the last hundred years*, Londres: Hurst, 1981.

Newton, Arthur Percival, *Selected documents relating to the unification of South Africa,* Londres: Frank Cass, 1968.

Noronha, Eduardo de, *Lourenço Marques e as suas relações com a Africa do Sul* Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.

O'Laughlin, Bridget, 'A questão agrária em Moçambique' *Estudos Moçambicanos* 3 (1981)pp.9-32.

Omer-Cooper, J. D. 'Has the Mfecane a future? A response to the Cobbing critique' *Journal of Southern African Studies*,19, 2 (1993).

Ornelas, Ayres de e outros, *A campanha das tropas Portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane*, Lisboa: M. Gomes, 1897.

Osborne, Allan, 'Rural development in Botswana: a quantitative view' *Journal of Southern African Studies*, 2, 2(1976).

Osório, C. do Amaral, 'Economia corporativa e colonização' *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique* vol.3 (1935-1936).

Packard, Randall M., 'Tuberculosis and the development of industrial health policies on the Witwatersrand, 1902-1932' *Journal of Southern African Studies*, 13, 2(1987).

Packard, Randall M., *White plague, black labor: tuberculosis and the political economy of health and disease in South Africa*, Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1990.

Paiva, Flávio M. Furtado, 'A obra hidrográfica do baixo Limpopo: medidas a adoptar para o seu desenvolvimento', Dissertação de Licenciatura, Lisboa, 1971.

Palmer, Robin e Parsons, Neil (org.), *The roots of rural poverty in Central and Southern Africa*, Londres: Heinemann, 1977.

Partido Frelimo, *Mozambique out of underdevelopment to socialism: report of the Central Committee, IV Congress*, Maputo: Minerva Central, 1983.

--------- *Relatório do Comité Central ao IV Congresso* (Maputo: Frelimo, 1983).

Penvenne, Jeanne Marie, 'A history of African labor in Lourenço Marques, Mozambique, 1877 to 1950' (Ph.D. thesis, University of Boston, 1982.

Pereira, R., 'Ideologia e mudança da estrutura social entre os Tsonga de Moçambique' *Ethnologia* no. 314 (1986), pp.175-214.

Perfeito, J. C. Valente, *Lourenço Maraues e o Transvaal*, Porto: Typographia Progresso, 1909.

Phimister, I. R. 'Peasant production and underdevelopment in Southern Rhodesia, 1890-1914' *African Affairs* no.73 (1974), pp. 217-228.

Pignatelli, Mário José S.S.C., 'II plano de fomento Português (Moçambique)' *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique* vol.31, no.130 (1962) pp.35-56.

Pihale, Estevão João, 'O impacto do sistema do pagamento diferido de parte dos salários dos mineiros na economia de Moçambique colonial, 1909-1964', Dissertação de Licenciatura, Instituto Superior Pedagógico, Maputo, 1992.

Pinheiro, P. Francisco Maria (org.), *Anuário estatístico de Moçambique* Lourenço Marques: Diário, 1961.

Pitcher, M. Anne, 'Sowing the seeds of failure: early Portuguese cotton cultivation in Angola and Mozambique, 1820-1926' *Journal of Southern African Studies*, 17, 1(1991) pp.43-68.

Portugal. Ministério das Colónias, *Convenção de Pretória, 1928*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1929.

Portugal. Ministério das Colónias, *Relações com a Africa do Sul: negociações, 1922 - 1927*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1929.

Quintinha, Julião, *Figuras de guerras de Africa*, Lisboa: Editorial Cosmos, 1936.

Randall, Peter (org.), *Power, privilege and poverty*, Johannesburg: Ravan Press, 1973. [Relatório da *Economics Commission of the Study Project on Christianity in Apartheid Society*].

Ranger, Terence, 'Growing from the roots: reflections on peasant research in central and southern Africa' *Journal of Southern African Studies* vol.5 (1978) pp.99-133.

Rêgo, Paulo Augusto de, *Relatório do Governador interino da província do Sul do Save*, Lourenço Marques: Governo da Província do Sul do Save, 1943.

Reitzes, Maxine, 'Divided on the 'Demon': immigration policy since the election' *Centre for Policy Studies/Policy Review Series* vol.8, no.9 (1995).

Ribeiro, Sousa (org.), *Anuário de Moçambique,* Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1917.

Rita-Ferreira, A., 'Etno-história e cultura tradicional do grupo Angune (Nguni)' *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique* vol.11, série C (1974).

---------- 'Labour migration among the Moçambique Thonga: com-ments on a study by Marvin Harris' *Africa,* 30, 2(1960) pp.141-152.

---------- 'Origens do fenómeno do trabalho migratório no Sul do save' *Economia de Moçambique* no.1 (1964).

---------- 'Presença Luso-Asiática e mutações culturais no sul de Moçambique até c.1900' *Estudos, Ensaios e Documentos* no.139 (1982).

---------- *O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e a Africa do Sul*, Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1963.

---------- *Povos de Moçambique: história e cultura*, Porto: Afrontamento, 1975.

Roesch, Otto, 'Migrant labour and forced rice production in southern Mozambique: the colonial poverty of the lower Limpopo valley' *Journal of Southern African Studies,* 17, 2(1991), pp. 239-270.

---------- 'Peasants, war and tradition in central Mozambique' (Paper presented to the Simposium 'Symbols of change: transregional culture and local practice in Southern Africa', Free University of Berlin, 7-10 January 1993).

---------- 'Renamo and the peasantry: a view from Gaza province', *Canadian Journal of African Studies*, 26, 3(1992) pp.462-484.

--------- 'Socialism and rural development in Mozambique: the case of Aldeia Comunal 24 de Julho' (Ph.D. thesis, Toronto, 1986).

Saldanha, Eduardo d'Almeida, *Moçambique perante Genebra*, Porto: Tipografia Porto Médico, 1933.

Saldanha, Eduardo d'Almeida, *Moçambique-União da Africa do Sul: as bases para a Convenção*, Lisboa: Tipografia Formosa, 1928.

Saldanha, Eduardo d'Almeida, *Questões nacionais: o Sul do Save*, Lisboa: Tipografia Formosa, 1928.

Santos, Leovigildo Lisboa, *A cooperação social ao Sul do Save*, Maputo: Serviço de Acção Psicossocial, 1962.

Saul, John S. (org.), *A difficult road: the transition to socialism in Mozambique*, Novo Iorque: Monthly Review Press, 1985.

Seleti, Yonah N., 'The development of dependent capitalism in Portuguese Africa' in Zbigniew A. Konezacki et al (org.), *Studies in the economic history of Southern Africa: the Frontline States* Londres: Frank Cass, 1990.

Serrano, J. A. Matheus, 'Explorações portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane: relatório da Comissão de limitação da fronteira de Lourenço Marques' *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* vol.13, no.6 (1894).

Shirley, Guilherme, 'Colónias: sua colonização e exploração económica' *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique* vol.30 (1935-1936).

Simons, H. J. e Simons, R. E. *Class and colour in South Africa, 1850-1950*, Harmondsworth, Penguin, 1969.

Slater, Henry, 'Land, labour and capital in Natal: the Natal and Colonisation Company, 1860-1948' *Journal of African History*, 16, 2(1975).

--------- 'The changing pattern of economic relationship in rural Natal, 1838-1914', in Shula Marks e Anthony Atmore (org.), *Economy and society in pre-industrial South Africa*, Novo Iorque: Longman, 1985.

Smith, Alan K., 'António Salazar and the reversal of Portuguese colonial policy' *Journal of African History*, 15, 4 (1974) pp.653-667.

--------- The idea of Mozambique and its enemies, c.1890-1930' *Journal of Southern African Studies*, 17, 3(1991).

Stadler, Alf, *The political economy of modern South Africa*, Londres: Croom Helm, 1987.

Stahl, C. W., 'Migrant labour supplies, past, present and future; with special reference to the gold-mining industry', in W. R. Bohning (org.), *Black migration to South Africa: a creation of policy oriented research*, Genebra: ILO, 1981.

Stichter, Sharon, *Migrant labourers*, Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

Tinley, J. M., *The native labor problem of South Africa*, Durham: University of North Carolina Press, 1942.

Torp, Jens Erik et al, *Mozambique, São Tomé and Principe: economics, politics and society*, Londres: Printer Publishers, 1989.

Trapido, Stanley, *South Africa in a Comparative Study of Industrialisation*, Londres: Institute of Commonwealth Studies, s.d., mimeo.

Universidade Eduardo Mondlane. Centro de Estudos Africanos, 'Memorando sobre alguns dos efeitos e implicações da expulsão de trabalhadores migrantes moçambicanos pela República da Africa do Sul', Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1986.

Universidade Eduardo Mondlane. Centro de Estudos Africanos, *O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra* Maputo: CEA, 1977.

Universidade Eduardo Mondlane. Centro de Estudos Africanos, *O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra,* Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1979. [Reedição]

Universidade Eduardo Mondlane. Departamento de História, *História de Moçambique. Vol.2: Agressão imperialista, 1886-1930,* Maputo: Cadernos Tempo, 1983.

Universidade Eduardo Mondlane. Departamento de História, *História de Moçambique. Vol.3: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*, Maputo: UEM, 1993.

Universidade Eduardo Mondlane. Departamento de História, *História de Moçambique. Vol.1: Primeiras sociedades sedentárias e im-pacto dos mercadores (200-300-1886)*, Maputo: Tempo, 1988.

Vail, Leroy e White, Landeg, *Capitalism and colonialism in Mozambique: a case study of Quelimane District*, Londres: Heinemann, 1980.

Van Onselen, Charles, *Chibaro: African mine labour in southern Rhodesia, 1900-1933*, London: Pluto 1976.

Van Onselen, Charles, *Randlords and rotgut, 1866-1903*, Londres: Institute of Commonwealth Studies, s.d., mimeo.

Vletter, Fion de, 'Foreign labour on the South African gold mines: new insights on an old problem' *International Labour Review* vol.126, no.2 Março-Abril de 1987.

Wardman, Anna, 'The co-operative movement in Chókwe, Mozambique' *Journal of Southern African Studies*, 14, 2 (1985).

Webster, David, 'Colonialism, underdevelopment and migrant labour in southern Mozambique' (S.l., s.d., mimeo).

Webster, Eddie, 'Background to supply and control of labour in the gold mines' in Eddie Webster (org.), *Essays in southern African labour history*, Johannesburg: Ravan Press, 1986.

White, Landeg, 'The revolutions ten years on' *Journal of Southern African Studies*, 11, 2(1985).

Whiteside, Alan, 'The future of foreign labour migration to South Africa', Paper presented to the conference on 'The Southern African Economy

After Apartheid', University of York, 29 September - 2 October 1986.

Wield, David, 'Mine labour and peasant production in Southern Mozambique', Paper presented to the Mozambique seminar, Centre of African Studies, University of Edinburgh, 1978.

Williams, Gavin, 'Capitalism and agriculture: the South African case' *ICS/SSA Collected Seminar Papers*, vol.16, no. 40(1990).

Wilson, Francis, *International migration in southern Africa,* Genebra: World Employment Programme Research, ILO, Abril de 1976.

-------- *Labour in the South African gold mines, 1911-1969*, Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

-------- *Migrant labour in South Africa*, Johannesburg: South African Council of Churches, 1972.

Wolpe, Harold, 'Capitalism and cheap labour power in South Africa: from segregation to apartheid' *Economy and Society*, 1, 4(1972).

Wuyts, Marc, 'Economia política do colonialismo português em Moçambique' *Estudos Moçambicanos*, 1(1980).

--------- *Camponeses e economia rural em Moçambique*, Maputo: Imprensa Nacional, 1981.

Xavier, Alfredo Augusto de Caldas, 'Reconhecimento do Limpopo: os territórios ao sul do Save e os Vátuas', *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, vol.13, no.3 (1894).

Young, Sherilynn, 'Changes in diet and production in southern Mozambique, 1855-1960', Paper presented to the African Studies Association of the UK Conference, University of Durham, 1976.

--------- 'Fertility and famine: women's agricultural history in southern Mozambique' in Robin Palmer e Neil Parsons (org.), *The roots of rural poverty in Central and Southern Africa*, Londres: Heinemann, 1977.

Yudelman, David and Jeeves, Alan, 'New labour frontiers for old: black migrants to the South African gold mines, 1920-1985' *Journal of Southern African Studies*, 13, 1(1986).

A transformação da economia de Moçambique, caracterizada pela dependência de países como a África do Sul, podia ter suscitado, em alguns círculos, a ideia de que o trabalho migratório só servia os interesses dos regimes coloniais de Moçambique e do *Apartheid* da África do Sul. É, no entanto, importante notar que mesmo na década de 1970, altura em que se registaram aumentos de salários na indústria mineira, o trabalho migratório não tinha concorrência em Moçambique. Os salários praticados nas empresas agrícolas e industriais portuguesas não ofereciam incentivos susceptíveis de levar o homem a abandonar o trabalho nas minas.

Especial atenção é reservada à compreensão da complexidade da inserção social da mulher casada com um mineiro durante longos meses de incerteza sobre se o marido voltará ou não, são e salvo, após o contrato. Trata-se de um retrato cujo registo vai certamente potenciar futuras pesquisas, numa realidade nova, mas onde o trabalho migratório continua a ser prática contínua de extrema importância para a manutenção e reprodução de muitas comunidades rurais do Sul de Moçambique. A relação entre o trabalho migratório e a economia rural é muito bem expressa pelas entrevistas com as mulheres. Neste trabalho, deliberadamente, decidimos seleccionar algumas entrevistas, para publicação integral. As razões para esta opção prendem-se ao facto de já existirem algumas sínteses históricas sobre as condições de vida a que as famílias dos mineiros eram sujeitas, desde o seu enquadramento nas esferas sócio-económicas e políticas.

As entrevistas relatam experiências de maus tratos e de salários magros nas minas. No entanto, a estrutura económica do Sul de Moçambique leva a concluir que pior mal que a emigração seria a sua proibição. A segunda dimensão a considerar nesta relação reveste-se igualmente de grande importância como complemento à vasta literatura sobre o trabalho migratório. Ao trazermos vozes vivas para este estudo, fazêmo-lo com o objectivo de documentar a visão e avaliação dos trabalhadores e seus familiares.

**Patrocínio**

**V CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**FUNDAÇÃO FORD**